

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**A PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES E DE OUTROS
AGENTES RURAIS ACERCA DAS DIMENSÕES
AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA NO CULTIVO
DE TABACO NO MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA (RS).**

Mestrado

Alessandra Troian

Santa Maria, 2010

**A percepção de agricultores e de outros agentes rurais
acerca das dimensões ambiental, social e econômica no
cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS).**

por

Alessandra Troian

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

Orientador: José Geraldo Wizniewsky

Santa Maria, Rio Grande do Sul/ Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado

A percepção de agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica no cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS).

Elaborado (a) por
Alessandra Troian

como requisito parcial para obtenção do grau
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

**José Geraldo Wizniewsky Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

**Marcelo Leandro Eichler Dr. (FURG)
(Co-orientador)**

Ronaldo Guedes de Lima Dr. (UFPEL)

Santa Maria, 01 de Março de 2010.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas e instituições que possibilitaram a realização deste trabalho de pesquisa. Desta forma considero que este é resultado de um esforço coletivo de todos!

Agradeço de forma inicial a minha família, representada na figura de minha **mãe**, meu irmão e meu querido tio Danilo. Estes que auxiliaram, compreenderam as dificuldades, a ausência e os momentos de reflexão para realização desta dissertação.

Agradeço a CAPES, enquanto instituição, pelo apoio financeiro durante o processo de mestrado.

Agradeço a todos os professores do PPGExR pela sua dedicação, carisma, parceria e “amizade” nas discussões e debates sobre Desenvolvimento e Extensão Rural. Agradeço meu orientador Professor José Geraldo Wizniewsky pela orientação. E em especial o co-orientador Marcelo Eichler pela dedicação, interesse e tempo prestado na “minha” pesquisa.

Aos amigos, colegas, conhecidos pela existência.

Aos agricultores e demais entrevistados (Técnico da Emater, Delegado MDA, Articulador MDA, Técnico fumageira aposentado e em atividade, Técnico da prefeitura e Professora) pelo tempo e informações prestadas. Bem como pelo chimarrão e acolhimento doado.

Aos motoristas, Thais, minha afiliada e os tios César e Irene que me ajudaram muito na logística, e locomoção na busca por informações e entrevistas.

Resumo

O reconhecimento de que o tabagismo é um problema mundial fez com que, Estados Membros das Nações Unidas propusessem a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública. Trata-se da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), cujo objetivo precípuo é deter a expansão do consumo de tabaco e seus danos à saúde (INCA 2004). A partir desta convenção começam a surgir em termos mundiais e de país questionamentos sobre a sustentabilidade do cultivo de tabaco, assim como fortes críticas pelos problemas ambientais desencadeados na relação estabelecida produtor/ empresas integradoras. Dessa forma, o objetivo central do presente estudo é avaliar qualitativamente as percepções dos agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica do cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS). Considerando que para atender tal objetivo os dados quantitativos não conseguem explicar alguns questionamentos sobre o cultivo de tabaco buscou-se, por meio de técnicas qualitativas desvelar tais percepções. As principais técnicas empregadas na pesquisa foram a entrevista semi-estruturada, observação participante e o caderno de campo, bem como a etapa da revisão bibliográfica. Os resultados evidenciam que existem as mais variadas percepções no campo de estudo. Evidenciou-se que a principal preocupação dos entrevistados está voltada ao aspecto econômico, sendo este também o principal motivo que leva os agricultores a cultivarem o tabaco. No geral, os agricultores têm algumas percepções num viés ambiental, dentre eles destaca-se os cuidados com os solos e a manutenção e ampliação da fauna silvestre. No tocante as percepções acerca da saúde, elas variam entre a crença na imunidade a aceitação do problema causado pelo plantio de tabaco e o seu posterior consumo. Sobre a assistência técnica, no geral as percepções são díspares. Existem agricultores que sentem a necessidade de assistência e outros que consideram o sistema de assistência técnica eficiente. Em se tratando de legislação ambiental percebe-se que os agricultores possuem, certo receio, dos órgãos que executam as leis, alguns em função disso preservam os recursos naturais, outros, assim mesmo, arriscam e “fogem” da legislação. As percepções sobre a política da CQCT mostra que tanto os agricultores quanto os agentes rurais desconhecem a medida. Ela não é algo que vem sendo discutida no dia-a-dia dos envolvidos na cadeia produtiva do tabaco local. Por fim podemos considerar que apesar de muitos agricultores encontram-se descontentes com o cultivo do tabaco existem muitas dificuldades e limitações para substituí-lo. Dentre os entraves para a substituição do cultivo de tabaco os entrevistados citam as limitações geográficas e agroecológicas das propriedades, a falta de capital para investimento a necessidade de assistência técnica e ainda o saber fazer dos agricultores com as novas propostas alternativas. Há que se ponderar que não é pretensão deste estudo encerrar a discussão sobre as percepções acerca do cultivo de tabaco, porém ele almeja colaborar para que novos estudos surjam para ampliar o debate sobre a temática. Há que também fazer a referência que se trata de um estudo de caso limitado em termos espacial, temporal e geograficamente.

Palavras Chaves: Percepções, Agricultura Familiar, Tabaco e Sustentabilidade

Abstract

The recognition that smoking is a global problem meant that States Members of the United Nations to propose the adoption of the first international treaty of public health. This is the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), whose main objective is to stop the spread of smoking and its damage to health (INCA 2004). From this convention are emerging worldwide and country questions about the sustainability of the cultivation of tobacco, as well as strong criticism by environmental problems triggered in the relationship established producer/integrators. Thus, the central objective of this study is to evaluate qualitatively the perceptions of farmers and other rural stakeholders about the environmental, social and economic cultivation of tobacco in the city of Arvorezinha (RS). Whereas to meet this objective, the quantitative data cannot explain some questions about the cultivation of tobacco, it is sought through qualitative techniques to reveal such perceptions. The main techniques used in the study were semi-structured interviews, participant observation and field notebook, and the stage of literature review. The results show that there are many different perceptions in the field of study. It was evident that the main concern of the respondents is directed to the economic aspect, which is also the main motivation for farmers to grow tobacco. In general, farmers have some environmental perceptions, among which stands out the care of the land and the maintenance and expansion of wildlife. As perceptions about health, they range from the belief in immunity to acceptance of the problem caused by the planting of tobacco and its subsequent consumption. About the technical assistance, in general the perceptions are disparate. There are farmers who feel the need for assistance and others who regard the system of technical assistance efficient. When it comes to environmental legislation it is perceived that farmers have, some fear, from the agencies that execute the laws, some because of this preserve natural resources, others anyway risk and "escape" from the legislation. The Perceptions about the FCTC politics shows that farmers and rural actors don't know the measure. It is not something that has been discussed at day-to-day of the involved in the production chain of local tobacco. Finally we can consider that, although many farmers are unhappy with the cultivation of tobacco, there are many difficulties and limitations to replace it. Among the barriers to replace the cultivation of tobacco, the respondents cite the geographical and agro-ecological properties, the lack of capital for investment, the need for technical assistance and the know to do. It should be considered that is not intend of this study concluding the discussion about the perception of the cultivation of tobacco, but it aims to help ensure that new studies emerge to broaden the debate on the issue. It is necessary also make reference that is a case study limited in space, time and place.

Keywords: Perceptions, Family Farming, Tobacco and Sustainability

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa do Estado do Rio Grande do Sul/ Arvorezinha.....	67
Figura 02 - Gráfico ilustrando a questão de gênero dos agricultores entrevistados.....	77
Figura 03 - Faixa etária dos agricultores entrevistados.....	78
Figura 04 – Escolaridade dos agricultores entrevistados.....	79
Figura 05 – Área das unidades de produção agropecuárias visitadas.....	79
Figura 06- Foto ilustrativa da plantação de tabaco.....	91
Figura 07 - Foto ilustrando o sistema plantio direto no cultivo de cítrus.....	92
Figura 08 - Foto evidenciando a presença da mata nativa.....	95
Figura 09 - Foto evidenciando a presença de árvores frutíferas nativas.....	97
Figura 10 - Foto ilustrativa do modelo de fonte recomendado pela Emater.....	99
Figura 11-Foto interna de um aviário.....	115
Figura 12- Folder informativo evidenciando as vantagens da assistência técnica.....	123
Figura 13 - Folder da campanha do Grupo Vida sobre a coleta seletiva do lixo.....	166
Figura 14- Foto de uma propriedade evidenciando o final da colheita do tabaco.....	177
Figura 15 -Foto do processo de classificação das folhas de tabaco.....	181
Figura 16 -Foto retratando o declive do terreno.....	185
Figura 17 – Agricultora durante entrevista.....	189
Figura 18-O entrevistado durante a conversa.....	194
Figura 19-Foto elucidativa da propriedade visitada.....	203
Figura 20 – Foto da casa da família entrevista.....	209
Figura 21-Entrevistada classificando as folhas de tabaco durante a entrevista.....	213
Figura 22-Galpão utilizado para armazenar o tabaco após a cura e secagem das folhas.....	218
Figura 23-Foto do aviário da família entrevistada.....	224
Figura 24 - Foto da via de acesso a Linha Segredo.....	227

Figura 25 - Foto palestra no I Seminário Estadual de Agricultura Familiar e Sustentabilidade – EAD.....	232
Figura 26 - Agente rural aposentado em sua residência.....	235
Figura 27 - Vista parcial da Linha Sexta Gruta.....	239
Figura 28- Vista de uma área em produção de citrus.....	240
Figura 29-Vista parcial da passagem em Linha Sexta São Pedro.....	245
Figura 30 – Foto tirada do jornal local do município de Arvorezinha.....	250
Figura 31-Foto das instalações da propriedade.....	252
Figura 32-Foto da “bodega”- fonte de renda não agrícola.....	254
Figura 33 - Vista parcial da Comunidade Posse Aruz.....	256
Figura 34-Foto dos entrevistados.....	257
Figura 35-Foto da vista a caminho da Linha Arroio Bugre.....	261
Figura 36 -Foto da família entrevistada.....	265

LISTA DE SIGLAS

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil
ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e Assistência
CMMAD- Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
CQCT - Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI - Equipamento de Proteção Individual
FAO - Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)
FEE - Fundação de Economia e Estatística
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITGA- Organização internacional de representação dos interesses dos fumicultores
INCA – Instituto Nacional do Câncer
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE - Ministérios do Trabalho e Emprego
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

PGT - Procuradoria Geral do Trabalho

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP-Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PT – Partido dos Trabalhadores

RPC - Rede Paranaense de Comunicação

SINDIFUMO - Sindicato da Indústria do Fumo

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

VAB - Valor Agregado Bruto

WWF - Fundo Mundial para a Natureza (World Wildlife Fund).

VRP- Vale Do Rio Pardo

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Roteiro entrevista (agricultores).....	159
ANEXO B - Roteiro de entrevista agentes rurais do município de Arvorezinha (Emater, prefeitura, fumageira e professor).....	161
ANEXO C - Roteiro de entrevista agente rural/MDA.....	162
ANEXO D - Caderno de campo.....	163
ANEXO E - Lista dos sujeitos participantes da pesquisa citados no texto.....	267
ANEXO F-Dados socioeconômico dos entrevistados.....	268
ANEXO G- Convenção Quadro: Lei quer garantir cultivo do tabaco.....	269

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Justificativa	15
Premissas	15
Objetivos	16
2. A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE TABACO EM UMA PERSPECTIVA TEÓRICA	18
3. A PRODUÇÃO DE TABACO.....	26
3.1 Breve histórico, a produção e o sistema de integração.	26
3.2 Etapas do cultivo do tabaco (tipo estufa)	31
3.3 Perfil dos fumicultores sul-brasileiros	32
3.4 A produção de tabaco e a sustentabilidade	33
4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO.....	37
4.1 Desenvolvimento: um conceito em discussão.	39
5. ENTENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE REGASTE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA DO BRASIL.....	46
5.1 Políticas nacionais a partir da CQCT	50
6. METODOLOGIA.....	57
6.1 Revisão Bibliográfica	58
6.2 Entrevistas	59
6.3 Observação participante e caderno de campo	62
6.4 Processo de análise, interpretação dos dados e redação do texto.....	64
6.5 Delimitação da área	65
6.5.1 Descrição do local: Arvorezinha, da origem aos dias atuais	66
6.5.2 Breve Histórico	70
6.6 Apresentação dos sujeitos participantes da investigação.....	71
6.6.1. Outras entrevistas realizadas	74
6.7. Descrição dos principais sistemas de produção/criação encontrados.....	75
7. DISCUTINDO A PESQUISA	77
7.1 A sustentabilidade na percepção dos agricultores e agentes	80
7.2. As percepções sobre os aspectos ambientais da sustentabilidade	85
7.3 A percepção acerca dos aspectos sociais.....	104

7. 4 As percepções a cerca do aspecto econômico.....	112
8. OUTRAS PERCEPÇÕES RELEVANTES: SAÚDE, ATER, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E CONVENÇÃO QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO	119
8.1 As percepções acerca da saúde.....	119
8.2 As percepções acerca da assistência técnica no município: esferas públicas <i>versus</i> esfera privada	122
8.3 A percepção sobre a legislação ambiental	127
8.4 A percepção dos agricultores sobre a Convenção Quadro para Controle do Tabaco.....	130
8.4.1 As alternativas ao cultivo de tabaco	135
9. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
10. REFERENCIAL	144
11. ANEXOS	159
11.1 ANEXO A - Roteiro de entrevista - agricultores	159
11.2 ANEXO B - Roteiro de entrevista agentes rurais do município de Arvorezinha (Emater, prefeitura, fumageira e professor)	161
11.3 ANEXO C - Roteiro de entrevista agente rural/MDA	162
11. 4 ANEXO D - Caderno de campo	163
11.5 ANEXO E - Lista dos sujeitos participantes da pesquisa citados no texto...267	
11.6 ANEXO F- Dados socioeconômico dos entrevistados	268
11.7 ANEXO G- Convenção Quadro: Lei quer garantir cultivo do tabaco	269

INTRODUÇÃO

A região Sul do Brasil é responsável por 96% da produção nacional do tabaco (IBGE, 2006). O cenário mundial mostra que embora o consumo de cigarros venha caindo na maioria dos países desenvolvidos, o seu consumo global aumentou em torno de 50% durante o período de 1975 a 1996, principalmente, por conta do aumento observado em países em “desenvolvimento”. No Brasil os fumantes correspondem a 16,7% da população, ou seja, 30,2 milhões de pessoas (OLIVEIRA, 2006). Ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, em muitos países em desenvolvimento o controle da comercialização do tabaco e a implementação e condução de políticas fortes para controle do tabagismo ainda é incipiente.

Na produção agrícola de tabaco, ocorre problemas de saúde e da perda de qualidade de vida em virtude da imposição aos fumicultores pelas rígidas regras de produção estabelecidas pela indústria do tabaco a fim de garantir resultados, tanto em quantidade, quanto em qualidade. Existem trabalhos (Mascarenhas, 2006, Biolchi, 2005, Bonato, 2006, dentre outros) que apontam para os efeitos nocivos do controle exercido pela indústria fumageira sobre a organização da cadeia agro-industrial do tabaco nos países em desenvolvimento. O sistema de produção utilizado pelos agricultores no cultivo do tabaco demanda mão-de-obra intensiva e exige uma quantidade considerável de agrotóxicos e de fertilizantes. Os problemas mais conhecidos em relação a este sistema de produção incluem riscos à saúde e danos ao meio ambiente, resultantes do uso inapropriado de pesticidas e do desmatamento, o emprego de mão-de-obra infantil associado ao uso extensivo de trabalho familiar no cultivo do tabaco e o endividamento de pequenos agricultores junto às grandes empresas fumageiras (VARGAS e BONATO, 2007).

A produção de tabaco é desenvolvida basicamente pela agricultura familiar, sendo que a região Sul do Brasil possui 198.040 famílias produtoras de tabaco e dessas 72.848 possuem entre 1 a 10 hectares (AFUBRA, 2005). A agricultura familiar é um segmento que apesar de ter sido reconhecida recentemente, possui peculiaridades que a diferencia das demais atividades econômicas, por apresentar potencialidades referentes à interdependência dos fatores de produção, propriedade e trabalho e ainda pela capacidade de gerar emprego e renda no meio rural.

O tabaco, apesar de ser um cultivo existente há mais de 4 mil anos, e surgir em cerimoniais religiosos, atualmente vem passando por fortes críticas. Inicialmente pelo final de sua cadeia, que é o cigarro e este pode desenvolver uma série de doenças, causando inúmeras mortes. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que os produtos derivados de tabaco matam cerca de 200 mil brasileiros a cada ano. Associado ao fato do cultivo utilizar intensivamente os recursos ambientais, resultando em danos ao meio ambiente. Nesse sentido, a OMS tem divulgado que aproximadamente 200 mil hectares de matas e florestas são destruídos no mundo para dar lugar a plantações de tabaco, além das árvores nativas que são cortadas para a cura da folha (ALMEIDA, 2005). Dessa forma, a sustentabilidade da produção de tabaco é questionada. Ainda mais se considerado que sustentabilidade “...é o desenvolvimento que atende as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras” (RELATÓRIO de BRUNDTLAND, 1988).

Por tanto, considerando a problemática do cultivo do tabaco, o presente estudo propõe-se a analisar e compreender o seguinte questionamento: qual é a percepção de agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica no cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS)?

Os métodos e técnicas utilizados para o presente estudo foram do enfoque qualitativo. As principais técnicas empregadas foram às entrevistas semi-estruturadas, observação participante e caderno de campo, para as anotações das informações coletadas no decorrer da pesquisa. O estudo desenvolveu-se no município de Arvorezinha. Ele localiza-se região alta do Vale do Taquari na parte inferior do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Situa-se a 210 quilômetros da capital Porto Alegre. O município é predominantemente rural, com forte presença da agricultura familiar, sendo o cultivo de tabaco uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas. A escolha pelo local deu-se inicialmente por existir uma preocupação com as pessoas envolvidas no cultivo de tabaco. Assim como pela quantidade de dados empíricos que a autora vem acumulando em função de manter laços afetivos com a comunidade local, também pela construção acadêmica que vem desenvolvendo, iniciada na graduação como o trabalho de conclusão de curso. Ele resultou em uma publicação em revista (TROIAN e EICHLER, 2009), posteriormente no mestrado com a produção de alguns trabalhos (como por exemplo, TROIAN, DALCIN e WIZNIEWSKY: A Produção de fumo *Versus* a

Sustentabilidade: um novo caminho a ser trilhado, e TROIAN, EICHLER e WIZNIEWSKY: A Percepção dos Agentes de Desenvolvimento em Relação à (in) Sustentabilidade do Cultivo do Fumo, no Município de Arvorezinha (RS), ambos na Revista Brasileira de Agroecologia) e agora nesta dissertação de mestrado.

Justificativa

O presente estudo se justifica à medida que uma série de estudos existentes fornecem dados estatísticos tais como: a produção do tabaco, a média de preços de venda do tabaco, o número de hectares plantados, o número de famílias produtoras, dentre outros dados referentes a produção de tabaco, e não esclarecem alguns aspectos que envolvem o cultivo. Ou seja, o estudo justifica-se pela carência de dados qualitativos que abordem aspectos subjetivos do cultivo de tabaco, que mencione as pessoas envolvidas na atividade, o que elas pensam (percepções), quais os motivos que os levam a cultivá-lo, assim como vêem, percebem e interagem com o meio ambiente. Dessa forma busca-se conhecer as percepções dos atores envolvidos no cultivo de tabaco sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos do seu cultivo. A produção de tabaco é uma atividade de grande relevância para o município de Arvorezinha (RS), sendo produzido em praticamente todas as propriedades rurais, motivo este que vem reforçar a relevância da pesquisa.

Premissas

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa que trabalha com percepções, o estudo permite que se façam algumas premissas a respeito do que posteriormente os dados primários irão revelar. Desta forma, pressupõe-se que os agricultores em geral priorizam a dimensão econômica em relação as dimensões social e ambiental no cultivo de tabaco. Sendo a motivação pelo cultivo de tabaco de ordem financeira (econômica), devido, principalmente, ao retorno econômico da produção e a garantia de mercado para o produto. Embora, informalmente se saiba que muitos agricultores

reclamam do preço recebido pelo tabaco vendido. Nos aspectos ambientais, pressupõe-se que em geral são poucos os cuidados com o meio ambiente, enquanto que nos aspectos sociais pressupõe-se que os agricultores não se sentem incomodados com a relação de dependência com as empresas fumageiras integradoras.

Objetivos

Geral

Avaliar qualitativamente as percepções de agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica envolvidas no cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS).

Específicos

- Descrever e caracterizar qualitativamente as percepções e motivações que levam os agricultores a desenvolverem o cultivo de tabaco.
- Investigar e avaliar, com parâmetros qualitativos, as percepções acerca da saúde, assistência técnica, legislação ambiental e Convenção Quadro para Controle do Tabaco.

Para tanto, a dissertação está dividida em oito capítulos. O primeiro apresenta uma discussão sobre a agricultura familiar. Neste capítulo foi realizada uma fundamentação (discussão) teórica utilizando alguns autores que estudam o tema (Wanderley, Lamarch, Guanzioli, Schneider, dentre outros). No segundo capítulo se abordará a especificamente a temática do tabaco. Nele será descrito o histórico do surgimento do tabaco, as etapas do cultivo e por fim quem são os atores sociais envolvidos nesta atividade. No terceiro capítulo estão contidos os principais conceitos e distintas interpretações sobre o tema do desenvolvimento e a sustentabilidade. Busca-se inicialmente apresentar o que vem sendo entendido por sustentabilidade e posteriormente vincular os pressupostos teóricos do desenvolvimento e a sustentabilidade com a produção de tabaco.

O quarto e último capítulo teórico, faz uma breve descrição das políticas públicas brasileira voltadas para a agricultura. Este capítulo é finalizado com a apresentação da política federal Convenção Quadro para Controle de Tabaco. O quinto capítulo é composto pela metodologia e pela descrição do local de estudo. Já

o sexto e sétimo capítulo são compostos pela discussão dos resultados e o sétimo pelas conclusões e considerações finais.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE TABACO EM UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

A região Sul do Brasil é responsável por 96% da produção nacional do tabaco (IBGE, 2006). O cultivo é realizado, principalmente, por pequenos agricultores, e a mão-de-obra é basicamente familiar. A Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2005) explicita que a região Sul do Brasil possui 198.040 famílias produtoras de tabaco e destas 72.848 têm entre 1 e 10 hectares.

Nas últimas décadas, houve um aumento gradativo do número de famílias que cultivam o tabaco, do número de hectares plantados e o volume da produção. Por isso, pretende-se, nesta seção, elaborar uma breve discussão sobre a agricultura familiar¹, uma vez que o cenário em estudo são as percepções de agricultores familiares sobre a (in) sustentabilidade da cadeia produtiva do tabaco.

No Brasil, quando se fala em rural e agricultura, o quem vem à cabeça das pessoas são as imagens da televisão reproduzindo cenas de grandes máquinas colhendo enormes lavouras de soja e cana-de-açúcar ou, pelo lado contrário, contingentes de trabalhadores protestando em nome da reforma agrária. São poucos aqueles se perguntam sobre os processos que fogem a esse estereótipo da ruralidade. O desconhecimento do senso comum é ainda maior quando se trata de determinadas categorias sociais, como os assim chamados agricultores familiares, mais corriqueiramente, identificados como pequenos agricultores e até produtores de subsistência. Independente da nomenclatura, o que vale ser analisado são as formas como as pequenas unidades familiares do meio rural brasileiro estão reagindo às mudanças, e o modo pelo qual oferecem sua contribuição à melhoria das condições de vida da população brasileira em geral (SCHNEIDER, 2004).

O termo agricultura familiar é recente, porém este segmento social é entendido e debatido há muito tempo. Seu papel é relevante para o desenvolvimento do país, tanto sob o ponto de vista produtivo como para as relações políticas e sociais que se estabelecem na construção da cidadania.

¹ Usaremos a expressão agricultura familiar por opção metodológica e analítica, não desconhecendo e nem desconsiderando o debate sobre esta expressão: Agricultura Familiar e Camponesa.

O reconhecimento da existência e da importância da agricultura familiar, no Brasil, ocorreu a partir da década de 1990. Este reconhecimento se deu, principalmente, por meio de movimentos sociais e através da legitimação do Estado, este instaurando políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estabelecido no ano de 1996. Também cabe destacar a importância do reconhecimento acadêmico, por meio de estudos, o que veio a firmar o termo, bem como que a consolidação da agricultura familiar demorou a ocorrer, no Brasil, pelo fato dos debates e discussões girarem em torno da questão agrária, em que a chamada “modernização dolorosa” do campo surge no local da reestruturação fundiária (SCHNEIDER, 2006).

A definição da agricultura familiar segundo Wanderley (1999, p. 23) é:

[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1999, 23).

A agricultura familiar também é entendida como aquela que

[...] configura-se nas unidades produtivas em que todo e qualquer trabalho é desenvolvido pelos membros da família, que detêm a posse da terra e dos instrumentos de trabalho, bem como tenha pelo menos 80% da renda familiar proveniente da atividade agropecuária (GIRARDI, 1996, p. 33 e BLUM, 2001, p. 62).

Vilela et al. (2002) caracterizam a agricultura familiar como uma exploração que utiliza mão-de-obra dos membros da família, tendo acesso a terra e capital limitado, e a um mercado dependente. Trata-se de um segmento de suma importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois produz uma diversidade de produtos para a subsistência e para a exportação, oferecendo empregos com baixo custo social.

Nesse sentido, o segmento entendido como agricultura familiar possui peculiaridades que a diferencia das demais atividades econômicas, em especial, por suas potencialidades referentes à interdependência dos fatores de produção, propriedade, e trabalho, além da sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural.

A manutenção da agricultura familiar se dá pelo modo como ela interage com o capitalismo, e esta interação varia em formas heterogêneas e muito particulares. Assim, a agricultura familiar tem certa autonomia em relação ao capital e se reproduz nestas condições, apesar da introdução de novas tecnologias. As decisões são tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e ao ambiente social e econômico. As decisões são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. E isso depende das relações com o ambiente e o espaço em que estão inseridas, sendo a reprodução o resultado de um ato coletivo (SCHNEIDER, 2006). Porém, a agricultura familiar possui alguns fatores limitantes, sendo talvez os obstáculos naturais o maior deles.

Estudos do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostram que os estabelecimentos que possuem menos de 100 hectares representam, aproximadamente, 23% do total existente, tendo significativa importância na produção agropecuária do país (VILELA et al. 2002). No que se refere especificamente aos agricultores familiares, é preciso destacar que, do total de famílias rurais, deve-se tomar apenas o grupo dos ocupados por conta-própria, porque é nesta categoria que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / (PNAD) classifica as famílias que operam em regime de trabalho autônomo. Os agricultores familiares trabalham sob o regime de economia familiar e constituem unidades formadas por grupos domésticos, ligados por laços de sangue e parentesco que são proprietários dos meios de produção, apropriando-se coletivamente dos resultados do trabalho. Embora o que pretende a classificação do PRONAF, podem ser incluídas, como agricultores familiares, as unidades que contratam até dois empregados permanentes (SCHNEIDER, 2004).

O PRONAF enquadra os produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residem na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo,

quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou, no máximo, seis módulos quando se tratar de pecuarista familiar; possuem 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária, ou não agropecuária do estabelecimento e mantenham até dois empregados permanentes, admitindo-se também a ajuda eventual de terceiros.

A agricultura familiar, erroneamente, esteve sempre associada à pobreza no meio rural e a ineficiência no uso dos fatores produtivos, o que não corresponde à verdade, pois esta modalidade de produção agrícola, na maioria das vezes, é extremamente eficiente na combinação de seus fatores produtivos (LAMARCHE, 1993). A agricultura familiar é o *locus* mais indicado para a consolidação de um novo padrão de produção agrícola (VEIGA, 1995). As características desse novo padrão, por sua vez, levarão a agricultura familiar a ser valorizada, em função de ser detentora de conhecimentos agroecológicos e pela capacidade de participação das comunidades e dos movimentos sociais organizados. Isso faz com que a sociedade urbana venha a valorizar a agricultura familiar.

Bittencourt e Bianchini (1996), em um estudo realizado na região sul do Brasil, adotam a definição de que agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%), e a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

A agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordina unicamente pelo ângulo da produção e rentabilidade econômica (CARMO, 1999). O autor leva em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar, estes fatores estão intimamente relacionados. Neste modelo, as decisões são realizadas no âmbito familiar, onde não se visa somente ao lucro.

O termo agricultor familiar é entendido por Guanzioli e Cardim (2000) como aqueles que atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família; a mão-de-obra familiar é superior

ao trabalho contratado; a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país.

A agricultura familiar, embora entendida, designada e classificada de divergentes maneiras, é de suma importância para a economia por meio da produção de alimentos, uma vez que estes têm influência direta no valor dos salários e da vida urbana. Evidenciando a importância da agricultura familiar, Caporal e Costabeber (2004), salientam que:

[...] existem no Brasil 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares que, embora, ocupando apenas 30,5% da área total e dispendo de 25,3% do financiamento, respondem por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) e por 76,85% da mão-de-obra ocupada na agricultura. Os agricultores familiares produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos. Além disso, respondem pela produção de 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana-de-açúcar, o que demonstra a grande importância estratégica deste setor (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p.141).

As transformações em torno do que se entende por agricultor familiar, no processo de modernização tecnológico-produtivo, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas (ou definições) “anteriores”, mas antes fazem surgir um agricultor portador de uma tradição camponesa que lhe permite adaptar-se às novas exigências sociais da produção capitalista. Ou seja, apesar de sua vinculação com o mercado, e de sua preocupação com preços e lucros, o produtor familiar não é necessariamente um capitalista, pois é proprietário da terra na qual produz, não vivendo fundamentalmente do trabalho dos outros, trabalhando, ele e/ou os membros de sua família, no próprio estabelecimento agropecuário (CABRERA, 1998).

Os agricultores familiares têm grande capacidade de adaptação a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, à emergência de novos mercados, ou ainda a mudanças mais gerais da situação econômica do país. Outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira é

a "pluriatividade" ²; assim como o fato de que quanto menor a disponibilidade de área, maior a importância relativa dos cultivos altamente exigentes em mão-de-obra. Nessa situação, a estratégia é gerar a maior renda possível por hectare, mesmo que a produtividade do trabalho das produções não seja das mais elevadas (BUAINAIM e ROMEIRO, 2000).

Veiga et al. (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que uma região rural terá um futuro mais dinâmico tanto quanto maior for à capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura. Ainda segundo os autores, as economias rurais mais dinâmicas são as que simultaneamente conseguem atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados. Já as economias especializadas em *commodities* agrícolas, podem até dar a impressão de grande dinamismo em sua fase inicial, quando sugam a renda diferencial propiciada pela exploração da fertilidade natural; contudo, depois dessa acumulação primitiva, tudo passa a depender do grau de diversificação dos negócios criados no entorno dessa fonte primária.

Ao observarmos a organização e dinâmica interna das famílias da agricultura familiar, pode-se evidenciar que, embora entre esses agricultores os cultivos e criações empreguem intensivamente as "ditas" tecnologias modernas, há técnicas tradicionais e uma expressiva produção de alimentos voltada ao autoconsumo das famílias. Elas estão associadas à garantia de sua segurança alimentar e, com isso, as suas estratégias de reprodução social (MENASCHE et al. 2008).

O trabalho externo da agricultura familiar se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família, como do próprio estabelecimento familiar (WANDERLEY, 1995). Assim, o trabalho extra-agrícola, realizado por membros residentes no estabelecimento agrícola familiar, tem duas funções sociais:

² O estudo do termo pluriatividade na agricultura familiar é algo recente e, até meados da década de 1980, os termos *part time farming* e *pluriactivité* eram utilizados como sinônimos. Sendo considerado como diferença o fato do primeiro termo ser originário da língua inglesa e o segundo da tradição acadêmica francesa. As diferentes interpretações do termo surgem na década de 1970, devido à diversidade crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos da mesma família de agricultores. No Brasil, o estudo sobre a pluriatividade ainda é embrionário, embora alguns estudiosos tenham despertado interesse pelo tema, de maneira geral, a pluriatividade ainda é tratada como uma curiosidade ou fenômeno social específico ou menor (SCHNEIDER, 1999).

a primeira função é de complementar a renda da família, e a segunda diz respeito à permanência dessas famílias no meio rural, garantindo a propriedade do bem rural.

Os agricultores familiares, além das estratégias de ocupar a mão-de-obra familiar em atividades agrícolas e não-agrícolas, freqüentemente, conciliam a mão-de-obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão-de-obra (SCHNEIDER, 1999). Isso geralmente ocorre em casos em que os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, ou quando a mão-de-obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos), e ainda quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão-de-obra, como é o caso da produção de tabaco (em pelo menos 3 a 4 meses por ano). A composição das estratégias da agricultura familiar depende de aspectos importantes que compõem o meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. Assim, ao se definir a agricultura familiar contemporânea, devem-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não-agrícola (pluriatividade) ou no trabalho que envolve a participação do trabalho assalariado, mas preservando a essência da mão-de-obra familiar (agrícola ou não-agrícola).

Carmo e Salles (1998) discutem sobre a produção agropecuária em bases familiares, e a evolução tecnológica apoiada no paradigma da sustentabilidade. Os autores acreditam que as críticas que existiam a respeito da baixa adoção de tecnologias pelos produtores familiares, hoje têm sido revistas no sentido de que nem todas as propostas tecnológicas estão adaptadas às reais necessidades desses produtores.

A maior parte da produção agrícola mundial provém de estabelecimentos familiares (ABRAMOVAY, 2000). Os países com bom desempenho econômico, atualmente, são os países capitalistas centrais e alguns países capitalistas periféricos, que, em seu processo de desenvolvimento, utilizaram a forma familiar de produção agrícola. De acordo com estudos de Veiga (2003), ao reconhecer e estimular a forma familiar de produção agrícola nos países capitalistas centrais considera-se que estes países, além de garantir a segurança alimentar, possibilitaram o nascimento, entre os agricultores, de uma classe média forte que contribuiu decisivamente para criar um mercado interno dinâmico, capaz de impulsionar o desenvolvimento desses países.

Por fim, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupando apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Os dados do IBGE apontam que, em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil (FRANÇA, C.G., DEL GROSSI, M.E., MARQUES, V.P.M., 2009).

Dessa forma, evidencia-se que existem muitos autores que trabalham, discutem, e denominam a agricultura familiar. Porém, o que se percebe é que, embora existam algumas divergências, o termo é definido basicamente pelos mesmos critérios. Entende-se por agricultura familiar aquela em que os recursos: terra, capital, mão-de-obra e gestão da propriedade estão intimamente ligados pelo laço de parentesco. Geralmente, por trás da atividade agrícola desenvolvida, existe a preocupação com a manutenção da família, com a saúde da mesma, dentre outras preocupações que fazem com que este segmento tenha aversão ao risco e busca reduzir as incertezas, ou seja, a racionalidade da agricultura familiar vai além da produção para geração de excedentes.

A discussão acadêmica do termo agricultura familiar foi tratada nesse capítulo por ser considerada relevante para a pesquisa, uma vez que a agricultura familiar é predominantemente no município em estudo. Da mesma forma, existe a relevância da discussão sobre a produção de tabaco. Portanto, no capítulo seguinte, serão feitas algumas explanações sobre o tabaco, enfatizando o seu surgimento, as etapas do cultivo, dentre outras questões.

3. A PRODUÇÃO DE TABACO

3.1 Breve histórico, a produção e o sistema de integração.

O hábito de fumar é muito antigo na civilização. No entanto, não existem estudos que indiquem o período exato e os motivos que levaram as pessoas a adquirirem esse hábito. Sabe-se que, há mais de quatro mil anos, o cultivo e o uso do tabaco já eram desenvolvidos pelos Maias na região da América do Norte e América Central. A partir de então, outros povos indígenas da América aprenderam a cultivar a planta e elaborar o produto para utilizá-lo em cerimoniais religiosos. O cachimbo era a principal forma usada para se fumar o tabaco, mas também eram feitos cigarros simples enrolando-se as folhas secas. Para os índios, o uso do tabaco era algo de grande valor cerimonial, acreditavam que a inalação da fumaça os aproximava dos deuses (BIOLCHI, 2003, 2005; BONATO, 2006).

Os missionários e colonizadores levaram as primeiras sementes de tabaco para a Europa, porém seu cultivo inicial era feito apenas por curiosidade. Os tripulantes e comerciantes que vieram ao Novo Mundo passaram a levar o tabaco e a consumi-lo na Europa. Em meados do século XVI, o embaixador francês de Lisboa, Jean Nicot, iniciou o cultivo da planta para consumo, acreditava que a inalação da fumaça do tabaco tivesse efeitos medicinais. Seus amigos da corte francesa passaram a acreditar que o tabaco pudesse curar todas as formas de doença, denominando a planta de “nicotina”, em homenagem a Nicot (BIOLCHI, 2005).

Do sagrado hábito de fumar dos indígenas ao medicinal de Nicot, o tabaco passou a ser considerado hábito de prazer. Embora de alto custo, seu consumo espalhou-se rapidamente. Por volta de 1600, foram abertas várias lojas de tabaco na Europa. Entre 1650 e 1750, com a expansão do comércio ultramarino, o tabaco foi difundido em todo o mundo, através dos marinheiros, comerciantes, colonos e missionários (BIOLCHI, 2005; BONATO, 2006).

Nardi (1985, apud BIOLCHI, 2005), apresenta como hipótese mais provável que a planta tenha nascido nos vales orientais dos Andes Bolivianos, e se infundido,

no atual território brasileiro, através das migrações indígenas (Tupi-Guaranis). Quando os europeus chegaram, o tabaco era de uso comum nas tribos indígenas e era cultivado em toda a costa brasileira. No início, os portugueses obtiveram o tabaco dos índios através do escambo.

As primeiras lavouras de tabaco formadas pelos colonos surgiram da necessidade de garantir o consumo próprio. À medida que o mercado foi se formando, colonos portugueses iniciaram o cultivo visando ao abastecimento do mercado europeu. A produção de tabaco foi plantada por colonos em áreas reduzidas desde o início, diferentemente do que ocorreu com a cana e o café (BIOLCHI, 2005).

O monopólio português do tabaco foi estabelecido em 1674, e a produção brasileira passou a ter três destinos principais. O produto considerado de primeira e segunda qualidade era exportado para Lisboa e a maior parte (cerca de 60%) era reexportada para outros países europeus. Uma outra parte, considerado tabaco de terceira qualidade, servia de moeda para o comércio de escravos com a África, no período colonial, além de servir para consumo local (BONATO, 2006).

Nas três primeiras décadas do século XX, com a concentração espacial, agrícola, e industrial o tabaco passa a ser cultivado também em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No sul, isso ocorreu com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente, os alemães e italianos (São Leopoldo e Santa Cruz do Sul - RS) (BIOLCHI, 2005).

O Brasil mantém a liderança mundial nas exportações do tabaco (fumo) em folha desde 1993. Exportando aproximadamente 85% da produção. A qualidade do tabaco brasileiro, a possibilidade de produção com baixos custos (um dos menores dentre os países produtores), e a capacidade de abastecimento do mercado externo são fatores que têm garantido a expansão das exportações brasileiras (BIOLCHI, 2005; BONATO, 2006).

A participação crescente dos países em desenvolvimento na produção mundial do tabaco é explicada por diversos fatores. Em primeiro lugar, os custos de produção, nos países em desenvolvimento, são mais baixos que nos países desenvolvidos. Segundo, o hábito de fumar vem declinando nos países desenvolvidos, enquanto a demanda por tabaco nos países em desenvolvimento, tanto para produção de cigarros como para exportações, tem aumentado. Em terceiro lugar, como parte de uma tendência global mais ampla durante a década de

1990, as empresas multinacionais do tabaco estabeleceram presença crescente nos países em desenvolvimento e estimularam a sua expansão para abastecer as novas plantas industriais. Por fim, em muitos países em desenvolvimento, o tabaco ainda é considerado uma plantação relativamente rentável, especialmente, se comparada com outras culturas tradicionais de (MDA, 2007).

A produção de tabaco, no século XIX, caracteriza-se pela desconcentração. No século XX, a crescente concentração, na Região Sul, é a característica mais relevante. E é, no centro do Rio Grande do Sul, com a colonização alemã, que nasce o núcleo que viria a ser atualmente “a capital do fumo”: Santa Cruz do Sul e sua microrregião. (BOEIRA e GUIVANT, 2003).

A produção de tabaco, na região Sul, concentra mais de 96% da produção brasileira. De acordo com dados do IBGE, o cultivo do tabaco está presente em 682 municípios da região Sul, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor (51% do total, com 299 municípios), seguido de Santa Catarina (34%, com 236 municípios) e do Paraná (15%, com 147 municípios) (BIOLCHI, 2005).

A safra de 2004/05, de acordo com o Sindifumo, envolveu o trabalho de aproximadamente 197 mil famílias no Sul do Brasil, distribuídas em mais de 700 municípios. A produção do tabaco do tipo Virgínia (fumo de estufa) envolve a maioria dos produtores integrados na cadeia do tabaco, com 137 mil famílias. O tabaco Burley (fumo de galpão) é produzido por 55 mil famílias, especialmente, nas regiões Sudoeste do Paraná, Oeste Catarinense e Noroeste do Rio Grande do Sul (SINDIFUMO, apud BONATO, 2006).

A produção de tabaco, no Sul do Brasil, é desenvolvida em um sistema de integração entre indústrias e fumicultores. O sistema integrado de produção de tabaco foi criado pela British American Tobacco (BAT, acionária da Souza Cruz). Este sistema teve início em 1918, em Santa Cruz do Sul. Em grande parte, o sucesso econômico-financeiro das empresas instaladas no país depende do sistema integrado de produção de tabaco. A BAT se tornou, no fim da 2ª Guerra Mundial, a maior fabricante de cigarros do mundo, expandindo-se principalmente na China (BOEIRA e JOHNS, 2007).

No sistema de integração, utiliza-se a assistência técnica. Esta é oferecida pelas empresas em troca da venda integral da produção com exclusividade. Os produtores se comprometem moralmente e por meio de contratos, sendo esta uma forma encontrada pelas indústrias para manterem o controle produtivo em suas

mãos desde o início do cultivo do tabaco e não apenas no momento da venda final. O sistema integrado ganhou estabilidade também em função da definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos produtores no final da safra (BOEIRA, 2002).

A produção de tabaco é feita, em geral, em baixa escala de produção por necessitar de muita mão-de-obra, restringindo-se às pequenas áreas e de acordo com a mão-de-obra disponível, que normalmente é familiar. Isto gera uma relação inversamente proporcional com a produtividade e a qualidade do produto, ou seja, quanto maior a área menor a qualidade e a produtividade (mantendo a variável mão-de-obra constante), pois se trata de um cultivo que exige muita dedicação. Por isso, a produção não se dá em escala empresarial.

O meio rural da região do Vale do Rio Pardo (que é similar ao município em estudo, que é Arvorezinha) encontra-se apático e passivo ante o peso do padrão imposto pela fumicultura (ETGES, 2001). A autora ressalta que o agricultor recebe um modelo de produção pronto, que não requer sua participação e que, muitas vezes, não leva em consideração a situação ambiental, social e econômica de muitas regiões.

A dimensão do sistema integrado de produção de tabaco é baseada em sete princípios, que inclui desde planejamento das safras, assistência técnica e financeira, uso de insumos de alta qualidade, garantia de compra total da safra contratada, levantamentos de custos e negociação de preço, programas de responsabilidade social e procedimentos de preservação ambiental (FREY e WITTMANN, 2006).

A indústria do tabaco se organiza mundialmente sob a forma de oligopólio (estrutura de mercado com pequeno número de grandes empresas que dominam o mercado internacionalmente) e as atividades de produção e comercialização de tabaco e seus derivados se estendem por mais de 50 países. São essas poucas e grandes empresas transnacionais que organizam todo o complexo agroindustrial de tabaco que é composto basicamente pela produção, processamento, beneficiamento e comercialização do tabaco em folha e de seus produtos derivados.

Atualmente, o tabaco é a principal planta não alimentícia cultivada em todos os continentes. Sua produção anual está em torno de seis milhões de toneladas. A produção de tabaco exerce grande importância na economia brasileira, com bons reflexos na esfera social, sendo responsável pela arrecadação de grandes somas

em impostos, envolvendo mais de 650 mil agricultores na produção primária, além de empregar mais de 30 mil pessoas nas usinas de beneficiamento e nas fábricas de cigarros, cigarrilhas e charutos. Ao longo de toda a cadeia produtiva, desde o seu plantio até a comercialização, há o envolvimento de, aproximadamente, 2,2 milhões de pessoas (DIEHL et al., S.d).

O tabaco começou a ser plantado, no estado do Rio Grande do Sul, em 1924, em São Leopoldo, e, a partir de 1950, em Santa Cruz. A região fumícola gaúcha localiza-se basicamente na Região do Vale do Rio Pardo (VRP). Ela foi ocupada desde a segunda do século XIX, como resultado de um processo de colonização do Governo Provincial, vindo a refletir na trajetória histórica da colonização dos imigrantes alemães que vieram ali se instalar. Desde a introdução da atividade, ela possuía uma combinação entre a indústria, por meio do trabalho assalariado, e entre a produção agrícola, vinculada ao trabalho familiar (PRIEB, 2005).

A produção de tabaco, no Rio Grande do Sul, a grosso modo, pode ser descrita a partir de dois momentos: período anterior a 1965, em que as empresas fumageiras eram de capital nacional, e período após a década de 1970, em que ocorre a desnacionalização das empresas e o processo de modernização da produção agrícola. Dessa forma, a partir de 1970, ocorreu um aprofundamento na relação produtor/fumageira (PRIEB, 2005).

Nas áreas de cultivo do tabaco, tradicionalmente, são encontradas três categorias de agricultores familiares: os que não têm terras e se associam a outros para cultivar a planta; os meeiros, mais conhecidos, na região, como sócios (agregados); e os agricultores que dispõem de terras próprias para a produção.

Análises realizadas através de pesquisas locais mostram que a Região do Vale do Rio Pardo, no RS, responde por 25% da produção de tabaco do Sul do Brasil. Nesta região, localiza-se, aproximadamente 45% da população no meio rural, dedicando-se principalmente à produção de tabaco. A renda média dessas famílias registrou conforme pesquisa realizada entre os anos 1999 e 2001, em três municípios do VRP, registrada foi menos de US\$3.000/ano nas safras de 1999/2000 e 2000/2001. Descontados os gastos com os insumos utilizados na produção, a renda líquida apontou um resultado menor que US\$ 850 por família ao ano. O que equivale a uma renda mensal de US\$24,00 por trabalhador, ou seja, um terço do salário mínimo nacional (ETGES *et al.*, 2002).

Atualmente, verifica-se um grande conflito entre os fumicultores e as companhias de beneficiamento de tabaco, no que tange aos rendimentos dos fumicultores, à intermediação da indústria na obtenção de créditos para a produção, assim como na definição da representatividade dos fumicultores nos fóruns que negociam os preços de cada safra (Correio do Povo, 19/02/2004). Pesquisas realizadas entre os fumicultores, na maior região produtora de tabaco do país, localizada no entorno de Santa Cruz do Sul (RS), mostram que 74,7% dos produtores têm vontade de deixar de cultivar o tabaco, mas sentem falta de um apoio mais concreto para que esse desejo se realize (ETGES et al., 2002).

3.2 Etapas do cultivo do tabaco (tipo estufa)

A produção de tabaco, apesar de ser considerada um cultivo de verão, tem suas atividades estendidas por quase todo o ano, além de ser muito exigente em mão-de-obra, característica está que a identifica como produção oriunda da agricultura familiar.

A plantação de tabaco tem início na primavera, onde começam os preparativos para as mudas. O término da safra, da colheita, secagem e classificação ocorrem nos meados do verão. Ainda, após isso, o agricultor já começa a preparar lenha e as terras para a próxima safra (TROIAN, 2006).

Os canteiros para a produção de mudas de tabaco, geralmente, são feitos durante o mês de abril. O método convencional é feito na terra, com o plantio de mudas no chão. Já no sistema *floating*³, as sementes são semeadas em bandejas de poliestireno, preenchidas com um substrato específico, sendo as bandejas colocadas em uma espécie de piscina de lona, ficando todo o período na água.

Depois das mudas transplantadas, durante o desenvolvimento dos pés de tabaco, é efetuada a capina e aplicações de agrotóxicos (herbicida e inseticida). Isso ocorre aproximadamente nos meses de outubro a novembro. Mais tarde, é realizado o desbrote, que consiste na quebra das flores e dos brotos que nascem no pé de tabaco, para que as folhas cresçam e fiquem grossas.

³ Termo em inglês, que poderia ser traduzido para flutuante, em português.

A próxima etapa do cultivo é a colheita, que ocorre entre dezembro e final de fevereiro. As folhas do tabaco são secas em estufas construídas com tijolos. As estufas funcionam à base de lenha, que tem a função de aquecer o ambiente secando as folhas. Depois de secas, as folhas são classificadas (separadas), por uma classificação pré-estabelecida pela empresa fumageira. Em seguida, são feitas manocas (maços de folhas da mesma classe, amarrando-os um com os outros) e, após, pode-se vender o produto. Cabe ressaltar que as épocas de realização dessas tarefas variam conforme a região.

3.3 Perfil dos fumicultores sul-brasileiros

A produção de tabaco mobiliza mais de 150 mil famílias, nos mais de 660 municípios produtores da região Sul do Brasil. O cultivo do tabaco absorve maciçamente a mão-de-obra familiar. Em média, são 3,4 integrantes em cada família, o que equivale a mais de 520 mil postos de trabalho, principalmente, nos períodos de plantio, colheita, classificação e cura do tabaco. A fumicultura é responsável também pela geração de 40 mil empregos temporários, cuja contratação ocorre de forma mais intensiva durante a fase de colheita (BIOLCHI, 2003). Entre os produtores de tabaco, 89,9% não concluíram o ensino fundamental e 0,5% não são alfabetizados (BONATO, 2006).

Grande parte das regiões produtoras constitui-se de topografia acidentada, onde a utilização de mecanização é quase impraticável, o que dificulta a exploração de outras culturas para fins comerciais (BIOLCHI et al., 2003). O tabaco representa a principal fonte de renda da maior parte das famílias produtoras. Os produtores, geralmente, desenvolvem outros cultivos para sua subsistência ou para complementar sua renda. Eles são: milho, feijão, hortaliças e frutas, ocupando até 23,4% da área média. Outros 60% da área da propriedade é ocupada por pasto e criação de animais (20%), matas nativas e áreas reflorestadas (28%), áreas não utilizadas, açudes ou córregos, casas e galpões (12%) (AFUBRA, 2005). Dentre as criações destacam-se a produção de leite, suínos e aves, combinando o autoconsumo com a venda de excedentes.

Os plantadores de tabaco, no Brasil, em sua maioria, são pequenos proprietários de terra. O tamanho médio das propriedades fumicultoras, em 2005/06, eram de 16,8 hectares. Dos plantadores, 20% (mais de 39 mil famílias) não possuem terra e trabalham em terras arrendadas de outros ou em parcerias; e 36% dos fumicultores, no sul do Brasil, dispõem de propriedades que variam de 1 a 10 hectares. Dos proprietários, apenas 2% dos fumicultores possuem mais do que 50 hectares. As plantações de tabaco ocupam 16,6% da área média das propriedades rurais, apesar de representarem 68% da receita do estabelecimento (AFUBRA, 2005).

Segundo Vogt (2000), dada à característica de produção de tabaco, de não exigir mecanização e de necessitar apenas de uma pequena fração de terra da propriedade, a fumicultura torna-se, muitas vezes, a única alternativa de manutenção de agricultores no campo. Além disso, internamente, o trabalho e os meios de produção, em vez de se organizarem pela razão do cálculo aquisitivo capitalista, requisitam longas jornadas que avançam à noite, em pelo menos 3 a 4 meses do ciclo anual do cultivo, período da colheita, cura e secagem das folhas do tabaco (LIMA, 2007, p.210-211).

3.4 A produção de tabaco e a sustentabilidade

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os produtos derivados de tabaco matam cerca de 200 mil brasileiros a cada ano. Os danos ambientais também são grandes, ainda segundo a OMS, uma vez que, aproximadamente, 200 mil hectares de matas e florestas são destruídas no mundo para dar lugar a plantações de tabaco, além das árvores nativas que são cortadas para a cura e secagem das folhas. A pior parte é saber que as doenças tabaco-relacionado, os danos econômicos, sociais e ambientais, os sofrimentos e as mortes são 100% passíveis de prevenção.

O tabagismo é considerado pela OMS a principal causa de morte evitável em todo o mundo. A OMS estima que um terço da população mundial adulta, isto é, 1,2 bilhões de pessoas, entre as quais 200 milhões de mulheres, sejam fumantes.

Pesquisas comprovam que, aproximadamente, 47% de toda a população masculina e 12% da população feminina no mundo fumam. Enquanto nos países em desenvolvimento os fumantes constituem 48% da população masculina e 7% da população feminina, nos países desenvolvidos a participação das mulheres mais do que triplica: 42% dos homens e 24% das mulheres têm o comportamento de fumar. No Brasil, os fumantes correspondem a 16,7% da população, ou seja, 30,2 milhões (OLIVEIRA, 2006).

No início do século XX, surgem diversas leis contra o tabagismo nos EUA, mas ao final da década de 1920 quase todas estão abolidas, porque as empresas conseguem driblar as várias legislações, utilizando-se de estratégias pró-ativas e reativas (combinadas) (BOEIRA, s.d.).

Na cadeia produtiva do tabaco, são recomendados diversos agrotóxicos, que vão desde os canteiros de mudas às lavouras, deixando o agricultor e sua família exposta a diversos tipos de agrotóxicos durante praticamente todo o ano. Além disso, causa problemas ambientais, tais como: envenenamento em mananciais, redução da vida microbiana, dentre outros. O destino das embalagens é um problema enfrentado e que traz riscos ao meio ambiente, pois, mesmo com a tríplice lavagem das embalagens vazias, os produtos químicos podem continuar concentrados nos recipientes contaminando a água e o solo.

A legislação que regulamenta o uso de agroquímicos prevê que o fabricante deve dar indicações no rótulo das embalagens sobre o destino final das mesmas e das sobras de agroquímicos e afins. Sendo as empresas fabricantes ou comerciantes de agrotóxicos as responsáveis pelo estabelecimento de mecanismos de coleta, recebimento, e pela destinação das embalagens vazias dos produtos fabricados e/ou comercializados. De acordo com a Lei Federal 9.974, de 6 de junho de 2000, compete ao Poder Público à fiscalização da devolução e destinação das embalagens vazias de agrotóxicos, assim como o seu armazenamento, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização (BIOLCHI et al., 2003).

Sabe-se também que, na prática, o processo envolvido na utilização de agrotóxicos é diferente das propostas teóricas e didáticas, em que se procura demonstrar o que é o ideal. Muito se sabe de casos absurdos envolvendo o uso inadequado dos agrotóxicos e de suas embalagens. Almeida (2005) relata a experiência de um engenheiro agrônomo da EMATER/ PR revelando que:

Já viu crianças carregando a merenda escolar em embalagens de agrotóxicos, passando no meio da lavoura recém-pulverizada em direção a escola [...], descobriu pais pulverizando culturas perto dos filhos, poluindo com pesticidas rios dos quais retiravam água para beber (ALMEIDA, 2005, p. 61).

Frente aos problemas ambientais causados na produção do tabaco revê-se a (in) sustentabilidade do sistema de produção. Isso sem ressaltar as doenças causadas nos fumantes passivos que está se configurando como um problema de saúde pública. Porém, percebe-se que existem iniciativas que vêm sendo divulgadas pelas fumageiras junto aos fumicultores vinculados a elas, como redução e eliminação de agrotóxicos, introdução do uso de agentes de controle biológico, uso de cultivares resistentes às principais doenças, monitoramento de resíduos de pesticidas, uso de equipamentos de proteção individual (EPI's), adoção de práticas de preservação e conservação do solo, reflorestamento e preservação de matas nativas. Um aspecto importante na definição de prioridades e estratégias para a gestão ambiental, em nível de empresa, é a identificação e a avaliação dos impactos ambientais causados pelas suas atividades (FREY e WITTMANN, 2006).

Na concepção de Frey e Wittmann (2006), no que se refere à política ambiental vinculada ao sistema integrado de produção, o setor fumageiro vem atuando: a) na redução da quantidade de agrotóxicos em lavouras de tabaco; b) no recolhimento de embalagens de agrotóxicos; c) na orientação sobre o correto uso, manejo e a conservação do solo e dos recursos hídricos; e d) no fomento ao reflorestamento e incentivo à preservação das matas nativas. E, de certa forma, estes procedimentos possuem impacto direto na produção do tabaco. Ainda segundo os mesmos autores (FREY e WIFFMANN, 2006), especificamente, na questão ambiental referente ao setor fumageiro, tem-se um grande paradoxo: de um lado, há um produto final, "cigarro", que é prejudicial à saúde, sendo cada vez mais controlado e restrito, e de outro, há um processo de produção cada vez mais limpo e ambientalmente correto, reforçado pelo mercado internacional que passa a exigir atestados de que as empresas, os processos, e os produtos possuam méritos de gestão ambiental (SIC).

Porém, de outro lado, observa-se no cenário da fumicultura, uma certa pressão sobre os recursos locais, pela prática de desflorestamento e pelo mau uso do solo, danificando, com isso, a sua bioestrutura, assim como os mananciais

aqüíferos, devido às práticas de manejo e às técnicas inapropriadas desse padrão convencional predominante (LIMA; WIZNIEWSKY e MARTINS, 2005).

Ainda, tratando da (in) sustentabilidade da produção de tabaco, Sequinatto (2007) que estudou este cultivo em uma micro bacia hidrográfica no município de Agudo, RS, ressalta que o cultivo do tabaco é responsável pela degradação do ecossistema natural, devido o uso intensivo do solo. Para a autora, as áreas onde o tabaco é produzido no Estado, na sua maioria, estão inseridas em regiões com solos pedogeneticamente jovens, rasos e restritivos para o uso, com cultivos anuais. Então, os problemas de erosão, de manutenção da capacidade produtiva e de armazenamento da água nesses solos marginais, são bastante comuns, conforme aponta os estudos e são conflitantes com a preservação do ambiente.

A fumicultura é um dos sistemas de produção com grande potencial poluidor. Pelo fato de muitas propriedades estarem localizadas em solos marginais, declivosos e com muitos problemas de manutenção da capacidade produtiva (RHEINHEIMER et al., 2003). Esses agricultores são dependentes do pacote tecnológico que preconiza o uso excessivo de insumos industrializados. Apesar disso, a produção de tabaco é um dos sistemas de produção de suma importância para o Estado sob o ponto de vista de arrecadação de tributos, por isso a dificuldade, e/ou a falta de interesse dos órgãos públicos em extingui-lo.

A produção de tabaco apresenta uma série de implicações, as quais fazem existir questionamentos quanto à sustentabilidade do cultivo. Para tanto, na seção seguinte, será apresentado alguns conceitos e debates sobre o que é considerado desenvolvimento.

Esse capítulo tratou da produção do tabaco e dos atores envolvidos na sua cadeia. Sabendo-se que objetivo do estudo é verificar a percepção dos agricultores e dos agentes rurais sobre a (in) sustentabilidade do cultivo do tabaco, enfocando os aspectos ambientais, sociais e econômicos, o capítulo a seguir trará algumas considerações sobre o que é entendido e debatido sobre desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO

A idéia de desenvolvimento está relacionada a uma série de componentes interligados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora (SEM, 2000). Para Almeida (1998), é, no século XX, em países e regiões afastadas dos centros da modernização, que a idéia de desenvolvimento ganha força. A partir da década de 1950, o termo era empregado na literatura econômica e na linguagem em geral. E a partir deste século a idéia de desenvolvimento é revigorada por teorias e princípios econômicos. Ainda segundo o autor citado, dentro do liberalismo, o termo desenvolvimento substitui a noção de progresso e está associado à idéia de crescimento. Mas essa idéia de desenvolvimento que orienta a ação dos homens, ao longo do tempo, vem gerando um crescimento sem limites, transformando a organização social do homem e o meio que o rodeia.

O processo de desenvolvimento tem feito com que o consumo dos recursos finitos da natureza seja cada vez maior, causando grandes impactos sociais e ambientais. Porém, não se pode negar que o crescimento ocorrido após a Revolução Industrial foi de fato importante para a melhora da qualidade de vida das pessoas. No entanto, os custos desse processo também foram altos e hoje se tem como grande desafio à inserção das variáveis, social e ambiental, no processo de desenvolvimento (CRUZ et al., 2006).

Em função disso, começa-se a ser revisto o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, pois as crises ambiental, econômica e social colocam em xeque esta generalizada noção, e, no século XX, esgota-se a força norteadora desta idéia. Dessa forma, começa-se, então, agregar a palavra sustentável ao conceito de desenvolvimento. Partindo desta visão, o desenvolvimento sustentável parte do princípio da insustentabilidade, da inadequação econômica social e ambiental do padrão de desenvolvimento da sociedade contemporânea (SCHMITT, 1995, apud ALMEIDA, 1998).

A palavra Sustentabilidade vem do latim *sustentare* que significa sustentar, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir. Nos dicionários em português,

sustentar significa impedir a ruína, resistir, manter, conservar a mesma posição, sustentar-se, manter o nível apropriado. Sustentável é tudo que é capaz de ser suportado, mantido. O termo sustentabilidade é entendido como a manutenção de um sistema ao longo do tempo, sendo que essa durabilidade depende de quanto maior for à adaptabilidade, a diversidade, a resiliência, a eqüidade do sistema e a interação entre as diferentes dimensões: econômica, ambiental, social e cultural (DEPONTI E ALMEIDA, 2002).

O Desenvolvimento Sustentável é um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. Esta idéia deriva, inicialmente, do Relatório elaborado pelo chamado Clube de Roma, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1998).

A consciência, que se retrata atualmente sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, é resultado de uma construção que passou pela contribuição dos movimentos ambientalistas mundiais e pela elaboração de um pensamento oficial do Estado (FREY e WITTMANN, 2006). Na década de 1960, surgem as primeiras comunidades sustentáveis, chamadas ecovilas, que até hoje são exemplos plenos de como aliar o desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento humano integral dentro dos novos paradigmas ecológicos e sociais.

A CMMAD presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, em 1987, adotou o conceito de Desenvolvimento Sustentável em seu relatório *Our Common Future* (Nosso futuro comum), também conhecido como Relatório Brundtland. O informe estabelece o desenvolvimento sustentável como método para corrigir os efeitos da crise ecológica, definido como: *“que satisfice las necesidades de la generación presente sin comprometer la capacidad de la generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades”*. Este conceito foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Eco-92, no Rio de Janeiro (CMMAD, 1998).

O Desenvolvimento Sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, servindo como base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, por ocasião da Conferência. A Agenda 21 trata-se de um abrangente conjunto de metas para a criação de um

mundo mais sustentável. É um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional. Este concilia métodos de proteção ambiental, justiça social, e eficiência econômica, bem como trata dos temas: dimensões econômicas e sociais, conservação, recursos para o desenvolvimento, medidas requeridas para a proteção e promoção de alguns dos segmentos sociais mais relevantes, e revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas. O que se pretende abordar, que não é muito recente, é que se começa a perceber que a forma de vida adotada trará serias conseqüências ao meio ambiente e com ele à vida das pessoas. Os aspectos positivos da Agenda 21 relacionam a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural, destacando e reconhecendo a existência de problemas que dificultam a sustentabilidade da agricultura atual, sendo necessário o interesse da sociedade global, do nosso planeta (MIELGO e GUZMÁN, 2004).

Na agricultura, a idéia de Desenvolvimento Sustentável surge após os efeitos da conhecida Revolução Verde ocorrida em meados da década de 1960. Esta revolução teve como princípio o aumento da produtividade, mas que apresenta ineficiência ao longo dos anos, reduzindo a renda dos agricultores e principalmente mostrando-se ineficiente energeticamente pelo elevado consumo de energia não-renováveis. Por este motivo, a idéia de Desenvolvimento Sustentável passa a ganhar olhos dos ambientalistas. Para tanto, a próxima seção enfatizará uma discussão entre a produção do tabaco e os conceitos de sustentabilidade utilizados na academia.

4.1 Desenvolvimento: um conceito em discussão.

A idéia de desenvolvimento que orienta a ação dos homens, ao longo dos tempos, vem gerando um crescimento sem limites, transformando a organização social do homem e o meio que o rodeia. Esse processo tem feito com que o consumo dos recursos finitos da natureza seja cada vez maior, causando grandes impactos sociais e ambientais. O crescimento ocorrido após e/ou com a Revolução

Industrial foi de fato importante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, no entanto, os custos desse processo também foram “prejudiciais” ao meio ambiente.

A partir da década de 1960, movimentos passaram a ser realizados pela comunidade internacional para discutir a questão dos impactos sofridos pelo ambiente e pela sociedade, buscando alternativas para um desenvolvimento equilibrado com a conservação dos recursos naturais. Essas mobilizações culminaram com a Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), e pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida, no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92).

Com a revolução industrial, o uso de recursos naturais começou a ser intensificado. Junto a isso, depois da Segunda Guerra, problemas ambientais começaram a ser detectados em nações ricas. Percebe-se, diante disso, que o problema ambiental é global (MIELGO Y GUZMÁN, 2004). Surgem, então, novas demandas, e a formulação de conceitos como conservação, preservação, sustentabilidade, e agroecologia. Porém, estas novas demandas não apresentam forças suficientes para que alguma mudança ocorresse.

A questão ambiental apresenta desafios para a ciência, neste sentido, Mielgo Y Guzmán (2004) acreditam que, no futuro, o movimento ecológico terá cada vez mais influência sobre a forma como a história está sendo escrita. O tema Desenvolvimento Sustentável tem ocupado, nas últimas décadas, espaços cada vez maiores, tanto no debate político como nas investigações acadêmicas, chegando a quase todas as esferas da sociedade, em qualquer parte do globo terrestre.

Em 1970, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, na reunião do Clube de Roma, que constatou o fim dos recursos naturais e solicitou o estudo intitulado *Limites do Crescimento*, publicado por ocasião da 1ª Conferência Mundial do Meio Ambiente (1972), em Estocolmo. A Conferência de Estocolmo, promovida pela ONU, resultou na *Declaração sobre o Ambiente Humano*, determinando ao mundo que tanto as gerações presentes como as futuras gerações têm o direito de viver num ambiente sadio e não degradado.

As pessoas descobrem que existe um único mundo com problemas no meio ambiente na Conferência da ONU, em 1972, celebrada em Estocolmo. Porém, configuram-se diferentes idéias, onde, na visão dos países ditos de primeiro mundo, acredita-se que a culpa dos problemas ambientais estão nos países

subdesenvolvidos devido ao crescimento demográfico destes países pobres (pobreza deteriora os recursos naturais).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD), conhecida como Comissão Brundtland, em 1987, recomendou a criação de uma nova carta ou declaração universal sobre a proteção ambiental e sobre o Desenvolvimento Sustentável. Foi publicado, no mesmo ano, o *Relatório Brundtland* com o título *Nosso Futuro Comum*, que apontou para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e de consumo vigentes.

O Informe Brundtland (1988) estabelece o Desenvolvimento Sustentável como método oficial para corrigir os efeitos da crise ecológica. Porém, segundo Mielgo e Guzmán (2004), o Informe Brundtland de 1988 apresenta contradições em seus conceitos. Há muito se sabe das diferenças entre desenvolvimento e crescimento econômico, contudo nesse Informe estes termos aparecem com significado único.

Tratando do Desenvolvimento Sustentável, o Informe Global 2000, sob iniciativa do Presidente Carter, declara que é impossível o mundo todo ter o estilo de vida das sociedades “desenvolvidas”. O informe enfatiza para a perda de importantes recursos necessários para a agricultura. Mas, foi na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, que o termo se consolidou numa proposta referendada por mais de 180 países. A Conferência do Rio 92 pretendia celebrar acordos pelo desenvolvimento sustentável, cordializar (oficializar) acordos realizados anteriormente por alguns estados e, por outro lado, iniciar o processo de implantação global do Desenvolvimento Sustentável, mediante a forma dos vários tratados que entram em vigor nesse momento. Nessa Conferência também se pretendia (quase de forma arbitrária) que os países cumprissem com seus objetivos, para assim partir rumo ao Desenvolvimento Sustentável.

Considerando a Agenda 21, refere-se a um documento que contém compromissos assumidos entre os países participantes, para a mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século. A idéia de sua “criação” era tornar possível a construção de um plano de ação e um planejamento participativo global, nacional e local, capaz de permitir o nascimento de um novo paradigma de desenvolvimento. Ela tem, nas ações locais, a sua principal forma de atingir o Desenvolvimento

Sustentável, dessa forma, além dos países participantes terem assumido o compromisso de elaborar e implantar a sua própria Agenda 21 de acordo com suas peculiaridades, também se criou a Agenda 21 Local, que se destina a aplicar os princípios e diretrizes aos municípios e comunidades, como parte da estratégia global (SENADO FEDERAL, 2001).

No Brasil, o debate da sustentabilidade tem sido centrado no desenvolvimento rural e nos impactos do modelo de agricultura adotado nas últimas décadas. A “modernização conservadora” causou transformações marcantes na agricultura e representou um esforço no sentido de aumentar a produção, a produtividade das culturas e as criações. Este modelo, mesmo tendo atingido muitos dos seus objetivos, apresentou efeitos colaterais que provocaram sérios impactos ambientais, ampliando a desigualdade social entre regiões, entre produtos, e entre agricultores, evidenciando a sua insustentabilidade. A sustentabilidade está invariavelmente baseada em uma organização social que tenha preocupação e orientação na proteção aos recursos naturais, e que busque, no passar do tempo, à ampliação da harmonia da relação Sociedade-Natureza (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico (TRATADO DAS ONGS, 1992). O Tratado das ONGS acrescenta que a agricultura sustentável respeita a diversidade e independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para desenvolver e não marginalizar o saber tradicional acumulado, ao longo dos séculos, por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

O Informe de Brundtland, na visão de Martínez Alier (1998), possui uma posição que visa a uma proposição tecnocrática. O autor, não acredita que a pobreza é a responsável pela degradação. A idéia de Desenvolvimento Sustentável desse Informe seria estancar a pobreza para que a degradação ambiental fosse reduzida. Porém, um crescimento econômico geral (proposto pelo Informe de Brundtland) pode agravar, em vez de diminuir a degradação ecológica, mas a atual capacidade de sustento estaria excedida nesses países, uma vez que os recursos demandados pelos processos intensivos modernos não estariam disponíveis no futuro (MARTÍNEZ ALIER, 1998 apud LIMA, WIZNIEWSKY e MARTINS, 2005).

O uso excessivo de recursos naturais, o consumismo exagerado, a degradação ambiental e a grande quantidade de resíduos gerados são rastros

deixados por uma humanidade que ainda se vê fora e distante da Natureza. Quanto mais se acelera nossa exploração do meio ambiente, maior se torna a marca que deixamos na Terra. Para medir esta marca, existe a Pegada Ecológica. Ela não é uma medida exata e sim uma estimativa. A Pegada Ecológica nos mostra até que ponto a nossa forma de viver está de acordo com a capacidade do planeta de oferecer, renovar seus recursos naturais, e absorver os resíduos que geramos por muitos e muitos anos. Dados recentes demonstram que estamos utilizando cerca de 25% a mais do que temos disponível em recursos naturais, ou seja, precisamos de um planeta e mais um quarto dele para sustentar nosso estilo de vida atual (WWF, 2010).

O desenvolvimento sustentável é denominado por Sachs (2002) como ecodesenvolvimento. O autor considera o crescimento, reformulado em relação a modalidades e usos, como condição necessária para o desenvolvimento. Ele incorpora ao desenvolvimento, os critérios de relevância social, prudência ecológica, e viabilidade econômica. Centra-se na idéia da conservação/proteção da biodiversidade e da gestão negociada, planejada e contratual dos recursos, para responder à atual crise de paradigmas e à garantia dos direitos às futuras gerações. (SACHS 2002, apud LIMA, WIZNIEWSKY e MARTINS, 2005).

A sustentabilidade é futura, uma visão de longo prazo, e deve inaugurar mudanças nos padrões de consumo, nos métodos de uso da terra, e na preservação da produtividade (qualidade) do solo. Práticas agrícolas de orientação ecológica devem guiar o caminho em direção à sustentabilidade dos agroecossistemas. A sustentabilidade é a prova de que se está evoluindo, refere-se sempre a uma medida posterior, pois a avaliação está no futuro (GLIESSMAN, 2005). A sustentabilidade também tem a característica de ser relativa, sempre sendo uma comparação entre objetos situados no mesmo tempo, ou em tempos diferentes. Por isso, a construção de ações que buscam a sustentabilidade deve ter como balizas dimensões básicas e, dentro delas, indicadores que possam de antemão apontar caminhos sustentáveis.

A sustentabilidade não pode ser determinada com apenas um indicador (MARZALL e ALMEIDA, 2000). É necessário um conjunto de fatores que considere, no mínimo, as dimensões sociais, ambientais e econômicas, entre outras. Desta forma, fica enfatizada a necessidade dos modelos de análise e avaliação do desenvolvimento multidimensional. Muitos autores, além das três dimensões citadas,

vinculam outros, como as dimensões tecnológicas, da solidariedade, institucionais entre outras.

A partir da perspectiva agroecológica, Caporal e Costabeber (2002) apresentam as estratégias orientadoras para a ação em um dado sistema, com vistas à sustentabilidade. Para os autores, devem-se levar em conta pelo menos seis dimensões relacionadas entre si. O modelo é em forma de pirâmide, sendo, no primeiro nível básico, as dimensões ecológicas, as econômicas e as sociais; no segundo da hierarquia, as dimensões culturais e políticas; e, no estrato de terceiro nível, a dimensão ética.

A dimensão ecológica [...] é formada pela manutenção e recuperação da base de recursos naturais sobre a qual se sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos. A dimensão social [...] é a equidade da propriedade dos agroecossistemas que indica quão equânime é a distribuição da produção [e também dos custos] entre os beneficiários humanos. A dimensão econômica [...] não se trata somente de buscar aumentos de produção e produtividade agropecuária a qualquer custo, pois eles podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazo. A dimensão cultural [...] são os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais e precisam ser analisados, compreendido se utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a "identidade cultural" das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema. A dimensão política [...] está próxima dos processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural. A dimensão ética [...] se relaciona diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 75-80).

A imagem do tripé é perfeita para entender a sustentabilidade. No tripé, estão contidos os aspectos ambientais, sociais e econômicos, que devem interagir, de forma holística, para abarcar a amplitude do conceito. Desta forma, após a exposição de uma série de indicadores para classificar em sustentável ou não uma atividade, no presente estudo, utiliza-se o modelo tripé (aspectos ambientais, sociais e econômicos) para a "avaliação" realizada a partir das percepções dos agricultores e agentes rurais locais.

Nessa seção, tratou-se dos conceitos e da discussão sobre o desenvolvimento sustentável. No capítulo a seguir, será realizada uma breve explanação das principais políticas públicas brasileiras voltadas para a agricultura, com o objetivo de situar o leitor, resgatando como se deu a intervenção estatal, finalizando com a medida federal da Convenção Quadro para Controle do Tabaco.

5. ENTENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE REGASTE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA DO BRASIL

No Brasil, durante todo seu processo histórico, as políticas públicas de modernização da agricultura sempre atenderam, prioritariamente, a elite agrária que detinha o poder econômico e o político. Isto ocorre, desde a Lei de Terras de 1850, seguida da promulgação da Constituição de 1891, e, posteriormente, do Código Civil de 1916 que buscou a regulamentação das relações de trabalho no campo, favorecendo a manutenção da grande propriedade (BASTOS, 2006). Durante este período, as políticas públicas forneceram os alicerces para que o capitalismo criasse condições de reproduzir-se no campo brasileiro.

Nas décadas de 1950, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência (ABCAR) importada dos Estados Unidos, principalmente, por que a população agrícola era considerada “pobre e sem estímulos” para a agricultura, fazendo-se necessário criar políticas públicas a fim de que esta população pudesse começar a produzir para o mercado. A partir disso, pode-se fortalecer o trabalho junto aos jovens no intuito de formar novos e bons agricultores (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A partir da década de 1960, os governos militares financiaram a modernização dos latifúndios através de créditos facilitados. Juntamente com a falta de políticas públicas, antes destinados à agricultura e a pequenos agricultores, o governo passa a investir em outros setores como a modernização da indústria (BACHA, 2004). A modernização da agricultura foi incentivada pelo estado através de políticas públicas de importação de modelos tecnológicos, a conhecida “Revolução Verde”. Segundo Bacha (2004), até os anos 1970, quando foi introduzido o modelo de desenvolvimento de substituição dos importados manufaturados por industrializados, a agricultura respondia pela geração de renda, que era transferida para o setor industrial, impulsionando o processo de industrialização e modernização do país. Com isso, a industrialização do Brasil foi promovida por políticas públicas.

O processo de industrialização desencadeou a urbanização, uma vez que as cidades metropolitanas tornaram-se atrativas pela possibilidade de emprego no setor industrial. Isso acabou ocasionando na migração de milhares de pequenos agricultores para os grandes centros urbanos. Esse modelo concentrador de renda teve como consequência a disparidade econômica e de qualidade de vida da população brasileira, visto que, em um curto espaço de tempo, criou-se os cinturões ao redor das cidades, com pessoas em condições de vida muito precárias (ALBUQUERQUE, et al.,2004).

No período de 1964 a 1986, houve grande expansão do sistema rodoviário brasileiro, isso permitiu o acesso a novas regiões, constituindo uma nova fronteira agrícola ao Centro-Oeste. Neste período, também não menos importante foi à política de estímulo a exportações, surgindo na metade da década de 1960. Com isso, houve um grande incentivo na produção de produtos exportáveis, além dos produtos tradicionalmente conhecidos na exportação, como a cana-de-açúcar e o café.

O sistema nacional de crédito rural foi crescente, em especial, nos anos de 1970. De 1970 a 1986, os juros nos créditos rurais eram negativos, o que fez com que houvesse transferência de recursos de outros setores para a agropecuária. Ao crédito rural subsidiado, é atribuído o processo de expansão da modernização, implicando no consumo do pacote tecnológico, através da aquisição de insumos, fertilizantes, agrotóxicos e maquinários. Ainda, nos anos 1970, foram criados a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que são órgãos federais responsáveis por pesquisa e extensão em nível nacional (BACHA, 2004).

A criação da Embrater não desencadeou mudanças substanciais. O modelo Embrater, ao compreender o processo de exclusão da maioria das famílias rurais do crescimento ocorrido no período, propõe o trabalho com grandes e médios produtores na base de tecnologia, agregando para os agricultores de baixa renda um trabalho complementar de cunho social e assistencialista (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

No Brasil, em razão das limitações de natureza orçamentária e dos grandes avanços, nos últimos anos, em termos de implantação de instrumentos de políticas agrícolas menos intervencionistas, o crédito rural oficial continua sendo a espinha dorsal do sistema de financiamento à agricultura, e os instrumentos de apoio à

comercialização e de transferência de risco dependem do apoio do Estado (COELHO, 2001). Conforme Coelho (2001), as razões econômicas para a existência de uma política agrícola são várias e mudaram pouco desde a década de trinta, consistindo em melhorar a alocação de recursos, reduzir as flutuações na renda, e garantir a segurança alimentar.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi muito ativa na década de 1980. A PGPM visa a oferecer ao produtor uma proteção para os preços recebidos pelos produtos agrícolas. O preço para cada produto coberto pela política é anunciado antes do início do plantio, definindo o piso para os preços recebidos pelos produtores, ou seja, o preço mínimo. Porém, a década de 1980 ficou conhecida como a década perversa, depois de anos de crescimento econômico, nessa década houve uma estagnação (GRAZIANO da SILVA, 1998).

Em 1994, em consequência de reivindicações dos agricultores familiares, o governo de Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). O Provap foi o embrião da primeira e mais importante política pública, voltada para a agricultura familiar, que foi criada dois anos mais tarde, surgindo, então, o PRONAF, uma política que elegeu a agricultura familiar para o desenvolvimento do meio rural. O PRONAF⁴ foi uma mudança no âmbito de políticas públicas, pois, até então, privilegiava-se a agricultura patronal (SCHNEIDER, et al., 2004).

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar visa ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro. Seu objetivo consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Através de um ajuste nas políticas públicas, de acordo com a realidade do agricultor, busca-se elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares e estimular o acesso desses agricultores a insumos e produtos (SCHNEIDER et al., 2004).

A agricultura familiar, no Brasil, só começa a ter um notável crescimento em seu interesse, a partir de meados dos anos 1990, com a criação de políticas públicas

⁴ O Pronaf tem por objetivo, construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando ao aumento e à diversificação da produção, com o consequente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida (MDA, 2006).

como o PRONAF e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoreamento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária veio ao encontro, em especial, das reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, fundamentada conceitualmente pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial (OLALDE, 2006).

A percepção social sobre as vantagens que as políticas públicas podem trazer de expansão e fortalecimento da agricultura familiar evoluiu bastante nos últimos anos. Apesar de ter havido mudanças no âmbito das políticas agrícolas, ainda existem idéias equivocadas sobre o meio rural. Muitos ainda acreditam que o rural é único e exclusivamente para a produção agrícola, mas, na verdade, o que há no meio rural é muito mais do que a produção agrícola e a criação animal.

No conjunto de políticas públicas, por vezes, parece incrustada a idéia de rural como sinônimo de produção e criação, deixando de englobar políticas voltadas a outras questões que não fossem o agrícola. Portanto, apenas implementar projetos agrícolas, muitas vezes, acabam não abrangendo as necessidades dos sujeitos que residem no meio rural, promovendo somente o desenvolvimento econômico, não considerando o social e o humano, nem mesmo o ambiental. Porém, apesar das múltiplas funções do meio rural, as políticas ainda são voltadas para a produção de *commodities*, com produtos agrícolas voltados para o mercado externo (exportação), onde o mais importante é o crescimento econômico. Enquanto isso se convive com as contradições, de um lado a produção de monoculturas para a exportação, e, de outro, a polêmica questão da fome e falta de alimentos, juntamente, tem-se o esquecimento da agricultura familiar, que é responsável por dois terços da produção de alimentos do país.

As políticas de promoção do desenvolvimento rural têm por objetivo atacar esta parcela de agricultores que foram excluídos do sistema econômico. Estes vivem em áreas, muitas vezes, isoladas, sem acesso a técnicas e à assistência, ou seja, trata-se da parcela rural que foi e continua desassistida pelo modelo de agricultura voltada para o mercado.

Tratando-se de diversificação e/ou alternativas ao cultivo do tabaco, é impossível pensar um programa estratégico que tenha por objetivo avançar na diversificação nas áreas com cultivo de tabaco sem a efetiva participação do Estado,

através de políticas públicas de longo prazo que induzam, possibilitem e potencializem a implementação dessa estratégia.

A partir da ratificação da Convenção Quadro para Controle de Tabaco pelo Brasil, paralelamente, foram criadas políticas públicas para a diversificação das propriedades que cultivam o tabaco. Uma dessas políticas refere-se ao crédito rural (investimento e custeio), através do PRONAF, que tem ênfase para o crédito de investimento, com carência e prazos compatíveis aos programas de diversificação e/ou reconversão. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, que, além das compras para a distribuição simultânea e para a formação de estoques reguladores, deve avançar para possibilitar a compra para os mercados institucionais (merenda escolar, hospitais, presídios, dentre outros).

Outra política que se destaca é a Política de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPM), como forma de garantia de renda, aliado ao Programa de Seguro Agrícola da Agricultura Familiar. Também se pode mencionar o fortalecimento da agroecologia por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o qual se dá de forma massificada e com qualidade, integrando os órgãos estatais de ATER, as ONGs, e os próprios agricultores, com capacidade repassar experiências e conhecimentos. Além disso, verifica-se a Política Agrária e de Crédito Fundiário, que abrange um segmento significativo de fomicultores, o qual é constituído de parceiros e arrendatários ou de proprietários que possuem pouca área de terra, visando a programas de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, dentre outros.

A seguir, discorrer-se sobre a política adotada pelo governo federal, a Convenção Quadro para Controle do Tabaco. Esta, embora não seja uma política diretamente direcionada para a agricultura, pode vir a repercutir nas ações dos agricultores, em especial, nas dos cultivadores de tabaco.

5.1 Políticas nacionais a partir da CQCT

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por 192 países sob os auspícios da OMS. A adesão do Brasil a esse tratado foi ratificada pelo Congresso Nacional em novembro de 2005 (SOGOCIO, 2008).

A CQCT articula um conjunto de ações baseadas em evidências para responder à globalização da epidemia do tabagismo, e reafirmar o direito de todas as pessoas a elevados padrões de saúde. Ela objetiva proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais, e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. As ações dos governos incluem restrições ao fumo em locais públicos, restrições à propaganda, redução dos subsídios, e aumento de impostos, estando aliados às campanhas de conscientização. Entre as propostas do acordo, os países deveriam programar decisões para reduzirem o consumo de tabaco, tais como: taxas especiais e políticas de preço, leis de proteção aos não-fumantes contra a fumaça em lugares fechados, regulação sobre os conteúdos e as emissões dos produtos do tabaco, educação e disseminação de informação sobre o tabaco, proibição de propaganda, dentre outros. O acordo também propõe a supressão do mercado ilícito de cigarros, o fim de subsídios para sua produção, à discussão de leis para proteger o meio ambiente contra os fertilizantes usados em seu cultivo, além de colaborações técnicas e jurídicas entre os países membros.

A CQCT justifica-se devido ao fato de que os países que dela participam manifestaram preocupação com “as conseqüências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo” (CAVALCANTE e PINTO, s.d.). A Convenção também é decorrente do

[...] o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde (CAVALCANTE e PINTO, s.d.).

A Convenção marcou história nos tratados da ONU, tornando-se aquela que mais rapidamente entrou em vigor, pela rápida adesão de um conjunto significativo de países as suas medidas (BONATO, 2007).

O artigo 8º da Convenção-Quadro, que dispõe sobre a proteção contra a exposição ao fumo do tabaco, determina que os países que são Estados Parte do Tratado adotem medidas administrativas e legislativas para proteção das suas populações dos riscos do tabagismo passivo. Estudos revelam que os países que sancionaram legislação para proibir o fumo em locais públicos, experimentaram uma redução, em parte, do consumo de produtos do tabaco, visto que esta medida incentiva às pessoas a deixarem de fumar (INCA, 2008).

A “fumaça ambiental” do tabaco corresponde à fumaça da queima de produtos derivados do tabaco e é produzida através do fumo. Quando a fumaça do tabaco polui o ar, principalmente, em espaços fechados, ela é respirada por todos, expondo tanto fumantes quanto não fumantes a seus efeitos nocivos. Ela pode também ser inalada por pessoas que não estão fumando ativamente, o fenômeno também é freqüentemente denominado de tabagismo involuntário, ou tabagismo passivo.

Ao respirar a fumaça ambiental do tabaco, as pessoas ficam expostas a mais de quatro mil produtos químicos. Desses, sabe-se que mais de 50 causam câncer nos seres humanos. A fumaça ambiental do tabaco também causa doenças cardíacas, além de muitas outras graves doenças respiratórias e cardiovasculares em crianças e adultos, capazes de levar à morte (INCA, 2008).

Segundo o INCA (2008), a exposição constante à fumaça ambiental do tabaco no local de trabalho, em casa, ou outros ambientes, aumenta em cerca de duas vezes o risco de infarto do miocárdio, de acordo com um estudo com mais de 32 mil mulheres. Verifica-se ainda um risco maior, em torno de 24%, para doença coronariana entre expostos do que entre os não expostos à fumaça.

A questão da fumicultura é um aspecto importante em relação ao tabagismo, que merece especial atenção no Brasil. Esse tem sido um ponto crítico, em função de o país ser o segundo produtor mundial de fumo em folha e um dos quatro maiores produtores de tabaco do mundo, ocupando a primeira posição de exportador de folhas no ranking mundial. O argumento de que um segmento econômico, o da fumicultura, vem sendo prejudicado, tem sido usado para pressionar o governo brasileiro a reverter ou abrandar suas ações para atender às propostas pela CQCT.

Em todo o texto da CQCT, está presente a preocupação com as estratégias da indústria do tabaco em promover o consumo e para interferir nas medidas

adotadas que objetivam a sua redução. A partir da ratificação (em 2005), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou políticas públicas e programas direcionados especificamente para agricultores familiares fumicultores, dentro do contexto da CQCT. A Convenção-Quadro começou a se tornar polêmica, no Brasil, em setembro de 2004, através de publicações na imprensa por parte da AFUBRA, está difundindo informações sobre supostas implicações negativas da ratificação da Convenção para a economia nacional do tabaco. Particularmente, a maior parte dos agricultores familiares receberam as notícias com grande apreensão e aparente dose de exagero.

O fato de falácias sobre o valor agregado proporcionado pelo cultivo do tabaco, em que se diz que nenhum outro cultivo é capaz de gerar o mesmo nível de renda em pequenas áreas de plantio, evocou críticas à proposta da CQCT. Entre as reações à Convenção, um Deputado Federal⁵ propôs um projeto de lei que considerava a cultura do tabaco como sendo de relevância sócio-econômica, garantindo o livre cultivo do produto no estado do Rio Grande do Sul:

Um projeto quer garantir, no Rio Grande do Sul, o direito ao livre plantio do fumo.

“O Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo. Exporta 85% de sua produção”. Veja que prejuízo o fim desta cultura traria ao país, afirma o deputado santacruzense. “A convenção-quadro é uma bobagem inexequível. Algo irracional e feito na base da emoção, que querem aplicar contra um setor que funciona”, acrescenta. O parlamentar entende que é preciso separar o ato de fumar da fumicultura. “Fumar é uma opção. Se a produção diminuir, o consumo não vai cair. Seremos obrigados a comprar tabaco de fora. Além disso, o contrabando de cigarros vai aumentar”. Ele lembra que a renda média obtida por hectare de tabaco é de R\$ 9.339,00. A cifra despenca para R\$ 1.234,00 na cultura de feijão, e para R\$ 1.220,00 na do milho. “Quem vai pagar esta conta? A União, o Estado ou as prefeituras?” (SCHNEIDER, 2004 in: GAZETA DO SUL, ano 60, nº. 259, p. 8, 24/11/04).

Como medida para “proteger” o produtor, o governo federal criou o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Em novembro de 2005, o Brasil lançou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco sob a coordenação do MDA. Essa iniciativa representou um grande passo do Governo brasileiro no sentido de ampliar o cumprimento de seus compromissos com a

⁵ Telmo Kirst (PP).

Convenção Quadro (MDA, 2007). Para a implementação dessa iniciativa, o MDA vem buscando mapear experiências nacionais de diversificação produtiva em áreas de fumicultura, assim como apoiar e potencializar processos de capacitação e de ATER junto aos agricultores familiares fumicultores. A parceria é estabelecida com organizações governamentais e da sociedade civil para a implementação de projetos que contribuem para um desenvolvimento rural sustentável em áreas de fumicultura.

Aos agricultores que desejarem migrar da atividade fumícola para uma outra atividade produtiva serão apoiadas por meio de um plano especial de governo, denominado “Programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com tabaco”. Este é um documento assinado por seis ministros de Estado, no qual se propõe políticas estratégicas a fim de apoiar os agricultores em novas atividades produtivas. O referido Programa institucional contará com as seguintes linhas de ação: financiamento, acesso à tecnologia (pesquisa e assistência técnica), agroindustrialização dos produtos, cooperativismo e associativismo, e garantia de comercialização (LIMA; WIZNIEWSKY e MARTINS, 2005). Um desafio ao Programa de Diversificação brasileiro é garantir e ampliar os recursos financeiros destinados às ações específicas da diversificação produtiva a médio e longo prazo. Os recursos financeiros possibilitam a geração de pesquisa no campo da produção e comercialização, qualificação técnica e a implementação de uma extensão rural com qualidade e em quantidade suficiente as 200 mil famílias que cultivam o tabaco (MDA, 2007).

O relatório, Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil, elaborado pelo MDA, em 2007, assim aborda a temática ora exposta:

por um lado, podemos celebrar o poder da CQCT de mobilizar o controle do tabagismo globalmente, por outro, temos o compromisso de apoiar os agricultores plantadores de fumo na implementação de ações que gerem renda e dêem maior qualidade de vida às suas famílias, adultos, jovens e crianças. Não queremos o infortúnio dessas pessoas, vítimas da falta de oportunidades e das estratégias da indústria do tabaco. Afinal, o desejo de justiça social é o espírito que leva a todos a apoiar a CQCT, e, promover modos saudáveis de produção é também promover justiça social(Relatório MDA, 2007, p.15).

Para que mudanças possam ocorrer é necessário que as políticas e programas federais venham acompanhadas na forma da organização política dos agricultores. Neste sentido, fica evidente a existência de grupos divergentes, os prós e os contra o tabaco. Dentre os prós, citam-se as organizações nacionais e internacionais diretamente ligadas ao setor, e, aos contras, a tradição religiosa, ONGs de saúde pública, movimento antifumo e ambientalista, mídia ético-política, grupos de anônimos, e antitabagismo mercadológico (BOEIRA e GUIVANT, 2003).

Ainda tratando desse tema, embora as medidas da CQCT sejam de controle da oferta e da demanda de tabaco, visualiza-se, através da manchete publicada no Jornal Zero Hora do dia 03 de janeiro deste ano, que:

As conquistas recentes das campanhas contra o consumo de cigarros e assemelhados não reduziram a força da cadeia da produção, processamento e venda do tabaco no Brasil. Graças às exportações, o segmento segue vigoroso e, após alguns recuos entre 2005 e 2007, voltou a apresentar números crescentes. A cadeia do fumo, cultivado no qual o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador mundial, movimentou R\$ 15,2 bilhões por ano. Foi responsável por destinar R\$ 7,7 bilhões ao governo, em impostos, R\$ 3,2 bilhões à indústria, R\$ 3,3 bilhões ao produtor e R\$ 927 milhões ao varejista. Dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) indicam que 223 mil famílias brasileiras cultivaram a planta em 408 mil hectares e produziram 792 mil toneladas na safra 2008/2009. Vinte anos atrás, esse número era muito menor. Na Região Sul, responsável por 95% da produção brasileira, 127 mil famílias plantaram 202 mil hectares e colheram 368 mil toneladas (Zero Hora, 2010).

Não se sabe ao certo quais serão as conseqüências desta medida. A CQCT é ainda algo novo, não se conhece suas conseqüências nem se de fato as medidas serão implementadas. A princípio ela é visualizada como algo negativo e prejudicial tanto para o agricultor quanto para os cofres públicos, ambos os fatores analisados somente no aspecto econômico. No entanto, se a proposta da CQCT for aliada as alternativas produtivas, pode vir a resolver a questão da “sustentabilidade”. Mas o que fazer como pensar e agir? E os agricultores diretamente envolvidos o que eles pensam sobre isso? Como as opiniões acerca da produção de tabaco no município de Arvorezinha, se inserem nos conceitos norteadores de sustentabilidade? O capítulo a seguir, tratará os métodos utilizados para a realização da pesquisa. Neste

constarão os passos seguidos para a construção desse estudo, assim como, de uma breve caracterização do local e dos atores sociais envolvidos na pesquisa.

6. METODOLOGIA

Muitas são as formas de desenvolver um trabalho. Tanto se pode utilizar metodologias quantitativas quanto qualitativas. Um bom método é aquele que permite a construção correta dos dados, adequado aos objetivos da investigação, e que ofereça elementos teóricos para análise. O método poderá dar efetiva contribuição para o conhecimento da realidade somente quando utilizado dentro dos limites de suas especificidades. As metodologias quantitativas ou qualitativas têm igual valor, desde que utilizadas em função das necessidades e objetivos da pesquisa e com o rigor científico que diferencia e dá credibilidade a qualquer estudo (MINAYO e SANCHES, 1993; NEVES, 1996; BAUER e GASKELL, 2003; CODATO e NAKAMA, 2006).

A metodologia quantitativa permite mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de um universo através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. Ela lida com números e usa modelos estatísticos para explicar os dados. As amostras podem ser aleatórias ou por cotas, e os questionários são predominantemente estruturados, contendo questões fechadas. Os métodos qualitativos, por outro lado, permitem avaliar as percepções, interesses, aflições, dentre outros. A pesquisa qualitativa, embora trabalhe com aspectos subjetivos, amplos, com riqueza e profundidade de detalhes, pode levar a resultados objetivos, claros e precisos (BAUER e GASKELL, 2003; CODATO e NAKAMA, 2006).

Dessa forma, na medida em que dados quantitativos não explicam alguns questionamentos, como a percepção dos atores sociais envolvidos no cultivo do tabaco. A investigação qualitativa pode destacar o eles pensam, como vêem o cultivo, os cuidados, as opiniões sobre os recursos ambientais, o uso de agrotóxicos, a relação com a empresa integradora, dentre outros exemplos. Por isso, busca-se, por meio dos métodos qualitativos, desvelar as percepções de agricultores e de agentes rurais sobre o cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS).

A pesquisa qualitativa ajuda a identificar questões e entender porque elas são importantes. Deve ser usada quando se deseja entender detalhadamente porque um indivíduo faz determinada coisa. As pesquisas qualitativas são exploratórias,

estimulam os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, mas de maneira espontânea. São usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. Os métodos qualitativos são adequados, pois combinam o racional com o intuitivo (FONTENELLE, 2008).

Com o objetivo de nortear o desenrolar da investigação no levantamento dos dados capazes de fornecer informações significativas, permitindo uma análise segura da questão proposta, buscou-se dados primários por meio de entrevista semi-estruturada, observação participante e caderno de campo, também se utilizou à revisão bibliográfica (teórica), as quais serão mais bem descritas a seguir. Salienta-se que em uma metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*, tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Ressalta-se também que, no decorrer do texto, verifica-se a utilização da nomenclatura, fumo, tabaco, fumicultores, indústria fumageira, dentre outros, porém os significados são os mesmo. A planta tabaco, no dia-a-dia, para os agricultores locais é chamada de fumo, bem como se encontra na literatura a palavra fumicultores, denominando as pessoas que desenvolvem o cultivo do tabaco, a indústria fumageira, referindo-se a empresa que compra a matéria-prima do agricultor, presta assistência técnica e financia a produção de tabaco no meio rural.

6.1 Revisão Bibliográfica

A fase de revisão bibliográfica consistiu em estudar, ler, pesquisar, discutir e analisar trabalhos escritos anteriormente que possuem algum tipo de relação com a proposta do presente estudo. Neste se buscou aprimorar a leitura e o conhecimento sobre os temas: agricultura familiar, desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, a produção de tabaco e as principais políticas públicas voltadas para a agricultura

brasileira. Nesta fase do estudo, procurou-se, na biblioteca pública do município de Arvorezinha, material acerca da história do município, e, em livros e artigos científicos, materiais que de alguma forma tivessem relevância para a temática proposta. Outra importante fonte de informação foi a rede eletrônica, onde se pôde ter acesso a trabalhos ligados à produção de tabaco, sustentabilidade, entre outros. Na obtenção de dados secundários, utilizou-se pesquisas realizadas em sites oficiais, tais como: Fundação de Economia e Estatística (FEE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros. Essa fase do trabalho teve uma duração aproximada de 60 dias, sendo complementada durante o desenrolar da pesquisa.

6.2 Entrevistas

Várias foram as visitas às localidades, nas quais se conversou, observou-se e se participou de alguns momentos da vida das famílias. Conversou-se com agricultores jovens e idosos, técnicos agrícolas, professores, articuladores, dentre outros. Realizaram-se depoimentos individuais e coletivos (família), perfazendo um total de 17 entrevistas com famílias de agricultores residentes do município de Arvorezinha. Buscou-se conhecer tanto as percepções dos agricultores quanto dos agentes rurais de desenvolvimento (articuladores, professores e técnicos) envolvidos direta e indiretamente na produção do tabaco. Registrou-se o depoimento de 06 pessoas que não se enquadram como agricultores, mas que mantêm alguma relação com a produção de tabaco e com os agricultores envolvidos no cultivo. Durante as visitas, foram realizadas as entrevistas, que podem ser classificadas como qualitativas semi-estruturadas. Foi utilizado um questionário pré-elaborado (roteiro), combinando perguntas abertas e fechadas, onde o informante teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. A entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos (QUEIROZ, 1988).

Para Minayo (1994):

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

O roteiro de entrevistas encontra-se nos Anexos A, B e C. Para a coleta de dados (durante as entrevistas), seguiu-se um conjunto de questões previamente definidas, dentro de um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Conforme Minayo (1996), o entrevistador não faz formulações prefixadas, pois a entrevista deve ser considerada como um roteiro que facilita a comunicação entre ambos. Assim, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, visto que se considera o conhecimento uma construção sócio-histórica produzida diferentemente em cada grupo étnico e cultural, entendendo, portanto, que cada um tem um modo próprio de ver e entender o mundo.

Para tanto, foram entrevistados: agente representante de integradoras de tabaco (fumageiras), agente rural do escritório da Emater, agente rural da Prefeitura Municipal, o articulador do MDA da região, um professor do ensino público do município, um agente rural aposentado na atividade de extensionista, funcionário de fumageira, e, por fim, uma entrevista com o delegado do MDA do Rio Grande do Sul.

Num segundo momento, foram entrevistados, a partir do roteiro pré-elaborado, agricultores das mais variadas localidades/comunidades do município de Arvorezinha. A escolha pelos agricultores, inicialmente, seguiu a intenção de entrevistar agricultores que desenvolvessem somente o cultivo do tabaco, agricultores que desenvolvessem outra atividade junto ao cultivo do tabaco, e ex-plantadores. Para isso, partiu-se do conhecimento prévio sobre o município, sendo a amostra realizada de modo intencional, buscando entrevistar agricultores de diferentes microrregiões do município, de forma que pudesse melhor retratar as diferentes percepções dos agricultores. A seleção intencional, num estudo qualitativo, dá-se em função do tipo de informação que o entrevistado pode fornecer sobre o fenômeno em estudo. Desta forma, não se pretende que a amostra seja representativa de uma população, mas, sim, da experiência ou conhecimento a que

o estudo procura atender. Sendo esta mais uma ruptura introduzida pela investigação qualitativa, face às abordagens mais tradicionais, e que traduz claramente o abandono do pressuposto da aleatoriedade obrigatória na seleção dos sujeitos. A amostragem deixa de ser realizada a partir do critério da representatividade, e passa a ser realizada de acordo com critérios internos ao estudo. Isso evidencia que a oportunidade de aprendizagem representada por cada participante ocorre designadamente (RICHARDSON, 1999; FONTE, 2005). A escolha das propriedades visitadas deu-se, primeiramente, por questão de afinidade. No segundo momento, as entrevistas foram realizadas por indicação.

O número de entrevistas não foi estabelecido previamente. Para delimitar a suficiência dos dados e encerrar a etapa empírica, foi utilizado o critério de saturação, ou seja, quando se considerou que as informações se tornaram reincidentes e deram mostras de exaustão. Neste sentido, sobre o número de entrevistados, para Dauster (1999), o procedimento mais adequado é ir realizando entrevistas (mínimo de 20, variando em razão do objeto e do universo de investigação) até o material obtido permitir uma análise densa⁶ das relações estabelecidas naquele meio, e, assim, a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, idéias e sentimentos” (DAUSTER, 1999, p. 2).

Durante a pesquisa, entrevistaram-se dezessete famílias de agricultores, e o tempo de duração das entrevistas variaram de 60 minutos a 2 horas e 30 minutos, dependendo do desenrolar da conversa e do grau de intimidade do pesquisador com o entrevistado. Nas entrevistas, criou-se um ambiente que estimulasse e levasse o entrevistado a ficar à vontade e a falar espontânea e naturalmente. A conversa foi mantida numa atmosfera de cordialidade e de amizade. Após, todas as informações pertinentes foram anotadas em um caderno de campo, conforme pode ser lido no Anexo D. Em seguida, iniciou-se o trabalho de sistematização, leitura, releitura dos dados na busca pelas questões e categorias relevantes para a análise central do estudo.

⁶Na medida em que se “colhem” os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso (DUARTE, 2002).

6.3 Observação participante e caderno de campo

No presente estudo, juntamente com a entrevista semi-estruturada, utilizou-se a metodologia de observação participante, a partir de uma inspiração na etnografia⁷. A observação participante tem origem na antropologia e na sociologia, sendo geralmente utilizada na pesquisa qualitativa para coleta de dados em situações em que as pessoas se encontram desenvolvendo atividades em seus cenários naturais, permitindo examinar a realidade social (HOLLOWAY e WHEELER, 1996, apud LIMA et al., 1999).

A observação participante, ou observação direta, é uma técnica não documental que se engloba no campo das metodologias de caráter qualitativo. Também é denominada por observação naturalista ou descritiva no campo da psicologia, e por observação etnográfica na antropologia. Na observação participante, o principal instrumento de pesquisa, é o investigador através de um contacto direto, freqüente e prolongado com os atores sociais e os seus contextos. Essa técnica é caracterizada pelo papel e pela postura que o investigador adota durante a observação, bem como o seu nível de participação e interação com o que observa. Na observação participante, é necessário que o pesquisador seja aceito pelo outro, por um grupo, e pela comunidade para que se coloque na condição ora de partícipe, ora de observador. E é preciso que esse outro se disponha a falar da sua vida (MINAYO, 1994).

A observação participante se diferencia da simples observação, pois exige uma integração entre pesquisador e a comunidade a ser analisada. Para que a pesquisa se realize, é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre a sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo, dando-lhe liberdade de observação. Essa “introdução” na vida de grupos e culturas não

⁷Oriunda da Antropologia, a etnografia, envolve um conjunto particular de procedimentos metodológicos e interpretativos. Esse método envolve longo período de estudo em que o pesquisador fixa residência em uma comunidade e passa a usar técnicas de observação, contato direto e participação em atividades. Pode-se dizer que o paradigma etnográfico pode assumir um caráter diferenciado na medida em que esteja mais ou menos marcado pela visão do todo, pela preocupação com o significado, e conforme o estudo penda mais para o diagnóstico ou para a explicação dos fenômenos. O que importa, nesses estudos, não é a forma de que os fatos se revestem, mas, sim, o seu sentido (NEVES, 1996).

pertencentes ao pesquisador, exige uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade, empatia, dentre outros (MARTINS, 2004). Dessa forma, a partir da observação participante, tentou-se levantar as percepções de agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica, sobre a questão da saúde, legislação ambiental, Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, dentre outras percepções referentes ao cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS). A percepção ambiental vem se configurando em um segmento de investigação que possibilita detectar o imaginário e as relações afetivas que o morador tem de sua localidade (HADDAD, et al., 2007).

O período para realização da observação estabeleceu-se entre os meses de fevereiro a junho de 2009. Para preservar o anonimato dos sujeitos, foi utilizado a nomenclatura família, seguido do número relativo à ordem em que a entrevista foi realizada, e, por fim, denominando de entrevistado: esposa, filho, genro dentre outros, de acordo com as suas respectivas falas, como, por exemplo, família 01/ esposa. Nas entrevistas com os agentes rurais, utilizou-se a nomenclatura agente rural, seguida do órgão, instituição e/ou profissão do entrevistado. No Anexo E, consta a lista com os nomes dos entrevistados, e, no anexo F, uma tabela contendo informações das famílias.

Para o registro das observações, utilizou-se um caderno de campo. Ele é composto pelas entrevistas e pelo conteúdo das observações, contendo uma parte descritiva e uma parte reflexiva (BOGDAN e BIKLEN, 1982, apud LIMA et al., 1999). A parte descritiva consistiu no registro detalhado do que acontecia no campo, isto é, a descrição dos fatos e das atividades, a transcrição das falas dos sujeitos, a descrição do comportamento do observador, incluindo suas ações e conversas com os sujeitos participantes. Já, a parte reflexiva contou com os comentários pessoais do pesquisador, incluindo pontos a serem esclarecidos, além de mudanças na perspectiva do observador, tais como a evolução de suas expectativas e opiniões durante o estudo, sentimentos, problemas, dúvidas e algumas reflexões metodológicas (procedimentos e estratégias utilizados, problemas encontrados para obtenção dos dados, decisões tomadas, dentre outras). O caderno de campo passou pela leitura do co-orientador do presente estudo, a partir daí foram realizadas algumas correções e ampliações. Dessa forma, o caderno de campo, apresentado como anexo nesta dissertação, reflete o fruto do trabalho em grupo, oriundo da colaboração dos professores que apóiam esta pesquisa. Porém, salienta-

se que o caderno de campo é um registro primeiro e, por isso, parcial, que serve de apoio para construções analíticas e teóricas futuras. Ele é um material de campo, que apresenta algumas deficiências, como, por exemplo, na ortografia e em concordância verbal.

O diário (caderno) de campo, segundo GERHARDT et al. (2006), é um dos instrumentos mais básicos de registro de dados do pesquisador, inspirado nos trabalhos dos primeiros antropólogos que, ao estudar sociedades distantes, utilizavam um caderno onde registravam as práticas cotidianas, as viagens, os experimentos. Como método de pesquisa científica, ele é utilizado em pesquisas etnográficas, qualitativas e em pesquisas quantitativas, experimentais. Ainda segundo as autoras, o diário de campo é um diário onde se anotam, dia após dia, com um estilo telegráfico, os eventos da observação e a progressão da pesquisa, contendo todas as informações e situações que ocorrem durante a realização da pesquisa para uma posterior análise. O caderno de campo desse estudo encontra-se no Anexo D.

6.4 Processo de análise, interpretação dos dados e redação do texto.

A análise é um processo de descrição dos dados coletados, e a interpretação é um processo de reflexão sobre o que foi descrito, a partir de teorias e de conhecimentos mais amplos de estudos *a priori*, que extrapolam os dados da pesquisa ou comparam esses dados com outras pesquisas semelhantes (MARSIGLIA, s.d.).

A etapa de análise e redação das entrevistas, para a composição do texto, é a fase que detém a maior parte de tempo. Ela talvez tenha sido a mais longa, trabalhosa e angustiante do estudo. Para a análise e redação do texto, segue uma idéia aproximada da proposta por Minayo (1994) sobre a análise de conteúdo, envolvendo a ordenação dos dados, classificação temática dos dados e análise final.

No estudo, fez-se a organização do material, após uma leitura profunda, para definir as unidades de registro, como as palavras, frases, orações, temas, acontecimentos, dentre outros. Em seguida, buscou-se situar o estudo no tempo e espaço no qual a pesquisa está inserida, e, por fim, definiram-se as categorias de análise, separando os trechos, as frases e falas mais significativas para, então, proceder com a análise, propriamente dita, do material.

O processo de “discussão” dos resultados ocorreu após o orientador e co-orientador terem lido e revisado o caderno de campo, e extraído dele as temáticas que melhor se enquadram no presente estudo. Para a redação e análise dos dados, muitas foram às vezes que se recorreu ao caderno de campo e a revisão bibliográfica.

6.5 Delimitação da área

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho será desenvolvido (NEVES, 1996). A delimitação da área consiste na limitação do espaço geográfico para o desenvolvimento do estudo. Essa delimitação consistiu em limitar o estudo ao município de Arvorezinha, estado do Rio Grande do Sul. A escolha pelo local de estudo se deu devido à preocupação que tenho com os agricultores locais, além da construção acadêmica que venho realizando.

Durante toda minha vida venho acompanhando a produção de tabaco no município de Arvorezinha, e muitos são as informações empíricas que possuo, devido à convivência que possuo com plantadores de tabaco. Em função disso, durante a graduação, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, no município de Encantado /RS, desenvolvi alguns trabalhos sobre a questão do tabaco, dentre eles destaco meu trabalho de conclusão de curso, e, em especial, um artigo extraído deste, publicado por TROIAN, A. e EICHLER, M., no ano de 2009. Em seguida, e não menos interessada pela questão, venho, no mestrado, dar continuidade aos

estudos sobre as percepções dos agricultores, porém, desta vez, ampliando o foco e a área de estudo que se teve no trabalho de conclusão, o qual se limitava as percepções sobre o uso de agrotóxicos na comunidade Cândido Brum. O objetivo, agora, é estudar o município de Arvorezinha como um todo e não somente uma de suas comunidades.

Dentro do município, busquei realizar entrevistas em diferentes comunidades⁸/localidades com a finalidade de buscar diferentes realidades. As entrevistas se deram em famílias que residiam nas comunidades: Pinhal Queimado, Cândido Brum, Linha Torres Gonçalves, Linha Gramado, Linha São Roque, Linha Segredo, Linha São José, Linha Sexta Gruta, Linha Sexta São Pedro, Lajeado Ferreira, Posse Aruz e Arroio Bugre.

6.5.1 Descrição do local: Arvorezinha, da origem aos dias atuais

Arvorezinha é um pequeno município pertencente ao Vale do Taquari, localizado na Encosta do Planalto, na parte inferior do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Situa-se a 210 quilômetros da capital Porto Alegre, fazendo divisa com Itapuca, Soledade, Fontoura Xavier, Ilópolis, Anta Gorda e Guaporé. Possui uma superfície de 278,3 Km². A sede do município está localizada a uma altitude de 764 metros, na Microrregião 5 do Alto do Vale do Taquari. Sua colonização teve início, aproximadamente, em 1900, com a chegada de imigrantes italianos e portugueses, antes disso, era habitada por índios Kaingang (EMATER, 2000).

⁸ [...] Em função de sua história, esta palavra, além da localidade e proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recurso, o que a aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular [...] A comunidade doméstica rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais (SABOURIN, 2009).



Figura 01 - Mapa do Estado do Rio Grande do Sul/ Arvorezinha.
Fonte: IBGE e WIKIMAPIA – alterados

O Governador Leonel de Moura Brizola, em fevereiro de 1959, deu autonomia ao município, através do Decreto-Lei n° 3717/59, desmembrando-o dos municípios de Encantado e Soledade. Oficialmente instalado, em junho de 1959, o município veio a perder parte de seu território (577km²), em meados de 1988, com a emancipação do distrito de Nova Alvorada, ficando com 403km². Em 1992, foi a vez do distrito de Maurício Cardoso emancipar-se, restando a Arvorezinha a atual superfície de 278,30km², representando 0,10% da área do estado, com densidade demográfica de 36,89 habitantes por km², e IDH de 0,798 (EMATER, 2000).

A população do município é de 10.210 habitantes, segundo o censo do IBGE do ano 2007. Considerando o meio rural, ele é composto por 33 comunidades e 1.411 propriedades. O seu relevo é bastante acidentado com vales, montanhas, várzeas e planícies, a altura varia em torno de 400 a 784 metros acima do nível do mar. Sua vegetação natural se destaca, ocupando 14%, sendo coberta por pinheirais, erva-mate⁹, e árvores nativas de várias espécies.

A religião predominante é a católica, porém, há marcante presença de religiões como Evangélica, Testemunhas de Jeová, Assembléia de Deus, Igreja Quadrangular, Deus é Amor, dentre outras, mas com números inferiores de fiéis, comparando com a católica. Sobre as etnias, percebe-se a existência de duas etnias predominantes, no município, os descendentes de portugueses e os de italianos.

O município de Arvorezinha possui 26 escolas municipais. Nestas trabalham noventa e três professores, atendendo a 85 alunos de primeira a oitava série, cento e quarenta da pré-escolar, vinte e três alunos da creche, setenta e seis da educação para jovens e adultos (EJA – 5^a a 8^a série), e quatorze alunos do EJA de primeira a quarta série. O município possui seis escolas estaduais situadas no meio rural, com vinte e quatro professores, os quais atendem trezentos e quatro alunos. Na sede do município, há uma escola estadual de primeiro e segundo graus, onde estudam 1.277 alunos atendidos por sessenta e dois professores. Segundo a secretaria de educação do município, 85% dos alunos que ingressam no primeiro grau, conseguem concluí-lo.

A principal forma associativa presente no município é de ligação direta com a igreja católica, por meio da associação nas capelas próximas às residências.

⁹ A erva-mate no município de Arvorezinha existe tanto na forma de cultivo, como “nativa” em função de ser produzida no sistema orgânico e ser cultivada em meio à mata nativa.

Aparece também o clube de mães, clube de futebol, grupo de jovens, sociedade para abastecimento de água, telefonia, entre outros.

Dentre os setores que contribuem para a receita municipal, o agropecuário, ganha destaque. Este contribui com 60% da receita municipal. O comércio e a indústria entram com o restante do montante. No setor industrial, Arvorezinha destaca-se pela quantidade de processadoras de erva-mate. O município atualmente possui aproximadamente 6.350 hectares de erva-mate plantados, e conta com 14 ervateiras (processadoras de erva-mate).

Na agropecuária, a produção de tabaco é responsável pela maior arrecadação, em seguida, aparece à avicultura de corte (sistema de integração) e a erva-mate. Dentre as principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município, estão à erva-mate, a fumicultura, a avicultura e a suinocultura (principalmente em sistemas de integração vertical), e o florestamento de eucaliptos e acácia, estes muito utilizados na cura e secagem do tabaco, na industrialização da erva-mate e no aquecimento dos aviários. Destaca-se também a produção de uvas e laranjas.

O cultivo de tabaco está presente na maioria das propriedades, talvez por se tratar de uma atividade que apresenta um valor agregado alto, empregar toda a mão-de-obra familiar, bem como por possuir garantias de comercialização, por não exigir grandes extensões de terra e por não necessitar de utilização de máquinas agrícolas pesadas.

Os solos de Arvorezinha são em geral ácidos. O município apresenta declividade e, com isso, percebe-se a presença de erosão. O clima da região de Arvorezinha, segundo Leite (1991), pela classificação de Köppen é **CFA**, onde **C** significa clima temperado frios, cuja temperatura média do mês mais frio varia entre 18 e -3°C. A letra **F** significa a ausência de estação seca, com a precipitação média do mês seco superior a 60/mm, tendo temperaturas variáveis, oscilando entre 18 graus Celsius pela manhã e até 30 graus Celsius no restante do dia. A precipitação nos meses mais quentes é 1/3 do mês mais chuvoso no inverno, sendo superior a 30/mm. E **A** é a temperatura média do mês mais quente, que é superior a 22 °C (LEITE 1991 Apud TROIAN, 2006).

Arvorezinha apresenta deficiências em mananciais hídricos. Possui dois rios, o Rio Forqueta (um dos mais importantes da região) e Rio Guaporé. O município possui diversas linhas que apresentam carência de água em períodos de estiagem.

O município caracteriza-se pela forte presença da agricultura familiar. Em torno de 76% dos estabelecimentos rurais tem área inferior a 20 hectares de terra. Desse montante, cabe ainda ressaltar a marcante presença de áreas declivosas com relevo acidentado. O módulo rural de Arvorezinha é de vinte hectares e o tamanho médio das propriedades agrícolas do município é de 19 hectares.

6.5.2 Breve Histórico

Tem-se o conhecimento de que a região foi, inicialmente, habitada pelos indígenas da nação Ge ou Tapuias. Estes se encontravam agrupados sob a denominação de “Kaigangs”. Viviam em casas subterrâneas, espécies de covas abertas nos campos e cobertas de capins e/ou folhas. Alimentavam-se da coleta de pinhão e do cultivo de milho.

Teve como um dos primeiros moradores, Lino de Mattos Figueira, estabelecendo-se perto da atual Linha São Lourenço, no final do século passado.

O povoado composto pelos moradores: Francisco Floriano e João Luiz Ferreira, descendentes de colonizadores portugueses deram início ao povoado da atual Arvorezinha. Em seguida, na década de 1900 a 1910, houve o movimento de emigração de descendentes de origem italiana vindos da região de Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis, e Caxias do Sul.

Em 1º de agosto de 1922, cria-se o 6º Distrito Municipal, com sede no povoado “Alto Figueira”, pelo decreto estadual nº. 7. 199 de 31 de março de 1938, passando o povoado a ser chamado de Figueira. Em 29 de maio de 1959, pelo decreto Estadual nº. 7.589, o povoado passou a ser chamado de Arvorezinha. Porém, foi somente em 16 de fevereiro de 1959, que o então governador, Leonel Brizola, assinou o Decreto-Lei número 3.717/59 dando a Arvorezinha autonomia municipal, desmembrando-se de Encantado e Soledade.

A primeira eleição municipal foi realizada em 25 de maio de 1959, elegendo o Sr. Albino Martins Pinto como primeiro Prefeito eleito. No ano de 1988, o município perdeu parte de seu território com a emancipação do distrito de Nova Alvorada e, em

1992, com a emancipação do município de Itapuca (antigo distrito de Maurício Cardoso).

Nas unidades familiares de produção, os primeiros habitantes produziam essencialmente gêneros alimentícios para a subsistência, e o excedente era comercializado. O município apresentava grande diversidade de produtos agropecuários, tais como: feijão, trigo, milho, alfafa, amendoim, batata inglesa, mandioca, centeio, hortaliças, frutas, verduras, porcos, galinhas, vacas leiteiras, ovelhas, gansos, dentre outros. Atualmente, de forma generalizada, a diversidade de produtos diminuiu bastante, principalmente, nas propriedades onde o tabaco é cultivado (MUSSIO, 1996).

Na década de 1950, o município passa a introduzir o tabaco em suas atividades agropecuárias, que foi inserida, inicialmente, na região fumícola de Santa Cruz do Sul, começando a produzi-lo para atender uma das necessidades vitais no que tange à reprodução das relações capitalistas, ou seja, a expansão da produção de mercadorias. Mas isso aparece de forma contraditória, pois unidades camponesas com produção de subsistência passam pelo processo de acumulação de capital, mirado pelo capitalismo (MUSSIO, 1996).

Nos parágrafos antecedentes, fez-se uma breve descrição do histórico e das características do município de Arvorezinha. A seguir, será realizada a apresentação dos atores envolvidos na pesquisa, iniciando pelos agricultores e, em seguida, pelos agentes rurais de desenvolvimento. Por fim, serão apresentados os principais sistemas de produção encontrados durante as entrevistas.

6.6 Apresentação dos sujeitos participantes da investigação

Família 01 (16/03/09): Residentes na Linha Pinhal Queimado, sempre cultivaram tabaco, atualmente, cultivam 75 mil pés no sistema integração. O motivo que os leva a desenvolver o cultivo é: **“pequena propriedade e pela renda”** (caderno de campo).

Família 02 (16/03/09): Residem na Linha Pinhal Queimado, além do tabaco, tem criação de frangos. Sempre plantaram tabaco, mas vêm reduzindo a quantidade plantada (caderno de campo).

Família 03 - Ex-plantador de tabaco (18/03/09): A família reside no meio rural. A propriedade possui 7,2 hectares, porém exercem atividades não-agrícolas: **“O fumo até vale a pena, tendo duas ou três pessoas para trabalhar”** (caderno de campo).

Família 04 (05/05/09): A família reside na Comunidade Cândido Brum, sempre plantaram tabaco, antes na forma de “agregados” e, atualmente, como proprietários da terra. O principal motivo que os leva a desenvolver a plantação de tabaco é financeiro: **“O fumo dá dinheiro, mas se facilitar acaba em dívida”** (caderno de campo).

Família 05 (05/05/09): Mora na comunidade Pinhal Queimado, planta tabaco desde criança: **“Planto fumo por não ter estudado”** (caderno de campo).

Família 06 (05/05/09): Moradores da comunidade Cândido Brum, tem 15 hectares de terra. O motivo para plantar tabaco é financeiro: **“para pagar as dívidas.” “Se não fosse as dívidas não plantava mais”** (caderno de campo).

Família 07 (06/05/09): Residem no Pinhal Queimado, à propriedade é composta 9 hectares e nela são desenvolvidas as atividades de tabaco, leite e milho. Plantam tabaco por ser: **“meio de sobreviver melhor, o leite é só uma ajuda”**. (Caderno de campo).

Família 08 (07/05/09): Residente da Linha Torres Gonçalves, desenvolvem o plantio de 35 mil pés de tabaco. O principal motivo é financeiro: **“É a principal renda que se tem pra cá”** (caderno de campo).

Família 09 (08/05/09): Residem na Linha Gramado, cultivam 42 mil pés de tabaco: **“Na verdade ainda para a agricultura o que dá renda é o fumo”** (caderno de campo).

Família 10 (06/05/09): Residem na Linha Gramado, desenvolvem os cultivos de tabaco, erva-mate e leite, sendo o leite transformado em queijo para a venda: **“Nascemos dentro do fumo”** (caderno de campo).

Família 11 (09/05/09): A família reside na linha São Roque. Na propriedade, são desenvolvidas as atividades de produção do milho, tabaco e erva-mate, além de possuírem um aviário de 100 metros no sistema de integração vertical: **“Ninguém gostaria de plantar fumo”** (caderno de campo).

Família 12 (09/05/09): Moradores da Linha Segredo, desenvolvem o cultivo de tabaco, milho, erva-mate além de grande parte dos alimentos que são consumidos pela família. **“Até que tem piaçada tem que plantar fumo”** (caderno de campo).

Família 13 (17/06/09): Residentes da Linha Sexta Gruta, desenvolvem as atividades de: tabaco, laranja, eucaliptos, pinheiro americano, milho, feijão e cana-de-açúcar. Plantam tabaco pela renda que a atividade proporciona: **“É o que mais dá”** (caderno de campo).

Família 14 (17/06/09): Residem na Linha Sexta São Pedro. A propriedade possui 13 hectares. Sobre o plantio de tabaco, o entrevistado destaca: **“A vida, que eu planto fumo, 39 anos”** (caderno de campo).

Família 15 (19/06/09): Residem na comunidade Lajeado Ferreira, onde realizam o plantio de tabaco. O principal motivo que os leva a plantar tabaco é econômico: **“É o que dá mais”** (caderno de campo).

Família 16 (20/06/09): A propriedade possui 8 hectares, plantam 30 mil pés de tabaco. O principal motivo que os leva a desenvolver a atividade é a renda proporcionada: **“Por que é o único que dá dinheiro, plantar feijão só dá para comer”** (caderno de campo).

Família 17 (20/06/09): A família reside na comunidade Arroio Bugre. A principal atividade agrícola desenvolvida é o cultivo do tabaco, contam com duas

aposentadorias e a renda da “bodega”: **“O fumo a gente planta porque é uma colheita rápida e dá mais”** (caderno de campo).

6.6.1. Outras entrevistas realizadas

Agente rural da Emater (17/02/09): A sua principal atividade é aplicar as políticas do Estado e de Ater. Com os fumicultores, limita-se a desenvolver praticamente a parte de solos, análises, construção de terraços e plantio direto (caderno de campo).

Agente rural da Prefeitura (17/02/09): Sua função é a Ater, trabalha com a inspeção sanitária e mais alguns afazeres internos na prefeitura: **“Como técnico da prefeitura não atendo produtores de fumo”** (caderno de campo).

Agente rural de Fumageira (20/02/09): Realiza o planejamento da safra, registro do produtor, presta assistência técnica além de orientações sobre o fumo limpo, responsabilidade social, tríplice lavagem: **“Eu acho que o fumo hoje no município é muito positivo pela renda por área”** (caderno de campo).

Articulador MDA (18/02/09): Atuou por três anos no cargo de secretário da agricultura, incentivando a diversificação por meio da fruticultura com o objetivo de substituir o tabaco: **“Não basta mandar parar e sim mostrar caminhos”** (caderno de campo).

Professora (23/02/09): Formada em história e especialista em história regional, diretora da escola Mathilde Gehlen: **“A necessidade financeira é mais forte”**. (caderno de campo).

Delegado do MDA (06/05/09): Exerce as funções de Delegado do MDA no estado do RS: **“O tabaco é uma importante alternativa de emprego e renda para a agricultura familiar”** (caderno de campo).

Instrutor de Fumageira Aposentado (16/06/09): Conhecido na região por ter sido um dos pioneiros no ramo de assistência técnica via fumageira: “**a Ater que era necessária, hoje não existe diretamente ligada à produção**” (caderno de campo).

6.7. Descrição dos principais sistemas de produção/criação encontrados

Sistema de Produção é entendido como “combinação no tempo e no espaço dos recursos disponíveis (terra, trabalho e capital de exploração) para a obtenção das produções vegetais e animais na Unidade de Produção Agrícola” (DUFUMIER, 2007, p. 85). Dessa forma, a seguir, faz-se uma breve descrição dos principais sistemas de produção/criação encontrados no decorrer das entrevistas:

Tabaco: Praticado no sistema de integração, em geral, por famílias que não pretendem ou não possuem capacidade financeira para diversificar a propriedade. A grande maioria dos agricultores é proprietária de terra. O sistema de cultivo é semelhante em todas as propriedades.

Tabaco + subsistência: O tabaco é praticado no sistema de integração com a fumageira, plantam também alimentos para o autoconsumo da família, tais como: feijão, milho, batata-doce, mandioca e hortaliças diversas. Há interesse em diversificar, mas encontram barreiras econômicas e limitações geográficas e agroecológicas.

Tabaco + Erva-mate: A plantação de tabaco é Integrada e a produção de erva-mate é vendida no mercado local, sendo esta uma renda bianual. A renda dos produtores é relativamente mais alta em relação ao monocultivo do tabaco.

Tabaco + Frango (integração): Neste sistema, os agricultores, em geral, encontram-se capitalizados, porém dependentes das integradoras. A renda do aviário que é de 40 em 40 dias complementa-se com a do tabaco que é anual. O

mercado é garantido, pois, a integradora sempre adquire toda a produção. Os agricultores são proprietários da terra e acreditam ter se capitalizado nos últimos anos, sendo que a produção de aves exige, temporalmente, investimentos e esses são feitos.

Tabaco + Frango + Milho: O tabaco e o frango se estabelecem no sistema de integração, a renda do tabaco é o complemento, em geral, encontram-se capitalizados a ponto de pensar em deixar de cultivar o tabaco. O milho é vendido para a cooperativa local e garante uma renda satisfatória.

Tabaco + Erva-mate + Venda de Queijo: O tabaco é plantado no sistema integração, parte da terra é destinada para o cultivo da erva-mate, além de possuir algumas cabeças de gado para leite, este que após ser beneficiado é vendido como queijo, agregando valor ao produto. O sistema é extremamente exigente em mão-de-obra, as condições financeiras da família são boas, com casa, instalações e equipamentos novos.

Tabaco + Bodega (renda não agrícola): Neste sistema, além do cultivo do tabaco, as famílias possuem uma espécie de bar, armazém, como forma de renda extra. Aparece em duas propriedades visitadas.

Após a descrição dos principais sistemas de produção encontrados no decorrer da pesquisa, será apresentada, no capítulo seguinte, a discussão dos resultados.

7. DISCUTINDO A PESQUISA

O presente estudo, a partir da observação participante, entrevistas e do emprego de uma aproximação da etnografia, buscou levantar as percepções de agricultores familiares de diferentes comunidades do município de Arvorezinha frente à (in) sustentabilidade do cultivo do tabaco. Para isso, levaram-se em consideração as dimensões ambientais, sociais e econômicas deste cultivo. Também foram analisadas as percepções sobre temas como: saúde, assistência técnica, legislação ambiental, e a Convenção-Quadro para Controle de Tabaco.

Inicialmente, apresentam-se os dados gerais dos agricultores entrevistados, tais como: idade, escolaridade, atividade desenvolvida, tamanho da propriedade, dentre outros.

A incorporação de dimensão como a questão de gênero, no desenvolvimento local, também se apresenta crucial à análise do rural e deve ser considerada, principalmente, pela tendência de ocorrência do processo de masculinização do campo (CARNEIRO e CASTRO, 2007). Das 17 famílias entrevistadas, visualizou-se que existe uma pequena diferença na questão de gênero. Como pode ser observado, na Figura (Gráfico) 02, abaixo, do total de entrevistados 46% são do sexo feminino, enquanto que 54% são do sexo masculino. Ressalta-se que a ausência de mulheres no campo, pode afetar o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que a própria continuidade do modelo familiar tradicional passará por conflitos na sua formação e estruturação (JÚNIOR, 2007).

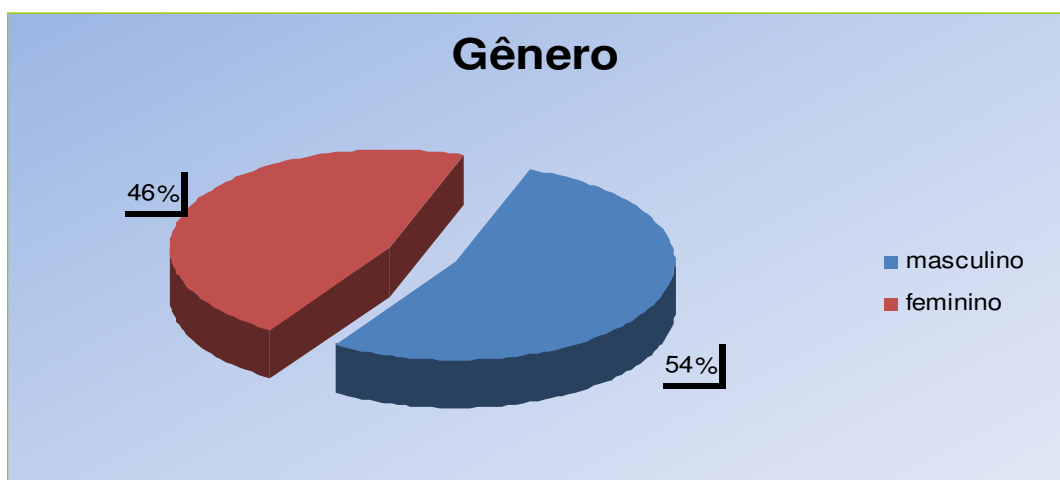


Figura 02- Gráfico ilustrando a questão de gênero dos agricultores entrevistados.

Fonte: elaboração própria

Ao tratar-se da idade das famílias dos agricultores entrevistados, visualiza-se que eles encontram-se em dois picos, dos 20 aos 39 anos e entre 40 a 59 anos, representado na figura 03, abaixo. Isso evidencia que a população não se mostra envelhecida, tão pouco jovem, demonstrando que, no município em estudo, há agricultores das mais variadas idades desenvolvendo o cultivo do tabaco, sendo como agricultor ou filho destes.

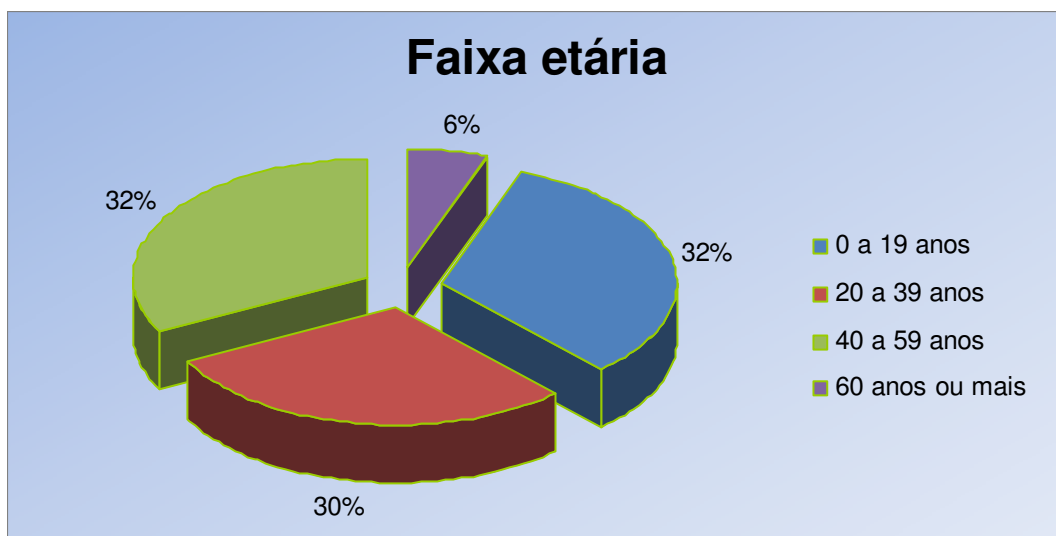


Figura 03 - Faixa etária dos agricultores entrevistados

Fonte: elaboração própria

Atualmente, a agricultura é uma atividade que se transforma mais rapidamente, dessa forma, é necessário os agricultores possuírem um nível educacional mais elevado e terem uma formação profissional contínua. Dados do ano de 1997 expõem que o nível educacional médio dos brasileiros era de 6,1 anos de estudo, sendo que os trabalhadores rurais possuíam uma média de apenas 2,5 anos de estudo (DIRVEN, 2001). A escolaridade dos agricultores entrevistados reafirma este índice. A maior parte deles parou de estudar antes mesmo de concluir o ensino fundamental, como pode ser visualizado, na figura 04, a seguir.

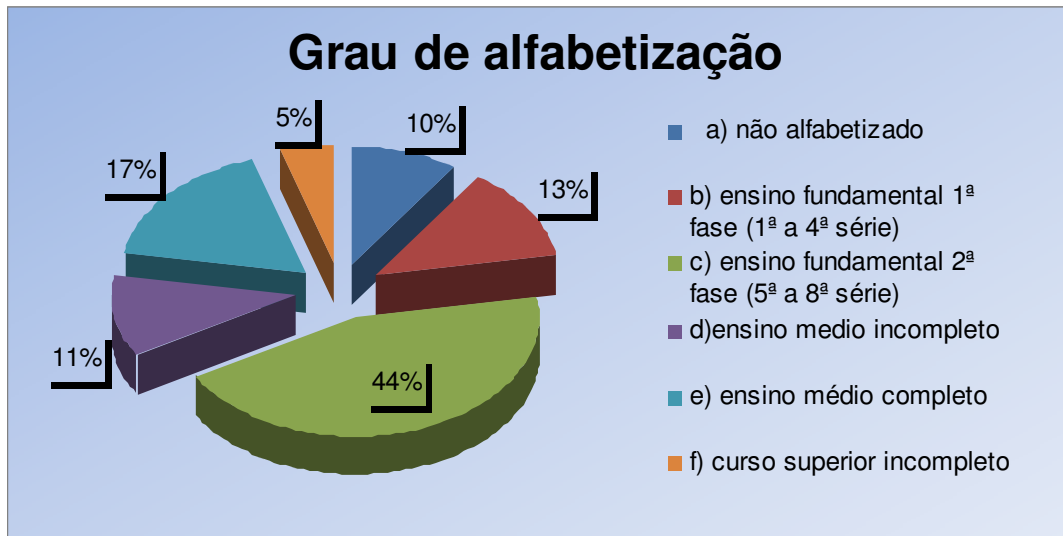


Figura 04 – escolaridade dos agricultores entrevistados

Fonte: elaboração própria

Dentre as atividades desenvolvidas pelos entrevistados, vê-se que o tabaco está presente em todas as propriedades, em muitos casos, o cultivo está associado às atividades como o cultivo de erva-mate, laranjas, videiras, produção de lenha (eucaliptos), criação de frangos e produção de alimentos para a subsistência da família. A área de terra dos agricultores entrevistados varia de 3 a 68 hectares. Como pode ser visualizado na Figura (Gráfico) 05. Ressalta-se que grande parte das propriedades são declivosas com terreno acidentado, característico da região em estudo, bem como que nas propriedades com maiores áreas de terra é que existe a diversificação dos cultivos.

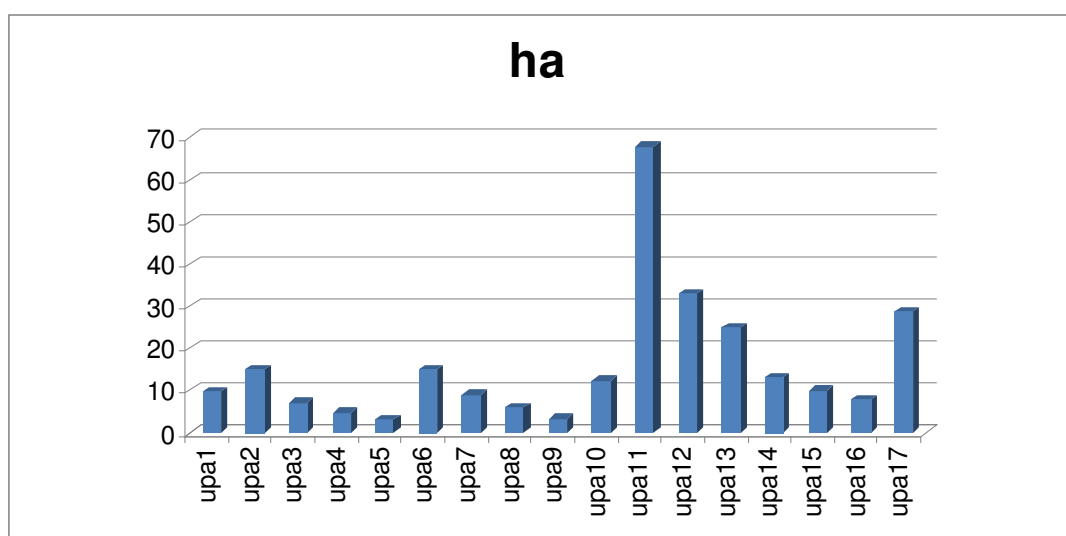


Figura 05- Área das unidades de produção agropecuárias visitadas

Fonte: elaboração própria

Após esta breve caracterização dos entrevistados, das propriedades e das atividades agrícolas desenvolvidas, será realizada uma discussão a partir das percepções dos entrevistados (agricultores e agentes rurais) frente aos aspectos analisados, iniciando pelas percepções sobre a sustentabilidade do cultivo do tabaco.

7.1 A sustentabilidade na percepção dos agricultores e agentes

O desenvolvimento sustentável parte do princípio da insustentabilidade, da inadequação econômica social e ambiental do padrão de desenvolvimento da sociedade contemporânea (SCHMITT, 1995, apud ALMEIDA, 1998). O termo sustentabilidade muito discutido atualmente, encontra uma série de definições e conceitos. A conceituação que se acredita ser a mais apropriada é a que menciona que é a atividade economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta (RELATÓRIO de BRUNDTLAND, 1988). Através desta conceituação, fica claro que, se não atendermos aos três aspectos, ambiental, social e econômico, não poderemos nos referir a sustentabilidade.

Sem acompanhar a discussão existente academicamente, os atores sociais envolvidos com o cultivo do tabaco, no município de Arvorezinha, foram estimulados a se expressarem (oralmente) sobre o que entendem por sustentável, e, no caso dos plantadores do tabaco, o que eles fazem para que suas propriedades continuem produtivas com o passar do tempo, considerando que: “*Sustentabilidade é o desenvolvimento que atende as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras*” (RELATÓRIO de BRUNDTLAND, 1988). Para tanto, encontrou-se as mais variadas opiniões, mas se ressalva que o lado econômico é o que prevalece. A maior parte dos plantadores de tabaco tem, além de um baixo nível de escolaridade, uma fraca consciência com relação à degradação ambiental (desmatamento, uso de agrotóxicos, poluição das águas). Bem como, com relação à própria saúde (hábitos de higiene, formas de aplicação de agrotóxicos), sendo suas

maiores preocupações, por ordem de importância, o preço do tabaco, a fertilidade do solo e a saúde das crianças (RODRÍGUEZ, 1996).

Diante desta problemática, buscou-se propor aos depoentes o que eles entendem por sustentabilidade. Houve as mais diversas percepções acerca da temática. De forma mais geral, os agentes rurais entrevistados avaliam a região onde o município de Arvorezinha está inserido como uma região “sustentável”: **“a região ainda está bem”** (agente rural/Emater). O agente da Emater considera o município de Arvorezinha sustentável, quando comparado com outras regiões que cultivam tabaco, como Santa Cruz do Sul, por exemplo, destacando que: **“Há muitos pontos positivos frente à sustentabilidade”** (agente rural/Emater). Mas quando se trata do cultivo do tabaco, na visão do agente, partindo-se de que sustentável é considerar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, ressalta que **“o fumo é cultura da morte”** (agente rural/Emater). E para o agente da prefeitura, tratando-se da sustentabilidade do cultivo em estudo: **“o mundo todo está contra o fumo”** (agente rural/prefeitura). Na visão do agente rural, representante do MDA, além de considerar que o cultivo de tabaco, atualmente, não é mais rentável, ele ainda apresenta problemas ambientais e para a saúde humana, enquanto que o agente da prefeitura expressa uma maior preocupação econômica. Este menciona que, para o município, a produção de tabaco é positiva, é um produto que sai com nota fiscal, resultando em um retorno de impostos para o município. Porém, na literatura, encontra-se uma série de estudos indicando que para que um cultivo seja sustentável ele deve compreender os três aspectos, os quais são: ambiental, social e econômico, e não priorizar um dos aspectos, como faz o agente rural vinculado à prefeitura local, que acredita na sustentabilidade do cultivo em função do aspecto econômico.

O tabaco, no município de Arvorezinha, está entre as três atividades mais rentáveis, juntamente com a criação de frangos e suínos.

Para o agente da Prefeitura, no município, encontra-se muita área verde: **“No geral se tem problemas”**, mas **“hoje se está mais conscientes do que antigamente”** (agente rural/prefeitura). Por outro lado, a professora entrevistada não mostra uma opinião muito clara. A questão do tabaco é **“bem contraditória”** (agente rural/professora). Ela justifica a frase lembrando dos impactos ambientais causados pelo cultivo, assim como à saúde dos fumantes. Porém, acrescenta que,

economicamente, de certa forma, o cultivo do tabaco é positivo: **“Mas garante (sustenta) a curto prazo”** (agente rural/professora).

A visão dos agricultores sobre o que é sustentabilidade também é divergente. Neste caso, para o entrevistado, **“economicamente ela (a propriedade) se sustenta”** (família 01/genro). O agricultor acrescenta que a propriedade só tem a melhorar, desde que mantenham os cuidados com o solo por meio do reflorestamento. Para o entrevistado sustentável é: **“eu entendo que além de se sustentar à gente produz para outras famílias”** (família 01/genro). Em sua fala, o entrevistado associa o aspecto econômico ao ambiental, uma vez que mantendo os solos conservados, eles terão retorno financeiro. Porém, para ele, sustentável é produzir e vender o excedente, mas no caso do tabaco, isso é contraditório, pois a produção não é alimento e ainda é utilizado para a fabricação do cigarro. Da mesma forma da opinião do entrevistado anterior, é a opinião desta agricultora: **“a propriedade é sustentável quando se consegue viver com o que se tira dela”** (família 08/entrevistada), e acrescenta ainda: **“a nossa pode ser considerada sustentável”** (família 08/entrevistada). Essa visão é semelhante ao que pensa este entrevistado: **“sustentável é uma propriedade que consiga viver em cima e tirar seu sustento”** (família 02/entrevistado). Sua esposa acrescenta que, quando deixarem de desenvolver o cultivo do tabaco, pretendem plantar mais produtos para a alimentação, pois, atualmente, com o cultivo do tabaco e com a criação de frangos (os aviários) eles acabam não produzindo nada para o autoconsumo: **“Acredito que quando parar de plantar fumo vamos plantar milho, feijão...”** (família 02/esposa).

A produção para o autoconsumo desempenha um importante papel, como produtora de autonomia na agricultura familiar, por garantir às famílias uma das necessidades vitais, que é a alimentação, reduzindo a dependência do mercado. O autoconsumo é uma tradição recontextualizada que assume papéis e significados diferenciados (LEITE, 2003, GRISA, 2007). Neste caso, visualiza-se que, para os entrevistados, a produção para o autoconsumo aparece como um indicador de sustentabilidade, e o cultivo do tabaco acaba impedindo que alguns agricultores, como no caso da família 02, se dediquem à produção que garante a subsistência da família. Ainda na mesma idéia de que a sustentabilidade liga-se ao viés da diversidade, teve entrevistado que acredita que sustentabilidade é: **“produzir o máximo possível, de tudo quanto é coisa”** (família 06/entrevistado). E com esta fala, percebe-se que o agricultor vê, na diversidade de atividades, uma forma de não

se tornar tão dependente do mercado e, com isso, não sofrer com suas oscilações, reduzindo sua dependência a ele.

Na opinião de um ex-plantador de tabaco, sua propriedade seria sustentável desde que cultivasse tabaco: **“Voltando a plantar fumo”** (família 03/entrevistado). Acrescenta ainda que sustentável é: **“conseguir plantar e sustentar eu e minha família”** (família 03/entrevistado). O seu discurso parece estar marcado pelo caráter econômico, no sentido de se sustentar financeiramente. Enquanto que na visão do entrevistado, a seguir, sua propriedade se manterá sustentável, desde que continuem cuidando dos recursos naturais existentes: **“Se nós souber conservar o que tem em cima (propriedade), sim, como temos feito”** (família 04/entrevistada). Ela fala em plantar árvores, cuidar dos solos, da água e diz que dessa forma a propriedade se manterá para seus filhos: **“Se morre uma árvore ali a gente planta outra aqui”** (família 04/entrevistada). Neste caso, fica visível que, para a entrevistada, o lado ambiental da sustentabilidade é muito forte.

Percebe-se que muitos agricultores vêem no solo seus maiores entraves, pois quando questionados sobre a manutenção da propriedade e o que significa sustentabilidade, os agricultores levantam os cuidados com os solos acreditando que fazendo isso serão sustentáveis, como relata o seguinte agricultor: **“Não dá para deixar a terra morrer”**, acrescentando que, se continuar a fazer o que ele faz, sua propriedade se manterá. **“Se continuar cuidado ela vai tá”** (família 05). Assim como pensa, age esta família: **“Eu acho que vai ser sustentável (propriedade), procuro cuidar da água do solo, colocar o que se tira.”** (família 08/entrevistada). Ainda tratando-se dos cuidados para que a propriedade mantenha-se ao longo dos anos, destacam: **“[...] A gente investe em cima, faz análise da terra, coloca esterco e calcário”** (família 09/entrevistada). E, na visão deste agricultor, a sustentabilidade da propriedade limita-se a adição de calcário: **“Se continuar a colocar calcário, sim”** (família 07/entrevistado).

Acreditando que sua propriedade estará melhor no futuro, neste caso, o entrevistado fala que quando sua família a adquiriu, ela não produzia nada, os solos estavam “fracos” e que, atualmente, muita coisa já está melhor: **“No jeito que estamos trabalhando acho que vai estar melhor”** (família 06/entrevistado). Da mesma maneira pensa a seguinte agricultora: **“quando (a) compramos não produzia nem alho”** (família 09/entrevistada), retratando que, atualmente, a propriedade está melhor que no passado, e acreditando que ela pode estar ainda

melhor no futuro. Associado aos cuidados com os solos, uma família de entrevistados, após confirmarem que sua propriedade é sustentável, justificam que isso ocorre em função de desenvolverem várias atividades e por evitarem derrubadas, mas a matriarca da família acrescenta que ainda devem reduzir ou eliminar o uso de agrotóxicos. E em outro caso, a sustentabilidade **“depende do desmatamento”** (família 15/filho), considerando o entrevistado que além de realizar o plantio direto **“não tem mais o que fazer”** (família 15/filho) para que se alcance a sustentabilidade da propriedade. E ainda há quem, com dúvida sobre suas ações, fale: **“do jeito que a gente está continuando, seria”** (família 07/ entrevistado).

Há quem tenha dúvidas quanto à sustentabilidade de sua propriedade: **“Acho que sim”** (família 12/entrevistado), reforçando nesta fala que: **“ambientalmente acho que sofrerá mudanças”** (família 13/esposa). Como a sustentabilidade é futura, uma visão de longo prazo, e deve consagrar mudanças nos padrões de consumo, nos métodos de uso da terra e na preservação da produtividade do solo (GLIESSMAN, 2000), os agricultores têm dúvidas quanto a sua sustentabilidade: **“Acho que vai produzir do mesmo jeito”** (família 15/filho). Em se tratando da questão do futuro, sobre ser ou não sustentável ao longo do tempo, parece ser duvidoso para eles: **“O que a gente vai saber daqui a 10, 15 anos? Vai saber se a gente vai estar vivo!”** (família 16/entrevistado). Evidencia-se que, no geral, a preocupação existente é a curto prazo, evitando planejamento e preocupações futuras.

Retratando a preocupação econômica (reprodução social) a quem veja a sustentabilidade somente por este ângulo: **“Vive é claro, mas não dá para esbanjar muito”** (família 13/esposa), e **“pra nós viver, fizemos”** (família 14/entrevistado). O agricultor explica que, para seu sustento, a propriedade produz, mas, caso os filhos que residem fora da propriedade, em centros urbanos, necessitassem voltar a residir no meio rural, a propriedade não seria sustentável.

Por fim, encontraram-se casos em que, após alguns minutos pensando, o agricultor sem muito a dizer sobre o que considera sustentável responde: **“sabe que é uma boa questão...”** (família 07/ entrevistado).

Dessa maneira, a partir das percepções sobre o que é sustentabilidade no contexto da propriedade, a seguir, serão realizadas as discussões sobre as percepções e ações que os agricultores e agentes rurais possuem sobre o aspecto

ambiental, social e econômico. Assim, poder-se-á visualizar a (in) sustentabilidade do cultivo de tabaco no município *in loco*.

7.2. As percepções sobre os aspectos ambientais da sustentabilidade

As causas das agressões ao meio ambiente são de ordem política, econômica e cultural. A sociedade ainda não absorveu a importância do meio ambiente para sua sobrevivência, considerando-o apenas como as áreas de preservação e lugares paradisíacos, mas sim como a tudo que nos cerca: água, ar, solo, flora, fauna, homem, dentre outros. E o que se visualiza é que cada um desses itens de alguma forma está sofrendo algum tipo de degradação, e as percepções que as pessoas possuem sobre isso são as mais variadas. Diante desta problemática, durante o período de entrevistas com os agricultores e agentes rurais, para fins de classificação, utilizou-se alguns itens para a avaliação do aspecto ambiental da sustentabilidade. Dentre estes se destacam os agrotóxicos, seu uso, e destino das embalagens, os cuidados e tratos com os solos, a existência de mata nativa, a existência e plantio de árvores, os recursos hídricos, a existência de animais silvestres, o uso de queimadas e a adubação adotada. A escolha dos itens para a “avaliação” das percepções acerca dos aspectos ambientais no cultivo de tabaco, deu-se em função de acreditar que estes, de certa forma, englobam a temática proposta, juntamente com o fato de ter sido lido e analisado alguns trabalhos e questionários que tratavam de temas afins e neles conter os tópicos abaixo analisados. Para tanto, desde já se ressalta que em 100% das propriedades visitadas os agricultores não fazem o uso de queimadas: **“Queimar não queimemos”** (família 11/entrevistado). Enquanto que nos demais aspectos, existem uma variação nas ações e percepções.

É importante destacar que a expansão e a intensificação da fumicultura, no estado, ocorrem nas regiões de pequenas propriedades de produção familiar, pelo fato destes locais não serem aptos ao cultivo de soja e trigo e nem à pecuária extensiva, e por possuírem os piores solos, contribuindo para a ampliação da necessidade do uso de fertilizantes químicos (ETGES, 2001).

“O agricultor estando consciente pode amenizar os danos ambientais” (agente rural aposentado/fumageira). Nesta visão do agente rural aposentado, os agricultores estão respeitando os limites da mata ciliar, cultivando os solos no sistema plantio direto. O entrevistado reforça: **“hoje acredito que se usam menos agrotóxicos”** (agente rural/fumageira).

A utilização de agrotóxicos, na agricultura, inicia-se na década de 1920. Nesta época, eles ainda eram pouco conhecidos e as questões de segurança e toxicologia eram pouco difundidas. Durante a Segunda Guerra Mundial, foram utilizados como arma química e no controle de endemias. O seu uso se expandiu a partir de então. A produção mundial chega a atingir, atualmente, cerca de dois milhões de toneladas de agrotóxicos por ano.

No Brasil, os agrotóxicos foram primeiramente utilizados em programas de saúde pública, no combate a vetores e controle de parasitas, passando a ser utilizados mais intensivamente na agricultura a partir da década de 1960. Inicialmente, foram utilizados como inseticidas, com a finalidade de eliminar insetos e animais que prejudicavam os cultivos. Em seguida, foram utilizados como herbicidas, que inibiam o crescimento de ervas diferentes das desejadas (OPAS/OMS, 1996).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no ano de 1975, foi responsável pela abertura do Brasil ao comércio de agrotóxicos, obrigando o agricultor a comprar os agrotóxicos com recursos do crédito rural, ao instituir a inclusão de uma cota definida de agrotóxico para cada financiamento requerido. Essa obrigatoriedade, junto com a propaganda dos fabricantes, determinou um aumento considerável na disseminação da utilização dos agrotóxicos no Brasil. Atualmente, o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais desse tipo de produto, o que resulta em inúmeros problemas, tanto para a saúde das pessoas quanto para o meio ambiente. Segundo Caporal (2009),

[...] o consumo de agrotóxicos no Brasil, em 2008, alcançou o montante recorde de US\$ 7,125 bilhões (contra US\$ 6 bilhões, gastos nos USA). Alcançamos o primeiro lugar em gastos com venenos. Ou seja, consumimos, em 2008, 733,9 milhões de toneladas de agrotóxicos (contra 646 Mt utilizados nos USA), ou seja, no ano que passou fomos felizes consumidores de 3,9 toneladas de veneno agrícola por habitante. Além da contaminação ambiental que isto representa e dos danos à saúde, temos, ainda, as embalagens tóxicas (CAPORAL, 2009 p. 7).

Na agricultura, os agrotóxicos são amplamente utilizados nos sistemas de monocultivo em grandes extensões. As lavouras que mais os utilizam são as de soja, cana-de-açúcar, milho, café, cítricos, arroz e algodão. As culturas menos expressivas por área plantada, tais com o tabaco, uva, morango, batata, tomate, e outras espécies de hortícolas e frutícolas também empregam grandes quantidades de agrotóxicos (SILVA et al., 2005). O uso indiscriminado de agrotóxicos tem provocado intoxicações, em diferentes graus, aos agricultores e consumidores, tornando-se um problema de saúde pública (PIRES; CALDAS E RECENA, 2005).

A presente pesquisa demonstrou que o uso de agrotóxicos é corriqueiro no cotidiano das famílias, pois todas elas fazem seu uso com frequência. A produção de tabaco inclui um pacote pré-estabelecido contendo uma série de agrotóxicos. Eles provêm da integradora, sendo que alguns ainda são comprados em agropecuárias locais: **“Raramente se compra fora”** (família 08/entrevistada).

Segundo Caporal (2009), foram recolhidas, no ano de 2008, 25,2 mil toneladas de embalagens de agrotóxicos, sendo que 21,1 mil toneladas foram encaminhadas para reciclagem ou incineração, esta causando outro tipo de poluição. Na pesquisa, as embalagens dos agrotóxicos têm diferentes destinos, na maior parte dos casos, após a tríplice lavagem, as embalagens são devolvidas para a integradora. Como pode ser comprovado nos depoimentos de alguns entrevistados: **“A gente faz tríplice lavagem e devolve”** (família 09/entrevistada), **“(...) a firma recolhe”** (família 15/filho). Em uma data e local pré-estabelecidos, as fumageiras passam realizar a coleta, como se verifica no relato: **“Eles marcam o dia e todos (os) agricultores entregam lá”** (família 04/entrevistada). Na fala dos entrevistados a seguir, o procedimento da coleta das embalagens é atual: **“Ultimamente ta passando um caminhão, a gente lava e devolve”** (família 17/entrevistado), **“Vem na capela lá em cima para a gente levar”** (família 16/entrevistado).

A legislação estabelece que as embalagens vazias são de responsabilidade do vendedor, o que vem sendo realizado pelas empresas, segundo os entrevistados: **“Já vem da (empresa) um saco para guardar”** (família 08/entrevistada), e **“tem que entregar de quem tu pega”** (família 05). A devolução, na visão desta entrevistada, ocorre em função dos aspectos visuais: **“Não dá para deixar atirado pela roça”** (família 04/entrevistada).

Alguns entrevistados justificam que a devolução das embalagens vazias de agrotóxicos ocorre em função de ser estabelecido previamente, na compra, a devolução: **“Já tem na própria nota que a gente é obrigado a devolver”** (família 11/entrevistado). E também há quem não vê a obrigatoriedade na devolução, mas que, mesmo assim, destinam as embalagens vazias à fumageira: **“Obrigado não é, mas sempre levo”** (família 12/entrevistado). O agricultor acrescenta que **“a melhor coisa é levar”** (família 12/entrevistado), no sentido que os arredores da casa ficam mais bonitos, reduzindo a quantidade de lixo espalhado.

Os agrotóxicos são utilizados em larga escala na produção de tabaco, mas se percebe que os agricultores não fazem seu uso na produção para o autoconsumo. Alguns justificam isso em função de ser uma produção em pequena escala: **“É tão pouco que vamos com a enxada mesmo** (família 08/entrevistada), **“A gente planta só os pouquinhos”** (família 09/entrevistada), referindo-se que não aplicam agrotóxicos por ser em pequena extensão. Enquanto outros deixam claro que a não utilização é em função dos cuidados com a própria saúde e com a dos demais membros da família: **“A gente procura não colocar já que é para comer”** (família 08/entrevistada). Afirmação esta que é reforçada por outro agricultor: **“as coisas que é comida, não”** (família 10/entrevistado). Assim como ressalta este agricultor, reafirmando a não utilização de agrotóxicos nos cultivares com fins alimentícios: **“Nem no feijão”** (família 11/entrevistado). Também se constatou, em uma entrevista, que um agricultor ressalta que, embora não se faça a aplicação de agrotóxicos nos alimentos, eles ainda podem estar contaminados: **“Na verdade (o agrotóxico) ta na terra”** (família 07/entrevistado).

O que se vê ainda, em estudos, quando surgem casos de intoxicações, contaminações, se são encontrados resíduos tóxicos de pesticidas nos alimentos, a responsabilidade da contaminação ou intoxicação não são dos cientistas, nem do Estado, nem das empresas, mas sim dos próprios agricultores, que estariam utilizando de forma “inadequada” o insumo (com uso excessivo e/ou falta de proteção na aplicação), ocasionando “acidentes” (GUIVANT, 1992, 1994, 2000). Verificaram-se ainda casos em quem o agricultor não faz distinção entre os cultivos para a alimentação e as demais atividades, aplicando agrotóxicos na produção destinada ao autoconsumo. Eles comentam que, em sua propriedade, faz-se o uso de agrotóxicos no tabaco, no milho, na erva-mate e até na **“mandioca, batata...”** (família 12/entrevistado).

Os cuidados com os agrotóxicos, estão limitados à utilização dos Equipamentos de Proteção Individual: **“A gente se cuida, usa os equipamentos”** (família 01/genro). Assim como no caso deste entrevistado, ex-plantador de tabaco que diz que, quando desenvolvia o cultivo do tabaco, se protegia dos agrotóxicos: **“Usava a roupa para passar veneno”** (família 03/entrevistado). As responsabilidades sobre os cuidados são dos produtores. Porém, sabe-se que eles não são os únicos, pois caso seguissem as recomendações no que se refere às fórmulas a serem escolhidas, doses, condições gerais de pulverização, dentre outros, que estão presentes nas bulas, os riscos necessariamente não desapareceriam (BOEIRA e GUIVANT, 2003).

Por fim, visualiza-se que os agrotóxicos são vistos como condição necessária para a produção: **“Não tem mais produzir sem botá veneno”** (família 13/esposa). E o uso de enxada é visto como um atraso: **“Veneno usamos para tudo, enxada não se usa mais”** (família 14/entrevistado), **“Se atracar de enxada não faz nem pra comer”** (família 17/entrevistado). O agricultor, após sua fala, faz um comparativo de tempo, pois se não aplicassem agrotóxicos (herbicidas) demandaria muita mão-de-obra, reduzindo a quantidade de mil pés plantados, e, dessa forma, reduziria também os lucros: **“Não existe produzir sem agrotóxicos”, “As famílias estão menores e os agrotóxicos ajudam”** (agente rural/prefeitura). Os agrotóxicos também transmitem uma relação de dependência: **“Imagina se não se usa”, “se não fosse com o veneno a gente não fazia nada”** (família 10/entrevistado), **“(uso) de tudo que é tipo”** (família 15/filho). Além disso, tem-se o caso da utilização de **“um pouco em tudo”** (família 16/entrevistado).

As opiniões dos agricultores coincidem às observações de Menasche (2004), que estudou duas localidades rurais gaúchas, ao norte e centro-sul do Estado, analisando as interações entre os papéis sociais de gênero na agricultura familiar e as representações desses agricultores em relação aos agrotóxicos. Nesse estudo, a autora menciona o fato dos agricultores considerarem os agrotóxicos uma condição necessária para produzir, além de acreditarem que os produtos, atualmente utilizados, são menos agressivos à saúde humana do que os utilizados há alguns anos atrás. Enquanto uns agricultores utilizam os venenos para tudo e sentem-se dependentes deles, têm-se, em contraponto, entrevistas também com agricultores que dizem utilizar somente os agrotóxicos necessários: **“Só o necessário”** (família 11/entrevistado). O agente rural acredita que os agrotóxicos estão menos

agressivos, não sendo os vilões do cultivo do tabaco, levantando um comparativo com o cultivo da soja: **“Os inseticidas não são problema, eles são mais fracos [...] hoje a cultura do fumo usa menos insumos que o cultivo da soja”** (agente rural aposentado/fumageira).

Ao se tratar da questão da sustentabilidade, vários estudos evidenciam que, geralmente, as propriedades que realizam o cultivo do tabaco estão localizadas em solos marginais, declivosos e com muitos problemas de manutenção da capacidade produtiva. O cultivo de tabaco é responsável pela degradação do ecossistema natural através do uso intensivo do solo. Geralmente, onde o tabaco é cultivado, os solos são pedogeneticamente jovens, rasos e restritivos ao uso com cultivos anuais. Então, problemas de erosão, de manutenção da capacidade produtiva e de armazenamento da água por esses solos marginais são bastante comuns e conflitantes com a preservação do ambiente (SEQUINATTO, 2007).

A agricultura familiar possui peculiaridades que a diferencia das demais atividades econômicas, em especial, por suas potencialidades referentes à interdependência dos fatores de produção, propriedade, trabalho e pela sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural. Porém, ela encontra limitantes, sendo o solo um desses. O cultivo de tabaco é responsável pela degradação do ecossistema natural através do uso intensivo do solo (SEQUINATTO, 2007). Porém, o que se visualiza, na presente pesquisa, é que existe uma preocupação por parte dos agricultores quando se trata da degradação do solo.

A maioria dos entrevistados maneja o solo no sistema de plantio direto e/ ou cultivo mínimo: **“Acho que é cultivo mínimo”** (família 09/entrevistada), **“A maioria, 100% cultivo mínimo, [...] é melhor para proteger o solo”** (família 10/entrevistado). A entrevistada ressalta como é realizado o cultivo: **“Coloca o adubo e planta envergado com o pasto”** (família 04/entrevistada).



Figura 06 -Foto ilustrativa da plantação de tabaco.

Fonte: pesquisa de campo-propriedade localizada na comunidade de Pinhal Queimado.

A cobertura protege o solo, sendo um dos fatores que mais interferem evitando o processo erosivo. A presença de palha em superfície atua diretamente na absorção do impacto das gotas de chuva ao solo, age como barreira diminuindo a velocidade de transporte da enxurrada, além de aumentar a infiltração, conseqüentemente, diminuindo o volume das perdas de água e solo (FOSTER, 1987, apud PELLEGRINI, 2006).

E dentre os principais motivos que levam os agricultores a adotarem os sistemas (direto e cultivo mínimo), estão desde os aspectos visuais: **“achava bonito ver nos outros”** (família 02/entrevistado), ao aumento da “proteção” dos solos e da produção: **“É melhor, não lava a terra [...] produz mais também”** (família 04/entrevistada). A adoção do sistema de plantio direto foi resultante dos problemas de erosão, e associado ainda à redução da mão-de-obra: **“Dá menos mão-de-obra e preserva a umidade”** (família 06/ entrevistado), considerando-se que reduz os riscos, pois: **“Quando vem a chuarada vem por tudo, por isso fazemos o plantio direto”** (família 15/filho). Ainda nesta idéia, acredita-se que: **“mexe menos com a terra e ela agüenta mais sem estar lavando”** (família 03/entrevistado).

Falando do cultivo, esta agricultora menciona: “**não se lavra mais pra nada**” (família 13/esposa).

No sistema de plantio direto, a ausência do revolvimento (aração), o incremento de matéria orgânica, e a não utilização de maquinários agrícolas, levam a uma lenta reconsolidação do solo, aproximando-se a níveis naturais, com uma distribuição mais uniforme dos poros em profundidade. Já o revolvimento do solo promove maior arrançamento das partículas, criando maior porosidade total e macroporosidade do solo, contribuindo para uma rápida drenagem e aeração do solo (PELLEGRINI, 2006). Por isso, as vantagens em adotar o sistema de plantio direto, no cultivo de tabaco, são vistas como sustentável.



Figura 07- Foto ilustrando o sistema plantio direto no cultivo de cítrus.

Fonte: pesquisa de campo-propriedade localizada na Linha Sexta.

A pesquisa constatou que o agricultor que adotou o sistema de plantio direto em sua propriedade, em um curto período de tempo já pode visualizar suas vantagens e não pretende abandonar o modo de cultivar. “**Não planto mais sem plantio direto**” (família 02/entrevistado). Pelos mesmos motivos que este agricultor ressalta: “**quanto mais protegido (solo), mais ele produz**” (família

14/entrevistado). Em estudos, pode-se perceber que a eficácia da cobertura do solo na redução da erosão hídrica, vários autores evidenciaram que as perdas de solo são cerca de 80 % menores em cultivos com resíduos culturais mantidos na superfície, em relação às do preparo convencional (HERNANI et al., 1997).

O solo, quando manejado de forma correta, é dito renovável (SEQUINATTO, 2007). Os entrevistados que cultivam os solos no sistema convencional, em alguns casos dizem saber que o sistema de plantio direto é melhor para o solo, principalmente em solos declivosos, mas não o realizam, como ressalta o seguinte agricultor: **“O certo mesmo era fazer (plantio direto) na ladeira”** (família 07/entrevistado). Alguns justificam que não adotam em função de lhes faltar equipamentos, outros por realizar dois cultivos na mesma área e em função disso não dar tempo de plantar a pastagem. **“Esse ano não fiz plantio direto, tirei o fumo e coloquei o milho”** (família 17/entrevistado). E há quem não adota por questão de escolha mesmo. **“O ano passado foi feito, neste ano não”** (família 08/entrevistada).

Por fim, encontraram-se também casos em que os agricultores adotavam ambos os cultivos, no sistema plantio direto e convencional. **“Dos dois tipos”** (família 15/filho). O agricultor comenta que é vantajoso realizar os dois sistemas de cultivo. No geral as propriedades que possuem algum cuidado com os solos são as que os agricultores dizem não haver problemas com erosão. **“Nas nossas áreas não (tem), a gente cuida”**. (família 10/entrevistado). Assim como neste caso em que o agricultor comenta que após adotar o plantio direto, não teve mais erosão em sua propriedade. **“Depois do plantio direto não”** (família 12/entrevistado). **“Na minha terra não”** (família 14/entrevistado). E ainda em alguns casos mesmo possuindo a erosão. **“Tem pedaço que tem”** (família 16/entrevistado), poucos são os cuidados. Em um caso o agricultor diz ter mudado a área de plantio. **“Estava acabando com a terra”** (família 17/entrevistado). E em outro, a entrevistada comenta que a ação realizada por ele é cultivar a favor da erosão. **“A gente sempre cuida para fazer as vergas (de fumo) a favor, mas tem erosão”** (família 08/entrevistada).

O uso inadequado do solo desloca grande quantidade de solo das áreas agricultáveis para o sistema fluvial, além disso, agroquímicos aplicados aos cultivos são carregados das áreas agrícolas até os mananciais hídricos via o escoamento superficial. Inúmeros agroquímicos são considerados poluentes do meio ambiente e afetam a saúde humana (SEQUINATTO, 2007). A realidade é que muitos

agricultores sobrevivem do cultivo de tabaco, apesar do pacote tecnológico aplicado pelas empresas, existem muitos problemas relacionados com os manejos aplicados ao solo (PELLEGRINI, 2006). O que pode comprometer a sustentabilidade do sistema.

No cenário atual em que se encontra a fumicultura vê-se uma pressão sobre os recursos locais, pela prática de desflorestamento e pelo mau uso do solo, assim como sobre os mananciais aquíferos, advindas das práticas de manejo e das técnicas inapropriadas convencionalmente preconizadas pela maioria dos cultivadores (LIMA, WIZNIEWSKY e MARTINS, 2005, RHEINHEIMER et al, 2003). Além de na cadeia produtiva do tabaco ser recomendados diversos agrotóxicos (ALMEIDA, 2005), que além de causar problemas ambientais, tais como: envenenamento em mananciais, redução da vida microbiana, dentre outros. Deixa os agricultores dependentes do pacote tecnológico que preconiza o uso excessivo de insumos industrializados.

Neste sentido, a partir das entrevistas realizadas pode-se constatar que de forma geral, a maior parte das propriedades localizadas no município em estudo, possui mata nativa. **“Onde não se planta é por que tem mato”** (família 14/esposa). Nem que seja numa pequena parcela. **“Não é muita coisa, mas tem uns pés”** (família 08/entrevistada). Como pode ser visualizado na figura 08 abaixo. Estudos têm evidenciado que uma significativa parcela da propriedade é destinada para mata nativa e reflorestada, em média 27%, totalizando um percentual superior ao exigido pela legislação brasileira, a título de reserva legal. De acordo com a legislação federal, Lei n. 4.771 de 1965, as reservas florestais devem corresponder no mínimo a 20% da área de uma propriedade rural localizada nas regiões leste meridional, sul e na parte sul do centro-oeste (FREY E WITTMANN, 2006).

Em uma única entrevista a agricultora salienta não haver mata nativa em sua propriedade. **“Acho que não existe aqui nosso pedacinho não”** (família 09/entrevistada). Segundo dados da Emater local, o município de Arvorezinha em seu estado natural era 98% coberto por mata nativa. Porém o que se vê atualmente é somente 20%, em média, do total do município está composto entre mata nativa e capoeira.



Figura 08 - Foto evidenciando a presença da mata nativa.

Fonte: pesquisa de campo – Linha Lajeado Ferreira (19/06/09).

A reposição florestal do setor fumageiro da região Sul do Brasil vem se destacando pela sua atuação na questão ambiental. Recentemente suas práticas de fomento ao florestamento foram evidenciadas no Relatório da FAO, no qual o Estado do Rio Grande do Sul apresentou isoladamente o melhor desempenho com maior número de recursos alocados pelo PRONAF. Segundo o relatório, o resultado está diretamente relacionado ao trabalho realizado pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) que integra junto aos seus associados o cultivo do tabaco e o fomento florestal (FAO, 2004).

Os entrevistados, em sua maioria, se manifestam no sentido de não fazer o uso da mata na secagem do tabaco, e dentre os motivos é de “medo” da legislação. **“Porque eles (fiscalização) não deixam derrubar”** (família 07/ entrevistado). E há algumas exceções que embora sinta medo dos órgãos de fiscalização e da legislação ambiental, derrubam a mata existente em sua propriedade. **“É uma coisa errada, a gente nem consegue derrubar para a gente (...) mas não demo(s) bola, derrubamos mesmo”** (família 13/esposa). Há também casos em que nitidamente os agricultores dizem derrubar a mata para utilizá-la como lenha e para

ampliar a área de cultivo. **“Ah, protege! Estamos derrubando tudo...”** (família 01/filha). O que se evidencia na pesquisa é que no geral as propriedades possuem mata nativa e os agricultores procuram mantê-la, embora estudos mostrem que no Vale do Itajaí/SC, em 1998, a maioria (59,1%) dos fumicultores utilizava árvores nativas da Mata Atlântica para o processamento de tabaco (BOEIRA, 2002).

Os agricultores, em sua maioria, se preocupam com a presença da mata. Eles afirmam que a mata nativa é importante para a manutenção da água e por acreditar que a presença dos recursos naturais é necessária. **“Pra preservar, porque é importante”** (família 15/filho). Ainda sobre a relação mata e água, **“tem nas veredas (margens) dos rios por tudo”** (família 10/entrevistado). Na Comunidade Arroio Bugre, embora exista o derrubamento da mata nativa, o entrevistado ressalta que nas margens do rio ela é preservada. Embora as lavouras de tabaco fiquem muito próximas às margens do rio. **“Geralmente na vereda (margens) do Bugre não é desmatado, mas as lavouras ficam perto d’água”** (família 17/entrevistado). Na visão de um dos agentes entrevistados, atualmente não se derruba mais mata nativa para fazer lavoura, ao contrário, em sua visão a mata está crescendo.

O tabaco necessita de energia (calor) para sua cura e secagem. Apesar de a maior parte das propriedades possuírem mata nativa, a lenha utilizada, salvo duas exceções, é a lenha de eucaliptos, muitas vezes oriunda da própria propriedade e em outros casos adquirida de terceiros. Seja por medo da legislação, seja por consciência ambiental ou instinto de preservação. O Rio Grande do Sul possui 49.329,27 km² de florestas naturais em estágios iniciais, médios e avançados de sucessão, o que representa 17,44% da superfície do Estado (INVENTÁRIO, 2009).

A presença de árvores, tanto frutíferas quanto nativas fazem parte dos aspectos ambientais da sustentabilidade. Pois se sabe que elas são responsáveis pela transformação do Gás Carbônico (CO₂) em oxigênio (O₂). Além de possuir uma relação direta com a questão hídrica (H₂O). Para tanto se fez uma breve explanação da presença de árvores nas propriedades e de como os entrevistados vem sua importância. Em alguns casos, ao tratar-se de árvores dizem que na propriedade é cultivado somente o eucalipto, planta exógena, porém muito utilizada como lenha, tanto na secagem do tabaco quanto em aviários para o aquecimento dos frangos. E em outras propriedades é visível a presença de árvores tanto para a cura e a secagem do tabaco, como árvores frutíferas (pomar) e nativas (frutíferas ou não). Nestes casos, com orgulho os entrevistados comentam sobre as espécies que

cultivam (pitangueira, guabirobeira, *cítrus*, pêssegos, dentre outras). Ressaltando que fazem mais em função dos aspectos visuais do que propriamente para a alimentação. **“Se morre uma árvore ali a gente planta outra aqui”** (família 04/entrevistada). Há também quem disse não plantar árvores, mas preservar as que a propriedade possui.



Figura 09 - Foto evidenciando a presença de árvores frutíferas nativas.

Fonte: pesquisa de campo-propriedade na comunidade de Pinhal Queimado.

Nas entrevistas há casos em que os agricultores expressam que existe o interesse em cultivar árvores com o fim energético, porém por possuírem pequenas áreas de terra acabam não podendo fazer isso. **“Tinha vontade de plantar, mas não temos terra”** (família 04/entrevistada).

Algumas propriedades dos entrevistados não havia nenhuma espécie arbórea e a justificativa dos entrevistados foi que a microrregião é muito fria, e por isso não há planta que resista. **“Na verdade o que planta morre com o frio”** (família 09/entrevistada) (SIC). Por fim teve também quem mencionou não plantar árvore de espécie alguma por não ter interesse nelas e que, além de não plantar comenta que derruba as árvores existentes na propriedade para utilizá-la como lenha na promoção de energia (para o fogão a lenha).

O estudo mostra que da mesma forma que há diversidade de percepções sobre a presença de mata nativa, o cultivo e a importância de árvores, seja para frutos, seja para outras finalidades variam muito de agricultor para agricultor. Embora a presença e cuidado com as árvores pareça ser somente importante no aspecto visual, elas são imprescindíveis no aspecto da sustentabilidade ecológica, assim como a água. O Brasil em termos quantitativos, ao se tratar de água doce, é um dos países mais ricos do mundo. Aproximadamente 13,7% do total mundial de água doce estão disponíveis no país (ANA, 2008). Porém este não é motivo para que possamos descuidar dos nossos recursos hídricos. Para tanto, ao analisar-se a sustentabilidade é impossível desconsiderar a questão dos recursos hídricos.

No presente estudo, durante as entrevistas foi abordado a questão dos recursos hídricos, mais no sentido da quantidade, formato das fontes e da localização das mananciais. Em algumas propriedades dos entrevistados encontraram-se rios que cortam as propriedades. Constatou-se que no geral a água consumida é oriunda de fontes. Algumas protegidas por orientações da Emater, como pode ser visualizada na figura 10 a seguir, e as outras pelos próprios moradores, há ainda propriedades que possuíam poços artesianos. Na visão do agente rural da Emater os agricultores que não utilizam água comunitária, por meio de poços artesianos, acabam por estar utilizando água contaminada. **“Acredito que a maior parte dos agricultores tem água comunitária e o restante de água (é) superficiais (I), estas contaminadas”** (agente rural/Emater). Porém encontraram-se algumas poucas exceções que a água é oriunda de poços comunitários e ou provida da Corsan¹⁰.

¹⁰ CORSAN- Companhia Riograndense de saneamento. A CORSAN abastece hoje mais de 7 milhões de gaúchos, o que corresponde a dois terços da população do Estado. A sede da empresa localiza-se em Porto Alegre (<http://www.corsan.com.br/empresa/empresa.htm>).



Figura 10 - Foto ilustrativa do modelo de fonte recomendado pela Emater.

Fonte: A imagem foi cedida pelo agente rural da Emater.

Pelo presente estudo pode-se comprovar que a maior parte das fontes de água são “protegidas”, cercadas por árvores. **“É protegido, tem guavirova plantada”** (família 15/filho). Em alguns casos os agricultores fazem questão de explicitar que a fonte localiza-se no alto da propriedade e por isso não corre o risco de ser contaminada. **“A fonte é no mato”** (família 16/entrevistado). Porém poucos dos entrevistados sabiam sobre a qualidade da água, mas no geral eles acreditam que a água seja potável, pela cor, sabor e localização das nascentes. **“A fonte é no mato, não tem lavoura nenhuma (por perto), foi feita de tijolo e coberta”**. (família 17/entrevistado). O mesmo pode ser visualizado na fala da seguinte entrevistada: **“a fonte é uma beleza”** (família 04/entrevistada). E ainda há quem estranha à água quando toma em outro local que não seja em sua casa. **“A Nossa é boa, até estranho quando tomo em outras casas”** (família 08/entrevistada).

Quanto à disponibilidade (quantidade) da água as opiniões divergiram. Na opinião da professora entrevistada, a água já se encontra em déficit no município. **“Já está faltando água em Arvorezinha”** (agente rural/professora). Alguns agricultores dizem possuir água em abundância. **“Tem dois poço bom, não falta água”** (família 15/filho) e, **“fosse ter mais 4 ou 5 moradores tinha (água) para todos”** (família 09/entrevistada). Outros agricultores afirmaram que até o presente momento não sentiram falta da água. **“Por enquanto, sim (tem água)”** (família 06/

entrevistado). E ainda entrevistados quem perceberam (sentiram) que a água pode vir a faltar. **“Está enfraquecendo”** (família 11/entrevistado). E ainda, **“ficar sem água não ficemos, mas não tem em abundância”** (família 14/esposa).

O planeta Terra possui 1,4 milhões de quilômetros cúbicos de água, mas apenas 2,5% desse total é de água doce. Os rios, lagos e reservatórios de onde a humanidade retira o que consome só correspondem a 0,26% desse percentual. Daí a necessidade de preservação dos recursos hídricos. Em todo mundo, 10% da utilização da água vai para o abastecimento público, 23% para a indústria e 67% para a agricultura (MOSS, 2008).

A presença de rios também pode ser visualizada no decorrer da pesquisa. Nas entrevistas encontrou-se algumas propriedades que fazem divisas ou que são cortadas por rios. Os rios são: o Arroio Lajeado Ferreira, o qual levou a propriedade visitada fazer parte do RS Rural e do monitoramento da microbacia Arroio Lajeado Ferreira, no ano de 2004, Arroio Bugre e o Rio Forqueta. Segundo os moradores, as margens nem sempre são protegidas respeitando a legislação da mata ciliar. **“Tem parte que tem parte que não”** (família 15/filho). A mata ciliar além de responsável pela manutenção das mananciais e curso hídricos também tem sua relevância na manutenção e reprodução de espécies de animais silvestres.

A diversidade do número de animais silvestres também pode ser um indicador de sustentabilidade e na presente pesquisa este fato foi considerado e questionado. Embora, não se tenha a informação precisa acerca do número de espécie de seres vivos que habitam o nosso planeta. A diversidade biológica é muito grande, porém estima-se que haja em torno de 10 a 15 milhões de espécies da fauna, flora e microorganismos. Deste total, de 5 a 8 milhões seriam insetos, 400 mil seriam plantas, 60 mil de animais vertebrados, 5 mil mamíferos e 10 mil aves. O relatório Planeta Vivo, elaborado pela WWF (Fundo Mundial para a Natureza), aponta uma queda significativa na quantidade de espécies entre 1970 a 1995. Este estudo monitorou diversas espécies e chegou a conclusão de que 35% dos animais de água doce foram extintos neste período. Com relação aos animais marinhos, a perda foi maior, atingindo a ordem de 44%. No Brasil a situação não é diferente. O tráfico de animais silvestres, as queimadas e as agressões aos ecossistemas colocaram vários animais brasileiros na lista dos animais em extinção. Como exemplo aponta-se: Ararinha, Arara-Azul, Cachorro-vinagre, Cervo-do-Pantanal, jaguatirica, lobo-guará, mono-carvoeiro, mico-leão-dourado, onça-pintada,

tamanduá-bandeira, tatú-canastra, veado-campeiro, entre outros (FAUNA BRASIL, 2008).

No decorrer das entrevistas, estimulou-se os agricultores a falarem sobre a presença de animais nas propriedades. No geral os animais visualizados pelos agricultores não variaram muitos, eles são: lebres, veados, tamanduás, raposas, araras, saracuras, lambus, jacus, graxains, ouriços, tucanos, capivaras e lobos-guarás. **“Se vê mais lebre e ouriço”** (família 08/entrevistada). Mas as formas com eles são vistos e tratados variam. Em alguns casos, os agricultores deixam os animais livres e em outros os perseguem até matá-los. O que se pode perceber que dentre os animais relacionados pelos agricultores, alguns se encontram em extinção.

Alguns animais são vistos negativamente e até muitas vezes mortos em função de “atrapalharem” o desenvolvimento de alguns cultivos. **“A não ser as lebres que comeram o feijão...”** (família 01/genro). **“(...) a saracura que arranca os milhos”** (família 04/entrevistada). Assim como as capivaras são vistas nesta propriedade, **“Capivara é o bicho do diabo para comer milho”** (família 16/entrevistado). E ainda há agricultores que dizem matar os animais “silvestres” sem motivos aparentes, apenas pelo instinto da caça. **“Tem, mas a gente sai às catas (...) só se escapa se não consigo matar”** (família 10/entrevistado).

Em outros casos, embora sintam que os animais de alguma forma estão “atrapalhando” comendo o milho, os agricultores não vêem este fato negativamente e deixam os animais livres. **“O graxaim come milho e galinha, mas não atrapalha”** (família 07/ entrevistado). **“Esses não atrapalham em nada o pouquinho que eles comem não faz diferença”** (família 06/ entrevistado).

Também há quem gosta e acha importante a presença destes animais e ainda tem uma postura de “adoção”. **“Peguei um (tamanduá) e brinquei”** (família 03/entrevistado). **“Todo mundo cuida”** (família 14/entrevistado). Nesta propriedade o entrevistado diz conviver com a presença de veados, lebres, araras e acrescenta. **“Não judio deles, deixo que fiquem lá”** (família 05). O lobo-guará, segundo um entrevistado é comum na região e seguidamente entra em conflito com os cachorros. **“Volta e meia bota os cachorros nos matos”** (família 17/entrevistado).

A presença de veados foi salientada. **“Cansamo (s) de na invernada lidar com os animais e ver seis (veados) juntos”** (família 16/entrevistado). Tratando-se de veados teve entrevistado que disse que seus vizinhos caçam-nos, em sua fala visualiza-se sua preocupação além de evidenciar ser contra a caça. **“Se estou**

junto não deixo matar” (família 08/entrevistada). O problema nestas ações é que no estado do Rio Grande do Sul o veado encontra-se em extinção. As espécies *Mazama americana* denominado veado-pardo ou veado mateiro encontra-se em perigo. A espécie *Mazama gouazoupira*, veado-virá ou veado catingueiro encontra-se vulnerável a extinção. O veado *Mazama nana*, chamado de veado-bororó-do-sul e de veado-poca está criticamente em perigo e por fim, a espécie *Ozotoceros bezoarticus* denominado de veado-campeiro ou veado-branco encontra-se criticamente em perigo (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA, 2003).

Percebe-se, que na região em estudo é possível encontrar uma variada quantidade de espécies silvestres. Embora alguns entrevistados mostrem pouca preocupação e interesse na manutenção deles. Se os agricultores vierem a matá-los por perseguição e não pela necessidade alimentícia, também se não houver preocupação com os recursos naturais os quais servem de abrigo e alimentação para estes animais, eles podem entrar em extinção. Porém, embora, haja uma forte crítica sobre a manutenção dos recursos naturais em áreas com o cultivo do tabaco, salienta-se que no que tange à fauna os agricultores entrevistados avaliaram que os animais estão presentes mesmo considerando os impactos do meio ambiente causados pelo cultivo de tabaco.

O uso de fertilizantes e químicos industriais também foi analisado para compor o aspecto ambiental de tabaco na percepção dos agricultores e dos agentes rurais. A produção de tabaco é conhecida pelos *inputs* externos, nos pacotes tecnológicos apoiados no modelo agroquímico fornecido pela integradora. Nos pacotes tecnológicos do cultivo do tabaco são receitados uma quantidade exagerada de Nitrogênio (N) Fósforo (P) e Potássio (K), quem em muitos casos, para não dizer que na maioria, não é a real demanda do solo, da planta, enfim que a propriedade necessita. E com isso, muitas vezes, acaba-se por não utilizar o adubo orgânico proveniente da própria propriedade.

As propriedades visitadas, em sua totalidade fazem o uso de adubos químicos. Ele é utilizado nas lavouras de tabaco, na erva-mate, milho, dentre outros. Geralmente, o uso de adubação ocorre somente com os adubos externos (fonte industrial). **“Só os que vêm da firma”** (família 16/entrevistado). Já em outras propriedades este uso é associado ao uso de adubo orgânico, ou seja, usa-se o esterco de aviário e também o lixo orgânico produzido na cozinha. **“Quase só químico”** (família 13/filha). **“Praticamente químico, mas usamos esterco também”**

(família 14/entrevistado). O adubo orgânico é utilizado nas hortas e nas fruteiras. **“A gente deixa o (esterco) de gado enxugar e usa esse”** (família 09/entrevistada). O que se percebe que o adubo químico industrial, geralmente é utilizado somente no cultivo do tabaco. **“É só no fumo que a gente bota”** (família 04/entrevistada).

A utilização do lixo orgânico como esterco é apreendido na escola. Como dizem os entrevistados que começaram a utilizar em função do que os filhos aprendem na escola e querem aplicar em casa. **“A piaçada que trás (a idéia) da escola”** (família 07/ esposa). Percebe-se ainda, como é corriqueiro no sistema de integração com as fumageiras, os agricultores fazerem o uso de adubos químicos para a produção de tabaco, porém como ponto positivo tem-se o uso de adubo orgânico (lixo de cozinha, esterco de animais, dentre outros) na horta e em alguns cultivos realizados para a alimentação familiar. E isso se dá em alguns casos em função de haver uma política trabalhada nas escolas, resgatando estes valores internos. Da mesma forma que surge a questão do lixo. O que fazer com o lixo seco produzido? Quais são as percepções dos agricultores acerca do lixo?

A questão do lixo foi analisada no sentido do destino e cuidados que os agricultores têm com ele. A prefeitura municipal de Arvorezinha possui um programa de coleta do lixo que percorre por todas as comunidades rurais a cada dois meses. Como pode ser comprovado nas falas destes agricultores. **“Ela (prefeitura) vem a cada dois meses”** (família 04/entrevistada). E, **“o caminhão recolhe”** (família 10/entrevistado). Em duas propriedades, os agricultores disseram que o lixo seco é entregue a um senhor que recolhe, recicla e vende. **“O lixo plástico é recolhido pelo cara da carrocinha”** (família 06/ entrevistado).

Embora se tenha duas opções de destino, a coleta da Prefeitura e a do reciclador, encontrou-se agricultores que preferem dar um outro destino ao lixo. Em algumas propriedades o destino é a queima. **“Eu queimo”** (família 08/entrevistada). Assim, como neste caso, que com ar de vergonha, sabendo que sua postura não é a mais adequada diz queimá-los. **“Pra falar a verdade a gente faz a coisa errada, volta e meia a gente queima”** (família 17/entrevistado). A justificava dada pelos agricultores que queimam o lixo é por não gostarem de estocá-lo até o recolhimento. Segundo um caso, o lixo não é entregue à Prefeitura nem queimado, mas sim se joga na lavoura. **“Coloquemos no meio da roça para apodrecer”** (família 15/filho).

Assim percebe-se que programas de coleta do lixo existem, passado na própria comunidade para o recolhimento, não necessitando o agricultor se deslocar

para fazer a devolução, e mesmo assim em alguns casos, por falta de hábito, ou ainda de consciência, alguns agricultores preferem queimar ou até jogar o lixo na propriedade. Talvez esteja faltando um trabalho de conscientização para que os agricultores percebam a importância de não queimar o lixo, saberem que muito pode ser aproveitado e que visualmente é mais bonito e sustentável ver os ambientes sem lixo espalhado.

7.3 A percepção acerca dos aspectos sociais

Nos aspectos sociais, buscou-se levantar as percepções sobre a relação agricultor *versus* fumageira, a participação dos entrevistados em cooperativas, associações, e seus estados de ânimo. Neste último, tentou-se captar as emoções e o estado de ânimo dos entrevistados, por exemplo, se estavam felizes, tristes, angustiados, preocupados, entre outros.

A produção de tabaco, no município de Arvorezinha, é uma atividade que provoca sentimentos ambíguos. O desenvolvimento desta atividade pode ser associado à perda de autonomia dos agricultores. Isso ocorre em função dos contratos estabelecidos entre agricultores e fumageiras. A chegada das fumageiras internacionais deu-se por volta dos anos de 1970, e a consolidação do sistema de produção integrada foi inicialmente vista como uma oportunidade para se alcançar níveis de vida mais elevados, com pouco ou nenhum risco, especialmente, ao se considerar as garantias de compra da produção oferecidas por estas companhias. No passado, cultivar tabaco era uma garantia de renda, a qual sustentava a família com relativo conforto. Atualmente, a atividade parece ser vista como uma ocupação que já não oferece a compensação esperada e justa.

Em geral, percebe-se que os agricultores são integrados às fumageiras, por não possuírem condições financeiras de plantar sem manter o vínculo com a empresa: “**Não podemos plantar por conta**” (família 04/entrevistada). Em consequência, os agricultores sentem-se angustiados e impotentes perante a integradora: “**Pequenos [...] na verdade pressionado**” (família 01/genro). A relação

com a integradora, em alguns casos, deixa os agricultores desanimados: **“Está triste a situação do fumo”** (família 08/entrevistada).

Uma entrevistada refere-se à relação de dependência, reclama que sempre possuem dívidas com a empresa. Para ela, a fumageira remunera mal o tabaco e ainda não envia o dinheiro sem antes descontar suas dívidas. A mesma entrevistada reclama que este ano, na safra 2008/2009, a compra foi ruim, os insumos estavam com preços elevados e que o tabaco não foi pago como deveria: **“Não estou muito contente não”** (família 08/entrevistada). A fumageira estabelece um jogo, na visão deste entrevistado: **“Tem época que paga bem, época que paga mal”** (família 15/filho).

O lucro proporcionado com o cultivo do tabaco é decrescente. Além disso, há um sentimento entre os fumicultores e suas famílias de uma grande dependência em relação às fumageiras. Tal dependência é geralmente ilustrada pela reclamação dos agricultores por não haver negociação com a fumageira. A única opção do plantador é vender a produção ao preço proposto, mesmo que ele não seja satisfatório nem corresponda às expectativas da família.

A primeira vista, a produção de tabaco parece ser um bom negócio para os agricultores. O sistema de integração provê os recursos necessários à produção, fornece assistência técnica e garante a compra total da produção, mas o sistema de produção integrada não se limita a isso. À medida que o agricultor se envolve com a fumageira, ele se endivida e, conseqüentemente, precisa negociar exclusivamente com esta fumageira até que tenha liquidado suas dívidas. Na visão de um entrevistado, a relação que eles possuem com a fumageira é de pressão, dizem sentirem-se presos e pressionados, obrigados a entregar o produto em função dos contratos pré-estabelecidos: **“Com estes contratos a gente é obrigado a entregar o fumo”** (família 06/ entrevistado). Em outro caso, o agricultor sente-se explorado e dependente da fumageira. **“[...] todas as empresas exploram”** (família 10/entrevistado). Fica claro que se sentem explorados, o entrevistado acrescenta: **“assim é, e assim sempre vai ser”** (família 10/entrevistado). Em sua fala, percebe-se, de certa forma, um conformismo da parte do agricultor. Ele refere-se à questão do grande (a empresa) manipular os pequenos (os agricultores), mas de um modo que parece estar conformado, que as coisas são assim e não se pode nem deve mudá-las. No geral, percebe-se que a reclamação com os preços baixos pagos pelas integradoras é freqüente, bem como dos elevados preços dos insumos.

No sistema de produção integrada, o agricultor só pode sair quando liquidar suas dívidas, do contrário nenhuma outra fumageira o aceitaria como produtor associado. Na prática, é difícil que um integrado deixe o contrato nos cinco primeiros anos, pois os investimentos na propriedade devem ser pagos nessa média de anos que, em geral, utiliza-se nos financiamentos com a empresa (MASCARENHAS, 2006). Os agricultores sentem a falta de autonomia no sistema de produção integrada, pois, na prática, o produtor de tabaco assume as funções de um empregado das fumageiras, sem os níveis regulares de renda nem os benefícios sociais que um empregado registrado teria direito. Ao entrar no negócio do tabaco, o agricultor escolhe uma fumageira. O nível necessário de produção é controlado pelo instrutor, que visita a propriedade a fim de verificar as condições gerais do cultivo. Os créditos oferecidos pela fumageira incluem os investimentos e recursos necessários à produção, e o agricultor os paga com a quantidade de tabaco acordada. De acordo com a fumageira, toda a produção da família deve ser destinada à fumageira para que se justifiquem os investimentos feitos, a venda da produção a outra fumageira é considerada um ato ilícito.

A dependência dos agricultores em relação às fumageiras é reforçada ao se atingir a última fase do processo de produção de tabaco, quando o produto é levado à integradora. Na venda da produção, um dos problemas discutidos refere-se à sua “classificação final”. Ao agricultor cabe aceitar as freqüentes baixas de qualidade na classificação no tabaco: **“O preço pra falar a verdade não seria ruim, mas elas pagam o que querem”** (família 17/entrevistado). O preço que o agricultor se refere é no sentido do valor tabelado pelas classes do tabaco. Ruim, em sua visão, é o fato da empresa rebaixar, na classe, para pagar menos pelo produto. Na visão do agente rural aposentado, **“a dependência do produtor existe e ela acontece de acordo com a oferta da produção [...] existe um jogo e o produtor paga o pato”** (agente rural aposentado/fumageira). Ou seja, a lei da oferta e demanda. Porém, na presente pesquisa, encontrou-se um caso em que o agricultor diz não se sentir preso, fala que a empresa que estiver pagando melhor pelo tabaco é a quem ele vende. Segundo o agricultor, ele não considera o contrato, vende o tabaco para a empresa que estiver com o melhor preço de compra. Mas, ressalta que isso não é corriqueiro na atividade, e sim alguns casos isolados, além das empresas funcionarem no sistema de cartel, embora proibido legalmente. Neste caso, o

pagamento da dívida dos insumos, fertilizantes e possíveis financiamentos com a integradora, é realizado via depósito bancário.

No entanto, apesar das conhecidas críticas sobre o sistema de integração estabelecido entre fumicultor e fumageira, existem agricultores que não se sentem descontentes com o sistema, em alguns casos até consideram a relação positiva: **“Por enquanto está bem”** (família 07/ entrevistado). O entrevistado ressalta que se agir direito com a empresa, pagando as contas, a fumageira é “boa”. Há casos que se considera a relação satisfatória, em que o agricultor reclama apenas do sistema de avalista para a aquisição dos insumos ou até para a implantação de novas estufas. Há ainda quem diz não ter do que reclamar: **“Para a que eu planto (empresa) não tenho do que me queixar, por enquanto”** (família 16/entrevistado).

No presente estudo, encontrou-se um caso que, buscando uma maneira de fugir, simbolicamente, da dependência da integradora, e, principalmente, do jogo que ela faz com os preços pagos na classificação do tabaco, os agricultores se integram a mais de uma empresa. Neste caso, o agricultor é integrado a três empresas fumageiras, Souza Cruz¹¹, Universal Leaf Tabacos¹² e CTA¹³. Segundo ele, o fato de plantarem para diferentes empresas é uma estratégia para não ficar só nas “mãos de uma”. Podendo assim vender a maior parte de tabaco para a empresa que estiver pagando mais pelo produto.

A existência de casos em que os agricultores plantam o tabaco por conta, como se diz na linguagem local são encontrados na pesquisa. Eles plantam o tabaco sem vínculo com nenhuma empresa integradora. A compra dos insumos necessários para a produção é efetuada nas agropecuárias locais e a venda da produção se dá via “picaretas”¹⁴ (quem pagar mais pelo produto). Mas, ressalta-se que isso não ocorre com muita frequência, no geral, são agricultores capitalizados que buscam “fugir” da dependência das fumageiras. Salienta-se que, embora são

¹¹ Souza Cruz é subsidiária da British American Tobacco, com marcas comercializadas em 180 países. Fundada pelo imigrante português Albino Souza Cruz, em abril de 1903, no Rio de Janeiro, a Souza Cruz atua em todo o ciclo do produto, desde a produção e processamento de tabaco, até a fabricação e distribuição de cigarros (SOUZA CRUZ, 2009).

¹² Universal Leaf Tabacos. **Empresa Fumageira que trabalha dentro do sistema de Integração vertical. A sede situa-se na cidade de Santa Cruz do Sul/ RS.** A empresa atua, no Brasil, desde 1970, sendo a maior exportadora do Rio Grande do Sul (UNIVERSAL, 2009).

¹³ Continental Tobaccos Alliance. Empresa do setor fumageiro, fundada em 14 de junho de 1994. Com matriz em Venâncio Aires (RS), atualmente tem capacidade para processar aproximadamente 120 milhões de kg de fumo por safra (CONTINENTAL, 2009).

¹⁴ Picareta ou atravessador: termo utilizado no local para descrever o comprador de tabaco que realiza esta ação sem ser comprador oficial de fumageiras. Atua por conta própria e em seguida revende as integradoras.

conhecidas às críticas sobre o sistema de integração vertical ao qual a produção de tabaco se estabelece, existe divergência nas percepções dos agricultores. Existe um número considerável que reclama deste sistema e do jogo como o preço que a integradora realiza. Porém, existem agricultores que se encontram satisfeitos com a relação estabelecida. Da mesma forma, suas percepções variam de acordo com os modos de cooperação e associação.

No geral, os agricultores são sócios da igreja comunitária, do Sicredi¹⁵, alguns, do sindicato dos trabalhadores rurais (STR), de cooperativas como a Cooperativa agrícola de Soledade (Coagrisol)¹⁶, a Cooperativa comércio e transporte e indústria de lácteos Ltda (Cotrilac)¹⁷, e da Cooperativa de eletrificação rural (CERFOX)¹⁸. A totalidade de entrevistados diz ser sócio da comunidade local e dentre os motivos está explícita a vontade de participação, sentimento de pertencer, e, principalmente, pela garantia de catequese dos filhos e, mesmo que não claramente, pela necessidade de um espaço para ser sepultado. Junto com esta forma de associação, encontraram-se casos em que participam do grupo de jovens e clubes de mães, atividades comuns nas comunidades rurais.

Há agricultor que vê as formas de associações positivamente, por gostar de encontrar-se envolvido com ações sociais: **“Todas as associações trazem benefícios”** (família 06/ entrevistado). O entrevistado levanta o Programa de Moradia Rural do governo federal, como exemplo positivo de ser associado. Nesse programa, o agricultor recebe, via STR, uma verba federal para a construção e ou reforma de sua moradia. Nesse mesmo tema, encontraram-se agricultores que somente se associaram ao STR em função dos benefícios do programa: **“Pagamos só uma vez até sair reforma”** (família 01/ filha). Ainda tratando da associação ao STR, houve casos em que, mesmo atrasando o pagamento da anualidade, a entrevistada diz participar: **“Ta atrasado mais vai...”** (família 04/entrevistada). Encontraram-se também agricultores que acreditam que ser sócio do STR é positivo, pois ele fornece descontos em farmácias, hospitais, psicólogos, dentre outros: **“O simples fato de se reunir já é positivo”** (família 12/entrevistado).

¹⁵ SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo.

¹⁶ Cooperativa agrícola de Soledade. Através da marca Coagrisol, vende-se: farinha de trigo, farinha de milho, arroz, feijão, rações e concentrados.

¹⁷ COTRILAC, localizada no Município de Anta Gorda. Os principais produtos processados são: leite pausterizado e queijos.

¹⁸ Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural, com sede em Fontoura Xavier.

Na pesquisa, encontrou-se também agricultores que não são sócios por acreditar que as associações não trazem nenhum benefício: **“Precisa de alguma coisa e nunca se tem nada”** (família 05), como acrescenta este agricultor: **“era sócio do sindicato e desisti, não vale a pena, só querem receber”** (família 07/entrevistado). Teve entrevistado que, além de dizer não ser sócio, de forma ousada, criticou o STR: **“O sindicato só vai roubar dinheiro”** (família 15/filho).

Percebe-se que muitas são as reclamações por parte dos agricultores com o STR do município de Arvorezinha: **“Pra nós não tem vantagem, é só pagar e só”** (família 16/entrevistado). O entrevistado deixa claro não ver, nem ter “vantagens”, no sindicalismo, fala que nem na aquisição de sementes de milho a sociedade compensa, pelos preços e pela qualidade da semente. Igualmente, tem pessoas que optam pelo isolamento por medo de futuros “incômodos”: **“Não sei, mas é só para se incomodar mesmo”** (família 09/esposo). Eles explicam que não participam de sindicatos nem de associações, porque essas relações trazem aborrecimento. Devido a estas discordâncias, visualiza-se que muitos agricultores estão se desligando da associação com o sindicato dos trabalhadores rurais: **“Era sócio do sindicato dos trabalhadores rurais e não paguei mais”** (família 17/entrevistado).

Encontrou-se também um caso em que a família diz não ser sócio por falta de associações, mas que há o interesse: **“Por falta de associação”** (família 02/esposa), comentando ainda que já se pensou em organizar e criar uma associação dos criadores de frango de Arvorezinha. Os agricultores acrescentam que são sócios da comunidade do Pinhal Queimado e do time de futebol da comunidade de Barro Preto.

A associação dos agricultores, na comunidade religiosa onde residem, é evidenciada em praticamente todos os casos. Encontrou-se entrevistado que fazia parte da direção da comunidade (religiosa): **“Estava na diretoria até o ano passado”** (família 08/entrevistada). Em outro, a filha participa ativamente das atividades: **“Micheli é catequista [...]”** (família 13/esposa). Encontrou-se também um entrevistado que diz ser sócio da comunidade Linha Sexta São Pedro, ressaltando: **“somos em três sócios aqui”** (família 14/entrevistado).

Sobre as cooperativas, elas são formas de garantia de entrega do produto. No geral, são sócios os agricultores que cultivam o milho em suas propriedades. A cooperação ocorre para que haja a aquisição do milho. Na visão dos agricultores participantes, essa ralação tem partes positivas e partes negativas. Falando da parte

positiva, a entrevistada ressalta a entrega garantida da produção, e, do lado negativo, reclama dos preços dos insumos: **“Tem partes que é bom e em partes não”** (família 11/esposa).

A visão de um dos agentes rural entrevistado é de que a cooperação e as diferentes formas de associação é uma saída para os agricultores familiares. Nelas os custos de produção, investimento, seriam ratificados, reduzindo os riscos e incertezas, além de aumentar do lucro: **“O trabalho em grupo aumentaria a segurança, reduziria os custos de energia, água...”** (agente rural fumageira/aposentado). O entrevistado ressalta que os agricultores são individualistas e precisam ser **“reeducados para uma nova forma de ver as ações”** (agente rural fumageira/aposentado). Porém, sabe-se das dificuldades encontradas em associações e cooperativas, mesmo dos benefícios que estes podem proporcionar.

Para finalizar as percepções sobre os aspectos sociais, tendo o conhecimento de altas taxas de depressão e até de suicídios em regiões produtores de tabaco, tentou-se questionar sobre o estado de ânimo dos agricultores. A produção de tabaco é conhecida pelo uso de agrotóxicos, e, por conseguinte, de seus efeitos sobre a saúde física e mental dos indivíduos. Para tanto, alguns estudos¹⁹ evidenciam que, entre os fumicultores, há um maior risco de desenvolver alterações neuro comportamentais as quais podem evoluir para um quadro de depressão e até de suicídio (CAVALCANTE e PINTO. S.d.).

Apesar de se considerar a questão dos sentimentos que é muito complexa e de difícil avaliação, questionou-se sobre como os agricultores se encontravam: felizes, tristes, com alguma angustia ou aflição. As entrevistas retratam que os agricultores passam por diferentes estados no que se refere ao ânimo. Há casos em que estão felizes pelo convívio familiar, outros pelo fato de possuírem uma boa

¹⁹ Um estudo realizado, em 1996, apresenta fortes indícios de uma relação entre a utilização de pesticidas organofosforados na fumicultura e o aumento das taxas de suicídio em Venâncio Aires (RS). O município é um dos maiores produtores de tabaco da região. Segundo esse estudo, este município apresenta coeficiente de mortalidade por suicídios bem maiores do que todo o estado do RS. Uma das observações mais marcantes desse estudo é que mais de 80% dos suicídios no município ocorrem em pessoas que lidam com a agricultura. O estudo também aponta o fato de que, em 1995, o coeficiente de suicídio quase que duplicou em relação aos dois anos anteriores. Isso ocorreu paralelamente à intensificação do uso de agrotóxicos na lavoura do tabaco, que passou dos habituais 50 a 60 kg por hectare para cerca de 100 kg por hectare, uma vez que naquele ano houve um excessivo número de pragas em consequência da seca e de outros fatores (CAVALCANTE e PINTO, s.d; FARIA et al.; 1999, INCA, 2008).

saúde. Há também quem disse estar triste com a produção do tabaco, em função dos baixos preços.

No geral, as expressões dos entrevistados (de forma oral e por gestos) evidenciam que seus sentimentos oscilam entre momentos felizes e outros de preocupação: **“Tem horas que ta (está) contente, horas que desanimo, mas tem que ir levando”** (família 07/ esposa).

Há casos em que o fato de possuírem boa saúde já os deixam felizes, associando a felicidade ao fato de estarem estabilizados economicamente e possuírem amigos: **“Olha eu estou feliz, não tenho doença”** (família 11/esposa). Porém, reclamam que, por causa da estiagem, podem ser prejudicados no sentido econômico, reduzindo a produção do milho. Também se conversou com agricultores que, no momento da entrevista, estavam preocupados com o futuro da produção de tabaco, com a demora das integradoras em pagar e os baixos preços pagos pelo tabaco vendido. Sentem-se angustiados e não sabem o que fazer: **“está triste a situação do fumo”** (família 08/entrevistada). No entanto, a entrevistada finaliza o assunto dizendo não querer nem lembrar tudo o que já passou quando tinha depressão, temendo passar novamente por este estado psicológico.

Uma família diz estar triste por possuírem problemas em casa. Uma das filhas é portadora de necessidades especiais e isso deixa a família triste, mas a entrevistada ressalta que existem situações piores: **“um pouco triste sim, a gente tem problema, mas tem que aceitar”** (família 13/esposa). Em outro caso, salientam: **“pra mim tá bom”** (família 05), o entrevistado fala da crise econômica que os noticiários mostram, mas ressalva que ele não tem sentido os reflexos dela. Contudo, reclama da precariedade ao acesso à saúde, das péssimas condições dos postos de saúde do município. Outro entrevistado levanta que todos têm algum motivo para se preocupar e, muitas vezes, de se sentir desanimado: **“Problema todo mundo tem”** (família 14/entrevistado), mas, para ele, tem que levar a vida, demonstrando-se bem e feliz.

No estudo, encontraram-se duas famílias que se apresentam muito felizes em função da chegada dos netos. Em um caso em específico, dizem estarem muito felizes, pois neste ano ganharam dois netos, e sendo um deles homem. Já possuíam quatro filhas e estavam à espera do homem da família. Em sua alegria, percebe-se a temática da sucessão, a importância de um homem na família. Na

visão do entrevistado, a crise sempre existe, mas de alguma forma ou de outra se dá um jeito de superá-la.

Por fim, aparece um caso em que a família sente-se amena, não se sente nem tristes nem alegres: **“Feliz poucos dias a gente é (feliz)”** (família 09/entrevistada). O casal brinca falando sobre as insatisfações e pretensões, falam, principalmente, em dinheiro e na falta dele. Sentem-se angustiados, pois gostariam de melhorar a casa e as suas instalações, acrescentam que sofrem com o futuro dos filhos. Fica evidente, portanto, que a preocupação econômica tem trazido angustias às famílias.

Embora exista uma aparente problemática em relação ao do cultivo do tabaco, a pesquisa mostra que este fato não é o que mais tem interferido no ânimo dos agricultores.

7. 4 As percepções a cerca do aspecto econômico

O cultivo do tabaco representa para o agricultor, e demais atores envolvidos, algumas vantagens econômicas quando comparado a outras atividades produtivas. Frequentemente, a idéia de desenvolvimento é reduzida a desenvolvimento econômico. Porém, embora o tabaco seja um cultivo aparentemente rentável, a renda gerada pelo setor fumageiro, no Brasil, apresenta-se distribuída de forma desigual. Observa-se que o governo federal, através de impostos e tributos, absorveu R\$ 6,4 bilhões do total da renda gerada pelo setor fumageiro, em 2004 (46,4% do total). A indústria se apropriou da renda em cerca 21,3% do total (R\$ 2,9 bilhões), sendo que essa participação foi de 26,9%, em 2003, e a renda dos varejistas correspondeu a 5,9% do faturamento total (MDA, 2007).

Estudos apontam que 10,4% dos fumicultores dependem exclusivamente do tabaco para obtenção da renda agrícola. Para 21,9% de fumicultores, o tabaco responde por mais de 90% do VBP e, para 40,7%, ele representa mais de 75% do VBP. A produção de subsistência também é bastante baixa entre os fumicultores, significando, em média, R\$ 2.521,00 anual (valor de compra dos produtos

alimentícios), sendo que, em 27% das famílias, esse valor é inferior a mil reais (MDA, 2007). Estes dados evidenciam que a atividade tende a não ser sustentável, pois deixa os agricultores dependentes dos resultados obtidos com a venda do tabaco.

Na presente pesquisa, o aspecto econômico do cultivo do tabaco é fortemente argumentado. Tanto agentes rurais quanto agricultores vêem o cultivo como importante fonte de renda e por isso de difícil substituição. O tabaco apresenta: **“alta renda com mercado em extensão que não satura com a entrada de novos produtores”** (agente rural/representante MDA). Isso é o que o representante do MDA pensa sobre o cultivo do tabaco no país. Ao se tratar da importância econômica do cultivo de tabaco, Prieb (2005) salienta:

Não há receio em afirmar que os rendimentos obtidos pelas famílias na atividade fumicultora constituem-se no principal motivo de permanência das famílias na atividade. As perdas monetárias no caso de riscos na produção são baixas, isso porque em torno de 90% dos fumicultores gaúchos são associados à AFUBRA, cujo seguro permite uma remuneração do trabalho, mesmo quando ocorre perda total da produção. O elemento negativo principal, como já observado, é o risco à saúde, mais do que o risco do negócio (PRIEB, 2005, p.88).

A visão do agente rural da Emater é a de que: **“O fumo não é alimento e prejudica a saúde das pessoas”** (agente rural/Emater). O entrevistado faz uma ressalva que os agricultores têm uma visão distorcida, acreditando que o tabaco dá mais renda, e, muitas vezes, acabam por não produzirem nem alimentos para o autoconsumo. Já o agente rural, funcionário de fumageira, faz um comparativo do cultivo de tabaco com outros produtos, tais como: soja, milho, feijão, dentre outros, ressaltando que na produção de tabaco não é necessário grandes extensões de terra, e o ganho não se dá em escala, ao contrário dos cultivos por ele mesmo citados. Com isso, ele evidencia que, no município em estudo, a produção é positiva e rentável economicamente: **“Eu acho que o fumo hoje no município é muito positivo pela renda por área”** (agente rural/fumageira). Da mesma forma, a entrevistada justifica o fato de plantar tabaco: **“Pela pequena propriedade e pela renda”** (família 01/ filha). Neste raciocínio uma agricultora comenta: **“o fumo é o que mais dá”** (família 09/entrevistada). Ainda nesta ideia: **“o fumo tem retorno imediato, sem muita área [...] já pensou vender milho?”** (família 01/genro). Assim

como pensa esta entrevistada: **“Por que outra coisa não dá, o plantio de milho vira em prejuízo”** (família 13/esposa).

A principal motivação para o cultivo do tabaco é o aspecto econômico. Os agricultores, em geral, deixam claro que a razão que os leva a desenvolverem a atividade é o aspecto financeiro, alegando que não o fazem por gostar ou por “saber”. Planta-se: **“pela renda, por gostar ninguém plantaria mais”** (família 06/entrevistado), **“É a principal renda que se tem pra cá (região) [...] na verdade fumo dá dinheiro”** (família 08/entrevistada), **“O fumo é o que mais dá”** (família 09/entrevistada). Da mesma maneira, o cultivo é visualizado para a seguinte entrevistada: **“Na verdade ainda para a agricultura o que dá renda é o fumo”** (família 09/entrevistada). Os agricultores justificam que desenvolvem este cultivo por possuírem contas, dívidas, as quais, geralmente, são com as integradoras, que os mantêm presos pelos contratos pré-estabelecidos: **“Para pagar as dividas [...] se não fosse as dívidas não plantava mais”** (família 06/ entrevistado), **“Para pagar as contas”** (família 04/ entrevistada).

O tabaco também é visto como forma de sobrevivência, e, dessa forma, o entrevistado justifica seu cultivo em função de promover a manutenção da família, pois a principal atividade econômica desenvolvida é o cultivo do tabaco, a produção de leite é vista como uma fonte de renda complementar: **“(o tabaco é um) meio de sobreviver melhor, o leite é só uma ajuda”**. (família 07/ entrevistado). Em outro caso, onde a principal fonte de renda provém do aviário e da plantação de milho, o tabaco só vem a complementar: **“Para ter uma renda a mais [...] ninguém gostaria de plantar fumo”** (família 11/entrevistado). Apesar de o tabaco ser cultivado na propriedade, encontrou-se entrevistados que não vêem o cultivo como vantagem econômica. Neste caso, o entrevistado comenta que o sustento da propriedade são os aviários: **“O aviário dá lucro, mas os gastos são altos” [...] “Os frangos sofrem altas e baixas e o fumo é bom para complementar”** (família 02/entrevistado).



Figura 11-Foto interna do aviário do entrevistado.

Fonte: Pesquisa de campo.

A mão-de-obra aparece como fator fundamental na produção de tabaco. Para um agricultor, a produção de tabaco só é vantajosa economicamente quando possui mão-de-obra, sem necessitar pagar “diaristas”: **“O fumo até vale a pena, tendo duas ou três pessoas para trabalhar”** (família 03/entrevistado). O mesmo entrevistado compara a atividade com o trabalho assalariado, mostrando que é mais vantajoso, para si, trabalhar fora da propriedade: **“Pelo menos todo o fim do mês (o dinheiro) ta (está) baixando”** (família 03/entrevistado). O contrário é visualizado em uma entrevista em que o agricultor vê o tabaco como forma de renda garantida que entra na propriedade. O agricultor, além do tabaco, produz erva-mate, e argumenta que, enquanto seus filhos forem seus dependentes, a família deverá cultivar o tabaco, embora se sinta cansado de trabalhar com este cultivo: **“Até que tem piizada, tem que plantar fumo”** (família 12/entrevistado).

No geral, os agricultores não vêem alternativas produtivas com outras atividades que não seja com o cultivo do tabaco. Essa atividade parece dar possibilidade de sustento de suas famílias e das propriedades, embora deixem claro que se existisse outra atividade que proporcionasse o que a cadeia do tabaco proporciona (assistência técnica, garantias de comercialização, dentre outras)

trocariam a matriz produtiva: **“O fumo deu o que temos, mas se pudéssemos [iríamos] fazer outra coisa”** (família 10/entrevistado). Em alguns casos, planta-se tabaco realmente por falta de opção: **“Não temos outra opção”** (família 14/entrevistado). O agricultor argumenta, em sua fala, que para cultivar o milho, soja, criar frangos ou suínos precisa-se de altos investimentos, necessitando, para isso, políticas de fomento e apoio ao agricultor. Nesse sentido, uma entrevistada acrescenta que o tabaco aparentemente dá renda, mas se o agricultor não souber gerir os recursos, acabará endividado: **“O fumo dá dinheiro, mas se facilitar acaba em dívida”** (família 04/entrevistada). E, por fim, vê-se que o cultivo já está sendo questionado, pois já não apresenta tanta rentabilidade em função dos altos preços dos insumos necessários para a produção: **“O fumo a gente planta porque é uma colheita rápida e dá mais [...] mas hoje os insumos estão muito caros”** (família 17/entrevistado). Isso também é percebido por um agente rural: **“o fumo já foi muito mais rentável, hoje se o produtor tiver que pagar lenha e mão-de-obra, fica complicado”** (agente rural/prefeitura).

O aspecto econômico da pesquisa evidencia que o plantador de tabaco mostra-se sem reserva financeira. Ou seja, ele não possui capital circulante. No geral, eles possuem “dinheiro” só para a sua manutenção, pagar a luz, telefone, dentre outros, lembrando ainda que existem casos em que não há a disponibilidade nem para estes custos e começa-se a gastar o dinheiro da próxima safra. Em dois casos, os entrevistados dizem não possuírem reserva financeiras em moeda, por terem adquirido terra recentemente, a qual foi doada para seus filhos como forma de incentivo a permanecerem no meio rural. Em outros casos, dizem não guardar dinheiro, todo o recurso que “sobra” é reinvestido na propriedade. Houve depoimentos que, além de não possuir dinheiro, não estão investindo e, em alguma eventualidade, a família passaria necessidade: **“Não tenho onde me agarrar [...] se der uma doença, tem que morrer”** (família 14/entrevistado). Igualmente, teve entrevistado que disse que, em necessidades urgentes, recorreria a terceiros. Outros disseram que venderiam algum bem, como o carro, por exemplo. Também se encontrou quem possuía reserva, no banco, por possuir casos de doenças na família.

Ao se tratar de dinheiro aplicado, visualiza-se que os agricultores que possuem reserva financeira (dinheiro em bancos), geralmente, são os que possuem outras atividades agrícolas associadas ao cultivo de tabaco, como os plantadores de

erva-mate, de *citrus*, e os que possuem aviários (criações de frangos), evidenciando, assim, que o tabaco não capitaliza, só mantém o agricultor e, em muitos casos, nem isso, pois há agricultores descapitalizados.

Os entrevistados fazem o uso de financiamentos. Muitos deles utilizam o PRONAF como forma de financiamento. Os agricultores referem-se a este financiamento como “pronafinho” e dizem utilizá-lo para o cultivo do milho: **“Sempre faz custeio”** (família 13/esposa). O financiamento é utilizado para a aquisição de sementes de milho, adubos, dentre outros insumos utilizados na propriedade: **“Custeio de milho sempre faço”** (família 16/entrevistado). Em um caso, a utilização do PRONAF investimento ocorreu para modernizar os equipamentos dos aviários. Do total de entrevistados, somente em uma família, o agricultor, disse não utilizar nenhuma forma de financiamento.

Sobre isso, encontraram-se famílias melhores ou piores economicamente, comparando com o passado de cinco, dez anos atrás, variando as percepções dos entrevistados relativas a esse fator. Alguns acreditam que hoje se encontram “bem” melhores, como pode ser comprovado nas falas a seguir: **“Hoje, né”** (família 10/entrevistado). Como no caso deste entrevistado que justifica que atualmente acredita estar melhor por ter mais dinheiro guardado e mais bens: **“Ta melhor, a gente vão sempre guardando (dinheiro)”** (família 12/entrevistado). Outro justifica que agora sobra mais dinheiro, no passado, tinham seus pais vivos e doentes e isso tinha um custo elevado: **“Há dez anos atrás tinha os avós doentes que gastavam muito”** (família 13/esposa). E há também quem acredita que hoje está melhor em função da mecanização, dos equipamentos como máquinas, tratores, dentre outros que atualmente a família possui: **“Antes era tudo braçal”** (família 01/genro).

Também se encontrou alguns agricultores que reclamam da atual situação e dizem que atualmente encontram-se piores economicamente: **“Eu acho que era (melhor) há dez anos atrás”** (família 11/entrevistado), **“Pior, bem pior”** (família 14/entrevistado), **“Dez anos atrás era melhor”** (família 15/entrevistada). A entrevistada complementa a idéia dizendo que era mais fácil comprar no passado, tinha-se mais lucro na venda dos produtos, ela reforça ainda que **“é claro que estávamos melhores. Há 8 anos atrás estava melhor”** (família 16/entrevistado). Neste caso, o agricultor justifica que acredita estar pior financeiramente, porque os preços dos insumos estão mais elevados, associado ao fato de ter tido três anos consecutivos de seca. Ainda teve um caso em que o agricultor considera estar em

uma situação pior por estar em cadeira de rodas e não poder mais fazer negócios, como fazia no passado: “... **Pior, bastante pior [...] há dez anos atrás, eu fazia muito brique (negócio), tinha dinheiro [...] hoje não faço nada em função da cadeira de rodas**” (família 17/entrevistado).

Por fim, no aspecto econômico, embora a renda proporcionada pelo cultivo de tabaco seja um dos principais motivos que leva os agricultores, em estudo, a desenvolverem esta atividade, visualiza-se que nem todos os entrevistados encontram-se em boas condições financeiras. No geral, eles não possuem reserva financeira, destacando, em alguns casos, que se encontram piores de que no passado de cinco, dez anos atrás.

O capítulo seguinte tratará de temas complementares à pesquisa. Ele traz as percepções dos agricultores e agentes rurais acerca da saúde, assistência técnica, legislação ambiental e da política federal sobre a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

8. OUTRAS PERCEPÇÕES RELEVANTES: SAÚDE, ATER, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E CONVENÇÃO QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO

No decorrer da pesquisa e desenrolar das entrevistas, além das informações centrais do estudo que foram classificadas nos aspectos ambientais, sociais e econômicos do cultivo do tabaco, encontrou-se informações relevantes para o estudo bem como temáticas que poderiam enriquecer o mesmo. Os temas são: a questão da saúde dos agricultores, a percepção sobre a assistência técnica e extensão rural, as percepções acerca da legislação ambiental e como a Convenção-Quadro para Controle de Tabaco é percebida pelos agricultores e agentes rurais locais. Para tanto, segue-se fazendo uma discussão de cada temática acima abordada.

8.1 As percepções acerca da saúde

Diversos estudos mostram que o uso de agrotóxicos tem trazido vários problemas à saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ocorram, no mundo, cerca de três milhões de intoxicações agudas por agrotóxicos, com 220 mil mortes por ano. Dessas, cerca de 70% ocorrem em países do chamado Terceiro Mundo. As intoxicações estão relacionadas à saúde da população e do meio ambiente. Os trabalhadores que têm contato direto ou indireto com esses produtos estão sujeitos a intoxicações, assim como os consumidores de alimentos contaminados com essas substâncias (OPAS/OMS, 1996).

A partir de possíveis problemas enfrentados com o uso de agrotóxicos, procurou-se dialogar com os agricultores entrevistados sobre a saúde e suas percepções sobre o uso de agrotóxicos, no sentido de que se eles acreditam que estes podem causar algum tipo de doença ou se já foram afetados pelo uso destas substâncias. Para tanto, percebe-se que as opiniões variam, encontrando

agricultores que negam a problemática, e também entrevistados que, além de acreditar na possibilidade dos agrotóxicos poderem trazer danos a sua saúde, dizem ter conhecimento e ou sentido possíveis problemas de saúde em função do uso indiscriminado destas substâncias.

Para o agente rural da Emater, o tabaco é negativo, pois, além de não ser alimento, prejudica a saúde tanto do trabalhador quanto a do fumante: **“O fumo é cultura da morte”** (agente rural/Emater). Da mesma forma, o agente da prefeitura levanta: **“O mundo todo está contra o fumo”** (agente rural/prefeitura).

Muitas vezes, ocorre que, mesmo conhecendo os malefícios dos agrotóxicos para a saúde, eles são necessários para a realização da atividade, reduzindo a mão-de-obra: **“Não existe produzir sem agrotóxicos”, “As famílias estão menores e os agrotóxicos ajudam”** (agente rural/prefeitura).

Há casos em que o fato dos agrotóxicos não apresentarem problemas visíveis, associa-se ao cuidado com o manuseio das substâncias tóxicas, como destaca o entrevistado dizendo não ter tido problemas **“até hoje não”** (família 01/filha), **“vai saber pra frente”** (família 01/filha). Além disso, este fato está associado ao Equipamento de Proteção Individual²⁰. **“A gente se cuida, usa os equipamentos”** (família 01/genro). **“A gente se cuida um pouco”** (família 10/entrevistado).

Alguns entrevistados acreditam que o uso de agrotóxicos, atualmente, é menor do que no passado recente: **“Hoje acredito que usam menos agrotóxicos”** (agente rural/fumageira). Ainda associado a isso, tem quem pensa que os agrotóxicos estão menos maléficos: **“Os inseticidas não são problema, eles são mais fracos”** (agente rural aposentado/fumageira). O agente justifica sua fala ressaltando que isso é passível de comprovação, conferindo os pedidos realizados dos agricultores com as fumageiras. O mesmo entrevistado acrescenta ainda que a saúde do produtor de tabaco não é muito pior quando comparada com o plantador de pêssego, batata, dentre outros agricultores que cultivam “alimentos”: **“Hoje a cultura do fumo usa menos insumos que o cultivo da soja”**²¹ (agente rural aposentado/fumageira). Mas, ao se tratar da saúde do fumante, tem-se outra

²⁰ Os equipamentos de proteção individual, conhecidos pela sigla EPI, são definidos pela Norma Regulamentadora número 6, aprovada pela Portaria no 3.214/78, do Ministério do Trabalho, como: “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho” (FILHO, 2001).

²¹ Ver tabela com os principais agrotóxicos utilizados no cultivo no Anexo D - Caderno de Campo.

opinião: **“Todo o fumante tem sérios problemas”** (agente rural/fumageira). O agricultor que é fumante ressalta: **“com o veneno não (tive problema), mas com o cigarro sim”** (família 10/entrevistado).

Percebe-se que existem agricultores que aceitam ou acreditam que sua saúde está exposta no cultivo do tabaco. A entrevistada, referindo-se ao seu marido, comenta que ele teve uma espécie de alergia após a aplicação de agrotóxicos: **“Teve duas intoxicações e feridas”** (família 02/esposa). Também tem agricultor que, embora sem muita certeza, acredita que todos os problemas de saúde que podem vir a ter é devido à exposição aos agrotóxicos: **“Não sei, mas todos os problemas que dê é por causa do fumo”** (família 06/ entrevistado).

A negação ao risco está contida nas falas de vários entrevistados quando questionados sobre algum problema de saúde: **“Nunca”** (família 11/entrevistado), apesar de alguns casos mostrarem pouca convicção: **“acho que não”** (família 09/entrevistada), **“O que que vou dizer?”** (família 17/entrevistado). Teve uma agricultora que disse sentir ardência nos olhos e que acredita que isso seja em função dos agrotóxicos. Imediatamente, seu filho acrescenta que não deve ser do veneno: **“capaz, não é pelo fumo”** (família 04/ filho). Como em uma outra entrevista, a agricultora conta que sempre foi doente, tendo renite, bronquite, asma e depressão, mas que isso não tem relação com o fato de plantar tabaco: **“Problemas sempre se tem, mas acho que não são do fumo”** (família 08/entrevistada). Os entrevistados salientam não terem problemas, justificando isso com o fato de nunca procurarem ajuda médica: **“Nem passo perto do posto de saúde”** (família 05), o que não signifique que se goze de boa saúde.

Estudos têm evidenciado que uma das principais causas de insatisfação e de busca por alternativas entre os fumicultores refere-se à percepção que eles possuem dos riscos que a atividade os submete, especialmente, devido à intoxicação por uso de agrotóxicos. Pesquisas realizadas, nas regiões fumicultoras do Brasil, têm demonstrado uma forte associação entre o aparecimento de problemas de saúde em agricultores e cultivo de tabaco, os quais são gerados pela utilização de agrotóxicos e pelas condições de trabalho que influenciam negativamente no estado bio-psíquico dos fumicultores e de suas famílias (FALK et al., 1996; ETGES et al., 2001; FIALHO, 2001). Porém, este fato nem sempre é aceito e visualizado pelos agricultores. Eles, muitas vezes, embora tenham

conhecimento dos sintomas, preferem fazer aversão ao risco como forma de poderem continuar a desenvolver o cultivo.

Existem casos em que os agricultores se baseiam na crença e acreditam que, por isso, estão “imunes” ao perigo: “**Graças a Deus, esse acho que não**” (família 07/esposa), “... **nós aqui não, cada vez melhor, graças a Deus**” (família 16/entrevistado). Em suas falas, visualiza-se a presença de Deus para dar veracidade ao que estão falando, enfatizando, e, ao mesmo tempo, agradecendo por não terem problemas de saúde, ao menos não problemas aparentes, visíveis e mensuráveis.

Por fim, encontraram-se casos em que as dores são regulares e que a automedicação é freqüente. O entrevistado disse sentir muitas dores nas costas, e que só consegue trabalhar medicado. Dessa forma, visualiza-se que, apesar dos agricultores manterem contato direto com diversos tipos de agrotóxicos, sendo alguns deles classificados como altamente tóxicos, há agricultores que acreditam que estes não causam problemas a sua saúde. Mas, ressalva-se que muitos agricultores têm consciência da relação entre os agrotóxicos com possíveis problemas de saúde, muitos destes classificados como problemas psicológicos e de difícil diagnóstico.

8.2 As percepções acerca da assistência técnica no município: esferas públicas *versus* esfera privada

A assistência técnica, no município em estudo, é realizada através da atuação do Escritório da Emater e da Prefeitura, ambos os órgãos possuindo um técnico agrícola. A Ater privada é caracterizada pela marcante presença dos técnicos das integradoras, as quais se destacam as empresas produtoras de tabaco, frangos e suínos.

As atividades exercidas pelos extensionistas não se interagem. A atuação da Prefeitura está vinculada à vigilância sanitária em propriedade com bovinocultura leiteira e na realização análise de solos. A Emater trabalha com temas mais

específicos como à citricultura e também com análises de solos. Já a atuação da Ater privada se dá em cima de problemas pontuais na produção de tabaco, frango ou suíno. O sistema de integração é um dos motivos que leva a considerar positivo o cultivo do tabaco no município *in loco*. Como pode ser visualizada na figura 12, a seguir, a Ater é uma das forças da fumageira no campo.

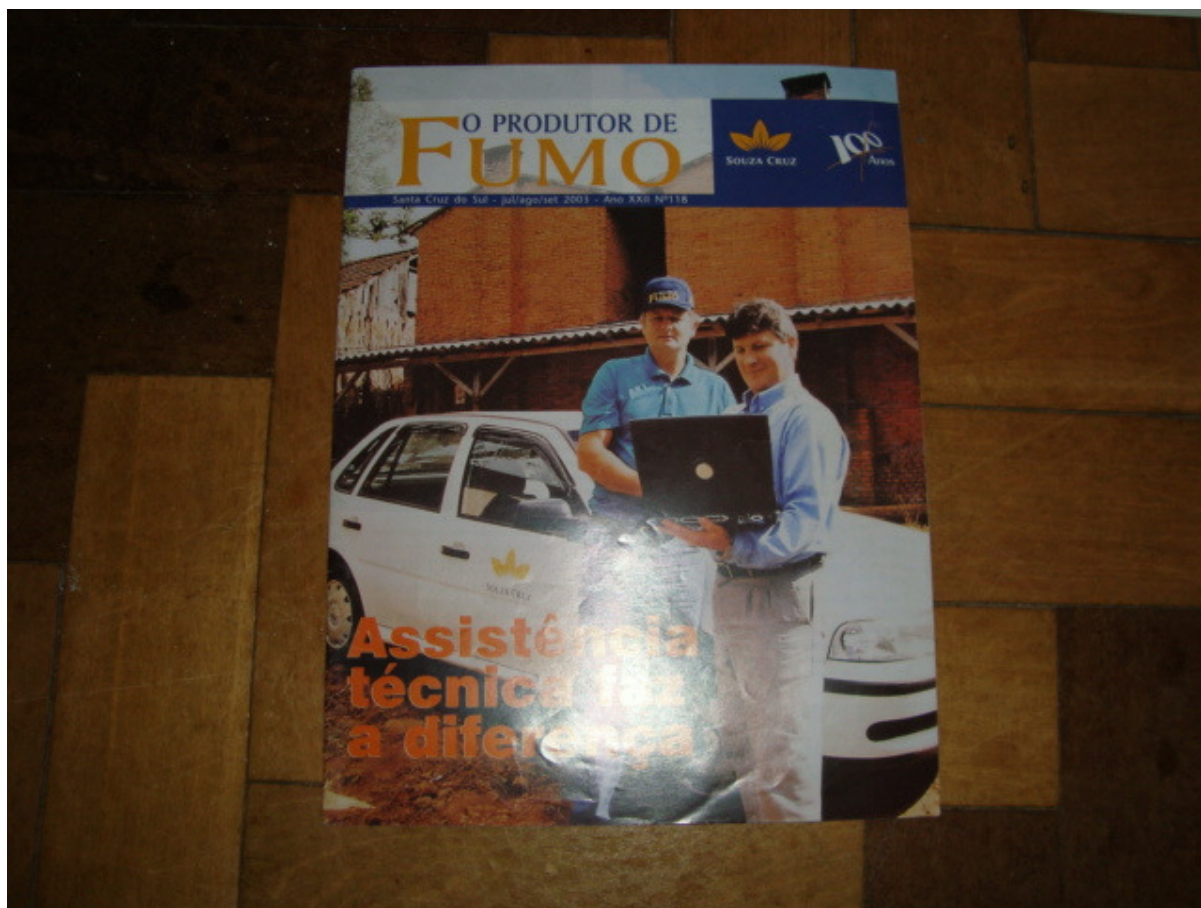


Figura 12. Folder informativo evidenciando as vantagens da assistência técnica.

Fonte: Material doado por um agricultor durante uma das entrevistas.

O agente da Emater busca trabalhar com o que considera importante, dentro da idéia de produzir hortigranjeiros. A sua atuação é basicamente em propriedades onde há a presença do tabaco, mais especificamente, no uso dos solos, desenvolvendo: interpretação de análises, construção de terraços e instruções para plantio direto.

A assistência técnica prestada pela Prefeitura é realizada por meio de um técnico agrícola. Sua principal função é a prestação de assistência. Porém, o agente diz trabalhar basicamente com a inspeção sanitária e mais alguns afazeres internos na Prefeitura. Com a forte presença de fomicultores no município, questionou-se

sobre sua atuação com os agricultores: **“Como técnico da Prefeitura não atendo produtores de fumo”** (agente rural/prefeitura). A função do agente rural da Prefeitura com plantadores de tabaco limita-se à interpretação de análises de solos e em dar instruções para plantio direto.

A assistência prestada pela empresa fumageira, limita-se à informações específicas sobre o cultivo do tabaco. Dessa forma, o agente da fumageira desenvolve o planejamento da safra, registro do produtor, além de prestar assistência técnica (dar orientação no desenvolver do cultivo). A assistência consiste em orientações, como: fumo limpo, responsabilidade social, tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos, dentre outras.

A assistência técnica é um tema de relevância a ser analisado, principalmente, em situações e locais onde existem várias esferas desenvolvendo esta função. Ao se tratar das percepções dos agricultores, verificam-se divergências entre as opiniões, alguns agricultores dizem receber, enquanto outros dizem não ter acesso à assistência de órgãos públicos como a prefeitura e a Emater, tendo somente a “visita” do agente funcionário das integradoras.

Em uma entrevista, quando questionado sobre a assistência, o agricultor disse receber somente do agente da fumageira e não da Emater, porém este acrescenta que, caso necessitasse, o agente da Emater o atenderia: **“se chamar eles vêm”** (família 01/genro). Já em outra propriedade visitada, onde há a presença da fomicultura e da avicultura, dizem possuir assistência da fumageira e da empresa de frangos, mas sentem necessidade da presença da Emater, pois os agentes rurais que trabalham nas integradoras só tratam de problemas pontuais. Os entrevistados falam das fruteiras e também de alternativas, que eles estariam abertos a experimentar, para a diversificação da propriedade. Por estes motivos, reclamam da ausência de agentes rurais públicos, e complementam, quase que se justificando, que o agente da Emater trabalha sozinho e, por isso, deve ter muito trabalho: **“Na verdade a Emater só faz projetos para financiamento”** (família 02/entrevistado).

Nesse tocante, fica evidenciada a defasagem dos órgãos de Ater pública, estes que se encontram deficientes em recursos humanos e de estrutura para atuação, em especial, a Emater. Em entrevista com um ex-plantador de tabaco, sobre a assistência técnica, o agricultor comenta não receber, dizendo que era assistido, enquanto plantava tabaco, e, após ter deixado a atividade, não recebeu mais nenhuma forma de assistência: **“Recebia até que plantava fumo”** (família

03/entrevistado). Destaca também que, na sua propriedade utiliza somente os maquinários da Prefeitura para plantar o milho.

Percebe-se que a assistência técnica é diferenciada em cada comunidade. Na entrevista realizada, na Comunidade Cândido Brum, em Arvorezinha, onde se realizou o programa RS Rural, no ano de 2004, a entrevistada disse receber a assistência da Emater. Está atuando, basicamente, nas fruteiras, enquanto que na produção de tabaco a assistência é prestada pelo agente da fumageira.

Em uma outra entrevista, a assistência técnica recebida na propriedade é do agente da fumageira: **“Só do instrutor”** (família 04/entrevistada). Ao relatar as atividades do agente, o agricultor ressalta: **“nem vão nas roças olhar os fumos”** (família 04/entrevistado). Fala isso como forma de reclamar da assistência recebida. Ele acrescenta que a empresa realiza análise de solos, e, dessa forma, não acredita ser necessária a atuação da Emater em sua propriedade.

Em uma propriedade que possui fruticultura, em especial, a plantação de videiras, a Ater recebida na propriedade é reducionista. O agente da fumageira presta assistência no cultivo de tabaco e o agente da Emater nas videiras. A família ressalta que a Emater deu assistência no início da implantação do parreiral, atualmente, ela está ausente, acrescentam: **“é muito serviço só para um técnico, ele não vence”** (família 06/entrevistado). Esta fala vem ao encontro da constatação da atual situação de precariedade dos órgãos de Extensão, principalmente, da Emater.

O mesmo pode ser observado em uma propriedade que tem criação de gado bovino para a produção de leite. A assistência técnica é segmentada, o agente da cooperativa de leite (Cotrilac) trata dos problemas do leite, o agente da fumageira cuida do cultivo de tabaco, e a propriedade é vista de forma segmentada, onde nenhum profissional vê a propriedade como um todo, de forma sistêmica, nem os processos de inter-relações existentes. A família visitada ressalta que o agente da cooperativa de leite visita a propriedade uma vez por mês. Sobre o agente da fumageira, diz: **“ele é muito atencioso”** (família 07/entrevistado). Quanto à extensão pública, por meio da Emater, acrescenta que ela não atende a propriedade: **“ontem fui falar com a Emater e eles me mandaram para a secretária da agricultura”** (família 07/entrevistado). No desenvolver da conversa, ficou claro que, se o agricultor quisesse fazer análise de solos, era destinado à Prefeitura.

Isso também é percebido em propriedades com a presença de aviários. Os produtores de frangos recebem assistência do agente da integradora, bem como a assistência do tabaco, fornecida pelo agente da fumageira. No caso em que as atividades desenvolvidas na propriedade são essas, o agricultor demonstra gostar desta forma de assistência recebida, ao falar: **“cada um no seu ramo”** (família 08/entrevistado). Porém, academicamente (por meio de autores como Caporal, Costabeber, Maturana, Capra, Dufumier, dentre outros), isso vem sendo discutido, em especial, a visão sistêmica em contraposição a visão especializada, onde o todo, no caso a propriedade, refere-se mais que a soma das partes (atividade). Quanto à Ater pública: **“a Emater nunca se interessou em vim na propriedade”** (família 11/entrevistado).

Na maioria dos casos estudados, a única forma de assistência técnica recebida é do agente da fumageira, mas alguns agricultores demonstram-se satisfeitos com essa atuação. Um entrevistado acrescenta: **“(os técnicos) se preocupam também com os arredores de casa”** (família 12/entrevistado), falando dos programas que as empresas fumageiras estão desenvolvendo, preocupando-se também com a saúde, o lixo, a água, e tudo o que há na propriedade (SIC): **“A gente recebe do instrutor de fumo”, “Só a do instrutor de fumo”** (família 08/entrevistada). Nas falas dos agricultores, a atuação dos agentes de fumageiras consiste em tirar dúvidas sobre algum problema relacionado ao cultivo que ainda não havia sido enfrentado.

Já a assistência pública, ou seja, da Emater: **“só se pedir”** (família 09/entrevistada). Segundo os entrevistados, as atividades desta se resumem à poda de fruteiras e aos cuidados com fontes de água, mas ressaltam que não é nada regular, só quando solicitada. Mas, alguns agricultores acreditam que a Emater é bem acessível: **“se precisar é só chamar o Cléber (técnico) que ele vem”** (família 10/entrevistado), porém deixam claro que sabem que o interesse da Emater está nos produtores de laranja do município.

Por fim, percebe-se que há divergências nas opiniões dos entrevistados. A Ater pública existente, no município, encontra-se defasada, pois num município basicamente rural, atuarem somente dois agentes é no mínimo insatisfatório. Em uma análise superficial, percebe-se que os órgãos de extensão têm privilegiado a assistência para agricultores que possuem uma produção diversificada. Assim, a

Emater atende aos que trabalham com fruticultura e a Prefeitura com agricultores com bovinocultura de leite.

A proposta atual de uma “nova” Ater, considera como importante a abordagem sistêmica, com uma visão holística: analisar a propriedade como um todo. Esse enfoque não foi percebido no município de Arvorezinha. Os plantadores de tabaco são atendidos por agentes das empresas que estão integrados atendendo, especificamente, a produção de tabaco. Em propriedades onde há a atuação dos agentes das fumageiras, não há atuação da Emater, bem como não há da Prefeitura. A assistência pública atende agricultores, em geral, já bem estruturados, diversificados, e, principalmente, que se detém na fruticultura e na bovinocultura de leite.

8.3 A percepção sobre a legislação ambiental

A legislação ambiental brasileira, atualmente, é uma das mais completas do mundo. Apesar de não serem cumpridas da maneira adequada, no Brasil, existem leis ambientais que podem garantir a preservação do patrimônio ambiental do país. Dentre elas destaca-se: a Lei dos Agrotóxicos (7.802 de 10/07/1989), Lei da Área de Proteção Ambiental (6.902 de 27/04/1981), Lei de Crimes Ambientais (9.605 de 12/02/1998), Lei da Fauna Silvestre (5.197 de 03/01/1967), Lei das Florestas (4.771 de 15/09/1965), Lei do Gerenciamento Costeiro (7.661 de 16/05/1988), Lei da criação do IBAMA (7.735 de 22/02/1989), Lei da Política Agrícola (8.171 de 17/01/1991), e Lei de Recursos Hídricos (9.433 de 08/01/1997), dentre outras.

No entanto, as percepções que os agricultores possuem a respeito da legislação ambiental nem sempre seguem a ótica de preservação. Na maioria dos casos, eles vêem e percebem a legislação ambiental de forma negativa, sendo até, em muitos casos, os órgãos encarregados de fiscalizar o cumprimento da legislação, vistos como inimigos pelos agricultores.

Através das falas dos agricultores entrevistados, percebe-se que uns acreditam que a legislação é rígida e deve ser cumprida. Também se visualizou

agricultores que não respeitam a legislação, outros que não a consideram eficiente e ainda quem sinta medo dela. Evidencia-se, assim, a diversidade de percepções. Tem-se, na fala do entrevistado: **“(os órgãos) são fracos”** (família 01/genro), enquanto sua esposa argumenta: **“sorte a nossa!”** (família 01/ filha), evidenciando que eles têm receio dos órgãos, criticam, mas, ao mesmo tempo, sentem-se aliviados por nunca terem sido autuados. A família acrescenta que a legislação e os órgãos de defesa do meio ambiente são vistos negativamente porque não multam os grandes produtores: **“Eles vão nos pequenos e não nos grandes”** (família 01/genro). Vários agricultores, no decorrer da conversa, acabam por mencionar que o problema da legislação é que ela só existe para os pequenos agricultores, mostrando que, de certa forma, sentem-se injustiçados.

A idéia de que os órgãos ambientais, bem como a legislação só atuam em pequenos agricultores é comprovada na fala dos entrevistados. Vários deles contam histórias e casos de “conhecidos” que possuem dinheiro, desrespeitam a Lei e, mesmo assim, não são autuados: **“Nestas situações ela (Lei) não existe”** (família 05/entrevistado) **“Eles (órgão ambientais) fiscalizam conforme eles querem”** (família 14/entrevistado).

Para alguns, a legislação é avaliada de forma positiva: **“Acho positivo”**, (família 08/entrevistada), **“Eles estão multando e acho que é bom”** (família 11/entrevistado). Para um agricultor, a Lei existe e isso é positivo, porque as pessoas não são conscientes: **“Existem, e é bom para preservar as beiras dos rios”**, **“Tem gringo que derruba até na beirada do rio”** (família 15/filho).

Já para outros, a legislação ambiental é vista negativamente e associada ao fato dos órgãos executores não atuarem: **“Existir existe, mas...”** (família 05), **“Para mim seria negativa”** (família 05/ entrevistado) **“A gente achava que não existia”** (família 08/entrevistada), **“Ela (lei) não faz nada”** (família 06/ entrevistado). O entrevistado comenta que, nos arredores de sua propriedade, vê-se muita derrubada e ele nunca soube da atuação dos órgãos, colocando em prática as Leis, por isso não a enxerga de forma positiva: **“É claro que existe [...] em parte ele é rigoroso”** (família 09/entrevistada). A percepção de duas famílias de entrevistados é de posse dos recursos naturais existentes em suas propriedades. Os agricultores acreditam ser os proprietários e, por isso, têm o direito de manusear os recursos naturais como acharem melhor, como pode ser identificado em suas falas: **“(a legislação) é ruim a gente não é mais dono de que é da gente”** (família 17/entrevistado), **“É uma coisa**

errada, a gente nem consegue derrubar para a gente, mas não demo (s) bola, derrubamos (assim) ao mesmo” (família 13/esposa). Na segunda fala, vê-se que o sentimento de posse é tão forte que, mesmo sabendo da existência da legislação, eles agem normalmente, como pensam, manuseando os recursos naturais existentes a partir de seus interesses.

A percepção acerca da legislação ambiental, em alguns casos, é de medo, angústia e querer estar distante das Leis e dos órgãos executores como IBAMA, FEPAN, dentre outros, de certa forma, fazendo uma negação à sua existência. Em uma entrevista, após os agricultores ressaltarem que nunca foram multados, a agricultora acrescenta: **“nem queria ter, Deus me livre”** (família 02/esposa). Em sua fala, pode-se perceber que a preocupação existente é mais no sentido econômico do que preocupação ambiental, pois o “medo” da multa é o medo do dinheiro a ser gasto. Na fala deste entrevistado, verifica-se: **“nós nunca fomos multados, mas o Osmar foi”** (família 07/ entrevistado). Em seu comentário, pode-se perceber que o agricultor, embora não tenha conhecido a legislação por meios próprios, sabe que ela existe, pois alguém do seu círculo de amizades e parentesco foi autuado, deixando evidente aos olhos do entrevistado que ele também pode ser multado. A forma como o entrevistado comenta o fato de conhecer alguém que foi multado, aparenta certo desconforto, tanto que, em seguida, troca de assunto. Da mesma forma, a legislação, por meio dos órgãos de fiscalização, é vista para estes agricultores: **“atuaram, já multaram, agora quero distância”** (família 10/entrevistado), **“tomara que fiquem longe”** (família 12/entrevistado).

Encontrou-se um caso em que o agricultor preferiu não comentar sobre a legislação. Quando instigado sobre o assunto, disse não ter conhecimento nenhum sobre a legislação: **“A gente não sabe de nada”** (família 16/entrevistado). E, por fim, alguns entrevistados acreditam na legislação, ressaltando casos de queimadas onde confessam sentir vontade de avisar os órgãos: **“Era até de denunciar”** (família 04/entrevistada).

A legislação ambiental, no geral, não é vista de forma positiva. Embora no decorrer da entrevista poucos foram os entrevistados que haviam sido autuados, os agricultores temem ser multados. Criam, com isso, um sentimento de aversão, tendo uma idéia, muitas vezes, distorcida da finalidade de existência das regras e das leis.

8.4 A percepção dos agricultores sobre a Convenção Quadro para Controle do Tabaco

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por 192 países, sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS). Este relevante instrumento, em saúde pública, foi adotado pelos países membros da OMS em 21 de maio de 2003, e assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003. A adesão do Brasil foi ratificada pelo Congresso Nacional em novembro de 2005, promulgado pelo Presidente da República em 2 de janeiro de 2006, entrando em vigor, no Brasil, em 1º de fevereiro de 2006. O Brasil foi o 100º país a ratificar a Convenção-Quadro (CAVALCANTE, 2008). A CQCT corresponde a um conjunto de ações, baseadas no combate e controle da epidemia do tabagismo. Ela tem por objetivo proteger as gerações presentes e futuras das conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. Em todo o texto da Convenção-Quadro está presente a preocupação com as estratégias da indústria do tabaco para promover o consumo, e para interferir nas medidas adotadas para sua redução (INCA, 2008).

Estudos revelam que os países que sancionaram a legislação para proibir o fumo em locais públicos, experimentaram uma redução, em parte, do consumo de produtos do tabaco, visto que esta medida incentiva às pessoas a deixarem de fumar. Mas, não há evidência sólida de que estas proibições tenham um impacto econômico negativo sobre o setor de entretenimento, trata-se de uma questão de proteção à saúde pública (CAVALCANTE, 2008).

Na agricultura, em especial, para os plantadores de tabaco, o argumento é que o segmento econômico da fumicultura vem sendo prejudicado. Isso tem sido utilizado como motivo para pressionar o Governo brasileiro a reverter ou abrandar suas ações. Porém, sabe-se que o governo federal criou uma série de medidas para abarcar os agricultores que queiram mudar a atividade produtiva. Para “proteger” o produtor, o governo federal criou o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, em novembro de 2005, a partir do qual, o Brasil lançou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco sob a coordenação do

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Aos agricultores que desejam migrar da atividade fumícola, será reservado um plano especial de governo, denominado “Programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com fumo”. Documento assinado por seis ministros de Estado, que propõe políticas e estratégias com o objetivo de apoiar os agricultores em novas atividades produtivas.

A partir do cenário da CQCT, questionou-se aos entrevistados sobre suas percepções, anseios e dúvidas acerca desta medida federal. Na visão do agente da Emater, deve-se trabalhar pela diversificação e seguir o que a Convenção sugere. Ele acrescenta que, a partir desta medida, o município sofrerá os impactos com a saída de muitos agricultores de suas propriedades rurais para os centros urbanos: **“Acredito haver um êxodo rural muito grande”** (agente rural/Emater). A percepção que o agente da Prefeitura possui é muito clara, para ele, a CQCT será um fator negativo tanto para os agricultores quanto para o município como um todo: **“Isso será uma tragédia”** (agente rural/prefeitura). Acrescenta que muitas propriedades não têm outra alternativa que não seja o cultivo de tabaco. Já o agente rural do MDA, acredita que a convenção mais cedo ou mais tarde irá acontecer, mas considera que, para isso, devem-se dar alternativas para as pessoas que estão envolvidas na cadeia produtiva do tabaco: **“Não basta mandar parar (de plantar) e sim mostrar caminhos”** (agente rural/MDA). Em sua visão, não resolve assinar um documento e proibir o cultivo (embora não seja esta a proposta da CQCT), e sim “ajudar” o produtor a modificar a matriz produtiva. O agente acrescenta que os produtores que hoje se apresentam diversificados ou até os que já deixaram o tabaco perceberam que dá para viver bem sem plantar tabaco. Já o agente rural vinculado a fumageira, quando questionado sobre a CQCT, demonstra pouco conhecimento sobre o tema, e levanta que isso não ocorrerá na prática, mas deixa claro que ao governo cabe dar assistência aos produtores para que estes não sintam os impactos da Convenção: **“Antes de erradicar o fumo devia incentivar uma cultura nova”** (agente rural/fumageira). No seu entendimento, a produção do tabaco é uma boa opção de renda para os agricultores, em função da atividade possuir mercado com venda garantida para o produto. O agente acrescenta ainda que, em nível de pequena propriedade, ele não visualiza outra alternativa a não ser o tabaco: **“Plantar fumo é muito fácil pelo pacote e ainda inclui a assistência técnica”** (agente rural/fumageira).

Na visão dos agricultores, a CQCT é percebida, inicialmente, de forma negativa, e notadamente vê-se que o tema é novo para eles. Muitos vêem, a partir dela, o fim da produção do tabaco, e isso significa, em suas percepções, como não haver alternativas: **“Se (o fumo) acabar estamos mortos”** (família 01/genro), **“morria tudo de fome”** (família 04/ filho). A justificativa é que, por possuírem pequenas propriedades, há muita dificuldade em realizar outra atividade, principalmente, pelos custos de investimentos em mudar a matriz produtiva. Acrescentam que **“o fumo tem retorno imediato, sem muita área”** (família 01/genro). Baseado na comparação com milho, feijão, dentre outros cultivos, argumentam que o tabaco é a única alternativa econômica que mantém as famílias no meio rural: **“(o fumo é) a única coisa para nós”** (família 04/entrevistada). Em um outro caso, com aparência de preocupação, o agricultor argumenta: **“vou ser prejudicado, não terei o que fazer, é só o que se sabe fazer”** (família 05). Do mesmo modo, argumenta este agricultor: **“vamos sofrer, a gente sabe lidar com o fumo, a não ser que tenha outra coisa que desse (renda) como o fumo”** (família 15/filho). Nestas entrevistas percebe-se que associada às questões de renda e mercado, o agricultor está preocupado com o saber fazer, pois o cultivo de tabaco é tradicional, na maioria das famílias produtoras, no município, sendo uma atividade que já vinha sendo desenvolvida pelos pais, e, muitas vezes, pelos avós dos atuais plantadores.

A entrevistada, referindo-se as medidas da CQCT, deixa claro que a medida os prejudicará: **“Claro que vamos (sofrer)”** (família 08/ entrevistada). Considera isso, visto que o tabaco é a principal atividade desenvolvida em sua propriedade, e, com seu fim, certamente deverão buscar outra atividade. Apesar de mostrar preocupação, a agricultura comenta ser favorável a estas medidas governamentais. O processo de diversificação das propriedades pode representar uma alternativa viável para a saída da condição de pobreza ou de vulnerabilidade em que se encontram as populações. Em contextos marcados por uma crescente coerção, vulnerabilidade e condicionantes adversos à diversificação, as medidas podem ser entendidas tanto como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade, ou necessidade, assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca pró-ativa por alternativas ou novos investimentos (PERONDI, SCHNEIDER e BONATO, 2008). Isso reflete, em especial,

nas propriedades que cultivam tabaco na forma de monocultura, sofrendo com a dependência às integradoras.

Há relatos de agricultores que foram mais drásticos, dizendo que, se não plantarem mais o tabaco, terão que cortar gastos como o telefone, luz, dentre outros. Além de agricultor que acredita que a ratificação será negativa, não só na propriedade e no município, mas sim em nível regional, e que isso pode desencadear numa crise econômica. Ele relata saber o quanto o cultivo é prejudicial, mas mesmo assim ainda acredita que é o tabaco a atividade agrícola que proporciona maior renda em uma pequena área, ou seja, que esta atividade proporciona um elevado Valor Agregado Bruto (VAB): **“Teria um impacto muito grande”** (família 12/entrevistado). Porém, a renda proporcionada pelo cultivo pode ser questionada por meio de estudos existentes que evidenciam a renda no cultivo do tabaco, como em ETGES et al., 2002, citado anteriormente.

A visão negativa sobre as medidas da Convenção aparece em mais um caso em que agricultores argumentam que, embora saibam que o tabaco acarreta problemas para a saúde e que o uso de agrotóxicos é causador de impactos negativos, sentir-se-iam prejudicados com a CQCT, pois consideram o cultivo benéfico economicamente: **“Um pouco sim”** (família 13/esposa), mas acrescentam que, se houver políticas e programas de incentivo, mudariam de atividade: **“Que sofreria (a propriedade e a família), sofreria bastante”** (família 16/entrevistado). O entrevistado comenta que, por sua propriedade se localizar distante dos centros urbanos, a única alternativa que ele visualiza como fonte de renda é o cultivo de tabaco, pois a integradora realiza boa parte das transações em sua propriedade mesmo. Comenta que associada à questão da distância, a propriedade tem limitações nas condições de solo e topografia e, em sua opinião, isso dificulta o cultivo de milho, feijão, dentre outros cultivos. A percepção que uma outra entrevistada possui sobre a CQCT é que a medida: **“com certeza para a agricultura vai ser ruim”** (família 09/entrevistada), mas presume que a CQCT não possui medidas que diretamente venha a proibir o cultivo do tabaco. Sobre isso, o agente rural do MDA acrescenta que o governo federal está tomando as medidas que taxam o tabaco, e que em nenhum momento proíbe os agricultores de realizar esse cultivo: **“Convenção-Quadro é um grande avanço, ataca na demanda, na consciência das pessoas”** (agente rural/MDA). Tratando-se deste assunto, e ainda na visão do agente do MDA, **“o tabaco é uma atividade importante, uma**

alternativa de emprego e renda para a agricultura familiar” (agente rural/MDA). Segundo sua percepção, o tabaco se assemelha em alguns aspectos aos hortigranjeiros, pela necessidade de mão-de-obra e de muitos cuidados, ressalva ainda que: **“(o tabaco apresenta) alta renda com mercado em expansão que não satura com a entrada de novos produtores”** (agente rural/MDA). Após o conhecimento da percepção do agente do MDA, fica ambígua a questão do tabaco, pois, apesar do Ministério fomentar a diversificação produtiva em área com cultivo de tabaco, percebe-se que seu representante, de certa forma, vê o cultivo de tabaco como alternativa de renda e emprego.

A questão da CQCT transfere diferentes percepções e sentimentos. Para tanto, além dos entrevistados acima referidos, houve depoimentos em que os entrevistados acreditam que a medida não interferirá em suas ações ou até mesmo em suas propriedades: **“Nós pretendemos não sofrer com ela, estamos tentando se adaptar antes”** (família 02/entrevistado). Nesse caso, os agricultores possuem a propriedade diversificada e a principal fonte de renda não é o tabaco e sim a criação de frangos. Como objetivo futuro, pretendem parar com o cultivo do tabaco. Por isso, não há preocupação com a CQCT. Da mesma forma, um entrevistado que atualmente não cultiva mais o tabaco disse que, particularmente, não sofrerá com a Convenção, mas, em sua visão, o município pode ser prejudicado: **“Para mim, não, mas a pequena propriedade, para o município será negativo”** (família 03/entrevistado). Acrescenta ainda que, para o município em estudo, não se tem muitas saídas, fazendo parte do histórico do município a produção de tabaco e da erva-mate: **“Arvorezinha é erva e fumo”** (família 03/entrevistado). Também se constataram casos em que a aposentadoria é a principal fonte de renda e que os entrevistados não mostram preocupação com a polêmica da fumicultura e da CQCT.

Há quem acredite que a substituição do cultivo do tabaco, inicialmente, será difícil, mas com o tempo será positivo para os agricultores: **“Acho que pra gente no começo vai ser negativo, mas depois vai ser melhor”** (família 06/entrevistado). A família deixa claro que a propriedade não sofrerá com estas medidas, pretendem, em pouco tempo, não estar mais cultivando tabaco.

Durante as entrevistas, percebeu-se que um agente rural entrevistado tem convicção de que os agricultores têm consciência sobre a Convenção-Quadro: **“Os agricultores têm consciência das políticas de controle do tabaco”** (agente rural aposentado/fumageira). Ainda acrescentou que os agricultores acreditam que a

problemática do tabaco é de responsabilidade do governo: **“O governo deveria indenizar os plantadores para não plantar mais fumo”** (família 17/entrevistado), **“Antes de tirarem o fumo devem achar um meio de ganhar o que se ganha com o fumo”** (família 14/entrevistado). O que se percebe dessa discussão é que os lucros com o tabaco são privados, de empresas multinacionais, mas o problema da crise, da busca de soluções para alternativas econômicas é público. O setor privado fica com os bônus e o público (governo) com o ônus.

Por fim, embora apresentem preocupação com a questão da fumicultura, muitos entrevistados dizem não possuir interesse em diversificar a propriedade: **“Por enquanto não”** (família 01/genro). E há também quem, com incentivos, mudaria a matriz produtiva: **“Tivesse outro ramo dava bem pra mudar”** (família 16/sogro), **“Se tivesse incentivo, certamente a gente ia tentar”** (família 17/entrevistado).

Percebe-se que, no geral, os agentes rurais e agricultores desconhecem a política federal de controle de tabaco. Quando falado no assunto e na possibilidade do cultivo sofrer alterações, os agricultores mostram-se ansiosos, aflitos e preocupados, mas não é algo que os faça se preocuparem, no dia-a-dia, em suas propriedades; pois o planejamento ocorre, no máximo, para o próximo ano agrícola e não a médio ou longo prazo, como se fará se mantiver a aplicação da CQCT na mudança da matriz produtiva.

8.4.1 As alternativas ao cultivo de tabaco

O programa criado pelo governo federal em novembro de 2005 “Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco” sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi um grande passo do governo no sentido de ampliar o cumprimento de seus compromissos com a Convenção-Quadro (MDA, 2007). Para a implementação do Programa, o MDA vem buscando mapear experiências nacionais de diversificação produtiva em áreas de fumicultura.

Tratando-se de substituir o tabaco, no imaginário dos agricultores, aparecem as mais diversas alternativas, embora alguns deles dizem não pretender adotá-las: **“Tem tantas outras coisas para se fazer”** (família 06/ entrevistado), o entrevistado

fala ainda da erva-mate e da plantação de eucaliptos para vender na forma de lenha: **“Aquilo (eucaliptos) vem, enquanto tu dorme aquilo tá crescendo”** (família 13/esposa).

A atividade leiteira também aparece no leque de alternativas, mas o entrevistado que levanta esta possibilidade comenta que possui limitações geográficas para isso, pois onde a terra é “dobrada” plantam tabaco: **“Sofreria por ter pouca terra”** (família 09/entrevistada). O argumento de que a propriedade possui limitações nas dimensões físicas, associado ao fato da propriedade localizar-se em uma microrregião muito fria aparece na percepção de duas famílias entrevistadas. Os motivos citados é o fator limitante na hora de diversificar a propriedade: **“Até gostaria (diversificar), mas é muito frio”** (família 09/entrevistada).

O interesse em diversificar ocorre em alguns casos. Porém, pode-se perceber que, em algumas entrevistas, a maior dificuldade em substituir o tabaco é em relação à adaptabilidade dos outros cultivos. Os agricultores percebem que o tabaco resiste mais a secas e as chuvaradas em comparação a outros cultivos.

O agente da Emater aponta como alternativa ao cultivo do tabaco a fruticultura, a produção de leite, avicultura e olericultura, todos para abastecimento local, além do basalto e a agroindustrialização de produtos agropecuários. Em sua visão, os empecilhos na promoção da diversificação, são: mercado, capacitação e, principalmente, recursos financeiros para investimentos, além, é claro, do “querer e saber fazer” dos produtores. Ainda, na visão do agente, o entrave para a diversificação produtiva é o pacote pronto que a fumageira fornece, com compra garantida da produção dos fumicultores. Além do caráter tradicional local em no cultivo de tabaco: **“Sabe plantar e sabe que vende”** (agente rural/Emater). O agente acrescenta que para o agricultor **“falta criatividade e iniciativa”** (agente rural/Emater).

No que tange as alternativas, o agente da Prefeitura acredita que o milho, feijão e a fruticultura, principalmente a uva, sejam as melhores “saídas” para os plantadores de tabaco do município de Arvorezinha, mas reforça que: **“a vocação dos agricultores seja o fumo”** (agente rural/prefeitura). Para o agente do MDA, antigo secretário da agricultura do município *in loco*, as alternativas para os produtores são: a fruticultura, o leite, hortaliças e a agroindustrialização dos produtos primários. Muitos apontam para a criação de frangos e de suínos, mas de imediato

já destacam sobre os altos custos de investimento que estas atividades necessitam para serem adotadas.

A liderança do Brasil no controle do tabagismo se contrapõe à posição do país no mercado mundial de tabaco em folha, uma vez que é o segundo maior produtor e o maior exportador mundial de tabaco em folha. Ao governo brasileiro, cabe a responsabilidade com as questões sociais decorrentes da histórica inserção econômica da produção de tabaco no País. Esse cenário coloca o Brasil no grupo de países que não pode mais ignorar o controle do tabagismo como uma prioridade de saúde pública, social e econômica para atingir o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, necessita buscar caminhos para reverter sua dependência econômica do tabaco, em função de sua posição no ranking mundial de produção e exportação de tabaco em folha (CAVALCANTE e PINTO, s.d.).

As alternativas existem, contudo é difícil sua aplicabilidade. Nas fala dos agentes rurais, pode-se visualizar que não são poucas as formas e atividades que os agricultores podem adotar para diversificar suas propriedades e substituindo paulatinamente o cultivo do tabaco. Os problemas são a aplicabilidade, o capital necessário para investimentos, a assistência técnica e o mercado para escoar a produção, evidentemente contar como o interesse e a vontade dos agricultores.

9. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolveu-se a partir da aplicação de metodologias de caráter qualitativa. O universo da pesquisa envolveu 17 famílias de agricultores e mais 06 agentes de desenvolvimento rural (agentes rurais da Prefeitura, Emater e das empresas fumageiras, articulador e delegado do MDA e uma professora). As entrevistas foram realizadas em base a um roteiro pré-elaborado e observação participante. Buscou-se avaliar de forma qualitativa as percepções dos agricultores e agentes rurais envolvidos direta ou indiretamente no cultivo do tabaco.

O cultivo de tabaco encontra-se praticamente em todas as propriedades do município estudado, evidenciando certa dependência técnica e econômica dos agricultores ao sistema integrado com das fumageiras. Ao lado disso, nos dias atuais vê-se uma crítica sobre os problemas causados pelo cigarro (produto oriundo da matéria-prima gerada pelo tabaco) que causa doenças severas na população fumante.

A pesquisa constatou que as opiniões divergem a respeito de como o tabaco é visto e trabalhado, porém, a unanimidade dos entrevistados ressaltam que o cultivo do tabaco se dá devido a questão econômica. Quanto aos aspectos ambientais e sociais, observa-se que o cultivo dessa planta (tabaco) tende a insustentabilidade. Esse contexto apurado na pesquisa não é único, outras evidências nessa linha referem que quantitativamente o tabaco represente uma importante fonte de recursos econômicos para certas localidades, revelando muitas vezes, como a única fonte de ingresso monetário às famílias produtoras dessa matéria-prima. Porém do outro lado, existem dados (como o caso do município de Santa Cruz do Sul) que demonstram haver um descompasso entre o crescimento econômico e as dimensões social e ambiental (LIMA, WIZNIEWSKY, MARTINS, 2007).

O aspecto ambiental evidenciou as percepções acerca dos solos, água, mata nativa, agrotóxicos, animais silvestres, dentre outros. Geralmente existe uma grande preocupação com os solos, pode-se dizer que os agricultores entrevistados trabalham no sentido de proteger e recuperar os solos, com algumas raras exceções. A questão dos recursos hídricos mostra-se mais sensível, vêem-se problemas de falta e de impotabilidade. A água na opinião dos agentes rurais além

de apresentar deficiências em quantidade apresenta preocupação quanto a sua potabilidade. A maior parte dos agricultores desconhece a qualidade da água. Quanto a mata nativa, visualiza-se que ela está presente em todas as propriedades, com uma exceção. Porém as formas com que os agricultores interagem, vêem, percebem, e se relacionam com ela varia. Alguns afirmam proteger a mata em função de manter o meio ambiente sustentável, outros por medo da legislação ambiental existente e há ainda quem diz que, embora sinta medo da legislação não se priva de derrubá-la. Mas, não se pode negar que, embora haja toda a problemática do tabaco, no presente estudo, constatou-se que no município existe uma área considerável de mata nativa, bem como a quantidade de animais silvestres. A presença de animais silvestre existe e pode-se dizer em diversas espécies, no geral percebe-se que os agricultores os “protegem”. Ressalta-se que algumas das espécies encontradas no município estão em extinção.

Todavia o uso de agrotóxicos é freqüente e em todas as propriedades, como suporte às lavouras de tabaco. Visualiza-se que os agricultores têm feito à devolução das embalagens de agrotóxicos vazias. Eles salientam que não fazem o uso de agrotóxicos nos cultivos destinados à alimentação. Ainda, tratando-se dos aspectos ambientais, os entrevistados dizem que não provocam as queimadas e consideram suas propriedades sustentáveis. Porém nesse estudo, de acordo com o agricultores entrevistados, não percebem o efeito da pressão humana sobre os recursos naturais na forma de desflorestamento e no uso dos solos como se constata em outros lugares onde a produção de tabaco é histórica (LIMA, WIZNIEWSKY e MARTINS, 2005).

O aspecto social considerou a relação com a integradora, a participação em cooperativas, associações e o estado de ânimo, se feliz, triste animado, dentre outros. A relação com a integradora além de complexa é ambígua. Os agricultores são integrados verticalmente às fumageiras e os contratos firmados a cada ano acabam por limitá-los. Porém, a percepção que eles têm sobre esta relação é homogênea. Alguns dizem sentirem-se pequenos, fracos e impotentes frente ao sistema de integração. Outros parecem não sentirem-se incomodados, e há ainda quem vê na integração a única saída para sua propriedade. Em todas as entrevistas viu-se que os agricultores encontram-se sócios junto a comunidade religiosa local, e poucos se filiam às cooperativas ou às associações. No geral, dizem que não vêem vantagens associarem-se ao STR. O estado de ânimo deles variam de agricultor que

se encontra triste e desanimado com a questão da fumicultura e com os preços pagos pelas empregadas fumageiras. Há agricultores que se dizem estar felizes com a chegada de netos (homens) à família.

O aspecto econômico do cultivo do tabaco é bastante discutido, tanto em nível de políticas públicas, sociedade civil e em nível de propriedade. A questão é a rentabilidade que esse sistema, aparentemente resulta. Para alguns agentes rurais existe muita dificuldade em substituir o cultivo do tabaco por outro cultivo que apresente a mesma rentabilidade na mesma área, ou seja, a discussão gira em torno do valor agregado que o cultivo do tabaco apresenta. Porém se considerarmos estudos realizados na Região do Vale do Rio Pardo/RS, por ETGES *et al.*(2002) onde é realizado um cálculo aproximado da rentabilidade do cultivo do tabaco, vê-se que o sistemas não é tão rentável como se propaga. E na região *in loco*, esta realidade não difere muito. Porém, o nível de renda, seja real ou aparente, é um grande entrave para que fumicultores migrem para outras atividades agrícolas. E o principal motivo que os levam a desenvolver esse cultivo, segundo suas “percepções”, é a renda que a fumicultura proporciona.

A pesquisa buscou elencar ainda algumas outras percepções e dentre os temas destacam-se: a assistência técnica, a saúde, legislação ambiental e Convenção Quadro para Controle de Tabaco. A assistência técnica pode ser avaliada por meio da atuação pública do escritório da Emater e da Prefeitura. Ambas, com um técnico agrícola cada. Há também a assistência privada. A assistência privada se caracteriza pela marcante presença dos técnicos das integradoras, as quais se destacam as empresas produtoras de tabaco, frangos e suínos. A assistência ocorre de forma segmentada, onde cada “técnico” cuida de um aspecto da propriedade. Constatou-se que, no geral, os entrevistados sentem a deficiência dos órgãos públicos que prestam assistência.

A saúde dos trabalhadores não é um tema no qual os agricultores gostam de discutir. Na visão de agentes e de alguns trabalhadores o tabaco é prejudicial. Alguns agricultores dizem ter sofrido intoxicações a partir cultivo de tabaco. Enquanto outros acreditam que o trabalho no cultivo de tabaco não lhes traz problemas de saúde.

A legislação ambiental brasileira atualmente é uma das mais completas do mundo. No entanto as percepções que os agricultores possuem a respeito dela nem sempre seguem a ótica de preservação. As percepções variam entre considerar os

órgãos de fiscalização fracos, porque não desenvolvem suas atividades como deveriam. Por outro lado, há muitos que consideram ser injusta a aplicação e multas aos agricultores considerados pobres e sem condições de pagamento. Também se percebeu que existem agricultores que sentem medo da legislação ambiental e dos órgãos institucionais executores. Na maioria dos casos eles vêem e percebem a legislação ambiental como negativa. Noutros casos os órgãos institucionais que aplicam as Leis, são vistos como inimigos.

A respeito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), em um primeiro momento, embora se saiba que as medidas não são de proibição do cultivo, verifica-se que os agentes rurais e agricultores entrevistados desconhecem esse tratado. Porém, quando se fala sobre ela nas entrevistas muitos dizem que ela pode causar êxodo rural no município. A maioria dos agricultores diz sentir-se prejudicado com esse tratado, acreditando que será negativo tanto para si, em nível de propriedade, quanto para a região.

Foi colocado aos agricultores o tema da substituição do cultivo do tabaco, a partir do programa “Programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com fumo”, instituído pelo governo. Esse programa, segundo esse estudo, pode tornar-se polêmico entre os setores direta e indiretamente ligados a cadeia do tabaco. Face as incertezas das políticas de apoio do governo, mesmo se verificando que os agricultores gostariam de largar a fumicultura. Nesse aspecto outros estudos realizados com fumicultores da maior região produtora de tabaco do país, Região do entorno de Santa Cruz do Sul (RS), evidenciam que 74,7% dos produtores têm vontade de deixar de plantar o tabaco, mas sentem falta de um apoio concreto para que esse desejo se realize (ETGES *et al.*, 2002).

Os entraves para que ocorra a substituição existem embora se reconheça o interesse dos agricultores nessa política do Governo. Apesar de existirem alternativas ao tabaco, no município em estudo, percebe-se vários limitantes como: falta de recursos para investimentos; ausência de canais de comercialização para grande parte dos cultivos agrícolas; transporte e armazenamento; problemas de infra-estrutura e tamanho das propriedades (menor área cultivável). Esses fatores contribuem para dificultar a transição do cultivo do tabaco para cultivos alternativos. Sendo assim, acredita-se que os governantes nacionais e locais têm um importante papel a desempenhar, seja na intensificação da pesquisa sobre alternativas viáveis

ao cultivo do tabaco, seja pela criação e apoio a programas de desenvolvimento rural baseados nos pressupostos da sustentabilidade.

Percebe-se nesse estudo que o envolvimento das famílias com a monocultura de tabaco é freqüentemente associado a um tipo de rejeição inapropriada às raízes das pessoas. O agricultor familiar tradicional é aquele cujas atividades produtivas são em sua maioria voltadas à subsistência familiar, de maneira que a família tenha uma vida confortável e independente. Independente de outras instâncias, das oscilações do mercado, dentre outras, como tem ocorrido com o plantador de tabaco, que acaba se especializando neste cultivo, muitas vezes deixando de produzir os alimentos para a subsistência da família. Dessa forma, as estratégias de diversificação são vistas como urgente e necessária, pois as recentes “ameaças” representadas pela Convenção-Quadro reforçam a necessidade de se desenvolver outras atividades econômicas nas pequenas propriedades.

Porém, sabe-se que a implantação de uma estratégia de diversificação esbarra em várias dificuldades levantadas nesse estudo: falta de capital para investimentos, limites de terra; interesse e o saber fazer do agricultor; e a logística comercial da produção, ou seja, falta de um mercado consumidor garantido. Os agricultores encontram-se de certa forma numa zona de conforto e tem uma aversão ao risco, associado à falta de uma organização parecida a cadeia estruturada do tabaco. Implantar uma nova atividade comercial demanda aprender a trabalhar de outra forma, além de necessitar que se busque novas articulações com vários e diferentes ATERs desde o município até nas instâncias da união. Nos aprendizado incluem os procedimentos técnicos dos novos cultivos, conquista de mercado, operações de venda, logística, finanças, dentre outras. Além de todas as competências comportamentais associadas à nova atividade. A obrigação (necessidade) de aprender esbarra na falta de tempo, vontade, acesso e auto-estima dos pesquisados. Mas, certamente, a substituição do tabaco por “novos” cultivos irá demandar um período significativo de transição, para que os agricultores possam aprender a gerir a nova atividade, podendo tirar dela o sustento da família. Apesar disso, acredita-se que é viável e possível desde que haja interesse dos governos juntamente com a comunidade envolvida.

Por fim, destaca-se que pela relevância do assunto e da problemática social existente por trás desta pesquisa acadêmica. Salienta-se que não se pretende aqui

encerrar esta discussão. Pois, sobre esse tema eleito já nos temos debruçado embora se tenha conhecimento da complexidade da temática.

10. REFERENCIAL

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**. V. 4 n.2; jan/jun, 2000. São Paulo, FIPE, 2000.

AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. **Dados sobre a fumicultura**. Disponível em: <www.afubra.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2009.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/pnrh_novo/Multimedia_PNRH_ANA/DBR-Cap4.pdf>. Acesso em: 3/09/ 2008.

ALBUQUERQUE, F.J. B.; COLEHO, J. A. P. M.; VASCONCELOS, T.C. As Políticas E os Projetos de Assentamento. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.9 n. 001, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. P 81-88, 2004.

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: Servidão moderna e violações de direitos humanos**, Curitiba, Terra de Direitos, 2005.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **ANVISA**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/AGROSIA/>>. Acesso em 20 ago.de 2009.

BACHA, C. J. C. **Economia e Políticas Agrícolas no Brasil**. São Paulo. Atlas, 2004.

BASTOS, F. Ambiente Institucional no financiamento da agricultura familiar: avanços e retrocessos. In: **PRONAF 10 anos: Mapa da produção acadêmica**. Brasília, 2006.

BAUER, M.W., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BIOLCHI, M. A. A cadeia produtiva do fumo. Revista Contexto Rural. **Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Curitiba, Ano V, n. 5, Julho de 2005. Curitiba, 2005.

BIOLCHI, M.A., BONATO, A. A., OLIVEIRA, M. A. A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural**, v. 3, n.4, pp. 5-55, 2003.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

BOEIRA, S., L. **Indústria de Tabaco está acima da Lei?** S.d.Disponível em: < http://actbr.org.br/uploads/conteudo/338_Industria_de_tabaco_acima_da_Lei.pdf>. Acesso em: 28 dez. de 2009.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Univali, 2002.

BOEIRA, S., L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e Meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

BOEIRA, S.L.;JOHNS, P. Indústria de Tabaco vs. Organização Mundial de Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de stakeholders. **Interthesis**. V.4, n.1. Florianópolis, 2007.

BONATO, A. A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. **Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais**. Curitiba, 2007. Disponível em: < http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em 10 de jun. de 2009

BONI, V. B.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: < http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 23 jan.2009.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. 62 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em 12 dez. de 2009.

CABRERA, R.; IGNÁCIO, J. **O Agricultor familiar no processo de modernização agrária do Uruguai**: Estudo de Caso na Região de Salto. Departamento de Sociologia. FFLCH – USP, São Paulo, Brasil. 1998.

CAPORAL, F.R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações, Brasília, 2009.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Análise multidimensional da sustentabilidade uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J., A. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília. MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARMO, M. S., SALLES, J.T.A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. 1998, Florianópolis. **Anais**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>. Acesso em: 09 fev.2009.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**, 1999. Disponível em: <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>>. Acesso 09 fev.2009

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAVALCANTE, T., M. Manual de Orientações do Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto) “**Ambientes 100% Livres de Fumo: um direito de todos**”. Rio de Janeiro, 2008.

CAVALCANTE, T.; PINTO, M. **Considerações sobre tabaco e pobreza no Brasil: consumo e produção de tabaco**. Material não disponível para divulgação, s.d. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/tabaco_pobreza.pdf>. Acesso em 15 de jan.2010

COMISIÓN MUNDIAL PARA EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO. CMMAD 1998. **Nuestro Futuro Común**. Madrid: Alianza Editorial, 1998

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Mapa/SPA, jul./ago./set. 2001.

CODATO, L. A. B., NAKAMA, L. Pesquisa em saúde: metodologia quantitativa ou qualitativa? **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.8, n.1, p.34-35, dez.2006.

CONTINENTAL. Disponível em: < <http://www.via6.com/perfil.php?mid=59297>>. Acesso em 15 de out. 2009.

CORREIO DO POVO RURAL. **Fumicultor é recebido pela indústria**. 19 de fevereiro, 2004

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO. CORSAN.. Disponível em: < <http://www.corsan.com.br/empresa/empresa.htm>>. Acesso em: 21 dez 2009.

CRUZ, S. S. da. ; SCHENINI, P. C.; SILVA, F. A. da. Planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso do município de Urubici/SC. In: COBRAC 2006 · Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, UFSC Florianópolis. **Anais**.

DAUSTER, T. A fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. **Revista Educação** Rio de Janeiro. N. 49 p1-18, nov. de 1999.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DEPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. In: Anais do VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural (ALASRU), Porto Alegre, novembro de 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/artigo%20Depointil.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2008.

DIEHL, M. R.; NEUMANN. P. S. ; DULLIUS, M.; DORNELLES. C. P. N.; SÁ BRITO. A. N.; FONTOURA. A. F.; FRIEDRICH. G. N. **Caracterização do Parcelismo das Terras Nas Propriedades Familiares de Fumo No Município de Paraíso do Sul - RS**. Disponível em: <

<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/Artigo%20UERGS%20Marcos.pdf>>.
Acesso em: 23 jul.2009.

DIRVEN, M. La herencia de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo latinoamericano: propuestas preliminares In: **VI Congreso de Economistas Agrarios de Chile “Gestión de Transferencia Tecnológica en la Agricultura”**, 29-30 de noviembre, 2001. Santiago do Chile, 2001.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre O Trabalho De Campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, março, 2002.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas**. Tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. EMATER. **Diagnóstico da Realidade Municipal**. Arvorezinha. 2000.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. EMATER. **Relatório de ações e resultados 2001**. Escritório municipal de Arvorezinha. 2001.

ETGES, V. E. (coord.). Impacto da Cultura do Tabaco no Ecossistema e na Saúde Humana. Santa Cruz do Sul, **UNISC**, p. 13 -19. 2001.

ETGES, V. E. A Região no Contexto da Globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT e SILVEIRA, R. L. Vale do Rio Pardo: (Re) conhecendo a Região. Santa Cruz do Sul, **EDUNISC**. p.141-146, 2001.

ETGES, V. Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: **EDUNISC**, 2001.

ETGES, V.E., FERREIRA, M., CAMARGO, M.E. et al. **O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS**. – Relatório preliminar (2002).

FALK, J.W.; CARVALHO, L.A.; SILVA, L.R.; PINHEIRO, S. **Suicídio e Doença Mental em Venâncio Aires – RS: Conseqüência do Uso de Agrotóxicos Organofosforados? RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA**. Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. 1996

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. FAO. FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Versão resumida do relatório final do Projeto UTF/BRA/036, Brasília, 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. FAO. **Incentivos e mecanismos financeiros para o manejo florestal sustentável na região Sul do Brasil**. Relatório da FAO — Food and Agriculture Organization of the United Nations, Curitiba, 2004.

FARIA N. M.; FACHINI, L. A.; FASSA, A. G.; TOMASI, E. Estudo Transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.33, n.4, p.391-400, 1999.

FAUNA BRASIL. **Animais em Extinção**. Publicado em: outubro 16, 2008. Disponível em: < <http://www.faunabrasil.com.br/sistema/>>. Acesso em: 15 out. 2009.

FIALHO, R. R.. **Os sentidos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares da cultura do fumo em relação ao trabalho**. 2001. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz, 2001.

FILHO, J. P. A. Medidas individuais de proteção no trabalho com agrotóxicos: indicações básicas e limitações. Em: Simpósio Internacional de 47 Tecnologia de Aplicação de Agrotóxicos, II Jundiaí, 2001. **Anais**. Disponível em <<http://www.iac.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2006.

FONTE, C. Investigar narrativas e significados: a grounded analysis como metodologia de referência. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Porto p. 290-297, 2005.

FONTENELLE, M. E. A. **Percepções sobre a utilização e efetividade da pesquisa qualitativa no marketing eleitoral**, 2008. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2008.

FRANÇA, C.G.; DEL GROSSI, M.E., MARQUES, V.P.M. O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009.

FREY, M. R. ,WITTMANN, M., L. Gestão ambiental e desenvolvimento regional: uma análise da indústria fumageira. **Revista eure**. Santiago de Chile, agosto de 2006.. V. XXXII, n. 96, pp. 99-115.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA, 2003. Lista dos Animais em Extinção. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/downloads/lista_filogenetica.pdf> .Acesso em: 10 de out. 2009.

GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M.; ROESE, A.; SOUZA, A. C. A construção e a utilização do Diário de campo em pesquisas científicas na Saúde Coletiva. In: 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e 11º Congresso Mundial de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2006. **Anais**.

GIRARDI, E. Agricultura Familiar e seu Impacto no Mercosul. Frederico Westphalen: URI, 1996.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre. UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª. ed. Porto Alegre. UFRGS, 2005

GRAZIANO DA SILVA, J. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias dos anos 80, in: GRAZILIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 200f. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar**: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

GUIVANT, J.S. **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação**: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, Sc. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992.

GUIVANT, J. S. Percepção dos olericultores da grande Florianópolis sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Fundacentro. 1994.

GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói, UFF, Pp. 281-303, 2000.

HADDAD, L. N., SILVA, N.R.B.B. DA. , SANTOS, A.F.C.dos. Metodologia de percepção ambiental com fins a implantação do ecoturismo em unidades de conservação. In: **Anais do IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (II EcoUC) / Vº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR)**. Rio de Janeiro, 2007.

HERNANI, L. C. et al. Perdas por erosão e rendimento de soja e trigo em diferentes sistemas de preparo de um Latossolo Roxo de Dourados (MS). **Revista Brasileira de Ciências do Solo**, v.21, n.3, p.367-376,1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. IBAMA. Disponível em <: <http://www.ibama.gov.br/fiscalizac.php/relatorios-anuais/>>. Acesso em 21 de dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 28 de set. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. INCA. **Manual de Orientações do Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto) “Ambientes 100% Livres de Fumo: um direito de todos”**. 2008. Disponível em: < http://www.inca.gov.br/tabagismo/29agosto2008/materiais/manual_29agosto2008.pdf f>. Acesso em 16 fev. 2009.

INVENTÁRIO FLORESTAL CONTÍNUO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: < <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/frame.htm>>. Acesso em: 06 de out. de 2009.

JÚNIOR, H. P. C. **Estudo da participação e permanência dos Jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2007.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas. Unicamp. 1993.

LEFF, E. **Aventura da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEITE, G. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa, 1991.

LEITE, S. **Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar**: uma aproximação à experiência brasileira, Unicamp, outubro de 2003.

LIMA, M. A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C. C. A Utilização da Observação Participante e da Entrevista Semi-Estruturada na Pesquisa em Enfermagem. **Revista gaúcha Enfermagem**. Porto Alegre, v.20, n. esp., p.130-142, 1999.

LIMA, R. G. de. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 190-225, jul./dez, 2007.

LIMA, R. G. de.; WIZNIEWSKY, J. G.; MARTINS, S. R. Entre a tradição fumicultora e a emergência da agricultura sustentável: o caso da Ecovale. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

LIMA, R. G. de; WIZNIEWSKY, J. G.; MARTINS, S. R. Os Desafios da Sustentabilidade para o Desenvolvimento Rural da Região do vale do Rio Pardo, RS. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 613-650, set./dez. 2005.

MARSIGLIA, R., M.,G. **Orientações Básicas para a Pesquisa**.s.d Disponível em:< http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf>. Acesso em 08 nov. de 2009.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau, FURB. 1998.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. **Caderno Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.41-49, jan./abr. 2000.

MASCARENHAS, A. O. M. **CULTURA ORGANIZACIONAL E MUDANÇA CULTURAL**: a contribuição sahlinaiana e o caso Cedejor. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal>>. Acesso em: 03 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. **Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1619316242.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. **Censo: agricultura familiar produz mais em menor área**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22464>>. Acesso em: 07 jan. de 2010.

MENASCHE, R. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepção de risco na agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v.53, p. 25-36, 2004.

MENASCHE, R., MARQUES, C., ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, 21(Suplemento) p. 145 -158.jul/ago., 2008.

MIELGO, A. M. A.; GUZMÁN, S. E. El Discurso Ecotecnocrático da la Sostentabilidad. In: MARÍN, A. **Agricultura y Desarrollo Sostenible**. Madrid. Ministerio da Agricultura, Pesca y Alimentación., p.91-119 out. 2004.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): p.239-262, jul/set, 1993.

MINAYO, M.C.S.. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 269p, 1996.

MOSS, M. **A água no mundo**. 24/3/2008. Disponível em: <<http://360graus.terra.com.br/ecologia/default.asp?did=22694&action=geral>> . Acesso em: 16 dez 2009.

MUSSIO, D. **A Cultura do Fumo em Arvorezinha**. Trabalho de conclusão de curso de Especialização em História Regional, Departamento de História e Geografia da UNISC, Santa Cruz, 1996.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. SÃO PAULO, V.1, n. 3, 1996.

OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 05 out. 2007.

OLIVEIRA, J. M. C. A cultura do fumo na Bahia: refletindo sobre a Convenção-Quadro. **Bahia Agrícola**. V.7, n.2, abr. 2006.

OPAS/OMS. **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Brasília: 1996. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/livro2.pdf>> . Acesso em: 06 nov. 2008.

PELLEGRINI, A. **Sistemas de cultivo da cultura do fumo com ênfase às práticas de manejo e conservação do solo**. 2006. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/ RS, 2006.

PERONDI, M.A.; SCHNEIDER, S.; BONATO, A. A. **Proposta metodológica para avaliar a diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco**. Foreign Affairs in Mexico City, 17 to Affairs in Mexico City, 17 to 19 June 2008. 19 J Affairs in Mexico City, 17 to 19 June 2008.

PIRES, D. , X.; CALDAS, E. ,D.; RECENA, M. ,C. ,P. ,Uso de agrotóxicos e suicídios no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.598-605, 2005.

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira**. Santa Cruz. EDUNISC, 2005.

PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO. PGT. Audiência pública destaca atuação do MPT no combate ao trabalho infantil nas lavouras de fumo. Disponível em: < (<http://www.pgt.mpt.gov.br>) >. Acesso em: 28 de ago. 2009.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice v.5, p. 68-80, 1988.

RELATÓRIO DE BRUNDTLAND: **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, fgv, 1998.

RHEINHEIMER, D.S.; GONÇALVES, C.S.; PELLEGRINI, J.B.R. Impacto das atividades agropecuárias na qualidade da água. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria n. 27, p 85-96. 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 95 p, 2002.

SCHNEIDER, S. **Convenção-Quadro**: lei quer garantir cultivo do tabaco. GAZETA DO SUL RURAL, Quarta-feira, 24 de nov. de 2004, p.8.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. In: FROEHLICH, M. DIESEL, V. **Desenvolvimento Rural – Tendências e Debates Contemporâneos**. Ijuí. UNIJUI, 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste**. Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2004. Disponível em: http://www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3089.pdf. Acesso em 10 fev. 2009.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P. E. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

SEBRAE/CE. **Políticas Públicas.** Disponível em: <http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos_servicos/politicas_pub.php>. Acesso em: 19 out. 2007.

SEM, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Cia das letras, 2000.

SENADO FEDERAL. **Agenda 21 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições, 2001.

SEQUINATTO, L. **A Insustentabilidade do Uso do Solo Com Fumicultura em Terras Declivosas.** (Dissertação Mestrado em Ciência do Solo) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, 2007.

SILVA, J. et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, 2005.

SILVA, S. S.; FERREIRA, P. A. **A fumicultura no Brasil: um estudo exploratório sobre os impactos da Convenção-Quadro para o controle do tabaco e o posicionamento do Governo Federal.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_8720.pdf>. Acesso em: 22 dez 2008.

SILVEIRA, I. S. **OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE:** um olhar encantador. *Lato & Sensu*, Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, out, 2003.

SOUZA CRUZ. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/>. Acesso em 15 de out. 2009.

TRATADOS DAS ONG'S. Tratados das ong's aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Global- Eco 92 Rio de Janeiro: Fórum Internacional de ONG's e Movimentos Sociais, 1992.

SOGOCIO, M., P., S., C. **O Brasil Adverte:** Fumar é Prejudicial à Saúde: Análise do Processo de Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. 2008. Dissertação (mestrado em Relações Exteriores) - Instituto Rio Branco, Brasília 2008.

TROIAN, A. **USO DE AGROTÓXICOS**: um estudo sobre percepções de agricultores e agricultoras da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS). Trabalho de Conclusão de curso pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Encantado, 2006.

TROIAN, A., EICHLER, M., L. Somente os mais fracos ficam doentes: a utilização de agrotóxicos por agricultores de tabaco da Comunidade Cândido Brum, em Arvorezinha (RS). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté. v. 5, n. 3, p. 116-139, set-dez/2009.

UNIVERSAL LEAF TABACOS. Disponível em: <<http://www.universalcorp.com>>. Acesso em 15 de out. 2009.

VARGAS, M.A.; BONATO, A. **Cultivo do Tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1619316242.pdf>>. Acesso em: 05 jan. de 2010.

VEIGA, J. E. **Agricultura sustentável**. Entrevista. Agricultura Sustentável, Jaguariúna, p. 5-10, 1995.

VEIGA, J. E. da. **Diretrizes para uma política agrária**. Disponível na Internet: <<http://www.nead.br>> 19 set. 2007.

VEIGA, J. E. da. **O subsídio agrícola que interessa**: sentido histórico da opção pela agricultura familiar é incorporar família rural à classe média, 2003. Disponível em: <www.alainet.org>. Acesso em: 15 de maio de 2008.

VEIGA, J. E., FAVARETO, A., AZEVEDO, C.M.A., BITTENCOURT, G., VECCHIATTI, K., MAGALHÃES, R., JORGE, R. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD). 2001.

VILELA, D. *et al.* **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2002.

VOGT, P. O. Produtor integrado: um apêndice da exploração industrial. In: **Centro de Estudos Marxistas**. Os trabalhos e os dias ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo”. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.15, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n. 2/3, p.37-47, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WORLD WILDLIFE FUND (Fundo Mundial da Natureza). WWF. **Pegada Ecológica Global**. Disponível em: http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/pegada_ecologica/pegada_ecologica_global/. Acesso em: 15 jan. de 2010.

ZERO HORA. **Tabaco movimentada R\$ 15 bi**: Brasil é o segundo maior produtor do mundo. Jornal Zero Hora, publicado em 03 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.zerohora.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Economia&newsID=a2766678.xml>. Acesso em: 08 jan. de 2010.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivos da Gazeta do Sul. Disponível em: www.gazetadosul.com.br

Continental Tobaccos Alliance. Disponível em: <http://www.via6.com/perfil.php?mid=59297>

Souza Cruz. Disponível em: www.souzacruz.com.br

Universal Leaf Tabacos. Disponível em: www.universalcop.com

Imagem município de Arvorezinha. Disponível em: <http://wikimapia.org>

11. ANEXOS

11.1 ANEXO A - Roteiro de entrevista - agricultores

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Escolaridade:
- 4) Numero de membros da família:
- 5) Localidade:
- 6) Área (hectares):
- 7) Quantos mil pés de tabaco plantam?
- 8) Há quantos anos planta tabaco? Antes deste cultivo o que fazia (ou no que a família trabalhava)?
- 9) Por que planta tabaco?
- 10) Como é a relação com a fumageira?
- 11) E os **aspectos ambientais**
 - Agrotóxicos: utiliza? Onde? Destino das embalagens?
 - Solo: faz plantio direto?
 - Mata ciliar e/ou nativa: existe? Em que porcentagem? Acha importante?
 - Planta árvore? Para lenha, frutos ou nativa?
 - Recursos Hídricos: proteção de mananciais, mata ciliar, qualidade e quantidade.
 - Fauna Silvestre: que animais? Considera-os positivo ou negativamente?
 - Legislação Ambiental: como vê a legislação?
- 12) Como percebe a propriedade, considera ela sustentável?
- 13) O que é ser sustentável na tua visão?
- 14) Economicamente, encontram-se melhor ou pior do que há 5, 10 anos atrás?
- 15) Em relação a sua saúde (e da família), tem ou já teve algum problema relacionado aos agrotóxicos utilizados no plantio de fumo?
- 16) Utiliza alguma forma de financiamento (PRONAF)?
- 17) Participa de algum tipo de associação, cooperativa?
recebem apoio de algum órgão público (EMATER, por exemplo)? Em que consiste esse apoio/orientação? Como isso se dá frente à Convenção Quadro?

18) Sabendo da existência da Convenção Quadro, acredita ter uma alternativa para a produção de fumo? Por quê?

19) Existe algum interesse em diversificar a propriedade? Por que ainda não o fez?

11.2 ANEXO B - Roteiro de entrevista agentes rurais do município de Arvorezinha (Emater, prefeitura, fumageira e professor)

Nome:

Idade:

Escolaridade:

- 1) Quanto tempo exerce a profissão de técnico no município?
- 2) Desenvolve alguma **atividade com produtores** de fumo?
- 3) Em sua opinião como se deu a introdução do fumo no município de Arvorezinha?
- 4) Como **percebes** o cultivo do tabaco no município?
- 5) Como técnico acreditas que o **cultivo de tabaco é bom ou ruim** para o município? E para o agricultor?
- 6) Como relação aos **aspectos ambientais**, frente à sustentabilidade:
 - Agrotóxicos: o uso...
 - Solo: os cuidados...
 - Mata ciliar e/ou nativa: presença
 - Recursos Hídricos: existe proteção de mananciais, mata ciliar, qualidade e quantidade.
 - Fauna Silvestre: que animais? Considera-os positivo ou negativamente
- 7) Em relação à saúde, acreditas que pode ser afetada pela produção de fumo?
- 8) A prefeitura tem algum **programa/projeto** que vise à manutenção dos recursos naturais?
- 9) Acreditas que existe preocupação ambiental por parte dos agricultores? Por quê?
- 10)Em relação à Convenção Quadro, o que achas que pode acontecer com os produtores arvorezinhenses.
- 11)Que alternativas acreditas serem viáveis para Arvorezinha, em substituição a produção de tabaco?
- 12) Em sua opinião por que se deu a introdução do fumo em Arvorezinha e não na região da Serra, por exemplo?

11.3 ANEXO C - Roteiro de entrevista agente rural/MDA

- 1) Como o MDA percebe a produção de fumo (os agricultores, a economia, a questão da saúde, social)?
- 2) Em relação às medidas do Governo Federal - Convenção Quadro/ Ratificação do Tabaco, o que o MDA vem fazendo?
- 3) Existe algum projeto e programa que vise dar sustentação (apoio) aos agricultores na transição do fumo para outra atividade (alternativa)?
- 4) Em termos de Políticas Públicas Federais, quais as mais viáveis em sua opinião, para a substituição da Fumicultura?
- 5) Especificamente no RS, quais as políticas existentes em nível de governo?
- 6) O processo (Convenção Quadro) é irreversível?

11. 4 ANEXO D - Caderno de campo

Era fevereiro de 2009, exatamente dia dezessete, chego a Arvorezinha, Rio Grande do Sul, para iniciar minha pesquisa de mestrado em busca de informações relevantes para a construção do meu trabalho. Procurarei entrevistar “agentes rurais” do município. Pensei em entrevistar um técnico da prefeitura, da Emater, de uma fumageira, o articulador do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um professor local.

Para isso, após muita leitura e amadurecimento sobre a temática a ser trabalhada, inicio a busca de dados primários. O primeiro entrevistado foi o agente da Emater, atual vereador²² no município. A entrevista que havia sido marcada previamente por telefone, ocorreu no escritório da Emater durante o expediente de trabalho. Iniciamos a conversa por volta das nove e meia da manhã, estendendo até quase meio dia, devido às interferências do público, vindo solicitar ajuda ao técnico.

Iniciamos a conversa com o questionamento de o que faz e há quantos anos exerce a profissão de técnico agrícola pela Emater no município. Segundo o agente ele começou a trabalhar em Arvorezinha em abril de 1997. Suas atividades são basicamente aplicar as políticas do Estado e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Sinceramente gostei de ouvir esta palavra, parece que estava falando a minha língua, e na verdade estava, Emater igual Extensão e, eu mestranda na Extensão.

O agente rural que trabalha na Emater ressalta que busca trabalhar com coisas que considera importante, dentro da idéia de produzir hortigranjeiros, porém disse sentir falta de apoio dos representantes municipais. Disse ainda que ao chegar em Arvorezinha implantou a produção de horto, e da feira do produtor, mas os produtores enfrentaram uma época de preços baixos, pelo que entendi foi a lei da oferta e demanda, e muitos desistiram. Questionei se os produtos vinham dentro da idéia de produção mais limpa, agroecologica, e obtive não como resposta.

Questionei se ele atuava com produtores de tabaco, e ele me disse que com estes produtores a Emater se limita a desenvolver praticamente a parte de solos, análises, construção de terraços, plantio direto. Fica evidente que as esferas de

²² O entrevistado é vereador eleito nas eleições 2008 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ideologicamente busca atender os interesses dos agricultores em especial dos agricultores familiares.

poder não cruzam a Emater não interfere na produção de tabaco, que possui um gente (técnico) para isso.

Segundo o entrevistado a visão dos técnicos das fumageiras mudou muito a respeito dos cuidados com os solos, a partir do programa RS Rural²³ ocorrido na Comunidade Cândido Brum há alguns anos atrás.

O técnico ainda ressaltando sobre suas atividades, diz que em 2001 ele iniciou o trabalho de diversificação das propriedades rurais, enfatizando a produção de videiras. Levanta com orgulho que atualmente há vinte e sete hectares de videiras plantadas no município. Segundo ele esta produção é vendida *in natura* no mercado local. No processo de diversificação disse também introduzir *citrus* e a bovinocultura de leite, sendo o leite pelo que percebi, no sistema de integração com as cooperativas Cosuel²⁴ (Encantado) e Coagrisol²⁵ (Soledade).

Seguindo para o segundo tópico pergunto sobre a introdução do tabaco no município, por que e como se deu, em sua opinião. O agente rural da Emater deixa claro que acredita ser pela imigração, questão da colonização, ou seja, pela origem dos descendentes. Diz que **“aqui como em Santa Cruz, pequena propriedade...mas principalmente a colonização”** (agente rural da Emater). Parece-me que o entrevistado não tinha uma posição muito clara, estava confuso entre as pessoas (tipo de colonização) e as extensões, pelo fato de serem pequenas propriedades. O agente ressalta que a produção de tabaco funciona por meio do “pacotão²⁶”. Mas de qualquer forma fica evidente o pouco ou quase nulo envolvimento da Emater com os plantadores de tabaco.

Questiono a respeito de como ele vê e percebe o cultivo de tabaco. O entrevistado responde que economicamente é positivo e que existe muita dificuldade

²³O programa RS Rural e o monitoramento do Arroio Ferreira, através da microbacia de Cândido Brum, ocorreu durante os anos de 2001 a 2004 por intermédio da EMATER e das universidades UFRGS e UFSM. Sobre. A UFSM fez avaliação da fertilidade dos solos em vários sistemas de cultivo, e nas matas e traçou um comparativo da evolução da fertilidade sob os vários sistemas adotados no cultivo das plantas. A UFRGS instalou calhas nas lavouras para medir a perda de solo nos vários sistemas de cultivo e também acompanhou a evolução dos solos na área monitorada.

²⁴Cooperativa dos suinocultores de Encantado. Por meio da marca Dália produz leite e derivados, bem como carnes em diversos cortes (exportação) e alguns produtos processados (salames dentre outros).

²⁵Cooperativa agrícola de Soledade. Através da marca Coagrisol vende: Farinha de trigo, farinha de milho, arroz, feijão, rações e concentrados.

²⁶Uma das grandes transformações ocorridas na nossa agricultura, a partir dos anos 50, foi resultado da implantação da chamada Revolução Verde, cujo pacote tecnológico – pacotão- se montou a partir das sementes de variedades de alto rendimento e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançassem níveis crescentes de produtividade.

em substituí-lo. **“Porém o fumo não é alimento e prejudica a saúde das pessoas”** (agente rural/Emater). O entrevistado fala ainda que além disso os agricultores muitas vezes acabam deixando de produzir para o autoconsumo. Mas finaliza este tema dizendo que é muito difícil dizer, se posicionar se o tabaco é bom ou ruim. De fato isto é uma incógnita.

Questiono a respeito dos recursos naturais da sustentabilidade, e escuto que **“a região ainda está bem”** (agente rural/Emater). Disse existir áreas de preservação permanente²⁷. Mas que falta mata ciliar, existem muitos problemas com dejetos e agrotóxicos. Fala novamente que apesar destes, se comparado com outras regiões, Arvorezinha está bem. **“Há muitos pontos positivos frente à sustentabilidade”** (agente rural/Emater). Levanta que não vê grandes problemas com água, nem caso se troque a matriz produtiva, no caso o fumo. **“Acredito que a maior parte dos agricultores tem água comunitária e o restante de água superficiais, estas contaminadas”** (agente rural/Emater).

O agente da Emater com expressão de quem está pensando, fala, se analisado que sustentável é considerar os aspectos econômicos, sociais e ambientais....”**o fumo é cultura da morte”** (agente rural/Emater). Então dessa forma para o entrevistado o cultivo de tabaco é negativo, mas não somente pelo uso de agrotóxicos, por que segundo ele a batata, o pêssego, e os *citurs* também utilizam, mas sim pelo cigarro que é o fim da cadeia, que afeta a saúde das pessoas.

Em seguida questionei se a Emater, como instituição, executava algum programa específico que vise à manutenção dos recursos naturais, o entrevistado respondeu que os programas e projetos que eles vêm trabalhando, visam à conscientização ambiental nas escolas. Mas logo ressalta que este trabalho é feito por meio de uma ONG, Grupo Vida²⁸. Ficou claro que o entrevistado misturou as

²⁷ {...} No município há uma boa área territorial que está em APP, porém creio que nenhuma está registrada ainda. Estas APPs estão a beira de arroios, rios, banhados, e em áreas íngremes acima de 45º de inclinação. A área com mata está aumentando no município nos últimos anos, porém ainda há algumas pequenas derrubadas para implantação de lavouras temporárias ou de culturas permanentes (Técnico da Emater, 03/11/2009 via e-mail).

²⁸ Grupo Vida foi criado em 24 de novembro de 2003, com objetivo a preservação e a recuperação do meio ambiente. O grupo é constituído por técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, professores municipais e estaduais, secretários municipais da saúde e educação, além de outras pessoas voluntárias. O grupo nasceu depois de uma visita realizada por uma equipe em agosto de 2003, aos trabalhos desenvolvidos no município de Bom Princípio em educação ambiental. Também contribuíram muito para a formação do grupo O Iº Seminário Municipal sobre qualidade da água no meio rural realizado no dia 3 de setembro de 2003, onde participaram 141 pessoas entre agricultores, técnicos, professores e autoridades municipais. No seminário foram abordados temas relevantes sobre a situação das águas analisadas na microbacia do Cândido Brum monitorada pela UFRGS e

funções, ao questionar queria saber se o órgão de Extensão Rural, Emater, tinha algum programa que mirasse a sustentabilidade e pelo que entendi como ele faz parte da Emater e do Grupo Vida, respondeu como se fosse ele. Ainda sobre isso, o agente falou que o Grupo realiza reuniões, trabalha a preservação da mata, qualidade da água, faz distribuição de mudas de árvores, dentre outros. Basicamente consiste em capacitação para professores e estes em seguida repassam para os alunos.

Coleta Seletiva do Lixo Coleta Seletiva do Lixo Coleta Seletiva do Lixo

LEMBRE-SE QUE LIXO MAL DESTINADO PODE:

Poluir a água que bebemos, matar os peixes, aumentar a proliferação de insetos e ratos, trazer problemas de saúde.

SE VOCÊ PENSA QUE QUEIMAR RESÍDUOS EM LOCAL ABERTO É A SOLUÇÃO, ESTÁ MUITO ENGANADO!

A fumaça gerada pela queima do lixo produz gases tóxicos que vão poluir nossa atmosfera, contribuindo, ainda mais, no aumento do buraco da camada de ozônio, a qual filtra a passagem dos raios ultravioletas. Como sabemos, os raios ultravioletas são responsáveis pelo câncer de pele.

MATERIAL	TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO
Papel	2 a 4 semanas
Tecido de Algodão	1 a 5 Meses
Tecido de Lã	1 ano
Cigarro	1 ano
Chiclete	5 anos
Madeira	13 anos
Embalagens de Salgadinho	Mais de 100 anos
Plásticos	450 anos
Fralda Descartável	Indeterminado
Vidro	1 Milhão de anos
Pneu	Indeterminado

Algumas Sugestões:

Vamos fazer como os nossos avós?

- Aproveitar as coisas o máximo possível.
- Comprar só o que precisamos.
- Dar ou vender as coisas que não queremos mais.
- Reaproveitar as coisas com criatividade.
- Evitar os produtos descartáveis com muitas embalagens.
- Quando for ao supermercado, levar a própria sacola/cesta.

Promoção:

Grupo Vida
Cia da Natureza
Cuidando do Meio-Ambiente Preservando a Vida!

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREZINHA
Administração 2005/2008
"Nossa Gente, Nosso Orgulho!"
Secretarias:
Agricultura, Ecologia e Meio Ambiente,
Obras, Educação, Saúde e Assistência Social,
Turismo e Cultura.

Apoio:

EMATER/RS
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

ACISAR / CDL

Arvorezinha está preocupada com o Meio Ambiente e precisa de sua Participação... Você pode ajudar!

Separe o lixo Corretamente.

Eu Faço a Minha Parte. Faça a Sua!

Com o Lixo Orgânico Você pode fazer Compostagem. Veja como fazer seu adubo orgânico:

Para formar o composto orgânico (adubo), ponha em um buraco ou amontoe sobre o solo ou, ainda, construa um canteiro de tijolos ou tábuas.

O que pode ser compostado e transformado em adubo?

- Sobras da cozinha, cascas de frutas, restos de verduras, restos de alimentos, erva-mate usada, cascas de ovos, cinza de fogão e lenços de papel usados.
- Folhas, flores, ramos, grama cortada, etc.
- Todo os tipos de esterco de gado, porco, galinha, codornas, coelhos, pássaros, etc.

Toda vez que depositar o material orgânico no local da compostagem, acrescente cinza, terra ou palhas sobre o amontoado para não atrair moscas e insetos, nem causar mau cheiro.

Após 3 a 4 meses, o composto (adubo orgânico) estará pronto para ser usado na horta ou no jardim...

Deus nos deu a natureza perfeita. Cabe a nós preservá-la da melhor maneira possível!

Figura 13 - Folder da campanha do Grupo Vida sobre a Coleta Seletiva do Lixo.
Fonte: Material distribuído durante o período da campanha, cedido por representantes do Grupo Vida.

Perguntei se ele acreditava que existia alguma preocupação por parte dos agricultores frente aos recursos naturais, sua manutenção. O entrevistado disse acreditar que não há preocupação ambiental, o lado econômico é o que prevalece. **“Não há preocupação, são inimigos dos órgãos ambientais”** (agente rural/Emater). Segundo o agente, os agricultores têm a FEPAM, IBAMA e a

UFSM, onde as análises de água apontaram grande contaminação por coliformes e venenos, e os principais problemas existentes no município. Dentre as ações desenvolvidas pelo grupo, cita-se: O trabalho de educação ambiental com a realização de capacitação de professores em 5 módulos sobre os temas, água, flora, resíduos, fauna e assentamentos humanos, no ano de 2004. Atualmente o grupo anda desestimulado e não está desenvolvendo nenhuma ação de educação ambiental.

legislação ambiental como empecilhos. Mas, **“não só os moradores rurais, os urbanos também não se preocupam com o meio ambiente”** (agente rural/Emater).

Ao se tratar da Convenção Quadro de Controle do Tabaco, foi questionado ao agente, o que ele acha que pode ocorrer com os fumicultores de Arvorezinha. Em sua visão, deve-se trabalhar pela diversificação. **“Acredito haver um grande êxodo rural muito grande”** (agente rural/Emater). Disse que os empecilhos são: mercado, capacitação e principalmente recursos financeiros para investimentos, além, é claro, do “querer e saber fazer” dos produtores.

Ao questioná-lo sobre alternativas ao cultivo do tabaco, o agente levanta a fruticultura, o leite, avicultura e olericultura, para abastecimento local, além do basalto e agroindústrias. Mas me parece um tanto superficial, e que seu interesse como profissional se restringe à fruticultura. O agente rural levanta como entrave para a diversificação o pacote pronto que a fumageira fornece, com venda garantida da produção além da tradição local em produzir tabaco. **“Sabe plantar e sabe que vende”** (agente rural/Emater). Fala que ao agricultor **“falta criatividade e iniciativa”** (agente rural/Emater).

Dessa forma finalizo a entrevista, visto que o horário já estava avançado, além do fato do agente mostrar-se acessível para futuros questionamentos, caso fosse necessário. Fica desta entrevista o fato do agente rural da Emater trabalhar dentro das propostas da instituição, ter a fruticultura como alvo para a diversificação (substituição do tabaco) e o fato de não interferir em propriedades que possuem orientação das fumageiras.

Neste mesmo dia (17/02/09), no turno da tarde após um banho de chuva fui até a prefeitura de Arvorezinha para conversar, na verdade para ver a possibilidade de marcar uma entrevista com o agente rural que presta assistência pela prefeitura.

Ao chegar à secretária da agricultura, fui recebida pelo próprio agente. Apresentei-me e falei do meu trabalho, questionei a possibilidade de marcarmos uma entrevista, e em seguida ele pediu para que deixasse o questionário com ele e que passasse outra hora para pegar. Então, expliquei que a metodologia utilizada não era com questionários e sim com um roteiro pré-elaborado e que a observação participante fazia parte do método. Entre uma ida e vinda da sala do secretário da agricultura ele pergunta se pode ser na manhã seguinte. Quando respondo que sim, ele muda de idéia e diz para fazermos neste momento.

Início pedindo para que fale de sua profissão, do tempo em que trabalha neste cargo. O agente rural da prefeitura começa dizendo que é técnico agrícola e possui curso superior na área da administração. Diz ser concursado da prefeitura, e que começou a trabalhar em 1995. Sua principal função é a Assistência Técnica e Extensão Rural. O entrevistado diz que basicamente trabalha com a inspeção sanitária e mais alguns afazeres internos na prefeitura. Quando questionado se exerce alguma atividade, ou se possui alguma relação com plantadores de tabaco, o agente rural da prefeitura responde: **“Como técnico da prefeitura não atendo produtores de fumo”** (agente rural/prefeitura). Ele acrescenta que com este público sua função limita-se na interpretação das análises de solos, bem como no plantio direto. Questiono quanto ao fato de produtores que gostariam de diversificar, ou até deixar a atividade fumícola, o entrevistado respondeu-me com pouca ênfase que estes o procuram para saber algo sobre a nova atividade.

Ao ser questionado sobre como percebe o cultivo do tabaco no município, o agente diz que para a pequena propriedade o tabaco tem grande importância, exemplifica que se as comunidades Cândido Brum, Bugre e Lajeado Ferreira, não viveriam sem a produção de tabaco. Nas suas palavras **“são altamente dependentes do fumo”** (agente rural/prefeitura). Acrescenta dizendo que para pequenas propriedades, como terreno acidentado, com os solos que o município apresenta, além da assistência técnica da fumageira há a compra garantida. Diz claramente que o tabaco em sua visão é positivo e propício para o município, ressaltando que é um produto que sai com nota fiscal.

Já quando questionei a sustentabilidade da produção tabaco e se esta é boa ou ruim para o produtor, ele responde comparando o cultivo com outras atividades, principalmente pelo fato de todas usarem bastante agrotóxicos. Ele relaciona a mão-de-obra com o uso de agrotóxicos **“Não existe produzir sem agrotóxicos”**. **“As famílias estão menores e os agrotóxicos ajudam”** (agente rural/prefeitura). O que percebi é que o comentário dele fica muito próximo do agente da Emater.

Menciona que para o município a produção de tabaco é positiva, é um produto que sai com nota fiscal resultando em renda para o município. Ressalta, ainda, que o tabaco no município de Arvorezinha está entre as três atividades mais rentáveis, juntamente com a produção/criação de frangos e suínos. Neste momento fica evidente a preocupação com o ICM que circula com a produção do tabaco, não

se vê em nenhum momento a preocupação com a meio ambiente, recursos naturais ou até mesmo com o produtor (social).

O entrevistado levanta que os produtores que possuem condições, estes devem diversificar, segundo ele, principalmente com frango e suínos, evidenciando aí a preocupação com o imposto e a preferência por atividades integradas. Será por darem menos “trabalho” aos técnicos da prefeitura?

Questiono sobre a sustentabilidade da atividade, e como ele vê o município neste aspecto. O agente rural da prefeitura responde que comparando o “nosso” município com os da região de Encosta, por exemplo, ele se encontra bem, possui muita área verde. Neste momento aponta para os arredores e, como a sala é cheia de vidraças, mostra vegetação e pinheiros. Faz uma expressão e diz “**no geral se tem problemas**” (agente rural/prefeitura). Fala também que “**hoje se está mais conscientes do que antigamente**” (agente rural/prefeitura).

O agente da prefeitura diz conhecer muitos agricultores que deixaram a atividade pelo uso de venenos. “**O mundo todo está contra o fumo**” (agente rural/prefeitura). Pergunto se a prefeitura tem algum programa ou projeto que vise à manutenção dos recursos naturais, e o entrevistado diz que quem realiza este trabalho é o Grupo Vida. Estes fazem “algo” nas escolas, realizaram a coleta seletiva do lixo. Mais uma vez se evidencia que se misturam as funções. A prefeitura não realiza nada neste sentido, mas o entrevistado ressalta que o tal grupo faz.

Questiono sua opinião a respeito da preocupação dos agricultores com o meio ambiente, se ele acredita haver ou não. Segundo ele, no geral, os agricultores possuem, ou seja, se preocupam com a manutenção dos recursos naturais, em especial dos pinheiros, mas isso, em função da legislação ambiental. Será que os agricultores estão conscientes em preservar ou tem medo da multa?

Referente à Convenção Quadro e a ratificação do cultivo do tabaco, diz claramente que para Arvorezinha e para os produtores isso seria ruim. Pois segundo ele a cadeia já está formada. Parece que está preocupado com as pessoas, fala do número de empregos, plantadores, funcionários. “**Isso será uma tragédia**” (agente rural/prefeitura). Acrescenta que as propriedades podem vier a serem prejudicadas com a CQCT. Mas, fala também que as propriedades que cultivam somente o tabaco são propriedades mais pobres. Isso evidência a importância da diversificação e com isso a redução na dependência com a fumageira.

Pergunto a respeito de alternativas, quais ou o que acredita que seria viável para os agricultores de Arvorezinha a partir da ratificação do cultivo do tabaco. Pensa e em seguida e com ênfase responde milho, feijão, talvez à fruticultura, principalmente a uva. Questiono o porquê, e responde-me dizendo que pela demanda de consumo, pela disponibilidade e adaptabilidade dos cultivos, mas reforçando que **“embora a vocação dos agricultores seja o fumo”** (agente rural/prefeitura).

Finalizando questiono sua opinião sobre a introdução do tabaco em Arvorezinha. Em seguida ele fala que pelas características da produção do tabaco, **“aqui se produz o que as fumageiras querem”** (agente rural/prefeitura). Ou seja, pelos interesses das multinacionais, além do rendimento financeiro, vocação regional e cultural dos agricultores. Diz ainda: **“o fumo já foi muito mais rentável, hoje se o produtor tiver que pagar lenha e mão de obra, fica complicado”** (agente rural/prefeitura).

Encerro esta entrevista com algumas dúvidas, mas isso deve ser normal. Estou pensando na posição do técnico, ele acredita que o tabaco é positivo pelas entradas que proporciona ao município e ao mesmo tempo critica os agricultores que não são diversificados. Já, quanto a diversificar para ele restringe-se a criação de aves e suínos e talvez fruticultura, mas isso, envolve altos investimentos, além de continuar numa submissão com uma integradora.

Ao finalizar, agradeço pelas informações e pela disponibilidade de tempo dedicado a minha pesquisa, o entrevistado diz que está à disposição.

Dando continuidade ao que havia planejado que era entrevistar o agente da prefeitura, da Emater, de uma fumageira, um professor e ainda um agente rural ligado ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Hoje, dia dezoito de fevereiro, quarta-feira nublada e quente, no turno da manhã, depois de previamente marcada, vou até a casa do agente rural do MDA, candidato a prefeito²⁹ de Arvorezinha nas últimas eleições, para uma entrevista. Os tópicos abordados são os mesmos das entrevistas anteriores.

Iniciei a conversa perguntando para que ele falasse um pouco de si da sua atuação, carreira, algo para me situar. O agente diz ser natural da Linha Torres Gonçalves, interior deste município e que em 1975 saiu do meio rural e foi estudar

²⁹ O entrevistado concorreu ao cargo de prefeito no município pelo PT nas eleições 2008. Ideologicamente busca trabalhar com a diversificação das propriedades rurais.

como seminarista em Porto Alegre, fez dois cursos técnicos passou num concurso da Petrobrás, onde acabou trabalhando até se aposentar.

Segundo ele, sempre sonhou em voltar a residir em Arvorezinha e de alguma forma contribuir para a agricultura, pois esta é sua origem. Disse que vinha para Arvorezinha freqüentemente, pois possuía uma propriedade rural onde desenvolvia a apicultura que foi aprimorada a partir de sua moradia no município.

Ao se aposentar voltou a morar em Arvorezinha, onde atuou por três anos no cargo de secretário da agricultura, incentivando a diversificação, segundo ele, principalmente nas pequenas propriedades, por meio da fruticultura com o objetivo de substituir o tabaco. Em sua visão existe no município muito incentivo ao frango e suíno. As atividades que são fomentadas para substituir a plantação de tabaco restringem os agricultores, pois nem todos têm condições de investir nessas atividades. **“Onde poucos agricultores têm acesso pelo custo de produção”** (agente rural/MDA). Tratando de plantadores de tabaco, **“o agricultor se torna um empregado sem direitos trabalhistas”** (agente rural/MDA). Para ele, a saída é investir nos agricultores que mais necessitam de incentivo. **“Deve-se investir nos pequenos agricultores, qualificando-os por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural”** (agente rural/MDA).

Em sua visão a fruticultura é muito positiva para o município, pelas características climáticas, bem como vê no gado leiteiro, agroindústrias e também no mirtilo, saídas para agricultores que queiram diversificar suas propriedades.

Questiono sua opinião a respeito da introdução do tabaco no município, como este se deu. Responde-me dizendo: **“foi um mal necessário”** (agente rural/MDA). Acredita que a assistência técnica e venda garantida é que o mantém até os dias atuais. Acrescenta que esse não é mais um cultivo rentável e ainda apresenta problemas ambientais e para a saúde humana.

Como secretário da agricultura ecologia e meio ambiente³⁰, disse ter implantado na área urbana a coleta seletiva do lixo, **“não está 100 % mas funciona bem, pela participação da sociedade, envolvendo ONG, professores”** (agente rural/MDA). Isto evidencia o *empoderamento* da sociedade civil organizada e dessa forma, quando o ator sente-se parte do processo as ações funcionam. Já no meio rural, tem e como secretário teve a preocupação com o uso indiscriminado de

³⁰ Durante os anos de 2005 a 2007 na coligação partidária: Partido Democrático Trabalhista (PDT) e PT.

agrotóxicos, o famoso pacote tecnológico fornecido pelas fumageiras. Deixa clara sua preocupação com a saúde de agricultor, assim como com a do consumidor do cigarro.

Questiono a respeito do meio ambiente e da preocupação dos agricultores, responde-me que **“nem todos tem consciência da importância da mata ciliar”** (agente rural/MDA). Como se a mata ciliar fosse o único problema. Ressalta que, por alguns poucos pés de tabaco, o agricultor acaba plantando até a beira dos rios e não deixa a área necessária. Diz, ainda, acreditar que a água não seja problema no meio urbano, segundo ele a maior parte das pessoas possui água de qualidade a baixo custo. Enquanto no meio rural há sérios problemas com a qualidade da água, na maioria são fontes desprotegidas. Acrescenta que aí deve haver a intervenção do poder público. E isso seria responsabilidade da prefeitura, Emater?

O entrevistado disse acreditar que poucos agricultores se preocupam com o meio ambiente, **“eles ainda não se deram conta”** (agente rural/MDA). Acrescenta mais uma vez que para que isso ocorra os órgãos públicos devem interferir e que não tem visto isso no município.

Questiono a respeito da Convenção Quadro. Ele me diz que a partir do acordo, mais cedo ou mais tarde isso deve ocorrer, mas que para isso se deve dar alternativas. **“Não basta mandar parar e sim mostrar caminhos”** (agente rural/MDA). O agente rural do MDA acrescenta que os produtores que hoje se apresentam diversificados ou até os que deixaram o tabaco viram (perceberam) que dá para viver bem sem a produção de tabaco.

Finalizo perguntando sua opinião a respeito de possíveis alternativas, ele como havia falando anteriormente reforça a fruticultura, leite, hortaliças, agroindústria.

Sem mais tempo, pois a estas alturas já passa das onze horas da manhã agradeço e despeço-me dizendo que mais tarde, em outra ocasião, tinha o interesse de entrevistá-lo para saber algo mais específico da sua nova função que é de articulador do MDA em doze municípios da região.

Hoje dia vinte e um de fevereiro, sábado ensolarado, mas quente a ponto de dar umas pancadas de chuva, desloco-me até à residência de um técnico de fumageira, este que é vizinho dos meus familiares na Linha Pinhal Queimado, para concluir parte dos objetivos que possuo. O agente rural da fumageira atua no

município de Arvorezinha, por isso a entrevista com ele. Da mesma forma como venho procedendo, segui o roteiro pré-elaborado.

Como havia feito nas entrevistas anteriores, comecei pedindo para que falasse de si, sua profissão, que atividades desenvolve, quanto tempo exerce esta função, etc. O agente rural da fumageira, disse ser instrutor desde 1987 ou 88 não sabe ao certo, contou que foi por acaso, que não é técnico agrícola, mas como naquela época a fumageira tinha que abrir uma praça (nas palavras dele), com cinqüenta produtores e então o procuraram. Mas que no início era complicado. **“Era tudo novidade, não tinha experiência”** (agente rural/fumageira).

Como atividades desenvolvidas, o agente diz fazer o planejamento da safra, registro do produtor, prestar assistência técnica, além de orientações, como: fumo limpo, responsabilidade social, tríplice lavagem. Perguntei se os agricultores questionavam algo extra á produção de tabaco, o entrevistado respondeu que às vezes e que desde que não fosse nada muito específico ele fornecia orientação.

Quando questionado sobre sua percepção sobre o como se deu a introdução do tabaco no município, o agente rural conta que no início eram poucos produtores, o tabaco iniciou com lavouras experimentais, e a partir dos resultados a Souza Cruz iniciou investimentos.

Pergunto como vê a produção de tabaco no município, se de forma positiva ou negativa, em seguida o técnico responde: **“eu acho que o fumo hoje no município é muito positivo pela renda por área”** (agente rural/fumageira). Ele compara a atividade com a soja, milho, feijão, ou seja, com atividades em que o ganho se dá por escala.

Seguindo a entrevista o agente fala que atualmente a produção de tabaco está melhor do que há cinco, dez anos atrás. Pela redução de agrotóxicos, os agricultores estão respeitando os limites da mata ciliar (neste momento percebo uma contradição entre sua fala e a do agente do MDA). Os solos têm plantio direto e com muita palhada. O entrevistado reforça **“hoje acredito que usam menos agrotóxicos”** (agente rural/fumageira). Justificando sua fala, diz que ressalta isso em função dos pedidos realizados para as fumageiras. Fala ainda o quanto de positivo é o plantio direto, este que além dos cuidados do solo, reduz a mão-de-obra.

Quando pergunto quanto à saúde, sua expressão facial se enrigidece e fica com ar de espanto, chega a gaguejar, mas diz que a saúde do produtor não é muito pior quando comparada com o plantador de pêssego, batata, etc. Este discurso é o

mesmo utilizado por todos os meus entrevistados supracitados. Mas, segundo ele, a saúde do fumante é outra coisa, isto é dado, **“todo o fumante tem sérios problemas”** (agente rural/fumageira). Ele até menciona que foi fumante por muitos anos que quando adoeceu parou de fumar. Mas fala também que muitas pessoas adoecem, chegam até a morrer de câncer no pulmão sem nunca sequer terem fumado.

Pergunto para ele se em suas visitas e contato com os agricultores, percebe a preocupação destes com o meio natural (ambiente). O técnico responde que poucos se preocupam, e os que se preocupam preocupam-se pouco. A maior preocupação, segundo ele é economicamente.

Falo da Convenção Quadro e do fato do governo ter assinado a ratificação, o entrevistado acrescenta que não acredita que isso possa vir a ocorrer, acha vinte anos pouco tempo, mas caso ocorra haverá uma crise financeira muito forte. Fala que antes de haver a ratificação o governo deve incentivar a produção de outros cultivos. **“Antes de erradicar o fumo devia incentivar uma cultura nova”** (agente rural/fumageira).

Ainda sobre este assunto o agente diz que a questão é mercado, acho que quis se referir ao fato do tabaco ter venda garantida, ou seja, uma cadeia pronta, enquanto que uma outra atividade a venda não está tão certa, pelo menos por enquanto. Diz ainda que ao nível da pequena propriedade não vê outra alternativa a não ser o cultivo do tabaco. **“Plantar fumo é muito fácil pelo pacote e ainda inclui a ATER”** (agente rural/fumageira).

Antes de finalizar a entrevista questiono sobre possíveis alternativas para o cultivo de tabaco, o entrevistado responde-me que acredita em várias possibilidades destacando: aviários, chiqueiros, gado leiteiro e erva-mate. Mas, ele mesmo questiona quanto ao custo de implementação e mercado para efetuar a venda.

Finalizo a entrevista. Chama-me a atenção às falas que estão se repetindo quanto ao fato de outras atividades também utilizarem agrotóxicos e as alternativas estão sendo uniformes. Parece que as pessoas vêm pensando, desenvolvendo a mesma idéia, ou seria um discurso pronto e vendido?

Para fechar a primeira parte proposta busquei entrevistar uma professora que atuasse no município, de preferência que tivesse contato com alunos plantadores ou filhos de plantadores de fumo, foi quando pensei em visitar a Escola Estadual de Primeiro Grau Mathilde Gehlen, que se situa no interior de Arvorezinha, na Linha

Pinhal Queimado. Ao chegar lá no dia dezenove de fevereiro, fui recebida por duas professoras, as quais foram minhas professoras no primeiro grau.

Conversamos por alguns instantes, quando uma das professoras falou que havia feito especialização em História Regional pela UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), realizando sua pesquisa com produtores de tabaco no município de Arvorezinha. Achei isso o máximo, e marcamos a entrevista para dia vinte três no turno da manhã.

Chegado o dia vinte e três, com o tempo se preparando para chover, me dirijo-me até a escola, onde havíamos previamente marcado a entrevista. A professora estava a me esperar, antes de iniciarmos a entrevista ela me falou da sua monografia e de um livro da Virgínia Etges³¹, que ela acabou me emprestando.

Como vinha fazendo nas entrevistas anteriores, pedi para que ela me falasse de sua profissão e há quanto tempo atuava, enfim estas coisas. A agente rural começa dizendo que é formada em história e especialista em história regional, que trabalha desde 1988, nesta época no município de Ilópolis. No ano de 1990 passa a direção de uma escola na Linha Quarta, interior de Arvorezinha e em 1993 veio para a Escola Estadual de Primeiro Grau Mathilde Gehlen, onde trabalha até hoje.

Segundo a agente a relação que possui com produtores de tabaco é na escola, esta se dá com os alunos que na grande maioria são filhos de plantadores. Questiono sua percepção sobre o tabaco no município, ela me responde que por se tratar de uma região com pequenas propriedades, pouca área de terra e os produtores acabam sendo obrigados a plantá-lo. Em sua opinião o tabaco é “**bem contraditório**” (agente rural/professora) pela questão ambiental, muito agrotóxico, sem falar nos fumantes. Ela ressalta o descaso dos agricultores que na maior parte não utilizam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Mas balança a cabeça e acrescenta “**mas garante a curto prazo**” (agente rural/professora). Após refletir e perceber que é aquela história faz mal, mas garante o pão nosso de cada dia.

Pergunto se ela acredita que os fumicultores preocupam-se com a manutenção da água, solos, mata ciliar, dentre outros cuidados. Ela imediatamente responde que não há cuidados, após pensar diz que por possuírem pouca terra e aproveitá-la aos extremos. Além de falar que não se pode generalizar, mas em geral a preocupação maior é no lado econômico “**a necessidade financeira é mais forte**”

³¹ Virginia Etges é professora de Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Trabalha com temas relacionados com o cultivo do tabaco, bem como escreveu alguns livros sobre esta temática.

(agente rural/professora). E levanta também o fato de já se perceber problema na água. **“Já está faltando água em Arvorezinha”** (agente rural/professora).

Pergunto se na escola eles (professores) fazem algo para evidenciar os problemas ambientais, algum programa ou projeto, Professora disse que procuram trabalhar com a educação ambiental, orientam em sala de aula, principalmente a segurança pessoal e ambiental. Segurança pessoal pelo que entendi no sentido de se proteger ao aplicar agrotóxicos. Também procuram trabalhar, falar e discutir novas alternativas e até a diversificação e o fato de separar e reduzir o lixo.

Neste instante pergunto que alternativas que ela vê como possíveis para a substituição do tabaco, sem saber o que responder ela com ar de espanto e sem palavras diz: **“deve surgir novas alternativas ou virarão todos agregados”** (agente rural/professora). Acrescenta que é tudo muito incerto, e que não saberia o que opinar, **“pois em vinte anos...”** (agente rural/professora).

Falamos sobre os alunos, uma vez que a agricultura familiar depende da manutenção dos jovens no campo, perguntei como agiam e pensavam os jovens alunos da escola. Com muita tristeza e ar de impotência responde que os jovens não querem nada com nada, não pensam em estudar, em trabalhar, só querem namorar, sair e ter coisas bonitas e caras. Isso, de fato, é preocupante, e compromete o futuro da agricultura familiar. Com este polêmico assunto encerro minha entrevista e vou-me embora, abaixo de temporal, com uma monografia e um livro emprestado.

Dando inicio as entrevistas propriamente dita, ou seja, com os agricultores, desloco-me de Santa Maria à Arvorezinha, hoje dia 15 de março domingo triste e vazio.

Após uma noite de sono nos ares de Arvorezinha, hoje dia 16 de março dia frio e indeciso, não sabe se chove ou faz sol, inicio a segunda etapa da minha pesquisa de campo.

A partir do conhecimento prévio que possuo, desloco-me até a casa de uma família plantadora de tabaco, residente na Linha Pinhal Queimado. Por serem uma família que cultiva somente tabaco e entrar na classificação que faço no presente estudo, que é entrevistar agricultores plantadores de tabaco, agricultores diversificados, com tabaco e outra atividade e ainda entrevistar ex-plantadores de tabaco.

A propriedade da família 01 localiza-se a aproximadamente três quilômetros do centro do município. Na entrevista, além do pai que possui 54 anos e estudou até

a 5ª série, estavam presentes, seu filho de 31 anos, e segundo grau completo. Ele saiu de casa há dois anos para trabalhar numa churrascaria no estado do Acre, a filha de 26 anos com segundo grau completo, e o marido de 27 anos e com primeiro grau completo além de sua esposa, de 49 anos que estudou até a 8ª série.

O fato de haver tantas pessoas em casa, juntas, talvez tenha dificultado um pouco a entrevista, juntamente com o fato de esta ter sido a primeira.

Após falar um pouco do meu trabalho e da intenção da visita, iniciei perguntando há quanto tempo iniciaram a produção de tabaco na propriedade e a idade e escolaridade dos moradores.

Obtive como resposta que sempre plantaram tabaco, mas que na atual propriedade já fazem há aproximadamente 28 anos. A propriedade possui 98.600 metros e nela trabalham as duas famílias, embora residindo em casas separadas. Atualmente plantam 75 mil pés de tabaco no sistema de integração. Segundo os entrevistados, além do tabaco é produzido somente milho, para o consumo familiar. Pelo que percebi na caminhada pela propriedade, esta não possui nem horta para a produção de legumes e verduras para o próprio consumo.



Figura 14- Foto de uma propriedade evidenciando o final da colheita do tabaco

Fonte: pesquisa de campo-Linha Pinhal Queimado (15/03/09) ³².

Segundo a família entrevistada não existe interesse em diversificar a propriedade e que se sentem satisfeitos com a renda obtida com a produção de tabaco. Quando questiono o porquê de cultivarem tabaco, a filha responde: **“pequena propriedade e pela renda”** (família 01/ filha). Segundo eles, produzem em média 800 arrobas³³ de tabaco por safra e isso dá um retorno financeiro de aproximadamente R\$ 80.000,00 menos uns R\$ 12.000,00 que é custo dos insumos com a integradora. Ressaltam, também, que deve se adicionar ao custo à lenha, a luz, o combustível, além é claro, da mão de obra.

Nesse momento parece-me contraditório, pois dizem estarem felizes com a rentabilidade que a atividade proporciona, de não possuírem interesse algum em diversificar e ao mesmo tempo o filho solteiro sai de casa (do rural, da atividade) para trabalhar fora, pela renda e pela curiosidade em conhecer novos lugares.

Continuo questionando qual é a relação que eles possuem com a fumageira, imediatamente um dos membros da família diz: **“pequenos”** (família 01/genro). Mas em consenso dizem que possuem uma boa relação, **“na verdade pressionado”** (família 01/genro). Eu percebi um conflito que não está claro nem para eles. Parece-me que ao mesmo tempo em que não possuem problemas como a integradora sentem-se sem poderes de escolha.

Questiono a respeito dos recursos naturais, do uso de agrotóxicos, dentre outros, disseram fazer uso dos agrotóxicos vindos no pacote da integradora, mas que realizam a tríplice lavagem e devolvem as embalagens. Dizem que nos produtos plantados para a alimentação não é utilizado agrotóxico, pergunto por quê? Respondem que por não sentirem necessidade e por ser para comer.

Quanto aos cuidados com o solo, dizem fazer plantio direto há aproximadamente dois anos, e que antes faziam cultivo mínimo. Perguntei se decidiram mudar a forma de plantar por influencia de alguém, talvez do técnico da fumageira. Dizem-me que não, que foi por conta própria, estavam sentindo os efeitos da erosão e decidiram mudar e que os efeitos positivos já foram percebidos. Dizem que na propriedade existe mata nativa, mas que não estão protegendo-a. Neste instante surge um conflito na família. A filha diz que não cuidam, derrubam e fazem lenha com a mata nativa, os demais membros da família dizem que cuidam.

³² A foto é da propriedade pesquisada. A escolha pela imagem deu-se em função dela representar o cultivo do tabaco. Ao fundo o mato e os pinheiros típicos do município.

³³ Uma arroba equivale a 15 kg.

“Ah, protege! Estamos derrubando tudo...” (família 01/ filha). Embora o genro mencione acreditar ser importante preservar a natureza.

Questiono se plantam alguma espécie de árvore, se é para frutos, nativa, o entrevistado diz que plantam eucalipto para lenha, e esta será utilizada para a secagem do tabaco.

A água utilizada na propriedade é de fonte, segundo eles protegida por árvores, mas dizem que nunca foi feita uma análise para saber da sua potabilidade, mas que ela encontra-se em quantidade suficiente. Já nos cultivos os problemas com água são os mesmos apresentados no estado, anos chuvosos e anos secos, coisas da sazonalidade.

Pergunto se existe algum animal silvestre na propriedade, dizem haver veados, lebres e araras. Pergunto o que acham disso. **“A não ser as lebres que comeram o feijão...”** (família 01/genro).

Com relação à propriedade, considera-a sustentável. **“Economicamente ela se sustenta”** (família 01/genro). Acrescenta ainda que a propriedade só tem a melhorar, questiono de que forma e me diz que corrigindo o solo e por meio do reflorestamento.

Questiono sobre o que acham da legislação ambiental, e dos órgãos como FEPAN, IBAMA. Imediatamente o genro diz: **“são fracos”** (família 01/genro), a filha em seguida acrescenta **“sorte a nossa!”** (família 01/ filha). Fica evidente que eles têm receio dos órgãos, criticam, mas ao mesmo tempo sentem-se aliviados por isso, se não, poderiam ser autuados, também. Argumentando, a família acrescenta que a legislação e os órgãos de defesa do meio ambiente são vistos negativamente por que não multam os grandes produtores. **“Eles vão nos pequenos e não nos grandes”** (família 01/genro). Pergunto para o genro, o que no momento é quem está participando mais ativamente da entrevista, o que para ele é sustentável, como e porque considera uma propriedade sustentável. **“Eu entendo que além de se sustentar à gente produz para outras famílias”** (família 01/genro). Mas tratando se do tabaco, isso é bom? É sustentável produzir cigarro? Não sei se ficou dúvida, mas para mim tive duas idéias da opinião do entrevistado. Primeiro, a terra, ou seja, a propriedade é sustentável, mesmo que economicamente, mas já a atividade nem tanto, pois afinal não se planta alimento, na verdade se planta algo que até causa morte.

Questiono, numa relação temporal, se acredita se encontrar melhor ou pior economicamente do que a cinco, dez anos atrás. Pensam se olham e dizem que sim que estão melhores, sem dúvidas, e o motivo levantado é a mecanização. **“Antes era tudo braçal”** (família 01/genro).

Questiono a respeito da saúde se tiveram ou tem algum problema de saúde que poderia ser relacionado aos agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco, **“até hoje não”** (família 01/ filha), ela acrescenta ainda: **“vai saber pra frente...”** (família 01/ filha). Apresenta ai certo grau de preocupação. O entrevistado acrescenta que eles se cuidam **“a gente se cuida, usa os equipamentos”** (família 01/genro). Referindo-se ao equipamento de proteção individual (EPI).

Em relação ao crédito, pergunto se utilizam alguma forma de financiamento, custeio, algum Pronaf, dizem que não, que realizam as aquisições dos insumos na fumageira e que não utilizam nenhuma forma de financiamento.

Já quando questionados se participam de algum sindicato, alguma forma de associação, dizem que somente do sindicato dos trabalhadores rurais (STR). **“Pagamos só uma vez até sair reforma”** (família 01/ filha). Referindo-se ao programa de habitação rural do governo federal. Nesta frase fica claro o interesse em se associar de algo em proveito próprio e a curto prazo.

Quanto à assistência técnica, dizem receber somente do técnico da fumageira e não da Emater, mas (família 01/genro), acrescenta **“se chamar eles vêm”** (família 01/genro). Neste momento lembro-me das esferas, onde a fumageira atua a Emater e a prefeitura não prestam assistência, isso já havia ficado claro nas entrevistas com os técnicos e só veio a se confirmar agora.

Falo um pouco da Convenção Quadro para Controle de Tabaco e da redução do consumo de cigarro, imediatamente respondem **“se acabar estamos mortos”** (família 01/genro), referindo se ao cultivar. Falam pelo fato de ser pequena propriedade e da dificuldade em fazer outra coisa, principalmente dos altos custos de investimentos em mudar a matriz produtiva. Acrescentam **“o fumo tem retorno imediato, sem muita área”** (família 01/genro). Acrescenta ainda com ar de riso ou talvez de preocupação, **“já pensou vender milho?”** (família 01/genro). Aparentam preocupação com o fato de uma possível redução na comercialização do fumo, mas deixam claro não existir interesse em diversificar. Pois quando pergunto se há interesse em diversificar a propriedade introduzindo novas atividades, eles respondem-me **“Por enquanto não”** (família 01/genro).

Argumentam que estão satisfeitos com o fumo e com a fumageira no sentido de garantias de comercialização. Reclamam do clima que dizem ser muito frio e que por isso não podem plantar erva-mate nem criar peixe. Mas isso me parece desculpas, pois Arvorezinha é grande produtora de erva-mate, possui quatorze ervateiras. Como pode a propriedade não poder cultivar erva?

Encerro a entrevista agradecendo a disponibilidade e atenção prestada. Saí confusa, conturbada como meus dados, já nem sei se este meu roteiro é o ideal, mais uma vez reforço, é muito complicado entrevistar, conversar com um roteiro pré-estabelecido com várias pessoas juntas.

Seguindo a adiante, e mais uma vez em função de conhecer boa parte dos moradores locais, me direciono-me a casa da família 02. Ela é composta por um rapaz de 33 anos, sua esposa de 28 anos e uma filha, de 5 anos.

Nessas alturas já se passava das 16 horas do mesmo dia (16/03/09) e agora o dia definiu-se, o sol resolveu prevalecer. A entrevista, ou a visita já havia sido marcada e ao chegar eles se encontravam no galpão classificando as folhas de tabaco como pode ser visualizada na imagem abaixo.



Figura 15 -Foto do processo de classificação das folhas de tabaco.

Fonte: Pesquisa de campo-Linha Pinhal Queimado (16/03/09) ³⁴.

Pela minha classificação, a família 02 é de agricultores diversificados. Em sua propriedade além do tabaco existe a criação de frangos, eles possuem três aviários de cem metros cada. A criação de frangos se estabeleceu a aproximadamente onze anos no sistema de integração vertical.

Após algum tempo de conversa, começo a falar da minha pesquisa, e direciono a conversa. Novamente começo perguntando a idade, escolaridade. Na casa ambos possuem segundo grau completos, e vale ressaltar que os membros família 02 residem e trabalham na propriedade dos pais, os quais possuem respectivamente 60 e 56 anos. O entrevistado é o filho mais velho e a partir da sucessão familiar ficou cuidando da propriedade e futuramente dos pais também. O filho mais jovem saiu do meio rural para trabalhar na cidade.

O entrevistado disse que sempre plantou tabaco, plantavam setenta, oitenta mil pés e há uns quinze anos atrás, ao introduzir os frangos na propriedade, vieram reduzindo a quantidade de tabaco plantado. Inicialmente para trinta mil pés, e atualmente plantam vinte³⁵.

Segundo o entrevistado seu pai foi inovador ao implantar a avicultura na propriedade, os investimentos eram, e a inda são altos. Questiono se o interesse em diversificar a propriedade teve influências externas, o entrevistado menciona a influência de um tio que é professor da UFSM. Ele sempre dizia para fazerem algo alternativo e que talvez aviários fosse interessante.

A família possui quinze hectares de terra. A metade da produção de tabaco é via integradora e a outra metade por conta própria, segundo eles para diminuir a dependência, e ao mesmo tempo garantir a venda. Consideram a propriedade sustentável, e com capacidade de reprodução, nas palavras dele, “**não pelo fumo e sim pelos aviários**” (família 02/ entrevistado). Pela frase do entrevistado o que mantém a propriedade é a criação de aves. Porém sabe-se que o sistema de criação de frangos funciona a partir da integração vertical, como o tabaco, além é claro de que para implementação de aviários os custos e investimentos são altos, sendo assim uma alternativa para poucos. Pois se sabe que os agricultores familiares no geral não dispõem de capital para investimentos.

³⁴ A foto indica os agricultores classificando as folhas de tabaco. Ela foi tirada no galpão da propriedade no decorrer da entrevista. A pesquisadora aparece ajudando a fazer manocas.

³⁵ O entrevistado não fez questão de mencionar os valores obtidos com as atividades desenvolvidas na propriedade.

Na entrevista fica bem claro que pretendem parar com o plantio de tabaco, que ainda estão fazendo em função de equipar os aviários. Segundo eles, investiram muito e a renda que o tabaco proporciona de certa forma é uma garantia para a família, além do fato de possuir os equipamentos e instalações. **“O aviário dá lucro, mas os gastos são altos”** (família 02/entrevistado), o agricultor acrescenta ao falar o porquê ainda mantém o cultivo do tabaco na propriedade. **“Os frangos sofrem altas e baixas e o fumo é bom para complementar”** (família 02/entrevistado).

Pergunto qual sua visão sobre o que é sustentável o agricultor rapidamente responde que **“sustentável é uma propriedade que consiga em cima e tirar seu sustento”** (família 02/entrevistado). Apesar da frase ser, imagino que queira dizer que sustentável é uma propriedade onde pode se viver, morar e produzir. Sua esposa acrescenta que quando pararem com o cultivo do tabaco pretendem plantar mais coisas para a alimentação, que atualmente acabam não produzindo nada para o autoconsumo. **“Acredito que quando parar de plantar fumo vamos plantar milho, feijão...”** (família 02/esposa).

Questiono sobre as questões ambientais, inicio falando dos agrotóxicos, o entrevistado diz fazer o uso destes na lavoura de tabaco e faz a devolução para a fumageira. Diz cultivar o solo com plantio direto, **“achava bonito ver nos outros”** (família 02/entrevistado). Acrescenta dizendo que depois que começou a fazer nas suas terras viu o resultado. **“Não planto mais sem plantio direto”** (família 02/entrevistado). Segundo ele faz apenas dois anos que implementou o sistema, e já teve resultados significativos. Questiono se o interesse no plantio direto teve alguma influência de técnicos ou outra pessoa, o entrevistado diz que não foi por conta própria, achava bonito.

O entrevistado diz possuir uma pequena parcela de mata nativa, na propriedade que fica em outra comunidade, comenta rindo que pelas informações que teve, o vizinho andou derrubando-as. Diz que plantam eucalipto para a produção de lenha, pois na propriedade, tanto para a cura do tabaco como nos aviários há bastante demanda por energia. Plantam ainda árvores frutíferas e isso é visível olhando ao redor da casa, onde está cheia de plantas nativas, como: pitangueira, guabirobeira, dentre outras espécies, pela beleza e pelos seus frutos que estas produzem.

Atualmente a propriedade possui poço artesiano próprio, em função dos aviários possuíam muitos problemas com a falta de água, este foi construído há

quatro anos. Pergunto sobre a legislação ambiental, disseram nunca terem tido problemas **“nem queria ter, Deus me livre”** (família 02/esposa). Seria Deus que os deve livrar ou eles que devem cuidar dos recursos ambientais?!

Questiono como se sentem economicamente se melhor ou pior do que a cinco, dez anos atrás. Pensam se olham e respondem juntos que melhor, bem melhor. Porém, lembra que a empresa integradora de frangos encontra-se com problemas e há noventa dias eles não recebem pelos lotes entregues. Mas, seguros, dizem que certamente logo a empresa pagará.

Pois neste instante aparece outro problema, ou seja, o mesmo encontrado no cultivo do tabaco, a integração vertical, a relação de dependência com a integradora. Apesar da avicultura ser uma alternativa ela apresenta uma série de problemas encontrados na produção de tabaco.

Ao se tratar de saúde, pergunto se tem ou já tiveram algum problema de saúde ao qual relacionaram ao cultivo do tabaco. A esposa diz que sim, olhando para seu marido. **“Teve duas intoxicações e feridas”** (família 02/esposa). Perguntei se este fato teve influência na opção pelos aviários, respondem-me que não, dizem que até já os possuíam.

Pergunto se utilizam alguma forma de financiamento, dizem que sim, o Pronaf Investimento, o qual foi utilizado na mecanização dos aviários, na implementação dos comedores e bebedores automáticos.

Sobre associação, cooperativa, dizem não serem sócios de nenhuma, por não haver e não por falta de interesse **“por falta de associação”** (família 02/esposa), comentam ainda que já pensaram em se organizar e criar uma associação dos criadores de frango de Arvorezinha. Acrescentam que são sócios da comunidade do Pinhal Queimado e do time de futebol da comunidade de Barro Preto.

Falo da Convenção Quadro e da ratificação que o governo estabeleceu, e questiono se acreditam que isso pode vir a interferir nas suas ações ou até na propriedade. **“Nós pretendemos não sofrer com ela, estamos tentando se adaptar antes”** (família 02/entrevistado). Acreditam que eles em si não sofrerão os impactos que a Convenção pode ocasionar, mas já para o município acha que este será abalado. Os entrevistados comentam o fato da existência de mercado para novos produtos, ou melhor, da falta de mercado e acreditam ser isso uma barreira para que os agricultores troquem a matriz produtiva.

Antes de finalizar, questiono sobre a assistência técnica (ATER), dizem possuir assistência da fumageira e da empresa de frangos, e que sentem necessidade da presença da Emater, por os técnicos das integradoras só tratam de problemas pontuais. Falam das fruteiras e também de alternativas que eles estariam abertos para receber, e que sentem a falta deste órgão de extensão, mas, complementam que o técnico é sozinho deve ter muito trabalho. **“Na verdade a Emater só faz projetos para financiamento”** (família 02/entrevistado). Mas as deficiências de Emater é algo que é dado, discutido e criticado. Dessa forma, finalizo a entrevista agradecendo, e isso já era noite, claro inverno chegando.

Hoje dia dezoito de março, desloco-me em busca de mais informações. Desta vez vou a Linha São José, esta que distancia aproximadamente cinco quilômetros do centro do município de Arvorezinha. Em função de o entrevistado trabalhar durante o dia, a entrevista ocorreu no turno da noite.



Figura 16 -Foto retratando o declive do terreno.

Fonte: pesquisa de campo-Linha São José (18/03/09) ³⁶.

³⁶ Foto da propriedade do entrevistado. Evidência a dificuldade em cultivar o terreno (declive).

Seguindo a classificação, este entrevistado pertence ao grupo dos ex-plantadores de tabaco. Atualmente ele reside no meio rural em sua propriedade de 7,2 hectares, porém trabalha na cidade em uma fábrica de artefatos de cimento.

Na propriedade residem o proprietário, de trinta e seis anos e sua esposa de trinta e três. O entrevistado diz ter plantado tabaco dos 16 aos 32 anos de idade, parou por três anos, voltou a plantar por mais dois e atualmente trabalha fora. Sua esposa é professora do primário e trabalhou no cultivo do tabaco por três ou quatro anos (após se casar). O entrevistado possui o primeiro grau, e sua esposa está cursando o curso de pedagogia pela modalidade educação à distância.

Segundo o entrevistado a primeira vez que deixou de plantar tabaco foi por falta de mão de obra, havia se separado da primeira esposa e era inviável plantar tabaco sozinho, ou pagando “peão”. **“Sozinho plantar fumo não existe”** (família 03/entrevistado). Ele acrescenta que ganhava menos trabalhando fora, mas mesmo assim, compensava.

Após casar-se novamente resolveu parar de trabalhar na cidade e voltou a cultivar tabaco. Plantou tabaco por mais três anos e no ano passado deixou o cultivo e voltou a trabalhar na fábrica de artefatos e cimento. Segundo o casal, foi pela falta de mão de obra e não pela renda. Como a esposa é professora do município há vinte anos e trabalha meio turno, o entrevistado trabalhava praticamente sozinho. **“O fumo até vale a pena, tendo duas ou três pessoas para trabalhar”** (família 03/entrevistado). Esse comentário só vem a reforçar o fato de exigência de mão de obra que o cultivo necessita.

Atualmente ambos trabalham em atividades não agrícolas e na propriedade plantam milho para a venda. Segundo eles, juntos obtêm uma renda de aproximadamente R\$ 19.000,00 reais por ano, o que não difere muito caso desenvolvessem o cultivo do tabaco.

Dizem considerar a propriedade sustentável, **“voltando a plantar fumo”** (família 03/entrevistado). E diz que sustentável para ele é **“conseguir plantar e sustentar eu e minha família”** (família 03/entrevistado). Discurso um tanto econômico, pois não questiona o meio ambiente, a manutenção dos recursos naturais e com isso garantir as gerações futuras.

O entrevistado da família 03, diz possuir dois hectares de mata nativa, vale ressaltar que a propriedade é bem acidentada e de difícil acesso. Plantam eucalipto e pinheiros, possuem grande diversidade de árvores frutíferas ao redor de casa. A

água que utilizam é de fonte, segundo eles protegida e que nos períodos de estiagem sofrem a falta desta. Nos cultivos dizem utilizar a técnica do cultivo mínimo, por remover menos o solo. **“Mexe menos com a terra e ela agüenta mais sem estar lavando”** (família 03/entrevistado). Este fato é bem admissível uma vez que sua propriedade é bem acidentada e com qualquer chuva o solo é levado embora. Questiono se há a presença de animais nativos, cita alguns como: tamanduá, gato do mato, nada muito extraordinário e que vê positiva a presença destes animais. **“Peguei um e brinquei”** (família 03/entrevistado) diz o entrevistado falando de tamanduá.

Questiono se economicamente sentem-se melhor ou pior do que a cinco, dez anos atrás. Respondem que atualmente estão melhores, referindo a renda acrescenta: **“pelo menos todo o fim do mês ta baixando”** (família 03/entrevistado).

Sobre a questão da saúde, se esta teve alguma influência na decisão de parar de cultivar o tabaco, respondem que não, e que nunca tiveram problema algum. **“Usava a roupa para passar veneno”** (família 03/entrevistado). A racionalidade vem da ótica em que muitos autores vêm estudando, da questão de “me cuido, sou forte, não estou à margem, e por isso não fico doente”.

Sobre financiamento, os entrevistados dizem não utilizar nenhuma forma de crédito, quando plantavam tabaco utilizavam o Pronaf Custeio. **“Isso é ruim, gasta antes de ter o dinheiro”** (família 03/entrevistado). São sócios do SICREDI³⁷ e da comunidade de São José, onde o entrevistado é o presidente. Comenta achar muito trabalhoso, mas que gosta de estar envolvido em ações sociais.

Comento sobre a CQCT, e pergunto se acredita sofrer alguma influência com isso. **“Para mim, não, mas a pequena propriedade, para o município será negativo”** (família 03/entrevistado). Acrescenta **“Arvorezinha é erva e fumo”** (família 03/entrevistado).

Pergunto se a propriedade recebe alguma forma de assistência técnica, diz que não. **“Recebia até que plantava fumo”** (família 03/entrevistado). A Emater não é acionada, somente paga à prefeitura para plantar o milho. Diz que não procura a Emater em função dos horários, em que ele atua são os mesmos que ele está trabalhando.

³⁷ SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo. Opera com 131 cooperativas de crédito e mais de 1.000 pontos de atendimento em dez estados brasileiros.

Acabo aqui a entrevista. Esta foi a primeira com um ex-plantador de tabaco, e neste caso ficou claro que o problema que eles enfrentam é de mão de obra e não por renda, saúde ou outro. Porém deixaram de cultivar tabaco somente por não achar viável pagar mão de obra.

Após algum tempo de análise e reflexão sobre a proposta de trabalho, e a partir de mudanças no roteiro de entrevistas volto a campo, no caso, volta à Arvorezinha para a realização de mais entrevistas, na busca de novos dados.

Terça-feira dia 05 de maio, com clima de inverno, frio e seco, desloco-me até a comunidade Cândido Brum para a realização de uma entrevista. A família visitada é conhecida, pois já os visitei no processo de realização do meu trabalho de graduação (monografia), desta maneira facilitando a entrevista para o presente estudo.

A comunidade Cândido Brum, localiza-se a sete quilômetros da sede do município. A família 04 entrevistada é composta por quatro membros: a matriarca de 62 anos, seu esposo de 64 anos e os filhos de 21 e 28 anos. A entrevistada e seu marido dizem ser analfabetos que mal sabem escrever seus nomes. Nenhum dos filhos concluiu o primeiro grau, sendo que um deles possui problemas psicológicos (é aposentado por problemas mentais) e não estudou.

Ao chegar à propriedade encontro a família reunida no galpão, classificando tabaco. A conversa se deu basicamente com a matriarca da família, e ela me conta que compraram a atual propriedade, que possui 4,8 hectares de terra, há sete anos pelo Programa Banco da Terra. Antes trabalhavam de agregados dando metade da produção de tabaco que colhiam.



Figura 17 – Agricultora durante entrevista

Fonte: pesquisa de campo-Comunidade Cândido Brum (05/05/09) ³⁸.

A agricultora conta que sempre plantaram tabaco, a diferença que agora são proprietários da terra. Segundo ela o principal motivo que os levam a cultivarem o tabaco é financeiro, que neste ano plantaram vinte mil pés, e que o objetivo era pagar a estufa e o galpão que havia sido financiado pela fumageira. **“O fumo dá dinheiro, mas se facilitar acaba em dívida”** (família 04/entrevistada).

Ao introduzir a questão ambiental, a agricultora comenta estar descontente com o vizinho que está derrubando a mata nativa. Mostra-se preocupada com a fonte de água que se localiza nas proximidades da divisa e diz sentir medo que a derrubada pode vir a prejudicá-los.

O tabaco é a principal atividade agrícola desenvolvida na propriedade, porém plantam muita coisa para a subsistência, como: hortaliças, feijão, amendoim, milho, batata, mandioca dentre outros cultivos alimentares, para o autoconsumo. O tabaco é cultivado dentro do sistema de integração com a empresa Alliance One³⁹.

³⁸ Foto da entrevistada classificando fumo no momento da entrevista.

³⁹ **Alliance One**, resultado da fusão da Dimon do Brasil Tabacos Ltda e Meridional de Tabacos (Standad Commercial Corporation), em 2005. Tem sua sede em Santa Cruz do Sul. A partir da fusão,

A agricultora entrevistada ressalta que o único e principal motivo que os leva a cultivar o tabaco é financeiro **“para pagar as contas”** (família 04/entrevistada). Fala do fato de serem aposentados e estarem cansados.

Na propriedade faz-se o uso de agrotóxicos somente no cultivo do tabaco, segundo a entrevistada, e é realizada a lavagem e devolução das embalagens. **“Eles marcam o dia e todos agricultores entregam lá”**. **“Não dá para deixar atirado pela roça”** (família 04/entrevistada). Falam com seriedade sobre a importância da devolução das embalagens de agrotóxicos.

Sobre os solos, diz que a propriedade possui bastante pedras e que sempre fizeram curva de nível e plantio direto. **“Coloca o adubo e planta envergado com o pasto”** (família 04/entrevistada) Falando do plantio direto acrescenta: **“é melhor, não lava a terra.”** **“Produz mais também”** (família 04/entrevistada). A agricultora fala que não utilizam queimadas, mas que seus vizinhos sim, mostra-se bastante preocupada com o descaso e diz: **“era até de denunciar”** (família 04/entrevistada), referindo-se aos órgãos ambientais.

Diz que a propriedade possui uma pequena parcela de mata nativa e mais uma vez fala com preocupação do vizinho que está derrubando na sua divisa. Fala várias vezes da água da fonte e de um açude e do medo que estes sequem em função da derrubada.

Sobre árvores, diz que plantam árvores frutíferas e para fornecer sombra, e que não plantam eucaliptos para a lenha em função de possuírem pouca área. **“Tinha vontade de plantar, mas não temos terra”** (família 04/entrevistada). Ela vai falando e mostrando orgulhosa suas árvores. Muitas que já estão produzindo. Ressalta que nestes sete anos já tem todas estas e aponta para elas.

A propriedade é abastecida por fonte protegida, feita no sistema da Emater, segundo a entrevistada em quantidade e qualidade satisfatória. **“A fonte é uma beleza”** (família 04/entrevistada). Sobre animais silvestres diz que vê lebres, saracuras, raposas e que estes não atrapalham, mas sua fala parece contraditória. **“Não atrapalha, a saracura que arranca os milhos”** (família 04/entrevistada).

Na propriedade utiliza-se tanto o adubo orgânico como o químico. O orgânico é oriundo da estrumeira e usam na horta. Pergunto do adubo químico e a agricultora

desativou algumas unidades processadoras, mantendo sete unidades nos três estados do sul, com uma capacidade de processamento de 270 mil toneladas. Integra 56 mil produtores de fumo, sendo que 90% do tabaco que processa é destinado à exportação (MDA, 2007)

diz: **“é só no fumo que a gente bota”** (família 04/entrevistada). Com relação à erosão dizem não haver na propriedade em função de cuidarem dos solos. Considera a topografia da propriedade como plana, dizem que onde plantam **“dá até para utilizar trator”** (família 04/entrevistada).

O lixo seco produzido é recolhido pela prefeitura, **“ela vem a cada dois meses”** (família 04/entrevistada), enquanto que o lixo orgânico é colocado na horta e fruteiras. Questiono a família sobre a legislação ambiental e sem pensar a agricultora comenta que a lei está errada, fala que existem problemas que não estão sendo visto. Mais uma vez fala do fato do vizinho estar derrubando o mato e não ser multado. Acrescenta que as pessoas por si deveriam saber e que não necessitaria de leis para isso.

Questiono sobre sustentabilidade, o que entende por sustentável e se considera sua propriedade sustentável. Imediatamente, responde-me **“se nós souber conservar o que em cima (propriedade), sim, como temos feito”** (família 04/entrevistada). Fala em plantar mais árvores, cuidar dos solos, da água e diz que dessa forma a propriedade se manterá para seus filhos. **“Se morre uma árvore ali a gente planta outra aqui”** (família 04/entrevistada). A entrevistada acrescenta ainda que a lenha para a secagem do tabaco é de eucaliptos comprados.

Referente aos aspectos sociais, a entrevistada diz participar do clube de mães, seus filhos do grupo de jovens e diz que ainda vão ao culto. Diz fazer parte do sindicato dos trabalhadores rurais (STR). **“Ta atrasado mais vai...”** (família 04/entrevistada). Fala que no momento encontram-se felizes, que tiverem problemas com um dos filhos, mas que agora está tudo bem. Com relação à fumageira diz que plantam por não possuírem condições financeiras de plantar por conta, mas que no geral possuem uma boa relação. **“Não podemos plantar por conta”** (família 04/entrevistada).

Pergunto a respeito de futuro, rapidamente me diz que não pretende sair da agricultura, mas que pretendem parar de plantar tabaco, acrescenta que o filho mais jovem trabalha de carpinteiro nas entre safras e que se fizer isso durante o ano não mais plantarão tabaco.

Sobre os aspectos econômicos, atualmente plantam vinte mil pés de tabaco, numa média de 200 arrobas, estas que são vendidas segundo a família por em torno de R\$ 80,00 por arroba. Ou seja, a renda anual da família com a venda do tabaco é de aproximadamente R\$ 16.000,00 brutos, desse valor terá que ser descontado os

insumos. Salienta-se que a família possui três membros que possuem aposentadoria, dois por idade e o filho. Questiono sobre o valor da propriedade e das instalações, com ar de surpresa a família comenta que a propriedade não tem valor, que jamais venderiam. Mas o filho rindo fala que vale aproximadamente uns R\$ 80.000,00 e o mesmo valor em instalações, nestas inclui-se a casa, galpão estufa, etc.

Pergunto se em uma urgência, numa necessidade teriam dinheiro ou se necessitariam recorrer a terceiros, preocupada a agricultora diz que deveriam ter, mas que não possuem. **“Da onde que não sobra nunca”** (família 04/entrevistada). Instigo se a família se encontra melhor ou pior que a cinco, dez anos atrás, rapidamente a entrevistada diz: **“graças a Deus estamos melhor”** (família 04/entrevistada). Conta que pela compra da terra, pelo fato de não mais necessitar dividir a produção e por possuir uma casa nova. E isso é obvio claro que nestas condições estão muito melhores, não só economicamente, mas socialmente também, que num passado próximo. Dizem não utilizar o Pronaf, e que o único financiamento que possuem é de uma moto, e que o pagamento é feito mensalmente.

Sobre a saúde pergunto se já teve, tiveram ou têm algum problema de saúde que pudesse ser relacionado com o uso de agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco, após pensarem, a entrevistada responde sim, que sente uma ardência nos olhos, imediatamente seu filho ri e fala que é besteira, que não deve ser do veneno. **“Capaz, não é pelo fumo”** (família 04/ filho).

Quanto à assistência técnica, diz receber da Emater, que atualmente encontra-se bem envolvida com a microbacia que existe na comunidade. Isso para as fruteiras, pois para o cultivo de tabaco tem o técnico, ressalta a entrevistada.

Sobre a Convenção Quadro, a possibilidade de viver sem cultivar o tabaco, quando entro neste assunto sinto que as faces mudam. Um dos filhos logo fala, **“morria tudo de fome”** (família 04/ filho), e sua mãe acrescenta, **“a única coisa para nós”** (família 04/entrevistada). Eles fazem à comparação de como seria pior plantar milho, feijão, pelo fato de ser uma pequena propriedade.

Na minha percepção a família mostra-se preocupada com a problemática de não produzir mais o tabaco. Para mim, parece que não sofreriam tanto em função das três aposentadorias, embora eles aparentem preocupação.

Quanto as alternativas, pensam e dizem que talvez pensassem em diversificar, talvez plantar laranjas, mas relatam o alto valor de investimento, na verdade não me mostraram muito interesse.

Desta vez, encerra-se aqui esta entrevista, já passava das onze horas da manhã, pois já se iniciava o almoço, despeço-me agradecendo e ela pede que como forma de agradecimento devo levar a foto tirada, fica aqui, então, um compromisso com a família.

No mesmo dia, ou seja, dia 05 de maio, logo após o almoço minha mãe e eu nos direcionamos até um “vizinho”, com a intenção de realizar uma entrevista. A conversa foi bem produtiva, pois ao chegarmos encontramos um técnico de uma fumageira - Universal Leaf Tabacos⁴⁰, prestando assistência técnica.

Antes da entrevista propriamente dita utilizei do agente rural para tirar algumas dúvidas. Ele comenta o fato de ser cada vez mais difícil para o plantador, às empresas estão exigentes, cita o exemplo de um programa da fumageira que se trata de que o produtor que não tiver seus filhos em idade escolar sem matrícula não recebe os insumos, fala também da obrigatoriedade da compra do Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Questiono-o o porquê destas ações e ele responde-me dizendo que acredita que foi em função de uma reportagem que passou na Rede Globo há algum tempo atrás sobre o cultivo do tabaco no estado do Paraná⁴¹. Acho um tanto estranho, ele parece estar à parte das políticas públicas federais, bem como não acompanhar a Convenção Quadro, então, fico com uma dúvida, isso seria estratégia das empresas, de manterem até seus técnicos bitolados?

O agente rural funcionário de fumageira fala também que a “empresa”, está preocupada com o meio ambiente e com as pessoas envolvidas. Fala ainda que criticam muito a produção de tabaco, mas que a batata, o pêssego, brócolis, são

⁴⁰Universal Leaf Tabacos. Empresa Fumageira que trabalha dentro do sistema de Integração vertical. A sede situa-se na cidade de Santa Cruz do Sul/ RS. A empresa atua no Brasil desde 1970, sendo a maior exportadora do Rio Grande do Sul.

⁴¹ Em maio de 2008, a Rede Paranaense de Comunicação (RPC) divulgou uma reportagem acerca do trabalho de menores no cultivo e preparo das folhas de fumo no Estado do Paraná. A mesma reportagem também foi divulgada pelo programa semanal "Fantástico", transmitido pela Rede Globo de Televisão aos domingos. O choque da sociedade foi tamanho que a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal convocou uma audiência pública. Participaram da Audiência a Procuradoria do Trabalho, o Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindfumo), o presidente da Associação dos Fumecultores do Brasil (AFUBRA), e representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PGT, s.d.).

piores em relação ao uso de agrotóxicos. Essa fala é de *praxe* no vocabulário dos “agentes”. Em seguida ele vai embora e dou continuidade ao assunto, mas desta vez direcionando ao meu roteiro.

O entrevistado mora na comunidade Pinhal Queimado, possui 46 anos e estudou até a 5ª série. Ele diz plantar tabaco à vida toda, que desde criança já ajudava seus pais no cultivo. Atualmente, após a divisão com seus irmãos, sua propriedade conta com três hectares, que destes aproximadamente meio hectare é de mata nativa.

O agricultor fala que o principal motivo que o leva a plantar tabaco é o fato de não ter estudo. **“Planto fumo por não ter estudado” “não se saber fazer outra coisa”** (família 05). Em suas falas juntamente com sua expressão fica claro a vontade de ter estudado e saído do rural, também evidencia que mesmo no rural, a coisa que sabe fazer é cultivar o tabaco.



Figura 18-O entrevistado durante a conversa.

Fonte: pesquisa de campo-Comunidade Pinhal Queimado (05/05/09) ⁴².

O agricultor sozinho, pois é solteiro e não possui filhos, planta 20 mil pés de tabaco. Sobre os aspectos ambientais, o agricultor, diz utilizar agrotóxicos na

⁴² Foto tirada após a entrevista, nela aparece o entrevistado e alguns vizinhos que chegaram ao desenvolver da entrevista.

produção de tabaco, e que após fazer a lavagem devolve para a integradora. **“Tem que entregar de quem tu pega”** (família 05).

No momento o agricultor reclama da falta de interesse do município em diversificar a propriedade, fala principalmente da falta de apoio na comercialização dos produtos, e no momento ressalta com ar de satisfação **“ainda bem que possui a fumageira que pelo menos compra a produção”** (família 05).

Voltando-me às falas dos aspectos ambientais, questiono sobre o solo, o agricultor diz utilizar de plantio direto sobre o pasto, além de não utilizar de queimadas. Como há havia ressaltado a propriedade tem meio hectare de mata e ele diz que deixa de reserva para conservar o meio ambiente, fala principalmente pela água. Sobre o plantio de árvores, diz não realizar o plantio de nenhuma espécie, de eucaliptos pela falta de área e frutíferas por não possuir interesse. E isso pode ser evidenciado, não possui nenhuma árvore ao redor de casa nem para frutas, nem para sombra. E a lenha utilizada para a cura do tabaco é comprada de terceiros.

A água utilizada na propriedade é de poço comunitário, mas a propriedade possui um poço que está desativado, fala **“o Adelson⁴³ vai ir atrás do Técnico da Emater para ativar ele”** (família 05). Ele conta que deixou de utilizar a água do poço em função deste se situar próximo do poço negro (fossa), e como a água comunitária passa na frente de casa, resolveram inutilizar o poço.

Sobre a presença de animais silvestres na propriedade, o agricultor, comenta haver veados, lebres, araras. **“Não judio deles, deixo que fiquem lá”** (família 05). Na propriedade são utilizados adubos orgânicos e químicos, ambos na produção de tabaco. Cabe ressaltar que o adubo orgânico neste caso consiste no esterco de frango, bem como ressalta que não se produz nada além de fumo na propriedade, nem mesmo hortaliças.

Falo sobre a erosão e o entrevistado diz que não existe em suas terras, por que sempre faz plantio direto. A topografia da propriedade **“é considerada plana”** (família 05), porém fala que há a presença de pedras. Quando pergunto sobre o lixo rapidamente me diz que sua irmã, que mora ao lado, queima, mas em seguida fala que produz pouco lixo, por isso não se preocupa em queimá-lo. Vale acrescentar

⁴³ Adelson é o nome do cunhado do entrevistado.

que nesta comunidade há o recolhimento do lixo seco, e que a casa da propriedade situa-se há aproximadamente cinco metros do asfalto.

Sobre a legislação ambiental, **“existir existe, mas”** (família 05). **“Para mim seria negativa”** (família 05). Nesse momento ele ri e brinca dizendo que não é para mim anotar isso. Conta sobre um vizinho que possui serraria e que faz horrores, derrubadas de mata e pinheiros, e que neste caso não vêem a atuação dos órgãos ambientais para fazer valer a lei. **“Nestas situações ela não existe”** (família 05).

Diz considerar sua propriedade sustentável **“se continuar cuidando ela vai tá”** (família 05), fala isso referindo-se a produção, os solos, e à água da propriedade no futuro. Questiono sobre o que faz para que ela se mantenha, **“não dá para deixar a terra morrer”** (família 05). Fala que cuida dos solos, que sempre colhe tabaco de coloração escura de tanto adubo que coloca. Porém sabe-se que isso não resolve o problema da sustentabilidade.

Socialmente falando, parece que o entrevistado encontra-se só, pois diz não ser sócio de nada, fala que não é sócio do STR, nem da comunidade do Pinhal Queimado, questiono o porquê rapidamente responde-me **“precisa de alguma coisa e nunca se tem nada”** (família 05). Parece estar descontente com as formas de associação. Diz que está bem, e encontra-se feliz. **“Pra mim tá bom”** (família 05), fala da crise, mas ressalva que ele não tem sentido os reflexos desta. Neste momento fala dos problemas do município em relação à precariedade ao acesso a saúde, das péssimas condições dos postos.

Quanto à relação com a fumageira, diz não sentir-se preso, fala que a empresa que estiver pagando melhor pelo tabaco é a quem ele vende. Fala que não leva em consideração o contrato, que vende para a que estiver pagando mais, e que efetua o pagamento dos insumos via banco.

Com relação ao futuro, diz que pretende se aposentar e parar de cultivar o tabaco, mostra-se ansioso para que esse dia chegue.

Nos aspectos econômicos, o entrevistado diz plantar vinte mil pés de tabaco, utilizando para isso 2,5 hectares, acho bastante tendo em vista que normalmente planta-se 18.000 pés por hectare. Para o cultivo diz não pagar mão de obra e que utiliza o sistema troca/troca. Diz que com o tabaco, produz em média 200 arrobas e este é vendido a aproximadamente a R\$ 85,00 a arroba, dando um total anual de R\$ 17.000,00 brutos. Claro que desse montante diminuir-se-á os custos, mas para alguém solteiro, sozinho, não parece nada mal.

A propriedade foi avaliada em torno de R\$ 80.000,00, mas fala “**embora eu não venda**” (família 05), e diz que possui pouco dinheiro investido em equipamentos e instalações, e isso é evidente, pois estas encontram-se em situação precária, na verdade como o tabaco não exige altos investimentos e ele não realiza outra atividade. Diz ter uma reserva financeira no banco para possíveis emergências, mostrando que se encontra de certa forma “capitalizado”. Questiono sobre sua situação, se está melhor agora ou no passado acerca de cinco, dez anos atrás, pensa um pouco responde que está melhor hoje, que atualmente é mais fácil conseguir as coisas, fala da facilidade em construir uma casa, por exemplo. “**Hoje para fazer uma casa, tu faz**” (família 05). O entrevistado diz ainda que não utiliza nenhuma forma de financiamento, nenhum Pronaf.

A respeito da saúde, fala que não possui nem nunca teve nenhum problema relacionado ao uso de agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco, “**nem passo perto do posto de saúde**” (família 05).

A assistência técnica recebida na propriedade é do instrutor da fumageira. “**Só do instrutor**” (família 05). Falando das atividades do técnico fala: “**nem vão nas roças olhar os fumos**” (família 05). Acrescenta que a empresa realiza análise de solos, e dessa forma não necessita mais da Emater. Fica claro na fala do agricultor que a assistência prestada pela Emater se restringe à análise do solo.

Sobre os programas e políticas do Governo Federal de controle do Tabaco, como a Convenção Quadro, por exemplo, questiono a possibilidade de desenvolver outra atividade, ou se talvez sofresse com isso, responde-me rindo, mas com ar de preocupação “**vou ser prejudicado, não terei o que fazer, é só o que se sabe fazer**” (família 05). Demonstra-se ansioso, mas, ao mesmo tempo, parece não estar preocupado, o que percebo é que as pessoas não se preocupam a longo prazo, pensam somente com a safra nada além do ano agrícola. Quanto às alternativas, diz que não pretende adotar, mas, se caso fosse fazer isso pensaria na plantação de eucaliptos para lenha. Dessa maneira encerro a entrevista, e agradeço pela conversa e informações prestadas.

Neste mesmo dia (05/05/09), mas agora à tardinha, como havia sido marcada pela manhã, retorno a comunidade Cândido Brum para uma nova entrevista. Passa das 18 horas e já estava começando a escurecer, ao chegar à família 06 encontrava-se no galpão, classificando as folhas de tabaco, nessa época do ano, é

difícil encontrar as pessoas em outro local, sendo esta a última etapa da safra, a classificação.

A família 06 é composta pelo patriarca de 47 anos, sua esposa de 41 anos, um filho de 18 anos, e duas meninas, uma de 12 anos e a outra de 10 meses, mais uma filha casada que mora fora da propriedade. O entrevistado diz ter estudado até a 4ª série, sua esposa cursou até a 5ª, o filho é técnico agrícola formado e atualmente trabalha na própria comunidade no monitoramento da microbacia Arroio Ferreira, num programa gestado pela UFRGS. A filha de 12 anos estuda na 7ª série.

A família possui 15 hectares de terra, distribuída em 2 ha de videira, 3 ha de tabaco, 2 ha de erva-mate, 3 ha de eucaliptos e aproximadamente 5 de mata nativa. Na propriedade planta-se também milho ciclo normal e safrinha. O milho safrinha é plantado na restava do tabaco, após a colheita deste, fazendo, com isso, um reaproveitamento dos adubos aplicados.

O agricultor conta que desenvolve o cultivo do tabaco há 40 anos, **“desde os 7 anos quando colocamos a primeira estufa”** (família 06/ entrevistado), comentando quando seus pais iniciaram o cultivo. O principal motivo que leva a família a cultivar o tabaco, segundo eles é financeiro, **“para pagar as dívidas.”** **“Se não fosse as dívidas não plantava mais”** (família 06/ entrevistado). Neste momento fala da dependência que existe com a fumageira; esta financia as estufas e os equipamentos e isso deixa os agricultores “presos”. Pelo que entendi as dívidas que ele se referia eram essas, do investimento feito e que precisam ser pagas junto à integradora. Reclama também dos altos preços dos insumos.

Apesar de parecer claro, questiono sobre o principal motivo que os leva a plantar tabaco, rapidamente e com ar de riso respondem, **“pela renda, por gostar ninguém plantaria mais”** (família 06/ entrevistado).

Direciono o assunto para os aspectos ambientais, sobre o uso de agrotóxicos, dizem utilizar no cultivo do milho e do fumo. Os que são utilizados no fumo provém da empresa. No milho são comprados na agropecuária, sendo as embalagens devolvidas. Nos cuidados com o solo, dizem utilizar o cultivo mínimo, **“dá menos mão de obra e preserva a umidade”** (família 06/ entrevistado). Também dizem não fazer o uso de queimadas. Como já relatei, a propriedade possui mata nativa, **“é para preservar mesmo”** (família 06/ entrevistado), segundo o relato é pela preservação, mas isso não fica muito claro. Na propriedade planta-se eucalipto para

lenha na secagem do tabaco, além de frutíferas que podem facilmente ser observado ao redor da casa.

A água consumida é de fonte, foi construída pela Emater, em quantidade e qualidade suficiente, porém acrescentam **“por enquanto, sim”** (família 06/ entrevistado). Dizem verem com freqüência animais silvestres, como veados, jacus, lambus, lebres, e não os consideram prejudiciais. **“Esses não atrapalham em nada o pouquinho que eles comem não faz diferença”** (família 06/ entrevistado). Em suas falas, bem como nas suas expressões parecem gostarem dos animais que “freqüentam” a propriedade e mostram-se bem preocupados com o meio ambiente.

Na propriedade, assim como em todas as que cultivam tabaco, utiliza-se adubos químicos, porém nas videiras e na produção para a subsistência da família utiliza-se adubo orgânico, tanto esterco de frango (comprado) como os resíduos da cozinha. Na propriedade não vêem a presença de erosão, embora considerem a propriedade acidentada. Já o lixo, o seco é recolhido. **“O lixo plástico é recolhido pelo cara da carrocinha”** (família 06/ entrevistado). Enquanto o lixo orgânico, como já ressaltai, é colocado na horta e nas fruteiras.

Sobre a legislação ambiental **“ela não faz nada”** (família 06/ entrevistado). Comentam que nos arredores vê-se muita derrubada e nunca se sabe da atuação dos órgãos, colocando em prática as leis. Acredito que eles estejam se referindo ao mesmo vizinho que foi mencionado na entrevista anterior, realizada logo cedo, pela manhã quando estive lá, afinal é na mesma comunidade.

Falando em sustentável, em longo prazo, em continuidade, para o agricultor entrevistado é: **“produzir o máximo possível, de tudo quanto é coisa”**. Acrescenta ainda: **“no jeito que estamos trabalhando acho que vai estar melhor”** (família 06/ entrevistado). Fala isso, se referindo ao futuro, pois acredita que a propriedade estará melhor do que atualmente. Falam que quando foram morar lá não se produzia nada, os solos estavam “fracos” e que muita coisa já está melhor. Dizem cuidar dos solos, da mata, para que a propriedade se sustente e produza tanto ou mais no futuro do que atualmente.

Nos aspectos sociais, dizem participar de todas as formas de associações possíveis, são sócios da cooperativa Coagrisol, Sicredi, STR e da comunidade, falam que de certa forma são beneficiados. **“Todas as associações trazem**

benefícios". (família 06/ entrevistado). Por exemplo, a casa da família está em processo de reforma pelo programa do Governo Federal-Moradia Rural⁴⁴, via STR.

Dizem estarem felizes e animados, que não dá para se queixar, tem terra, a casa está sendo reformada e de fato é o que representam, uma família feliz. A relação que existe com a fumageira é de pressão, dizem sentirem-se presos, dizem plantar para as empresas Souza Cruz⁴⁵ e INTABLE⁴⁶. **"Com estes contratos a gente é obrigado a entregar o fumo"** (família 06/ entrevistado).

Falam abertamente que pretendem em um curto prazo largarem o cultivo do tabaco. Numericamente dizem quem pensam em três anos ficar somente com a uva, erva-mate e eucaliptos. **"O fumo a gente planta por que precisa"** (família 06/ entrevistado). O entrevistado acrescenta, referindo que não por é gostar, mas, por necessidade que se cultiva tabaco e pelo rumo que sua propriedade está tomando logo não mais será necessário este cultivo. Aproveitando a brecha, introduziu a questão do futuro dos filhos, imediatamente dizem que a pretensão é que eles estudem. O filho fala que tentará vestibular no ano seguinte, está em dúvida entre agronomia ou veterinária enquanto a filha pretende ser médica. **"Estudar, se formar, ter um bom estudo para não depender mais da agricultura"** (família 06/ entrevistado). Nesta fala fica clara a preocupação dos pais com os seus filhos e o interesse que estes possam sair da condição de agricultores.

Tratando-se dos aspectos econômicos, na propriedade planta-se 3 hectares de tabaco, destes produzindo em média 450 arrobas vendidas em média por R\$ 85,00 a arroba o que resulta num montante de R\$ 38.250,00 brutos, 2 hectares de videiras que produzem 12.000 Kg, vendidos a R\$ 0,85 centavos, num total de R\$ 10.200,00, acrescenta que nesta ano deu quebra, normalmente produz-se 20 mil kg de uva, além de 2 hectares de erva-mate que a cada dois anos produz 400 arrobas que são vendidas a uma média R\$ 4,60, resultante em R\$ 1.840,00. Desses valores devem-se subtrair os custos de produção, e lembrar que no cultivo do tabaco a quantidade de insumos é considerável e seus preços também. Estes dados

⁴⁴O Programa Nacional de habitação Rural é um programa federal específico para a área rural. O objetivo é o financiamento para a construção, reforma ou ampliação da moradia para pessoas físicas, residentes no meio rural.

⁴⁵Souza Cruz é subsidiária da British American Tobacco, com marcas comercializadas em 180 países. Fundada pelo imigrante português Albino Souza Cruz, em abril de 1903, no Rio de Janeiro, a Souza Cruz atua em todo o ciclo do produto, desde a produção e processamento de fumo, até a fabricação e distribuição de cigarros (<http://www.souzacruz.com.br/>).

⁴⁶ Empresa fumageira situada em Santa Cruz do Sul, que trabalha no sistema de integração vertical.

evidenciam que a propriedade é bem diversificada e que obtem renda de várias atividades, mas que a renda obtida na produção de tabaco é bem relevante.

Enquanto falávamos em valores, rendas e custos, questionei sobre o valor da propriedade, o entrevistado ri e brinca perguntando se tenho a pretensão de comprá-la. Rindo também, digo que não, então pensam e dizem que vale mais ou menos uns R\$ 200.000,00, e que tem mais uns R\$ 40.000,00 investidos em instalações e equipamentos. Vendo desta forma a família encontra-se capitalizada, pois tem um bom dinheiro entre terra e instalações. Pergunto se possuem uma reserva financeira no banco, imediatamente dizem que não, mas dizem que hoje estão muito melhor financeiramente do que a cinco, dez anos atrás e acrescenta: “**bem melhor, graças a Deus**” (família 06/entrevistado). Será graças a Deus mesmo? Mas sei que ele tem certa responsabilidade.

Sobre utilizarem financiamentos, dizem que usam para o custeio para o plantio do milho e tem Pronaf investimento utilizado para a implantação do parreiral, mas que este ano é o último, depois este estará pago.

Na questão da saúde tento introduzir o assunto, questionando se acreditam, tem, tiveram alguma doença ou problemas de saúde que podem estar relacionado com o cultivo do tabaco e a utilização de agrotóxicos, pensam e dizem “**não sei, mas todos os problemas que dé é por causa do fumo**” (família 06/ entrevistado). Neste quesito não entendi se quiseram responder o que achavam que eu ia gostar de ouvir isso ou se realmente pensam que o fumo causa uma série de problemas.

A Ater recebida na propriedade é pelo que entendi como nas demais propriedades, dentro da visão reducionista, onde o técnico da fumageira presta assistência somente para o cultivo de tabaco e o técnico da Emater só cuida das videiras. Mas a família ressalta que a Emater deu assistência no início da implantação, atualmente ela anda ausente, acrescentam: “**é muito serviço só para um técnico, ele não vence**” (família 06/ entrevistado). Esta fala ao encontro com o que viemos vendo, a precariedade dos órgãos de Extensão, principalmente da Emater.

Sobre a Convenção Quadro de Controle de Tabaco eles claramente sem pensar falam: “**acho que pra gente no começo vai ser negativo, mas depois vai ser melhor**” (família 06/ entrevistado). Falam isso, se referindo a possível proibição/redução da produção do tabaco. O agricultor acrescenta que depende do governo, das políticas de incentivo, e que se isso existir, com o tempo será até

melhor (sem o tabaco). **“Tem tantas outras coisas para se fazer”** (família 06/entrevistado), fala da erva-mate, lenha.

Pelo que percebi, a família tem acesso à informação e encontra-se bem estruturada, e está praticamente preparada para reduzir ou parar de plantar tabaco, embora, como pode ser visto, esta atividade é bem considerável para a economia da propriedade.

Com esse tema encerro a entrevista, isso já passava das 19:30, frio e noite. Despeço-me agradecendo e disponibilizando-me para caso necessitam de alguma informação ou até estadia no vestibular 2010 da UFSM. Por azar na volta para casa furou um pneu da moto emprestada que estava.

Em função do pneu ter furado, utilizo do plano B, ou seja, a idéia era ir à Linha Torres Gonçalves, mas em função da distância, desloco-me a pé até a propriedade de um agricultor na comunidade de Pinhal Queimado.

Dia 06 de maio, passava das nove horas da manhã, um dia seco, mas muito frio. Ao chegar à propriedade, a família encontrava-se estava ao redor do fogão à lenha, tomando café. É um pouco estranho, uma vez que o normal seria estar no galpão, classificando tabaco, mas, ainda bem que não. Isso ocorreu em função de estar muito frio e na explicação de agricultor, eles vão ao galpão. Somente quando sentem fome voltam para casa e fazem o café.

A família 07 é composta por seis membros o agricultor de 39 anos, com escolaridade até a 7ª série, sua esposa que também possui 39 anos e que diz ter estudado até a 4ª série, seu pai com 78 anos de idade é analfabeto, e os três filhos do casal, uma de 17 é anos estudante do magistério, outra de 9 anos cursa a 3ª serie, e um menino de 7 anos, na segunda série.

A propriedade como mencionei acima, localiza-se na linha/comunidade Pinhal Queimado, e é composta por 9 hectares, e parte deles são acidentados e parte plana. Nela são desenvolvidas as atividades: o cultivo do tabaco, a produção de leite e a plantação de milho.



Figura 19-Foto elucidativa da propriedade visitada.

Fonte: pesquisa de campo-Comunidade Pinhal Queimado (06/05/09) ⁴⁷.

O agricultor entrevistado fala que é plantador tabaco desde criança, o mesmo ocorre com a sua esposa. Plantam tabaco, segundo eles, por ser “**meio de sobreviver melhor, o leite é só uma ajuda**”. (família 07/entrevistado). Nesse momento, o agricultor que se mostra muito informado e entrosado. Relata da produção em escala e relaciona isso com sua propriedade, ou seja, com pequenas propriedades. Fala que pelo valor agregado que a atividade fumícola apresenta, ela é uma boa alternativa para sua propriedade.

Ambientalmente falando, dizem que utilizam agrotóxicos no cultivo de tabaco e milho, mas que na produção para o autoconsumo não. No momento o agricultor acrescenta, “**na verdade tá na terra**” (família 07/entrevistado), falando embora não passe agrotóxico nos alimentos é certo a presença deles. As embalagens são devolvidas para as fumageiras, uma vez por ano.

Os cuidados com os solos são poucos, pelo que percebo em sua fala, pois diz não utilizar o cultivo mínimo nem o plantio direto, embora pareça saber as

⁴⁷ Foto da propriedade. Escolhida por retratá-la.

vantagens. **“O certo mesmo era fazer na ladeira”** (família 07/ entrevistado). Comenta que este seria o primeiro ano que adotaria o sistema, mas que em função da seca, não poderá, pois, segundo, ele está muito seco e não dá para fazer a semeadura. Mas nesse momento fico em dúvida, por que nunca foi utilizada pastagens? Bem neste ano que a seca está influenciando ele resolve adotar?

O agricultor comenta que dos nove hectares que a propriedade possui, aproximadamente dois são de mata nativa, dizem que é **“porque eles não deixam derrubar”** (família 07/ entrevistado), sendo o eles referente aos órgãos ambientais. Mostra-se pouco preocupado com o meio ambiente, queria mesmo era derrubar a mata e cultivar, diz que assim aproveitariam a lenha e poderiam aumentar a área de plantio.

A propriedade possui pouquíssimos pés de eucaliptos e a lenha utilizada para a cura e secagem do tabaco é comprada. Dizem não plantar nenhum tipo de árvores em função de possuir pouca terra, e isso é visível, pois as poucas fruteiras que eu visualizei na propriedade são velhas e encontram-se secando e não estão sendo repostas.

A água utilizada para consumo é oriunda de fonte, segundo eles protegida, mas protegida do que? Dizem que já foi feita análise e que deu que ela é potável e em quantidade suficiente. Falam que a fonte se localiza na parte alta da propriedade e que, por isso, os venenos do fumo não chegam até ela. Quanto à fauna, dizem que veados, graxains e jacus são vistos com frequência na propriedade. Pergunto se vêem essa presença de forma positiva ou negativa, respondem-me que positiva, mas falam, **“o graxaim come milho e galinha, mas não atrapalha”** (família 07/ entrevistado).

Na propriedade utilizam adubos sintéticos no fumo e milho, e adubo orgânico na horta. A esposa fala: **“a piizada que trás da escola”** (família 07/ esposa), referindo-se aquilo que os filhos aprendem na escola e querem aplicar em casa. Fato este muito positivo.

Quanto aos órgãos ambientais, dizem nunca terem sido multados. **“Nós nunca fomos multados, mas o Osmar foi”** (família 07/ entrevistado). Pelo que entendi, Osmar é seu irmão. Fala como se tivesse medo e em seguida troca de assunto, fica claro que conhecem e sabem das leis e se “respeitam” o meio ambiente é por medo mesmo.

Questiono sobre sustentável, o que é sustentabilidade em sua visão, o entrevistado pára pensa e responde: **“sabe que é uma boa questão”** (família 07/ entrevistado), e em seguida diz: **“do jeito que a gente está continuando, seria”** (família 07/ entrevistado). Neste momento diz que a propriedade se manterá. Será sustentável ao longo dos anos pela forma que estão trabalhando, mas eu sinceramente não vejo assim, só pelo simples fato do solo já é um exemplo. Dizem dentre as ações que realizam para a sustentabilidade da propriedade pode-se citar o calcário. **“Se continuar a colocar calcário, sim”** (família 07/ entrevistado). Neste momento falam do sol, que se encontra muito quente e que este fato tem interferido na produção. Não conseguem relacionar com o meio ambiente, o entrevistado salienta acreditar que isso se deu a partir das bombas atômicas. Fala também que não pode ser pelos desmatamentos, porque no passado existia muito mais problemas ambientais.

Nos aspectos sociais, dizem serem sócios da Cotrilac, cooperativa de leite as quais são ou estão integrados, também são sócios da comunidade do Pinhal Queimado. **“Era sócio do sindicato e desisti, não vale a pena, só querem receber”** (família 07/ entrevistado). Dizem que oscilam entre momentos felizes e outros de preocupação. **“Tem horas que tá contente, horas que desanimo, mas tem que ir levando”** (família 07/ esposa). Sobre a relação com a fumageira (Intable), **“por enquanto está bem”** (família 07/ entrevistado). O entrevistado ressalta que se agir direito com a empresa, pagando as contas, a fumageira é boa. Parece-me que estão inseridos bem na lógica que a integradora quer que a dependência pareça positiva.

Sobre o futuro dos filhos, falam que mesmo a propriedade se mantendo seus filhos não pretendem ficar na agricultura. **“Se eles quiserem estudar que vão”** (família 07/ esposa).

Direcionando a entrevista para os aspectos econômicos, questiono sobre a produção agropecuária. O tabaco é a principal atividade econômica da família 07. Utilizam 2,5 hectares para seu cultivo, plantando 40 mil pés, produzindo com isso umas 350 arrobas, que em média são vendidas a R\$ 85,00 por arroba, resultando um montante bruto de R\$ 29.750,00 por ano. O leite aparece em segundo lugar na propriedade, onde possuem sete vacas e, no momento, seis estão em lactação. Em média dizem produzir 1.500 litros de leite por mês, que é vendido a R\$ 0,45

centavos, dando R\$ 675,00 por mês, bruto é claro. Por fim, o milho este que é produzido somente para a silagem para as vacas.

Como pretensão, dizem querer reduzir a plantação de tabaco e aumentar o plantel bovino. Mas que isso tem limites pelo tamanho da propriedade. Ela foi avaliada pelos entrevistados em torno de R\$ 70.000,00, mas dizem que sua propriedade vale pouco pela sua localização e por ser inclinada e que possui mais ou menos o mesmo valor em instalações e equipamentos. Instigo sobre a possibilidade de em uma emergência se possuem dinheiro guardado, em poupança, aplicação ou no banco. Riem e dizem que não possuem reserva nenhuma guardada e que se necessitassem com urgência teriam que pedir emprestado. Comentam que não tem dinheiro por estarem investindo na propriedade, mas que mesmo assim estão em melhores condições hoje do que há cinco, dez anos atrás.

Dizem utilizar o Pronaf como forma de financiamento, que já foi adotado para a aquisição das vacas leiteiras. Isso ocorreu há três anos, quando iniciaram a atividade.

Quanto à saúde da família dizem nunca terem tido problemas, não relacionados ao uso de agrotóxicos. **“Graças a Deus, esse acho que não”** (família 07/ esposa).

Sobre a assistência técnica fiz pouquíssimas entrevistas e já ficou bem clara a existência da visão reducionista, segmentada, onde o técnico do leite trata dos problemas do leite, o técnico da fumageira cuida do fumo, e ninguém vê a propriedade inteira. Dizem que o técnico do leite visita a propriedade uma vez por mês. Sobre o instrutor da fumageira, diz **“ele é muito atencioso”** (família 07/ entrevistado). A extensão pública, por meio da Emater não atende a propriedade, acrescenta: **“ontem fui falar com a Emater e eles me mandaram para a secretária da agricultura”** (família 07/ entrevistado). Pelo desenvolver da conversa fica claro que queria fazer análise de solos e redirecionaram o para a prefeitura.

Caso a produção de tabaco fosse extinta ou mesmo que fosse reduzida no Brasil em função das políticas e programas federais sobre o controle do tabaco, dizem que seriam afetados. Afirma que, em geral, todas as pequenas propriedades sofreriam ou sofreriam com essa medida. No caso dele em especial, poderia ampliar a produção de leite, mas ele tem limitações geográficas para isso, pois onde a terra é “dobrada” é que plantam fumo. Acrescenta que aviários e chiqueiro de suínos são atividades de alto investimento, e por isso não poderiam adotar.

Ao mesmo tempo em que parecem demonstrar preocupação, parecem não acreditar, ou achar que não pode ser possível que um dia se vá parar de plantar fumo. Parece que não estão sentindo as novas medidas na produção de fumo. Após o fim desta discussão olho para o relógio e já passava das 11 horas da manhã, agradeço, despeço-me e vou embora.

Hoje, quinta-feira, dia 07 de maio, manhã seca, seca e fria, após traçada uma meta, direciono-me até a comunidade Linha Torres Gonçalves a fim de buscar novas e diferentes informações. Esta comunidade localiza-se a onze quilômetros do centro da cidade. A família visitada é composta por três membros. A entrevistada de 26 anos, com segundo grau completo, seu esposo de 27 anos e tendo estudado até a 5ª série e seu sogro com 61 anos, segundo a entrevistada, analfabeto.

Ao chegar à propriedade, já passava das 8 horas da manhã, encontrei a família dormindo. Chamei e a agricultora, que foi minha colega durante todo o primeiro grau, levanta apavorada com a minha visita, mal sabia ela quais eram os interesses.

Conversamos, fofocamos e em seguida falo para ela sobre minha pesquisa, meu mestrado, então ela diz que posso perguntar o que quero saber, sem problemas. A propriedade possui 2,5 alqueires de terras, ou seja, 6 hectares, diz que plantam 35 mil pés de tabaco, que possuem aproximadamente um hectare de erva-mate e o restante da propriedade é potreiro e instalações. A agricultora entrevistada diz que plantam tabaco e a erva-mate para a venda e milho, feijão e demais alimentos para o autoconsumo, além de seu esposo realizar a doma de animais como forma de renda extra.

Apesar de jovens, o casal sempre realizaram o cultivo do tabaco, desde antes de casados, pois os pais de ambos, já eram plantadores. Pergunto qual o principal motivo que os levam a realizar o cultivo, imediatamente a entrevistada fala: “**é a principal renda que se tem pra cá** (região)” (família 08/entrevistada). Acrescenta que em Arvorezinha não se tem outra saída, reclama que apesar do fumo proporcionar renda não estão conseguindo guardar uma reserva de dinheiro, “**na verdade fumo dá dinheiro**”⁴⁸ (família 08/entrevistada). Conta que casaram há cinco anos e que nesse meio tempo construíram a casa e as instalações. Fala então

⁴⁸Muitos agricultores têm discursos contraditórios. Reclamam que o cultivo de tabaco não dá dinheiro, mas ao mesmo tempo, quando questionado sobre substituição, rentabilidade, eles ressaltam que a atividade fumícola proporciona renda.

que o principal motivo que os levam a plantarem o tabaco é financeiro e ressalta que economicamente o fumo é viável.

Com os cuidados na propriedade, ou seja, aspectos ambientais, dizem fazer o uso de agrotóxicos no tabaco e milho, **“menos na erva”**. A agricultora comenta que guardam as embalagens e as devolvem as para a firma, **“já vem da (empresa) um saco para guardar”** (família 08/entrevistada). A aquisição dos agrotóxicos é pelo sistema de integração com a fumageira **“raramente se compra fora”** (família 08/entrevistada). Já na produção para subsistência dizem não utilizarem venenos. **“É tão pouco que vamos com a enxada mesmo.” “A gente procura não colocar já que é para comer”** (família 08/entrevistada). Nesse sentido fica uma ambigüidade, ou não utilizam pelos dois motivos, por ser uma pequena extensão e/ou por ser para a alimentação da família.

Em relação aos cuidados com os solos, dizem que no ano passado utilizaram o sistema de plantio direto. **“O ano passado foi feito, neste ano não”** (família 08/entrevistada), comenta que normalmente não aderem o sistema por falta de equipamentos, e que este ano em especial não farão pela seca que está impedindo de realizar a semeadura da pastagem. A entrevistada diz que na propriedade possui mata, na verdade fala que tem uns pés de mato, pouca coisa. **“Não é muita coisa, mas tem uns pés”** (família 08/entrevistada). Ela diz que eles mantêm em função de possuir uma fonte de água nas proximidades, conta que a propriedade possuía muitos pinheiros, mas que há alguns anos eles caíram com um forte temporal. Na propriedade plantam árvores para frutas, como pêssego e laranja. A lenha utilizada para a secagem do tabaco é de eucaliptos comprados.



Figura 20 – Foto da casa da família entrevistada

Fonte: pesquisa de campo-Linha Torres Gonçalves (07/05/09) ⁴⁹.

A água utilizada na propriedade é de poço, mas possuem fonte também. Conta à história do poço, que foi feito há poucos anos por um “especialista” de Passo Fundo, que custou R\$ 3.500,00. Diz que a fonte é protegida (coberta), com água em quantidade e qualidade suficiente. **“A Nossa é boa, até estranho quando tomo em outras casas”** (família 08/entrevistada). A entrevistada comenta que passa um riozinho, uma espécie de sanga na propriedade. Referindo-se a fauna, diz que se vê bastante, mas, **“se vê mais lebre e ouriço”** (família 08/entrevistada). Conta que os vizinhos caçam, e que um dia desses mataram um veado, mas com ar de pena diz: **“se estou junto não deixo matar”** (família 08/entrevistada).

A família utiliza adubo químico no cultivo do tabaco e no de milho; na horta usam o orgânico. Sobre a presença de erosão, ela diz que é visível que na propriedade, mas que procuram cuidar, **“a gente sempre cuida para fazer as vergas a favor, mas tem erosão”** (família 08/entrevistada). Mas claro, já havia mencionado que não fazem plantio direto, nem cultivo mínimo e isso até já era de se

⁴⁹ Foto da casa da entrevistada. Nela é retratada a existência de árvores frutíferas.

esperar. Quanto à topografia da propriedade, a entrevistada fala: **“plana, plana não é”**, mas não possui pedras.

Pergunto sobre o lixo, o que fazem que destino dão para o lixo seco produzido. Imediatamente me diz **“eu queimo”** (família 08/entrevistada). Diz que na comunidade não tem recolhimento e que, por isso, fica praticamente impossível de estocar. Conta o fato de que quando ela e seu esposo eram os presidentes da comunidade tentaram organizar os moradores para que estes estocassem na sede da comunidade, para esporadicamente chamarem a prefeitura e recolher, mas que isso não deu certo, pois ninguém tinha o hábito de levar.

Sobre a legislação, e os órgãos ambientais ela fala, **“a gente achava que não existia”** (família 08/entrevistada), mas conta que após um vizinho ter sido multado começaram a acreditar. Sem perguntar nada, a entrevistada acrescenta, mas **“acho positivo”**, que deviam ser mais rigorosos. Achei bem legal, quando ela fala que as pessoas não estão percebendo que as bruscas mudanças na natureza, enchentes e secas tem relação direta com os “estragos” ambientais. A fala dela é bem consciente, mas suas idéias não correspondem aos fatos, pois não tem cuidado com os solos e queimam o lixo.

Para a agricultora propriedade é sustentável **“a propriedade é sustentável quando se consegue viver com o que se tira dela”** e **“a nossa pode ser considerada sustentável”** (família 08/entrevistada). E fala que para permanecer ao longo do tempo, deve-se colocar o que foi retirado. Pergunto se a propriedade deles é ou será sustentável **“eu acho que vai ser sustentável, procuro cuidar da água do solo, colocar o que se tira.”** (família 08/entrevistada).

Nos aspectos sociais, são sócios do sindicato dos trabalhadores rurais e da comunidade Linha Torres Gonçalves, **“estava na diretoria até o ano passado”** (família 08/entrevistada). Sobre achar positivo ou não tais formas de associação ou cooperação fala que é positivo cita o exemplo do STR, que dá descontos em farmácias, hospitais, psicólogos. Nesses exemplos só aparece à questão da saúde! E sobre a sociedade na comunidade pelo sentimento de pertencimento, pela catequese dos futuros filhos.

No sentido de se encontrarem felizes, infelizes, animados ou não, fala que no momento o que os preocupa é a questão do tabaco, da demora das integradoras em pagar o produto, além de reclamar do preço. Sentem-se angustiados e não sabem o que fazer, **“está triste a situação do fumo”** (família 08/entrevistada), mas

finaliza o assunto dizendo não quer nem lembrar tudo o que já passou quando tinha depressão e sente medo que esta volte.

Com a integradora parece não estarem muito contentes, “**não estou muito contente não**” (família 08/entrevistada), comenta a relação de dependência, fala que pela dívida com a empresa, ela paga mal o fumo e não manda o dinheiro. Reclama que este ano⁵⁰ a compra foi ruim, os insumos com altos valores e os baixos preços do tabaco. Eles são integrados as empresas Universal Leaf Tabacos e INTABLE.

Falando-se em futuro, pretendem ir embora, mas pela falta de estudo eles tem medo. Também fala do fato de empregado ser mandado e que o seu marido não iria se adaptar. A entrevistada fala que já pensou várias vezes em trabalhar fora da propriedade para contribuir com esta renda, mas que isso refletirá na falta de mão de obra. Diz que também gostariam de colocar aviário ou chiqueiros, mas que isso tem um investimento muito elevado, mas “**pretendo parar com o fumo, achar outra alternativa**” (família 08/entrevistada).

Nesse momento minha ex-colega reclama de ter estudado, pois ela tem magistério e de não utilizar isso, acabando por plantar fumo. Sobre o futuro, apesar de o casal não possuir filhos, “**se pensar não se tem filho nunca**” (família 08/entrevistada), diz que pretendem um dia ter, mas têm medos, aflição, apreensões com o futuro, e por isso lhes falta coragem de tê-los.

Economicamente falando, plantam 35 mil pés de fumo em 2 hectares de terra, isso em média segundo a entrevistada dá 450 arrobas e venderam a R\$ 70,00 por arroba, resultando bruto, R\$ 31.500,00. A erva-mate plantada em 1 hectare proporciona 500 arrobas (@) a cada dois anos e é vendida em média a R\$ 4, 60 arroba, dando R\$ 2.300,00. A propriedade foi avaliada em R\$ 100.000,00, mas ela ainda é do sogro e diz que possuem uns R\$ 40.000,00 em instalações e equipamentos. Falam que possuem uma pequena reserva financeira no banco e reafirma que o fumo proporciona rentabilidade. “**Só não temos mais porque estamos plantado há pouco tempo**” (família 08/entrevistada). Refere-se a plantarem para eles e não para dar para seus pais e dá o exemplo dos seus pais que atualmente tem menos dinheiro que ela e seu marido.

⁵⁰ O ano agrícola que a entrevistada está se referindo é o ano da atual pesquisa, ou seja, safra 2008/2009.

Fala que atualmente estão bem, casaram-se há cinco anos e agora possuem liberdade para administrar a propriedade. Fazem o uso de financiamento, o Pronaf para o plantio do milho, diz que é de somente R\$ 1.500,00 reais por ano.

Quando introduzo a questão da saúde com ar de espanto diz que nunca teve/tiveram problemas com os agrotóxicos ou o fumo em geral. Conta que doente sempre foi, fala da renite, bronquite, asma e depressão, mas que isso não tem relação com o fato de plantar fumo. **“Problemas sempre se tem, mas acho que não são do fumo”** (família 08/entrevistada).

A assistência técnica recebida na propriedade é do técnico da fumageira. **“A gente recebe do instrutor de fumo”** (família 08/entrevistada). Consiste em tirar dúvidas sobre algum problema que ainda não haviam defrontado. A assistência pública, Emater, **“só se pedir”** (família 08/entrevistada). E as atividades dessa é poda de fruteiras, água, mas ressalta que não é nada regular, só quando solicitada.

Para finalizar falo do tabaco, da possível redução no plantio, do controle, enfim das ações governamentais. A entrevistada menciona: **“claro que vamos (sofrer)”** (família 08/ entrevistada), referindo-se a terem problemas no futuro, ou até sofreriam/sofrerão com estas ações. Fala que o fumo é a principal atividade deles e que certamente terão que achar outra coisa para fazerem, apesar de se mostrar preocupada diz ser favorável a estas medidas. Fala que de certa forma será um problema, pois é impossível plantar milho, soja e feijão na propriedade por ser de pequeno porte, e além da sazonalidade, fala que o fumo é bem tranquilo que ele resiste mais a secas ou chubaradas de que outros cultivos.

Ela acrescenta que sempre tiveram interesse em diversificar a propriedade, cita o exemplo de pepino e mirtilo, mas levanta os problemas de mão de obra.

Encerro, agradeço e vou-me embora, quase 11: 30 horas, e como falei cheguei pouco passado das 8 da manhã. Acho que tenho delongado demais nas minhas entrevistas.

Dia 08 de maio, muito frio, após combinar com um amigo e colega de graduação deslocamo-nos até a Linha Gramado para a realização de duas entrevistas. Convidei o meu colega em função de conhecer melhor à localidade e possuir uns parentes lá.

A propriedade localiza-se a dois quilômetros do centro da cidade e nela reside a família 09 composta por cinco membros. A agricultora entrevistada seu esposo e os três filhos do casal. A entrevista se deu no galpão, pois a família encontrava-se lá

classificando tabaco. Basicamente a conversa se deu com a agricultora, ficou bem claro que quem dá as ordens lá é ela.



Figura 21-Entrevistada classificando as folhas de tabaco durante a entrevista

Fonte: pesquisa de campo-Linha Gramado (08/05/09) ⁵¹.

A agricultora entrevistada possui 41 anos e estudou até a 5ª série, seu marido possui 51 anos e cursou somente a 2ª série. Os filhos possuem 19, 16 e 12 anos. Um tem segundo grau e mora na cidade de Marau, onde trabalha em uma empresa. O outro filho está no segundo ano do segundo grau e a menina estuda na 5ª série.

Moram na propriedade há quatro anos, depois que compraram a área. Antes trabalhavam de agregados, dando metade de produção. A proprietária possui uma área de 3,45 ha, dizem que ainda estão pagando e que este ano acabará a dívida. A entrevistada fala que dessa área apenas um pequeno pedaço é banhado, as demais são propícias para o plantio.

Pergunto sobre o tabaco, há quantos anos desenvolvem a atividade, a agricultora comenta sempre ter sido plantadora, mas que seu marido nos primeiros

⁵¹ Foto retirada durante a entrevista, enquanto a entrevistada classificava fumo no galpão.

oito anos de casados era cobrador de ônibus, porém, mesmo assim, ele conciliava o emprego com a atividade agrícola. Ou seja, sempre cultivaram tabaco.

O principal motivo que os levam a cultivar o tabaco é econômico. **“Na verdade ainda para a agricultura o que dá renda é o fumo”** (família 09/entrevistada). A entrevistada comenta que foi com o cultivo do tabaco que conseguiram comprar a terra; e fala que plantar feijão ou milho é pior, **“o fumo é o que mais dá”** (família 09/entrevistada). Fica evidente, portanto, que o motivo que os levam a plantar o tabaco é de natureza econômica.

Introduzo a questão dos agrotóxicos, quando a entrevistada diz que fazem seu uso no tabaco. Sobre as embalagens, **“a gente faz tríplice lavagem e devolve”** (família 09/entrevistada). A empresa passa recolhendo as embalagens no colégio da comunidade. Já nos demais cultivos, não utilizam agrotóxicos. **“A gente planta só os pouquinhos”** (família 09/entrevistada), referendo-se que não aplicam agrotóxicos por ser em pequena extensão e não pela saúde. Nos cuidados com o solo diz utilizarem do cultivo mínimo. **“Acho que é cultivo mínimo”** (família 09/entrevistada), dizendo que plantam o pasto e depois fazem à secagem deste. Quanto as queimadas dizem que não realizam.

A agricultora fala que em sua propriedade não há a presença de mata nativa. **“Acho que não existe aqui nosso pedacinho não”** (família 09/entrevistada). Mas no decorrer da fala percebo que possuem pinheiros no meio das lavouras, e isso é visto negativamente, pois segundo eles só atrapalha no cultivo do tabaco. Sobre o plantio de árvores, dizem que não o fazem pelo frio. **“Na verdade o que planta morre com o frio”** (família 09/entrevistada). A localidade é uma das mais frias da região, dizem que tudo o que plantam morre com o gelo, e ainda: **“nem dá para reflorestar porque senão fica sem terra para a planta”** (família 09/entrevistada). A entrevistada fala isso dizendo que não podem fazer o plantio de eucaliptos em função de possuírem pouca terra, por isso a lenha que usam é comprada.

Questiono sobre a fauna, se percebem a existência de animais do “mato”, a entrevistada rindo diz que não. Sobre a água, a propriedade é abastecida por um poço artesiano próprio, contam que o antigo proprietário possuía aviário e construiu então o poço. Sobre a quantidade, **“fosse ter mais 4 ou 5 moradores tinha para todos”** (família 09/entrevistada). Falam que na propriedade também tem uma fonte. Há a utilização de adubos químicos no fumo e na horta dizem utilizar adubos

orgânicos. **“A gente deixa o (esterco) de gado enxugar e usa esse”** (família 09/entrevistada).

Os proprietários dizem não sentirem a presença da erosão, falam que a propriedade é plana. Dizem que esse foi, inclusive, um dos motivos que os levou a adquirirem essa terra, além do fato de ser bem localizada, ou seja, próxima da cidade, de escola.

Na comunidade Linha Gramado há a coleta do lixo seco, e eles dizem que é isso o que fazem com o lixo produzido, e que o lixo de cozinha cascas restos de erva, por exemplo, são jogados nas roças.

Sobre a legislação, e seu órgão de fiscalização, dizem saber que existem. **“É claro que existe”** e diz: **“em parte ele é rigoroso”** (família 09/entrevistada). Nesse momento comentam sobre as pessoas que são muito ambiciosas e acabam derrubando tudo o que possuem. Falam de um vizinho que derrubou muitos pinheiros e eles gostariam de derrubar alguns que estão espalhados pela propriedade e acabam não fazendo de medo. Nesse instante fica claro que se não fosse o medo da multa já teriam derrubando seus poucos pinheiros também. O discurso é confuso não se sabe se estão criticando o vizinho ou se gostariam de fazer o mesmo.

Ao finalizar a parte dos aspectos ambientais, questiono sobre o que é sustentável, tanto a entrevistada quanto o esposo ficam quietos, respiram e ela diz: **“quando (a) compramos não produzia nem alho”** (família 09/entrevistada). Ou seja, utiliza dessa frase para caracterizar que a propriedade quando adquirida não produzia, e que atualmente a renda é satisfatória com o cultivo do tabaco. Quanto ao que estão fazendo para que ela permaneça ao longo dos anos, ou seja, para que seja, ou se torne sustentável dizem: **“Na verdade a gente investe em cima, faz análise da terra, coloca esterco e calcário”** (família 09/entrevistada). Vejo que não se referem aos cuidados mais complexos como a água, e nem a mata, pois não há mais o que derrubar.

Nos aspectos sociais pergunto se são sócios de alguma cooperativa ou associação. Não sei por que, mas pensam, olham-se e demoram a responder que não. **“Não sei, mas é só para se incomodar mesmo”** (família 09/ esposo). Eles me explicam que não participam de sindicatos nem de associações por que essas relações trazem aborrecimento. Mas da comunidade são sócios, participam das festividades e sempre que solicitados cooperam. Instigo sobre felicidade, aflições,

dizem-me que não se sente nem tristes nem alegres. **“Feliz poucos dias a gente é (feliz)”** (família 09/entrevistada). O casal brinca falando sobre as insatisfações e pretensões, falam principalmente em dinheiro, ou da falta dele. Sentem-se angustiados, gostariam de melhorar a casa e as instalações, acrescentam que sofrem com o futuro dos filhos.

Na relação com a integradora, dizem trabalhar com a INTABLE, reclamam dos baixos preços pagos pelo fumo, bem como dos elevados preços dos insumos. E sobre o futuro, pensam na aposentadoria. **“Daqui há dez anos estou quase me aposentando”** (família 09/entrevistada). A pretensão é parar com o cultivo do tabaco, e plantar feijão e criar vacas de leite para a subsistência da família. Sobre seus filhos dizem que a pretensão é que estes saiam da agricultura, deixam bem claro que gostariam que eles estudassem e saíssem do meio rural. O filho mais velho já fez isso inclusive, mas não está estudando, porém a pretensão é no ano seguinte iniciar um curso superior. **“Eu incentivo que estudem e que saiam da agricultura”** (família 09/entrevistada). Comenta que não deseja que seus filhos abandonem o meio rural, mas que estudem e parem de plantar tabaco. Também falam do uso de agrotóxicos na fumicultura e relacionam isso a pretensão de parar de plantar.

Em relação às questões econômicas da propriedade, se planta 42 mil pés de tabaco produzindo em média 500 arrobas que são vendidas a uma média anual de R\$ 87,00 por arroba, representando o valor bruto de R\$ 43.500,00. Mas vale ressaltar que, 20 mil pés são plantados em área arrendada, elevando assim o custo de produção. Ainda, tratando dos aspectos econômicos, a propriedade que é de aproximadamente 3,5 hectares foi avaliada pelo agricultor por R\$ 70.000,00, diz que esse valor incluiu-se as instalações e que não se encontram em boa situação.

Sobre a sua capitalização, em suas falas já fica evidente que não estão. Pois, da condição de meeiros há quatros anos passaram a proprietários e isso tem um custo. Além de passarem todo o tempo reclamando por querer reformar a casa, o forno, os galpões. Dizem que não possuem nenhuma reserva financeira, mas que essa é uma pretensão futura, de quando terminarem de pagar a terra. A família faz uso de financiamentos, dentre eles o Pronaf Custeio e o Pronaf Investimento. Riem e dizem que esse dinheiro foi para comprar uma carroça, moto-serra e uma junta de bois.

No quesito saúde, dizem que não apresentam nenhum problema que possa estar relacionado com aos agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco, “**acho que não**” (família 09/entrevistada) mostrando pouca convicção. Acende um cigarro e fala que tem problemas na coluna e que isso é de tanto trabalhar.

A assistência técnica recebida é do técnico da fumageira, e não há atuação da Emater, ou seja, nada de novo em relação as das demais propriedades visitadas. Mas parece que não se preocupam com isso.

Antes de finalizar, questiono sobre a Convenção Quadro, explicando em que ela consiste, pergunto sobre o que pensam, se acreditam que podem ser afetados. Pensam, balançam a cabeça, fazem silêncio e ela diz: “**com certeza para a agricultura vai ser ruim**” (família 09/entrevistada). Percebo que fala de uma forma muito genérica, mas depois entendo, pois de fato não se coloca no meio por pretender parar de cultivar tabaco em “pouco” tempo. Só, não sei se isso será viável, pois o tabaco é a única atividade desenvolvida pela família. A entrevistada diz que mesmo apresentando dificuldades e ser fumante é a favor destas medidas. Quanto às possíveis alternativas para a diversificação da propriedade, levantam novamente a questão de possuírem pouca terra, “**sofreria por ter pouca terra**” (família 09/entrevistada), diz que gostariam de plantar erva-mate, mas não tem área para isso, além de ressaltar as dificuldades climáticas “**até gostaria (diversificar), mas é muito frio**” (família 09/entrevistada).

Fecho esta entrevista me questionando e repensando minhas ações de futura extensionista, a questão da visão holística, pois, sem considerar as especificidades não haverá plano de desenvolvimento que resolva, me refiro ao clima mesmo, que nesta propriedade é um forte limitante.

Assim, encerro a entrevista, agradecendo e me direcionando a outro morador da mesma comunidade, já se aproximava das 10 horas de manhã e parecia estar ainda mais frio e escuro.

A família entrevistada (10) estava classificando as folhas de tabaco no galpão, eu não os conhecia, por isso cheguei me apresentando falando que era estudante da UFSM, da minha pesquisa, etc. Fui bem recebida e direcionada para o galpão. Após alguns minutos de conversa já me sentia em casa, eles conheciam meus avós, minha mãe, enfim, a família toda.

A família 10 é composta pelo casal, ambos com 52 anos de idade, e duas filhas de 17 e 12 anos, com segundo grau completo e 7ª série, respectivamente. O casal possui mais duas filhas casadas que não moram mais na mesma propriedade.

A propriedade é composta por 5 hectares, mas a família possui outra área na mesma localidade com mais 7,5 hectares. Nela são desenvolvidas as atividades tabaco, erva-mate e leite, sendo o leite transformado em queijo para a venda. Sobre há quanto tempo desenvolvem a atividade fumícola dizem “**nascemos dentro do fumo**” (família 10/entrevistado), referindo-se que seus pais já eram plantadores e que desde criança trabalham nesta atividade.



Figura 22-Galpão utilizado para armazenar o tabaco após a cura e secagem das folhas.

Fonte: pesquisa de campo- Linha Gramado (08/05/09).

Questiono sobre o fumo, o porquê de plantarem ou se gostam de fazer isso e imediatamente respondem-me “**maldito dinheiro**” [mas é porque], “**se faz com um pouquinho de terra**” (família 10/entrevistado). O agricultor e sua esposa, pois a filha não falou nenhuma palavra, deixam claro que não plantam fumo por gostar, mas pela renda que a atividade proporciona em pequena extensão de área, a questão de

apresentar alto valor agregado. E isso é quase inegável, e que me deixa apreensiva como profissional.

Busco direcionar a conversa para os aspectos ambientais, e falo em agrotóxicos. Eles me contam da dependência que possuem com os “venenos”. **“Imagina se não se usa”, “se não fosse com o veneno a gente não fazia nada”** (família 10/entrevistado). Mas falo em subsistência e produção para o consumo familiar e dizem que nos alimentos não se utiliza agrotóxicos. **“As coisas que é comida, não”** (família 10/entrevistado). Fica clara a relação para venda “sim”, para consumo “não”, desse modo, vejo que sentem alguma apreensão, para não dizer medo, quanto ao uso de agrotóxicos. Em relação às embalagens, como na maior parte dos entrevistados, a pós a lavagem é devolvida para a integradora.

Nos cuidados com o solo, dizem **“a maioria, 100% cultivo mínimo (...) é melhor para proteger o solo”** (família 10/entrevistado). O entrevistado comenta que há alguns anos vem adotando esse sistema, pois percebia que os solos estavam se esgotando, eram muitas lavradas, que acabam lavando a terra. Sobre a existência de mata nativa na propriedade dizem haver, mas que muito mais não podem deixar em função das limitações da propriedade, já que possuem pouca terra. Mas, **“tem nas veredas (margens) dos rios por tudo”** (família 10/entrevistado). Isso significa que na propriedade passa um rio, e dizem que manter o mato em função das águas para preservá-las. Ainda falando em árvores, lembra-se que a propriedade também possui eucaliptos para a secagem do tabaco, o que mostra ser “sustentável” na lenha, não necessitando fazer a aquisição desta. Falam que não plantam árvores, mas conservam as que possuem.

Nos recursos hídricos da propriedade, além do rio mencionado acima, possui duas fontes, uma localizada na mata e outra que é a protegida pelo sistema adotado pela Emater, a qual abastece a família. Esse assunto torna-se polêmico, pois Arvorezinha e o Estado em geral estão passando por um momento de estiagem. A família parece sensibilizada com a falta da água e contam que uma das filhas, juntamente com o marido que moravam na Linha Torres Gonçalves, estão abandonando a propriedade em função de não terem água para tomar.

Sobre a fauna e os animais silvestres tenho uma surpresa, pois até então me parecia que eles eram bem cuidadosos, com a água, solo, mas sobre os animais. **“Tem, mas a gente sai as catas (...) só se escapa se não consigo matar”** (família 10/entrevistado).

Na propriedade são utilizados adubos químicos e orgânicos. O químico é usado no cultivo de tabaco e o esterco de aviário e de gado na erva-mate. Classifica-se a propriedade como plana e não há a presença de erosão. **“Nas nossas áreas não, a gente cuida”**. (família 10/entrevistado). O lixo é, em parte, reciclado, pois dizem que tem um senhor que passa de carrocinha recolhendo, e o restante é recolhido pela prefeitura. **“O caminhão recolhe”** (família 10/entrevistado). O lixo produzido na cozinha é utilizado como adubo na horta.

Pergunto a respeito da legislação ambiental e dos órgãos de proteção ao meio ambiente, rapidamente com ar de graça o entrevistado menciona: **“atuaram, já multaram, agora quero distância”** (família 10/entrevistado). Nesse momento, eles contam o porquê de terem sido multados, dizem que foi por ter cortado quatro ou cinco pinheiros.

Na visão dos entrevistados, sustentável é levar controlado, cuidar. Dizem proteger a água, cuidar dos solos, fazem análise, curva de nível, cobertura verde e que isso manterá a propriedade, deixará a produzindo no futuro. No início da fala pareceu-me que sustentável era mais no sentido econômico, controlar, gerir, mas quando perguntei o que faziam para que a propriedade pudesse produzir se manter no futuro é que me responderam as ações citadas.

Nos aspectos sociais, dizem serem sócios da comunidade Linha Gramado e que até recentemente eram sócios do STR, mas no período de eleições, após discutir com o Presidente, por motivos eleitoreiros, ele se afastou. Fala que também são sócios da cooperativa Coagrisol, mas que ela não traz grandes benefícios, mas o sindicato sim era positivo. Ri, balança a cabeça e diz que terá que voltar para o STR.

Dizem estarem muito felizes, pois neste ano ganharam dois netos, e sendo um deles homem. Já possuíam quatro filhas e estavam à espera do homem da família. Dizem que quanto à crise sempre é de se pensar, mas que de alguma forma ou de outra se dá um jeito. E relacionando com a fumageira que são integrados, a Intable, o agricultor fala: **“nem se responde, todas as empresas exploram”** (família 10/entrevistado). Fica claro que se sentem explorados e dependentes, acrescenta, **“assim é, e assim sempre vai ser”** (família 10/entrevistado), referindo se a questão do grande manipular os pequenos, mas fala de uma maneira que parece estar conformado, que as coisas são assim e não se pode nem deve mudá-las. Como os

demais entrevistados, reclama dos preços dos insumos serem muito caros, em relação aos preços pagos pelo fumo.

Questiono sobre o futuro, suas pretensões, se vai continuar a cultivar tabaco, parar, sair da agricultura, permanecer, etc. Diz “**sair (agricultura) nunca, quem não tem estudo tem que se....**” (família 10/entrevistado) e não continua a frase, mas engraçado ou coincidente diz que pretende se aposentar e cuidar só da erva e ficar bem longe do tabaco. O legal da entrevista é que tudo foi dito com alegria, rindo e brincando. E sobre o futuro dos filhos, “**faculdade não consegui dá para nenhuma**” (família 10/entrevistado). Sinto a insatisfação e frustração do entrevistado que continua dizendo que na roça é muito difícil. Elas querem permanecer, apesar delas trabalharem muito, por necessidade e não por gostar, finaliza o pai “**O fumo deu o que temos, mas se pudéssemos [iríamos] fazer outra coisa**” (família 10/entrevistado).

Então, pergunto sobre os aspectos econômicos da propriedade, a principal fonte de renda e, aproximadamente, em reais, quanto elas representam. O tabaco é a principal atividade, plantam 65 mil pés e utilizam para isso 4 hectares, que em média produz 650 arrobas, vendidas a R\$ 90,00 por arroba. Ou seja, o montante bruto é de R\$ 58.500,00. Percebe-se que esta família diz vender o fumo a um preço mais elevado, e isso pude ver e comparar com as demais que se encontravam no galpão. De fato o fumo deles é muito bonito.

Como segunda atividade, a propriedade conta com a erva-mate, plantada em 3 hectares produzindo 700 arrobas a cada dois anos, esta vendida atualmente a R\$ 6,50 por arroba, dando R\$ 4.550,00 reais. Por último vem à venda do queijo que a esposa fala dar em torno de um salário mínimo por mês, ou seja, R\$ 465,00.

Ainda tratando dos aspectos econômicos, os entrevistados avaliam suas áreas em R\$ 280.000,00 e dizem que em casa e instalações tem mais uns R\$ 60.000,00 investidos. Pergunto se possuem alguma reserva financeira dizem que pouco só para a manutenção, pagar a luz, telefone, procuram investir na propriedade e não guardar a moeda em si.

Questiono se se sentem melhores ou piores economicamente do que há cinco, dez anos atrás, rapidamente sem pensar respondem “**hoje, né**” (família 10/entrevistado). Dizem fazer uso de financiamento, o Pronafinho de R\$ 2.000,00, 3.000,00 reais anuais.

Trocando de assunto e, agora, querendo saber sobre a saúde, pergunto se tiveram, ou tem algum problema de saúde, que, poderiam relacionar com os agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco. O entrevistado acendendo um cigarro diz: **“com o veneno não, mas com o cigarro sim”** (família 10/entrevistado). E sobre os agrotóxicos ele diz que não e usa do fato estudado academicamente, sou forte, me cuido e por isso não me acontece nada. **“A gente se cuida um pouco”** (família 10/entrevistado).

A assistência técnica é recebida da fumageira. **“Só a do instrutor de fumo”** (família 10/entrevistado). Mas falam com intimidade que a Emater é bem acessível **“se precisar é só chamar o Cléber que ele vem”** (família 10/entrevistado), embora dizem que a Emater tem se envolvido mais com os produtores de laranja no município.

Para finalizar a entrevista, introduzo as mudanças governamentais, falo sobre as políticas e programas de erradicação do tabaco e questiono sobre suas posições e opiniões sobre isso. Ficam angustiados e falam por serem pequenos proprietários e por isso terem menos saída, falam que caso o fumo fosse extinto não passariam necessidade, mas certamente seriam afetados. Parece-me que a esposa sente-se mais apreensiva, diz que se não plantarem mais fumo terão que cortar o telefone, luz e outros gastos. Dizem que existe o interesse em fazer outras atividades, que já trabalharam com o aviário e com a criação de suínos, mas que não gostam de fazer isso e dizem que em caso de necessidade eles fariam.

Com este assunto encerro a entrevista, afinal já passava das onze e trinta da manhã, vale ressaltar que gostei muito de realizar esta entrevista e conhecer esta família.

Ainda em Arvorezinha e em um sábado ensolarado, dia 09 de maio, logo após o meio dia, levada pela minha afilhada, direciono-me para duas “novas” localidades do município. A idéia em chegar cedo na casa é que segundo informações o entrevistado é muito ocupado e poderia não estar em casa mais tarde, já o segundo entrevistado da tarde já havia sido comunicado.

A propriedade 11 é de um agricultor que foi vereador⁵² do município por alguns mandatos é o dito “colono forte” e articulado. Sua propriedade se localiza, na linha São Roque, distante a cerca de cinco quilômetros da cidade de Arvorezinha.

⁵² Foi vereador pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

A família é composta pelo agricultor de 53 anos com escolaridade 8ª série, sua esposa com 49 anos e que atualmente cursa pedagogia, e três filhos, um de 21 anos, e dois com 18, todos cursando o ensino médio. A esposa é professora do ensino fundamental em meio turno em sua comunidade.

A família possui várias áreas de terra além da propriedade onde residem. As propriedades se localizam em várias localidades do município, mas, segundo o agricultor, juntas totalizam aproximadamente 68 hectares. Nelas são desenvolvidas as plantações de milho em 31 hectares, tabaco em 2 hectares, de erva-mate em 15 hectares, além de possuírem um aviário de 100 m² no sistema de integração vertical.

Questiono sobre há quantos anos plantam tabaco e respondem-me “**sempre plantamos fumo**” (família 11/entrevistado), dizem que pararam com a atividade por dois anos, mas voltaram a cultivar. O principal motivo que os levam a plantar tabaco é financeiro. Mas pensa, respira diz: “**para ter uma renda a mais**” (família 11/entrevistado). Contam que nesse ano foi plantado tabaco para comprar um carro para o filho mais velho, uma espécie de renda extra. Ressaltam que certamente não plantam tabaco por gostar. “**Ninguém gostaria de plantar fumo**” (família 11/entrevistado), mas acrescenta que pela renda as pessoas acabam se submetendo. Esse discurso é visto em praticamente todas as entrevistas, mas por que não gostam de plantar tabaco?

Por meio da conversa, direciono para os aspectos ambientais e questiono sobre o uso de agrotóxicos, dizem utilizar, mas “**só o necessário**” (família 11/entrevistado). No milho é para o inço, no tabaco usam para o inço e para o broto. Dizem devolverem as embalagens de agrotóxicos para a empresa. “**Já tem na própria nota que a gente é obrigado a devolver**” (família 11/entrevistado). Na produção para o autoconsumo dizem não usar venenos. “**Nem no feijão**” (família 11/entrevistado).

Em relação aos cuidados com os solos, dizem adotar o sistema de plantio direto, para combater a erosão, com pastagens, e não se utilizam de queimadas. “**Queimar, não queimemos**” (família 11/entrevistado).

Sobre a existência de mata nativa é algo que nem necessitava ser questionado, pois é visível a presença, e de muitos pinheiros em especial. A esposa fala que o restante de área da propriedade que não foi mencionada é tudo mato nativo. “**Onde não se planta é por que tem mato**” (família 11/ esposa).



Figura 23-Foto do aviário da família entrevistada.

Fonte: pesquisa de campo-Linha São Roque (09/05/09) ⁵³.

Além destas atividades o agricultor diz que plantam eucaliptos para a lenha do aviário e para a cura secagem do tabaco, e que ainda sobra para a venda. A água consumida é de fonte e reclamam que com a seca, a fonte está secando. **“Está enfraquecendo”** (família 11/entrevistado). Isso é reflexo da seca, faz muito tempo que não chove em Arvorezinha e já estão sofrendo os reflexos. Porém a água da cozinha é da Corsan, segundo eles, falam que a propriedade demanda por muita água, em função dos frangos.

O lixo que a propriedade produz é recolhido pela prefeitura. **“Passa um caminhão recolher a cada dois meses”** (família 11/esposa). E o lixo de cozinha, orgânico, **“Boto ao redor das arvores e na horta”** (família 11/esposa). A legislação ambiental é vista de forma positiva, **“eles estão multando e acho que é bom”** (Família 11/entrevistado). Parecem-me bem conscientes e cuidadosos com os recursos ambientais.

⁵³ Foto da vista da propriedade. Forma de caracterizar o ambiente.

Questiono sobre sustentabilidade, o que é sustentável e se consideram a propriedade como tal. Após alguns segundos em silêncio, pensando, dizem que consideram sua propriedade sustentável em função de desenvolverem várias atividades e por evitarem derrubadas e cuidarem dos solos, mas a entrevistada acrescenta que ainda devem reduzir ou eliminar o uso de agrotóxicos.

Nos aspectos sociais são muito envolvidos, participam da Cooperativa Coagrisol, onde entregam o milho, são sócios do sindicato dos trabalhadores rurais e da comunidade São Roque, da qual são os Presidentes. Sobre a Coagrisol diz não trazer nenhuma vantagem além da compra garantida da produção. Ela funciona como uma espécie de integradora, pelo que entendi. **“Tem partes que é bom e em partes não”** (família 11/esposa). Ela usa esta frase falando da parte positiva que é a entrega garantida e da negativa dizendo que os preços dos insumos da cooperativa são altíssimos.

Sobre suas emoções, o casal de agricultores entrevistados e em silêncio riem. **“Olha eu estou feliz, não tenho doença”** (família 11/esposa). Levantam uma série de coisas como ter saúde, dinheiro emprego amigos e que isso são motivos para deixarem eles felizes, mas reclamam da seca e que está pode vir a prejudicá-los reduzindo a produção do milho em especial.

São integrados a empresa fumageira Premium, e a relação com a integradora e a relação é satisfatória. Porém sua esposa reclama do sistema adotado pela empresa na exigência de avalista para a aquisição dos insumos ou até para a implantação de novas estufas. Pelo que entendi, por terem falado por alto, Janete reclama porque foram avalistas e tiveram que pagar essa conta.

Com relação ao futuro questiono sobre seus planos, e respondem que desejam parar de plantar fumo e que nenhum filho tem a pretensão de ficar na agricultura. **“Nós vamos parar”** (família 11/entrevistado). A pretensão é manter o aviário e a erva-mate, mas deixam claro que não pretendem plantar fumo. Mas isso, é entendível, pois possuem várias outras rendas, como de professora, do milho, aviário, lenha, e se plantam fumo por motivos econômicos já está na hora de deixar mesmo.

Nos aspectos econômicos, dizem que a principal renda da propriedade vem do aviário, resultando aproximadamente em R\$ 25.000,00 anuais. Em segundo lugar vêm o tabaco, que se planta 30 mil pés com uma produção de 300 arrobas vendidas em média a R\$ 80,00 por arroba, resultando R\$ 24.000,00 brutos anual. Em

seguida, aparece a erva-mate produzindo 3.000 arrobas a cada dois anos, vendida a R\$ 5,00 a arroba, resultando um montante de R\$ 15.000,00. Por último, segundo o entrevistado, vem à lenha de eucaliptos que é de 1.000 m³ de três em três anos vendida a R\$ 25,00 ao m³, equivalendo a R\$ 25.000,00. Nesse momento não foi falado da renda do milho, mas lembro que era plantado em 31 hectares e isso não é pouca coisa, não. Essas são as rendas agrícolas, lembra-se ainda que existe o salário mensal de Janete com uma atividade não agrícola (professora).

A propriedade foi avaliada em R\$ 400.000,00 e dizem possuir mais uns R\$ 300.000,00 em benfeitorias, e certamente menos que isso não é, pois só o aviário vale metade disso. Sobre possuir uma reserva financeira no banco dizem não ter, que visam sempre investir e que recentemente comprou uma nova área de terra a qual deu para seu filho mais velho como forma de incentivo para que crie o interesse pelo trabalho. Fala também que outro agravante para não ter dinheiro aplicado é o atraso do pagamento dos frangos cuja crise econômica mundial é alegada pela integradora.

Aproveito e questiono sobre estarem melhores ou piores do que no passado de cinco, dez anos atrás. **“Eu acho que era há dez anos atrás”** (família 11/entrevistado). Imagino que seja em função de estarmos numa época de seca e a safra ter sofrido redução, bem como por faltar água para os frangos, além do pagamento dos frangos estar sendo alterado pela crise. Na propriedade utiliza-se o Pronaf para o plantio do milho.

Mudando de tema, entro na questão da saúde questionando se tem, tiveram algum problema de saúde. Após alguns instantes em silêncio, o agricultor balança a cabeça e diz **“nunca”** (família 11/entrevistado), referindo-se a nunca ter tido problema de saúde, menos ainda com o uso de agrotóxicos. Mas dão a entender que no dia a dia da família esse assunto não faz parte das discussões.

A assistência técnica recebida é segmentada, os frangos recebem do técnico da integradora, bem como a assistência ao cultivo do tabaco é recebida pelo técnico da fumageira. O agricultor ainda parece gostar deste sistema, pois fala: **“cada um no seu ramo”** (família 11/entrevistado). Quanto a Ater pública, **“a Emater nunca se interessou em vim (vir) na propriedade”** (família 11/entrevistado). O entrevistado ainda acrescenta que é para anotar, pois é verdade o descaso que sente em relação à Emater.

No ultimo tópico da entrevista falo da Convenção Quadro e das medidas tomadas pelo Governo Federal, a família deixa claro que a propriedade não sofrerá com estas medidas, pois como já haviam dito que em pouco tempo não mais estarão plantando fumo. A propriedade é bem diversificada e a renda é de várias atividades sendo uma não agrícola, inclusive. A esposa comenta que gostaria de implantar a atividade leiteira ao pararem de cultivar o tabaco, mas ninguém em sua família tem interesse.

Fecho nesse assunto minha entrevista e de fato as informações que tinha referente ao entrevistado ser muito ocupado eram verdadeiras, pois na condição de Presidente comunitário tinha que ir ao velório que estava ocorrendo no momento. Muito feliz, agradeço a disponibilidade de tempo e de informações e eles desejam-me uma boa pesquisa.

Sigo em frente e direciono-me para a Linha Segredo sendo esta a última pesquisa do dia, afinal hoje é sábado. A família entrevistada (12) foi avisada previamente em função do grau de parentesco que ela possui com os pais da minha afilhada, que está me conduzindo até a propriedade.



Figura 24 - Foto da via de acesso a Linha Segredo

Fonte: pesquisa de campo-Linha Segredo (09/05/09).

A linha Segredo se localiza a sete quilômetros da cidade de Arvorezinha. Na propriedade visitada moram o agricultor entrevistado de 42 anos e com segundo

grau completo, sua esposa, de 44 anos e com a 6ª série, e os três filhos, de 19 anos, 17 anos, ambos estudantes do terceiro ano do segundo grau e um com 11 anos estudante da 6ª série.

A propriedade é familiar, resultado da sucessão, mas mesmo com a morte do pai as terras não foram divididas por isso, a propriedade possui 33 hectares, mas nela trabalha a família do entrevistado e a do seu irmão.

Na propriedade se cultiva tabaco, milho, erva-mate além de grande parte dos alimentos que são consumidos pela família, como feijão, batata, mandioca, hortaliças, dentre outros, além da produção de leite.

O plantio de tabaco é realizado desde que eram crianças, seus pais já desenvolviam a atividade. **“Sempre foi plantado, com 10 anos a gente já ajudava”** (família 12/entrevistado). O principal motivo que os leva a cultivarem o tabaco é a renda por ele proporcionado. **“A renda, né”** (família 12/entrevistado). Reclamam que estão cansados, mas acabam sempre plantando tabaco, sempre em função do dinheiro que ele gera. **“Até que tem piizada, tem que plantar fumo”** (família 12/entrevistado). O entrevistado fala isso no sentido que para o sustento da família é necessário o tabaco, pelo que entendi, pretende-se que os filhos saiam da propriedade.

Na propriedade faz o uso de agrotóxicos nos cultivos de tabaco, milho, erva e rindo segue **“mandioca, batata...”**. Não destingem a produção para a venda daquela para o consumo no uso de agrotóxicos, usam venenos até nos alimentos. As embalagens são devolvidas para as empresas. **“Obrigado não é, mas sempre levo”** (família 12/entrevistado). Acrescenta **“a melhor coisa é levar”** (família 12/entrevistado), no sentido que limpa os arredores de casa reduzindo o lixo.

Do mesmo modo que na propriedade visitada, anteriormente, o lixo seco é recolhido a cada dois meses pela prefeitura e eles comentam o quanto isso é positivo, carregando as sujeiras que antes ficavam nos pátios. Sobre os solos, dizem que em praticamente toda a área da propriedade é utilizado o plantio direto e isso se deu após perceberem que as terras estavam sendo lavadas e perdidas.

Na propriedade há a presença da mata nativa e os entrevistados dizem mantê-la por uma questão de preservação mesmo, também possuem eucaliptos para a lenha, mas não em quantidade suficiente para o fumo, acabam tendo que comprarem um pouco. Quanto à água, dizem que na cozinha usam água do poço

comunitário, mas que a propriedade possui duas nascentes, numa delas foi feito um açude e a outra é uma reserva que se localiza no meio da mata.

Ainda questionando a família sobre os aspectos ambientais, questiono sobre a presença de animais do mato, não domésticos, dizem verem com frequência veados, lebres, lambus, tucanos e mais uma grande diversidade de animais. Isso é bem evidente, pois esta é uma região com bastante mata e pinheirais, que certamente se destacam no município pela beleza natural. Faz-se o uso de adubos químicos e orgânicos na propriedade, porém deixam claro que os químicos são mais usados em função do plantio do tabaco.

Não há a presença de erosão, **“depois do plantio direto não”** (família 12/entrevistado). Nesse instante após um mate e outro a família fala do quanto positivo foi e é uma simples ação que é o plantio direto, além de reduzir o serviço melhora a qualidade do solo e com isso a produtividade. Em relação à topografia da propriedade, após pensar diz ser em parte plana e parte acidentada, coisa bem típica de Arvorezinha.

Questiono sobre como vêm os órgãos ambientais e principalmente a legislação, rindo e rapidamente me dizem **“tomara que fiquem longe”** (família 12/entrevistado). Contam que nunca foram multados, mas também nem querem, mas sabem que atualmente a legislação está sendo cumprida. O agricultor conta de um caso em especial de um dia anterior (sexta) em que um agricultor da Linha Quarta foi multado por realizar queimadas.

Questiono sobre o que entendem por sustentabilidade e se acreditam que sua propriedade é sustentável. O entrevistado pensa, olha para o lado como se estivesse procurando por uma resposta e diz **“acho que sim”** (família 12/entrevistado), que é sustentável. Sobre suas ações para que a considere assim, fala dos cuidados e manejos dos solos, de preservarem as matas. Posso estar enganada, mas nessa entrevista parece que o entrevistado está preocupado com o ambiente, ao tratar de sustentabilidade e não somente dos aspectos econômicos como no geral ocorre.

Nos aspectos sociais, a família demonstra ser muito envolvida e dizem serem sócio do STR, da cooperativa, do Sicredi e da comunidade Segredo. Seus filhos participam do grupo de jovens e a esposa do clube de mães. As associações são vistas de forma positiva. **“O simples fato de se reunir já é positivo”** (família 12/entrevistado). E quanto à relação com a integradora, o entrevistado ri e diz que

não tem do que reclamar. São integrados a três empresas fumageiras a Souza Cruz, Universal e a CTA⁵⁴. O maior problema visto nessa cooperação (produtor X fumageira) é o preço pago pelo tabaco. O fato de plantarem para diferentes empresas é uma estratégia para não ficar só na mão de uma. De início parece estranho, mas é uma forma encontrada de autodefesa.

O futuro do casal é certo na agricultura, mas se estarão plantando tabaco já não se sabe. Comentam que tem interesse em fazer outra coisa, mas que existem limitações. **“Mudar nestas alturas não é fácil”** (família 12/entrevistado). Salientam que no momento estão satisfeitos e que deixam seus filhos livres nas suas escolhas. **“Deixamos livres, mas estimulamos que estudem”** (família 12/entrevistado). A família comenta que é ruim plantar tabaco, mas se for para seus filhos saírem e trabalhar em subempregos com salários precários ainda é melhor ficar na roça e desenvolver o cultivo do tabaco.

Mudando para os aspectos econômicos, questiono sobre qual é o carro chefe da propriedade. Dizem que o tabaco é a principal atividade, plantam 70 mil pés resultando em umas 800 arrobas vendidas a R\$ 90,00 por arroba, bruto resultando em R\$ 72.000,00. Pela quantidade de arrobas e pela média vendida já se percebe que a família é especialista na produção de tabaco.

A segunda atividade é a erva-mate, a cada dois anos é produzido aproximadamente 1.500 arrobas que atualmente vale R\$ 7,00 por arroba, hoje totalizaria R\$ 10.500,00. Por último, há o milho com uma produção de 200 sacos vendidos a R\$ 17,00 por saca de 60 kg totalizando bruto R\$ 3.400,00 reais. Sem muitos cálculos percebe-se que, economicamente a família encontra-se bem.

Sua parte na propriedade foi avaliada em R\$ 80.000,00 e dizem que possuem mais uns R\$ 50.000,00 reais investidos em benfeitorias. Ainda dizem que mantém uma reserva financeira no banco em função de alguma extrema necessidade e para a manutenção da família. Sobre estar melhor ou pior do que no passado de aproximadamente cinco, dez anos atrás, o agricultor balança a cabeça, respira e diz: **“ta melhor, a gente vai (está) sempre guardando”** (família 12/entrevistado). Referindo se que tem mais dinheiro, mais capital e por isso estão melhores. Na propriedade faz-se o uso de financiamentos, como o Pronaf, para o plantio do milho.

⁵⁴CTA-Continental Tobaccos Alliance. Empresa do setor fumageiro, fundada em 14 de junho de 1994. Com matriz em Venâncio Aires (RS), atualmente tem capacidade para processar aproximadamente 120 milhões de kg de fumo por safra (<http://www.via6.com/perfil.php?mid=59297>).

Deixando o lado econômico, questiono sobre a saúde, sem pensar ou sem se delongar, respondem-me que nunca tiveram problemas. A assistência técnica recebida na propriedade é exclusivamente feita pelo técnico da fumageira, mas de forma satisfatória o entrevistado acrescenta, **“se preocupam também com os arredores de casa”** (família 12/entrevistado). Fala dos programas das empresas, que vem se preocupando com a saúde, o lixo, a água e tudo o que há na propriedade.

Por fim, como venho fazendo em minhas entrevistas, questiono sobre a possibilidade de viverem sem o cultivo do tabaco, dos impactos que causaria o fim do cultivar, comento as medidas governamentais. **“Teria um impacto muito grande”** (família 12/entrevistado). O agricultor fala a nível regional, nem tanto ao nível da propriedade, mas acredita que pode causar uma crise, dizem saber o quanto prejudicial é o cultivo, mas mesmo assim ainda é a atividade que proporciona maior renda em uma pequena área, é o VAB.

Sobre o interesse em diversificar, dizem existir e que sempre estão abertos para novas alternativas, são participativos e freqüentam todos os cursos e encontros oferecidos que tratem de agricultura.

Nisso acelero a visita, já passava das 16 horas da tarde e a família ia ao mesmo enterro que o entrevistado anterior, que seria as 16 e 30. Muito satisfeita agradeço e despeço-me, a família deixa-se a disposição para novas pesquisas e novos dados.

Após alguns dias em Santa Maria revendo parte da metodologia e a espera de uma orientação surge um seminário sobre Agricultura Familiar e Sustentabilidade no município de Faxinal do Soturno, promovido pela turma da Educação à Distância da UFSM, na qual atuo como tutora na disciplina de Sistemas Agrários. Como entre os palestrantes encontrava-se o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e isso me despertou o interesse em entrevistá-lo. Então, hoje, dia 06 de junho, juntamente com algumas colegas do mestrado direciono-me para o evento.

Sábado cedo da manhã e frio, muito frio. Antes de iniciar a palestra procuro o palestrante e falo do meu trabalho, da área em que estudo, comento com ele o fato de ter trabalhado em um dos projetos do MDA no ano de 2007. “Alternativas ao cultivo do Tabaco”, e pergunto se existe a possibilidade de me dar uma entrevista, de forma muito educada e simpática, o delegado disse que sim e que seria um prazer.



Figura 25 - Foto palestra no I Seminário Estadual de Agricultura Familiar e Sustentabilidade – EAD.

Fonte: própria tirada em: 06/05/09.

Então chegando o fim da palestra que tratava de Políticas Públicas, iniciamos a entrevista. Claro que foi algo rápido, afinal havia muitas pessoas querendo conversar com ele. Com um roteiro pré-elaborado início questionando o sobre como o MDA vê e percebe a produção de tabaco.

Antes de responder pergunta-me se irei gravar, digo que não e então ele fala que **“o tabaco é uma atividade importante alternativa de emprego e renda para a agricultura familiar”** (agente rural/delegado MDA). Nesse sentido argumenta que o cultivo de tabaco possui características de hortigranjeiros, pela necessidade de mão de obra, de muitos cuidados ressalva ainda **“alta renda com mercado em extensão que não satura com a entrada de novos produtores”** (agente rural/delegado MDA). Mais uma vez e para minha surpresa a questão da produtividade em pequenas áreas surge. O agente rural fala ainda sobre o fato de o tabaco possuir comércio garantido, mas a questão da integração e a dependência dos agricultores que ficam nas mãos da fumageira? Pois bem, sobre isso ele fala que não é muito diferente é ao que ocorre com criadores de frango e suínos.

Além do valor econômico que aparece nos cultivos de tabaco, o entrevistado fala sobre os valores culturais e desses estarem ligados ao trabalho árduo de ser trabalhador por se dedicar ao tabaco, também fala da relação com a igreja luterana no sentido do Deus ajudar aos sofredores, aos trabalhadores. Brincamos com o ditado “Deus ajuda quem cedo madruga”. Além, do fato, de não necessitar equipamentos e instalações sofisticadas para que haja a produção.

Da mesma maneira que os agentes da Emater, da prefeitura e da fumageira, o agente do MDA fala do tabaco comparando o com a produção do moranguinho, e do consumo de margarina e de outros óleos que comemos e que fazem muito mal a saúde, mas que não estão na mídia. Que o tabaco, por meio de cigarro, de fato, é um problema; fala que enquanto o cigarro está reduzindo nos países desenvolvidos, nos subdesenvolvidos vem aumentando o número de fumantes, dentre esses as mulheres. Mas neste momento me olha e diz, também, o que se poderia fazer sendo pobre num país pobre...Fumar e beber. Isso até é entendível, é engraçado ouvir isso, mas na verdade de certa forma ele tem razão. Fala que o Governo Federal está tomando as medidas taxando o produto (tabaco), mas em nenhum momento proíbe os agricultores de realizar esse cultivo. **“Convenção Quadro é um grande avanço, ataca na demanda, na consciência das pessoas”** (agente rural/delegado MDA). Comenta sobre as barreiras comerciais, sobre elevar os padrões de saúde pública e para isso o governo está mexendo com o comércio, com os consumidores.

A respeito de políticas públicas federais fala no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo este uma possibilidade para os agricultores que pretendem diversificar, implementando uma nova atividade ou talvez parar a plantação de tabaco. **“De todas é (PAA) a mais eficiente”** (agente rural/delegado MDA). Fala também que existem várias formas de acesso a crédito para que o agricultor diversifique. Não sei, mas achei até estranha alguma falas, pois me pareceu que os Ministérios andam por caminhos divergentes, o da Saúde, por exemplo, anda em lado oposto, pois existe uma crítica muito maior ao cigarro e as doenças relacionadas ao tabaco. Da mesma forma que estranho que o agente comenta sobre a política do PAA do governo federal e não fala sobre o Programa de Apoio a Diversificação Produtiva como Alternativa à Produção Fumageira.

Para finalizar questiono se o processo da Convenção Quadro é irreversível, ele imediatamente responde-me que sem dúvida. Como o tempo era curto e a nossa fala não delongou mais que quinze ou vinte minutos, fiquei com uma série de

dúvidas e questionamentos. Mas mesmo encerrando a entrevista, como fui até o salão de almoço do evento com ele, continuamos a conversa, quando me perguntou de onde eu era (local) o que fazia. Falei que era filha da agricultura familiar, e minha família planta tabaco, o assunto continuou neste sentido, então foi aí que ele me falou o que realmente acha de cultivo. Para ele é essencial para aqueles produtores, de certa forma garante-lhes comida e educação e cita o meu caso como exemplo. E como venho desta realidade sou de certa forma obrigada a concordar, o cultivo tem sérios problemas, a maior parte dos agricultores não plantam por gostar, mas é a alternativa que se tem.

Com muita satisfação agradeço a entrevista, da mesma forma que ele se disponibiliza para futuras conversas.

Dando continuidade a pesquisa de campo, mais uma vez direciono-me à Arvorezinha na busca constante de informações e entrevistas a fim de concluir meu estudo. Desta vez a intenção é buscar informações junto a um agente rural aposentado na função de “técnico” de uma fumageira. Ele segundo informações conhece o histórico do tabaco e sua entrada no município, bem como buscar visitar e entrevistar agricultores das linhas Arroio Bugre e Posse Aruz, por serem comunidades altamente dependentes do cultivo do fumo segundo a entrevista realizada com o técnico da prefeitura.

Dessa forma no dia 16 de junho, por volta das 8:30 horas da manhã, após ter sido previamente marcada, realizei a entrevista com o agente rural aposentado. Ele é conhecido na região por ter sido um dos pioneiros no ramo de assistência técnica via fumageira e, em função disso tive o interesse em procurá-lo para entender mais sobre a entrada do tabaco no município.

Neste dia fazia muito frio e ainda caía uma fraca garoa, mas no horário marcado, lá estava eu. A entrevista realizou-se na casa do entrevistado. Chegando apresentei-me e disse mais ou menos o que eu queria, o tipo de trabalho que estava realizando e deixei que ele falasse não interferindo, raramente perguntando algo.

O agente, modestamente inicia dizendo “**o que se sabe foi aprendido no ofício**” (agente rural aposentado/fumageira), referindo-se a ter apreendido trabalhando e não em estudos ou coisas do tipo. Ele começa falando que o tabaco existe desde os indígenas e que o hábito de fumar foi espalhado pelos jesuítas. Que no século XIX o cultivo de tabaco inicia na Europa, em especial na Inglaterra e em seguida é levado aos Estados Unidos. Seguindo seu raciocínio, em 1903 a British

American Tobacco (BAT), traz ao Brasil o comércio de cigarro, no Rio de Janeiro que era a capital da época. Acrescenta que fumar era sofisticado e menciona que Albino Souza Cruz foi o primeiro fabricante de cigarro no país.



Figura 26 - Agente rural aposentado em sua residência

Fonte: pesquisa de campo-entrevista (16/06/09)⁵⁵.

Após esta breve introdução da produção de tabaco no país, e pelo que percebi vem bem ao encontro com a literatura, peço para que se possível o entrevistado fale sobre sua profissão em especial sua atuação na fumageira. O entrevistado diz ser natural do interior de Lajeado, município que se localiza a aproximadamente 100 km de Arvorezinha, e aos seus dez anos de idade já conhecia a planta do tabaco. **“Eu via o fumo na beira da estrada”** (agente rural aposentado/fumageira). Em 1959, recebeu a visita de um funcionário da Souza Cruz convidando-o para trabalhar na empresa e, após dez meses de treinamento, foi transferido para Arvorezinha, onde trabalhou até se aposentar. Comenta ainda que normalmente os funcionários eram circulantes, que a firma fazia questão de trocá-los de cidade para

⁵⁵ Foto do entrevistado durante a conversa em sua residência.

que a relação com os agricultores não fosse muito estreita, mas que para sua sorte isso não ocorreu com ele.

Disse que quando chegou ao município já havia outro instrutor com alguns plantadores de tabaco e que o pioneiro na atividade foi o senhor Albino Lima. Disse que na época havia poucos produtores e que esses se encontravam espalhados pelo município. Conta que a assistência técnica era realizada a cavalo e que isso demandava muito tempo e sacrifício.

Interrompo e questiono como é que em um curto prazo de tempo a produção de tabaco cresceu tanto, **“a empresa era forte, dava suporte, vendia, comprava, não cobrava juro, orientava, dava assistência técnica...”** (agente rural aposentado/fumageira). E segundo seu o entrevistado esses foram os motivos que incentivou na difusão do tabaco no município. E de certa forma foram, pois olhando dessa maneira parecia perfeito e uma excelente saída para os agricultores. A empresa se modernizou **“a Ater que era necessária, hoje não existe diretamente ligada à produção”** (agente rural aposentado/fumageira). Comenta que na época em que trabalhava tinha mais orientações a serem prestadas e que atualmente é irrisória a presença de um “técnico”, onde necessitava de cinco ou seis técnicos, hoje somente um dá conta.

Ele acredita que a introdução do tabaco no município não foi por acaso, isso se deu em função do clima e solo serem propícios. **“Clima e solo, não tão quente nem frio”** (agente rural aposentado/fumageira). Segundo ele, antes das empresas fumageiras investirem em uma região era realizado um estudo, pesquisas para caracterizar o solo, clima e vocação regional para cultivar o tabaco. Porém o trabalho para introduzir o tabaco nas propriedades era individual, corpo a corpo de produtor para produtor. O período de março a setembro era utilizado pelos técnicos para a conquista de novos plantadores. **“Se visitava agricultores, contava o processo, falava da assistência (...) Muitos decidiram por iniciar o negócio”** (agente rural aposentado/fumageira).

Milho, trigo e suínos era o que se plantava ou se criava na época e a empresa buscava mostrar uma relação de valores e preços destes produtos comparados com o tabaco, apresentando as vantagens que teriam caso adotassem o sistema. **“Mandávamos uma relação de preços destes produtos para a empresa todos os meses para ela manter a competitividade”** (agente rural aposentado/fumageira).

Neste sentido iniciamos uma fala sobre a diversificação, e deixa claro que está é inviável na ausência de suporte, assistência técnica e crédito, **“tem que dar suporte”** (agente rural aposentado/fumageira). Neste momento ele fala do MDA e das políticas que visam à diversificação das propriedades e quem sabe uma possível substituição, mas acrescenta **“mas está faltando muita coisa ainda”** (agente rural aposentado/fumageira).

Porém, o cultivo de tabaco é algo contraditório. O entrevistado ressalta que o fumo de certa forma foi e é muito importante para os agricultores. **“Teu avô foi um dos maiores plantadores de fumo da região”** (agente rural aposentado/fumageira). Fala esta frase evidenciando a importância do cultivo, da minha família ter tido acesso à alimentação, à saúde e à educação em função desta atividade produtiva.

Retomando o assunto de políticas públicas de incentivo à diversificação, o técnico demonstra interesses e ser a favor destas, mas sabe das dificuldades de implementação. **“Hoje a cultura do fumo usa menos insumos que o cultivo da soja”** (agente rural aposentado/fumageira). Acrescenta dizendo que o tabaco foi muito criticado por padres e estudiosos na época de sua implementação, em função do alto uso de agrotóxicos e que hoje o veneno é controlado, além de todos os demais cultivos utilizarem. Porém, argumenta-se sobre os malefícios do cigarro e não o cultivo de tabaco. Diz ainda que as medidas federais de taxaço, de certa forma acabam refletindo no produtor, pois as empresas têm o controle e jogam com isso. Reforça dizendo **“os agricultores têm consciência das políticas de controle do tabaco”** (agente rural aposentado/fumageira). Esse fato não está muito claro para mim, pois nas entrevistas que realizei não parece ser algo muito preciso para os agricultores as políticas de restrição e controle do tabaco. E que o fato de haver um movimento em função das restrições ao tabaco e ao cultivo faz com que muitos países deixem o cultivo e aumentam o comércio em países como o Brasil, cita como exemplo os Estados Unidos e algumas medidas tomadas lá, que refletiu no aumento da nossa produção.

Retomando a sua vida pessoal, o entrevistado fala que em 1991 se aposentou no ofício de instrutor/técnico de fumageira e começou desenvolver a atividade fumícola no sistema de parceria com um agricultor. Este realizava as atividades de plantio, colheita, etc. e ele entrava com a terra, instalações e o conhecimento. Tal parceria durou até 2004, quando resolveu parar com o cultivo.

Sobre os aspectos ambientais **“o agricultor estando consciente pode amenizar os danos ambientais”** (agente rural aposentado/fumageira). Deixa clara a necessidade de informação, e isso talvez seja a função da Ater, e ressalta o uso em excesso de nitrogênio que acaba indo para a água resultando num problema ambiental. **“Os inseticidas não são problema, eles são mais fracos”** (agente rural aposentado/fumageira), acrescenta que não se derruba mata para fazer lavoura, ao contrário, na verdade elas até estão crescendo.

Sobre os aspectos sociais, **“a dependência do produtor existe e ela acontece de acordo com a oferta da produção (...) Existe um jogo e o produtor paga o pato”** (agente rural aposentado/fumageira). E nos aspectos econômicos, o entrevistado fala que para ele o tabaco sempre foi uma espécie de *hobby*, pois dominava as técnicas. **“Alternativas existem, a fruticultura é uma delas, mas precisa de tecnologias”** (agente rural aposentado/fumageira). Ressalta os altos investimentos necessários para outros cultivos comparando com o tabaco, que o investimento é quase inexistente.

O agente rural aposentado comenta que no município de Arvorezinha vem se fazendo alguns projetos e programas de incentivo à fruticultura, principalmente aos cítrus e o mirtilo, que ressalta que **“dizem que é saudável e a gente desconhece”** (agente rural aposentado/fumageira). O que evidencia que a comercialização deve ser fora da região, pois não se tem o hábito de consumi-lo localmente. Quanto aos produtores que estão aderindo aos novos sistemas de produção, **“estes produtores não são os que dependem desta atividade, se dependessem não teriam arriscado”** (agente rural aposentado/fumageira). Isso se referindo aos altos investimentos na produção e da Ater que é prestada, pois estes não são os gargalos, nem os agricultores que necessitam de Ater pública nem de alternativas ao cultivo do tabaco, são agricultores em geral capitalizados querendo investir.

Nesse momento comenta que em sua visão, os agricultores que mais necessitam são os que ficam à margem e que a saída para os pequenos produtores é o trabalho cooperativo e associado, ratificando os custos de investimentos e as incertezas dos lucros. Trabalhando juntos, estes agricultores que possuem a terra e o capital como fatores limitantes poderiam ver outra saída na substituição do tabaco e até da melhoria da qualidade de vida destes. **“O trabalho em grupo aumentaria a segurança, reduziria os custos de energia, água...”** (agente rural aposentado/fumageira). Esta idéia vem para nos fazer refletir sobre as políticas

públicas e as formas de implementação, muitas vezes quem acaba tendo acesso nem sempre são os mais necessitados. Porém, têm-se problemas nos trabalhos em grupos, cooperados isso é visível na literatura por meio de estudos e também foi levantado pelo entrevistado. **“O gargalo, o problema é a cultura um tanto individualista”** (agente rural aposentado/fumageira), ressalta que no geral os agricultores são individualistas e precisam ser **“reeducados para uma nova forma de ver as ações”** (agente rural aposentado/fumageira).

Com esse assunto finalizo e entrevista, com uma série de inquietações, estas mais de ordem profissional do que de estudante, como por exemplo, como atuar na extensão. Agradeço a disponibilidade de tempo e de informações e despeço-me com o compromisso de voltar para mostrar o estudo concluído.

No dia 17 de junho, com o objetivo de buscar novas informações junto a agricultores me direciono para a linha Sexta Gruta, comunidade que distancia aproximadamente quinze quilômetros da cidade de Arvorezinha, ficando numa região oposta àquelas que vinham sendo pesquisadas. Percebe-se que as condições agroecológicas diferem, pois essa região possui relevo acidentado, solo vermelho e com forte presença de morros.



Figura 27 – Vista parcial da Linha Sexta Gruta

Fonte: pesquisa de campo-comunidade Linha Sexta Gruta (17/06/09) ⁵⁶.

Para chegar até a comunidade procurei algumas informações e fui conduzida por um tio meu que conhece bem o local. A propriedade escolhida para a entrevista era de conhecidos dele facilitando o processo. A entrevista com a família 13 se deu com a matriarca da família e uma das filhas que se encontravam lavando roupas as 8:30 horas da manhã em pleno dia gelado. Enquanto que o esposo estava no corte de cana. A família entrevistada é composta pelo casal e duas filhas gêmeas. O agricultor possui 53 anos de idade e sua esposa 51. As meninas têm 22 anos, sendo que uma delas é deficiente física e permanece em tempo integral acamada. O casal estudou até a 5ª série, e uma das meninas tem segundo grau completo. Eles sempre residiram na comunidade, desde antes de se casarem.

A propriedade foi herdada dos pais do agricultor, mas foi desmembrada ficando com a família 25 hectares. Nesta área são distribuídas as atividades de tabaco, laranja, eucaliptos, pinheiro americano (pinus), milho, feijão e cana-de-açúcar.

**Figura 28-Vista de uma área em produção de citrus**

Fonte: pesquisa de campo-Linha Sexta Gruta (17/06/09) ⁵⁷.

⁵⁶ Foto da Comunidade São Pedro, com o objetivo de evidenciar as diferenças agroecológicas.

Como o pano de fundo da minha pesquisa é a produção de tabaco, questiono há quantos anos a família desenvolve este cultivo, respondem-me que plantam a vida toda, que deixaram o cultivo por alguns anos, mas que voltaram a cultivar. **“É o que mais dá”** (família 13/esposa). Nesta frase fica evidente que por motivos econômicos sempre retornam a atividade. Cabe ressaltar que nesta propriedade o tabaco é do tipo Burlei, diferindo das demais propriedades até então visitadas. Nessa propriedade a cura e a secagem é feita em galpões e não em estufas, além de outras peculiaridades.

Pergunto sobre o que os leva a plantar fumo uma vez que na propriedade já se desenvolve diversas outras atividades e aparentam ter pouca mão de obra. **“Por que outra coisa não dá, o plantio de milho vira em prejuízo”** (família 13/esposa). Evidenciando que é financeiro, o motivo, bem como em todas as demais famílias estudadas. A família reclama, fala dos altos custos dos insumos e dos preços que as fumageiras pagam não serem os ideais, mas que, mesmo assim, o tabaco é uma das atividades que gera mais dinheiro.

Sobre os aspectos ambientais, na propriedade faz-se o uso de agrotóxicos em praticamente todos os cultivos. **“Não tem mais produzir sem botá veneno”** (família 13/esposa), porém dizem que a devolução das embalagens é realizada. **“As embalagens a gente leva na comunidade”** (família 13/filha). Os cultivos praticados são por meio do sistema de plantio direto, o que pode ser visualizado nos cultivos ao redor da casa. A entrevistada comenta que no início ela era contra, mas que seu esposo sempre teve interesse e então resolveram aderir o sistema. **“Não se lavra mais pra nada”** (família 13/esposa).

A água utilizada é de fonte protegida feita a partir do sistema utilizado pela Emater, coberta e com tijolos ao redor. Segundo as entrevistadas em quantidade mais que o suficiente. Além disso, na propriedade passa um rio também, possuindo em algumas partes mata ciliar.

Pergunto sobre a existência de animais silvestres (de mato), não domésticos, elas riem e brincam dizendo que as capivaras já são domésticas. **“Ele não que matar porque acha que está coberta”** (família 13/esposa), embora comente que já mataram várias vezes. Sobre existir animais só ressaltam isso.

⁵⁷ Foto da produção de laranjas, principal atividade do entrevistado.

Quanto o uso de adubos, dizem usar praticamente somente adubos químicos, usando esterco de suínos nas laranjeiras. **“Quase só químico”** (família 13/filha). Já sobre a presença de erosão, dizem que existia e este foi um dos motivos que os levou a realizar o plantio direto, para corrigir e evitar isso.

A topografia da localidade é toda acidentada, pergunto como é a área da propriedade e respondem-me **“é pouco plano”** (família 13/esposa). O lixo seco produzido na propriedade é guardado e recolhido pela prefeitura, cujo caminhão passa de dois em dois meses fazer o recolhimento. Ainda tratando os aspectos ambientais questiono sobre a legislação ambiental e como esta é vista por eles. Elas pensam se olham e com ar de espanto dizem: **“É uma coisa errada, a gente nem consegue derrubar para a gente (...) Mas não demo (s) bola, derrubamos ao mesmo”** (família 13/esposa). Ressaltam ainda que sempre derrubaram árvores e que não se preocupam com isso. Nas falas fica evidente que a preocupação ambiental vem num segundo plano, primeiro saciam suas necessidades mesmo que necessitem negligenciar a legislação para isso.

Questiono se consideram a propriedade sustentável, se tiram dela seu sustento e se acreditam que este poderá produzir da mesma forma no futuro. **“Vive é claro, mas não dá para esbanjar muito (...) Ambientalmente acho que sofrerá mudanças”** (família 13/esposa). Questiono o que fazem, no que contribuem para a sustentabilidade da propriedade, pensam e comenta sobre as pastagens do plantio direto, evitando erosão, do lixo que é devolvido. Mas fica claro que é um assunto ao qual não é falado nem discutido no dia a dia da família.

No tocante aos aspectos sociais, a família disse ser sócia da cooperativa Coagrisol e da comunidade. **“Micheli é catequista (...). Do sindicato não somos sócios”** (família 13/esposa). Comentam as vantagens de ser associado, tais como desconto em consultas médicas e odontológicas, mas que por serem “relaxados”, palavra utilizada por elas mesmas, não se associaram. Sobre o estado de ânimo, dizem se encontrarem um pouco tristes, por possuírem problemas, mas que também existem situações piores. **“Um pouco triste sim, a gente tem problema, mas tem que aceitar”** (família 13/esposa). Michele e sua mãe falam da dificuldade e do tanto trabalhoso que é cuidar de sua irmã deficiente. Mas que em aspectos gerais estão bem. A propriedade é bonita, bem organizada e bem estruturada.

São integrados à empresa fumageira Intable, apesar de ser o primeiro ano em que plantam tabaco para a empresa, dizem não possuir reclamações. Antes

plantavam desenvolviam o cultivo sem vínculo integrado, como se diz na região, por conta e vendiam a produção a quem pagasse melhor. Boa parte das aquisições dos insumos, como adubos, plásticos para canteiros entre outros é realizada em agropecuárias locais, por serem mais baratas que da fumageira.

Tratando-se de futuro de suas pretensões, em função do agricultor estar adoentado, com problemas no joelho, associado ao fato da filha ser noiva há anos, pretendem parar de plantar tabaco, pois a mão de obra é fator limitante deste cultivo, mesmo sendo tabaco Burlei demanda por menos mão-de-obra em relação ao fumo tipo estufa. Esperam pela aposentadoria para depois descansar e cuidar da propriedade, ela ressalta que nunca pensaram em sair do interior, mas que buscam reduzir as atividades e com isso os serviços. **“Pretendo ficar aqui”** (família 13/filha), isso é o que responde quando questiono sobre o que pretende para seu futuro. Acrescenta ainda gostar de morar no meio rural e trabalhar nele.

Nos aspectos econômicos, na propriedade planta-se 30 mil pés de tabaco, que resultam em 280 arrobas, as quais em média são vendidas a R\$ 80,00 por arroba, totalizando R\$ 22.400,00 brutos. A renda das laranjas representa R\$ 48.000,00, numa produção de 120 000 Kg que é vendida à R\$ 0,40 centavos por quilo, Contam também com o milho, 400 sacos que em média são vendidos a R\$ 18,00 por cada saca, num total bruto de R\$ 7.200,00. Por fim tem a renda do queijo e da cana de açúcar que é vendida por meio da cachaça (100 litros) e do açúcar, que não foram mensuradas, mas que são insignificantes para o montante da renda familiar. Questiono qual é o valor da propriedade, pensam, e com dúvidas e dizem que vale aproximadamente R\$ 200.000,00 e que em instalações equipamentos possuem uns R\$ 60.000,00. Também dizem possuir dinheiro no banco para possíveis eventualidades, principalmente em função dos problemas de saúde da filha. Apresentam-se como agricultores capitalizados, diversificados, com a moradia e as instalações em bom estado de conservação, facilmente visível.

Ainda pensando nos aspectos econômicos, questiono se consideram estar melhores ou piores do que a cinco, dez anos atrás. **“Há dez anos atrás tinha os avós doentes que gastavam muito”** (família 13/esposa), referindo-se a estar mais capitalizados atualmente. A família utiliza de financiamentos como forma de custeio. **“Sempre faz custeio”** (família 13/esposa) para a compra de semente de milho, adubos, dentre outros insumos utilizados na propriedade.

Ao me referir à saúde e aos possíveis problemas relacionados com a produção de fumo, sem pensar como se respondesse de susto dizem que não. E tratando de assistência técnica dizem receber da Emater para os cuidados na fruticultura (laranjas) e dos instrutores da fumageira nos tratos do fumo.

Por fim, introduzo as questões das políticas da Convenção Quadro para Controle de Tabaco. Parece-me que este é um assunto novo para elas, mas dizem que caso isso seja efetuado sentiriam os reflexos. **“Um pouco sim”** (família 13/esposa), argumenta que embora saibam que o tabaco traz problemas de saúde e que o uso de agrotóxicos é negativo, sentir-se-iam prejudicados com a proibição, pois consideram o cultivo benéfico economicamente, porém ressaltam que caso houvesse políticas e programas de incentivo deixariam de plantar. Eu, particularmente não vejo que a família, nem a propriedade enfrentariam muitos problemas sem o tabaco, pois, como pode ser observado a renda oriunda do cultivo do tabaco nem é a mais importante, bem como não são altamente dependentes desse cultivo, além do mais há a pretensão de parar de plantar e reflorestar. **“Aquilo (eucaliptos) vem, enquanto tu dorme aquilo tá crescendo”** (família 13/esposa).

Dessa forma finalizo a entrevista, agradeço as informações, o papo e o mate e sigo em frente, isso já passava das 10 horas da manhã e a intenção era realizar outra entrevista. Com ajuda do meu motorista, sigo em frente e em direção à Comunidade Linha Sexta São Pedro, que está a aproximadamente a 22 km de Arvorezinha e 25 km do município de Guaporé (descendo). Páro em uma propriedade definida anteriormente e realizo outra entrevista.



Figura 29-Vista parcial da passagem em Linha Sexta São Pedro

Fonte: pesquisa de campo-Linha Sexta São Pedro (17/06/09)⁵⁸.

A família 14 possui uma propriedade de 13 hectares, nela é realizado o cultivo do tabaco Burlei para a venda e alguns outros cultivares para a subsistência da família. Atualmente reside na casa cinco pessoas, o casal de agricultores com 52 (agricultor) e 49 anos (agricultora), duas filhas de 10 e 22 anos, mais um neto de dez meses. A filha residia em Passo Fundo onde estudava e trabalhava, mas em função da gravidez, retornou para a casa dos pais. Uma das meninas estuda na 4ª série e a outra completou o 2º grau, chegando a iniciar o curso de geografia na Universidade de Passo Fundo (UPF). Os pais estudaram até a 5ª série.

A família reside na comunidade há cinco anos, quando adquiriram a propriedade por meio da política de Crédito Fundiário, antes residiam na Linha São José onde também realizam o cultivo do tabaco. Na atual propriedade de 13 ha, dizem possuir aproximadamente 3 hectares de mata que é utilizada como potreiro para os animais. Embora a região seja acidentada, a propriedade possui áreas planas e com alto teor de fertilidade (solo vermelho). Sobre o plantio, questiono há

⁵⁸ Imagem escolhida com o objetivo de ilustrar para o leitor as condições geográficas e agroecológicas dos agricultores locais.

quantos anos desenvolvem o cultivo do tabaco, o agricultor menciona: **“a vida, que eu planto fumo, 39 anos”** (família 14/entrevistado). Evidenciando que sempre fizeram isso que é desta atividade que tiram o sustento da família.

O motivo que os leva a realizarem esse cultivo é econômico. **“Não temos outra opção”** (família 14/entrevistado). Falam do milho, da soja, da criação de frangos, dos suínos e dos altos investimentos que estas atividades requerem, além do cultivo de tabaco associar o “saber-fazer”.

No tocante aos aspectos ambientais, inicio perguntando sobre o uso de agrotóxicos e o destino das embalagens. Como na maioria dos casos pesquisados, dizem devolvê-las para as empresas fumageiras que no final da safra passam as recolhendo. **“Veneno usamos para tudo, enxada não se usa mais”** (família 14/entrevistado). Essas falas me fizeram lembrar de um estudo realizado por Menasche (2004), em que a autora trabalhava a ótica do trabalho, como sendo um fator negativo, atraso, coisa do passado o uso da capina.

O solo é trabalhado a partir do cultivo mínimo com o objetivo de proteger a terra. **“Quanto mais protegido (solo), mais ele produz”** (família 14/entrevistado). Sobre o plantio de árvores pelo que percebi e pelas falas, não se planta nada na propriedade bem pelo contrário, corta-se. Dizem utilizar a lenha da mata para o fogão, uma vez que o tabaco é Burlei e a cura não é realizada a partir da energia oriunda da queima de lenha (fogo). A água utilizada para o consumo é proveniente de fonte, que dizem ser em quantidade suficiente. **“Ficar sem água não ficamos, mas não tem em abundância”** (família 14/ esposa). Ao falar isso faz comparações à antiga “morada”, ressaltando que lá a água era em abundância. Porém acrescentam que a propriedade tem três fontes e que estas se localizam na parte alta da propriedade, contando apenas com a proteção de árvores, quanto à qualidade da água é questionável, nunca foram realizadas análises para saber a sua potabilidade.

Como já fora mencionado anteriormente, a propriedade apesar de se localizar em uma região acidentada, possui uma superfície plana. Fala-se que praticamente toda a propriedade é trabalhada com máquinas. **“A maioria (da terra) é de máquina”** (família 14/entrevistado). E antes de finalizar os aspectos ambientais sobre a fauna, dizem existir muitos animais do mato, como veado, jacu, diversas espécies de pássaros, capivaras e acrescentam **“Todo mundo cuida”** (família 14/entrevistado). Acredito que a presença destes animais se dê em função de ser

uma região com forte presença de mata, pouco povoada e próxima aos rios. Quanto ao uso de fertilizantes, usam praticamente adubos químicos. **“Praticamente químico, mas usamos esterco também”** (família 14/entrevistado). E sobre a presença de erosão, **“na minha terra não”** (família 14/entrevistado). Explica que em função de evitar a erosão faz cultivo mínimo, e nas áreas onde não é utilizado para o plantio existe mata nativa, ou quase nativa.

O destino do lixo seco produzido nesta propriedade não difere das demais, pelo menos os proprietários dizem armazená-los e entregá-los para a prefeitura, que possui um sistema de coleta e recolhe de dois em dois meses.

Sobre a legislação e a presença de órgãos ambientais, a família acredita haver uma espécie de interesses. **“Eles fiscalizam conforme eles querem”** (família 14/entrevistado). Neste instante reclamam que quem possui dinheiro acaba se “safando”, contam a história de um vizinho que fora multado recentemente, mas por possuir dinheiro a multa foi revista, motivo que os deixa indignados.

Falando de sustentabilidade, e da continuidade da propriedade, **“pra nós viver, fizemos”** (família 14/entrevistado). O patriarca da família com de tristeza, talvez esperançoso, acrescenta que plantam batata, milho, feijão, tem banha, carne e que por isso, acreditam ser sustentáveis. Mas se tratando dos filhos quererem permanecer na propriedade, aí sim poderia complicar. Questiono sobre suas ações e o que vem fazendo para que a propriedade se mantenha sustentável ao longo do tempo, o entrevistado pensa, vira a cabeça e comenta que mora ali há cinco, seis anos e ela se manteve e se continuarem cuidando se manterá.

Dessa forma introduzo os aspectos sociais, questionando sobre ser ou não sócios de cooperativa, associações, sindicatos. Dizem-me serem sócios do Sicredi, da cooperativa de eletrificação, e da comunidade Linha Sexta São Pedro, ressaltando: **“somos em três sócios aqui”** (família 14/entrevistado), mas não dos STR.

Sobre estarem ou se apresentarem felizes, da complexidade que é tratar do tema, pergunto como estão, como se sentem. Eles pensam se olham e em instantes o agricultor fala: **“problema todo mundo tem”** (família 14/ entrevistado), mas demonstra que mesmo assim estão bem, encontram-se felizes.

Com relação à fumageira, questão que venho fazendo com os entrevistados, no caso em específico, eles não são integrados, por isso, não mantêm relação com nenhuma fumageira. Para finalizar a questão social questiono sobre os objetivos e

pretensões futuras. **“Vai saber se não morto”** (família 14/entrevistado), com esta frase de impacto o entrevistado inicia falando. Deixam claro que da agricultura não pretendem sair, bem como, não se vêem fazendo outra coisa que não seja plantar tabaco. O casal, pois a filha mais velha deixa claro querer voltar a estudar, sair do rural assim que o filho crescer um pouco mais. **“Não me vejo longe daqui”** (família 14/entrevistado). Mas ao tratarem do futuro dos filhos dizem que gostariam que eles estudassem, para que pudessem sair da roça.

Economicamente falando, na propriedade a única atividade financeira, ou seja, o único produto para a comercialização é o tabaco. Planta-se 30 mil pés do tipo Burlei (fumo de galpão) com uma produção de aproximadamente 240 arrobas vendidas a uma média de R\$ 70,00 por arroba que totaliza em R\$ 16.800,00 brutos anuais para toda a família. A propriedade foi avaliada em torno de R\$ 120.000,00, mas cabe salientar que ela ainda não está totalmente paga, como foi adquirida dentro do programa de reestruturação fundiária tem um prazo considerável para que o pagamento seja efetuado. Quanto às instalações, elas não foram avaliadas. **“A gente vende a terra e dá o resto de graça”** (família 14/entrevistado), mas pelo que andei pela propriedade possuem um formo para secagem do tabaco, atualmente está em desuso, um galpão e uma casa, todos em estado precários, com exceção da estufa, e por isso não muito valioso.

Questiono sobre a possibilidade de necessitarem de dinheiro numa emergência, se haviam reserva **“não tenho onde me agarrar (...) se der uma doença, tem que morrer”** (família 14/entrevistado). As falas do entrevistado são impactantes, não sei se é intenso ou se realmente as condições financeiras da família não é das melhores.

Ainda, tratando dos aspectos econômicos, pergunto se estão melhores ou piores do que há cinco, dez anos atrás. Sem pensar imediatamente o entrevistado responde: **“pior, bem pior”** (família 14/entrevistado). E ao tratar-se de financiamentos dizem não realizar nenhuma forma de financiamento, mas que no passado utilizaram muito.

Sobre à saúde, reclamam de muitas dores, mas em especial o entrevistado diz sentir fortes dores nas costas, e que só trabalha a base de medicação, ou seja, automedicado, diga-se de passagem. Diz que são raros os dias em que não tem que tomar cataflan. Pergunto se acredita que o fato de cultivar tabaco pode ter interferido

em alguma coisa, ou até causado as dores, eles concordam, dizem que sem dúvida é pelo esforço da atividade aliado ao uso de agrotóxicos.

Na propriedade a extensão rural é inexistente, pois plantam tabaco sem vínculo com a integradora, que fornece um técnico e da Emater dizem não receber assistência, até fazem uma crítica a isso. **“Não financiamos nada, a Emater só presta assistência a quem financia”** (família 14/entrevistado). Nesse aspecto sinto a família abandonada, desassistida.

Como último item em meu roteiro, introduzo a questão da Convenção Quadro, das políticas de incentivo a diversificação e substituição ao cultivo do tabaco tentando ver como eles se veriam ou sentiriam não mais cultivando o fumo. **“Antes de tirarem o fumo devem achar um meio de ganhar, achar um meio de ganhar o que se ganha com o fumo”** (família 14/entrevistado). O que se percebe dessa discussão é que os lucros da produção de tabaco são privados, de empresas multinacionais, mas o problema da crise, da substituição é público, ou seja, o privado fica com os benefícios e o estado com as despesas. Nesse instante o entrevistado questiona a atuação do governo, dizendo que se deve dar mais incentivo para os agricultores. Salienta também que de certa forma sentem os impactos das medidas governamentais no preço do tabaco, onde a empresa joga com os agricultores.

Por fim, o agricultor diz até possuir interesse na diversificação da propriedade, desde que haja incentivos financeiros e assistência técnica, embora durante toda a conversa tenha deixado claro que cultivam tabaco por saber e não pretendem deixar de plantá-lo, finaliza dizendo: **“Tivesse um meio, pararia de plantar fumo”** (família 14/entrevistado).

Neste instante, apressada pelo motorista, após o convite para o almoço, agradeço e vou-me embora, passava do meio dia. Como sempre ficaram algumas dúvidas e questionamentos, mas vê-se que algumas medidas de preservação ambiental são tomadas, tem certa participação social, mas que se encontra com algumas limitações financeiras. O quê dessa forma a produção de fumo é sustentável?

Neste mesmo dia (17/06/09), após o almoço com a sensação de dever cumprido, afinal já havia realizado duas entrevistas, folho as poucas páginas do jornal local e me deparo com uma notícia importante para o cenário em que estou pesquisando.

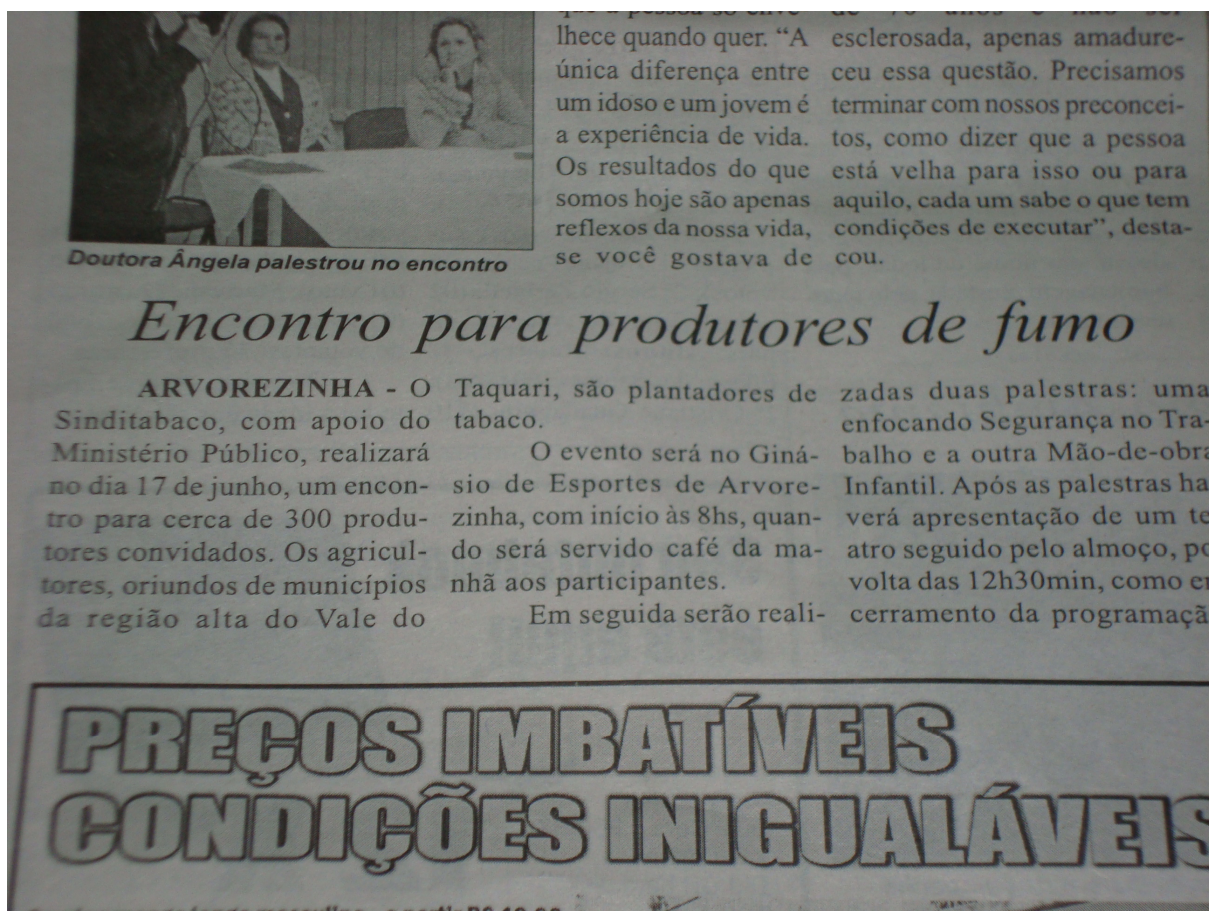


Figura 30 – Foto tirada do jornal local do município de Arvorezinha

Fonte: Jornal Notiserra (12/06/2009) ⁵⁹.

Em função disso, procuro saber maiores informações a respeito do encontro. Para isso, procuro um “vizinho” que participou do evento e faço alguns questionamentos. Ele, recentemente, havia chegado do encontro e ainda de forma angustiada e agitada tenta me fazer algumas explicações. Disse que, basicamente foi tratado dos temas mão-de-obra infantil e o uso de agrotóxicos, e parece-me indignado como foi tratado o trabalho infantil. Segundo ele, estavam presentes representantes do Sindifumo, da Afubra, do MDA, e de algumas fumageiras. O fumicultor fala que foram tratados os conceitos de criança, jovem e adolescente, e o respeito nas idades destes na hora dos agricultores colocarem seus filhos para trabalharem, uma vez que é sabida a necessidade de mão-de-obra no cultivo do tabaco. Já sobre o uso de agrotóxicos, foram trabalhadas algumas medidas de segurança individual, cuidados e precauções que os agricultores devem tomar.

Sem se aprofundar muito na discussão foi isso que consegui saber do agricultor, além do que, para participar o agricultor devia ter recebido um convite, o

⁵⁹ Foto tirada do jornal local. Objetivo era evidenciar como a notícia foi divulgada.

que me parece seletivo, não era aberto ao público que tivesse interesse em participar. Mas de alguma forma existe uma preocupação com o agricultor, ou seria com a produção de tabaco? Isso seria reflexo das medidas governamentais?

Dando continuidade às entrevistas na idéia de tentar entrevistar agricultores das diversas localidades e microrregiões do município, convido uma tia para me levar na comunidade Lajeado Ferreira, pois sabia que ela conhecia algumas pessoas nesta localidade. Isso já era sexta feira, dia 19 de junho, um lindo dia ensolarado, com temperatura amena.

A comunidade de Lajeado Ferreira localiza-se, aproximadamente, a 6 km da cidade de Arvorezinha, com vias de acesso de chão, estreitas e de difícil trafegabilidade. Na propriedade 15, escolhida para a realização da entrevista mora o casal de 52 e 53 anos, o filho de 28 anos, e a esposa dele de 20 anos, além da neta de 2 anos. Os proprietários e o filho têm como escolaridade a 5ª série, enquanto a nora completou o primeiro grau.

A propriedade é composta por 9,6 ha de terra, sendo que, meio é composto por mata nativa. Planta-se 50 mil pés de tabaco, além de milho. Possuem também, como renda uma espécie de bar (bodega) onde vendem bebidas, cigarro e alguns produtos para a alimentação. Mas, a principal fonte de renda é o cultivo de tabaco. A entrevista aconteceu com a agricultora e o filho, mas muito claramente percebeu-se que as regras são dadas pela mãe.

Sobre o tempo em que realizam a atividade, a agricultora conta que mais de 30 anos que ela realiza o cultivo do tabaco, pensa e retoma dizendo que a vida toda plantou tabaco. E sobre o principal motivo que os leva a desenvolver o cultivo é econômico, **“é o que dá mais”** (família 15/ filho).

Após algum tempo de conversa tento direcionar a conversa para o meu roteiro e neste instante pergunto se fazem uso de agrotóxicos e o que fazem com as embalagens vazias, rápido e rasteiro o agricultor fala: **“de tudo que é tipo (...) a firma recolhe”** (família 15/ filho). As respostas são rápidas e ela sempre acaba fugindo do assunto. Sobre as formas de cultivo, o entrevistado diz utilizarem tanto o plantio direto como o convencional. **“Dos dois tipos”** (família 15/ filho). Ele comenta que é vantajoso realizar ambos os sistemas de cultivo, onde o direto é bom pelo pasto. Sobre a presença de erosão, diz que quando vem à chuva, lava tudo e esse é o motivo que os levam a fazer o uso do plantio direto. **“Quando vem a chuvarada vem por tudo, por isso fazemos o plantio direto”** (família 15/ filho).

Na propriedade se plantam árvores frutíferas e tem-se uma reserva de mata nativa, questiono o porquê da manutenção da mata e imediatamente o entrevistado diz: **“pra preservar, por que é importante”** (família 15/ filho). A presença de frutíferas é visível ao redor da casa e por toda a propriedade. A água consumida é de fonte, mas na propriedade também se encontra dois poços. **“Tem dois poço (s) bom (s), não falta água”** (família 15/ filho). E sobre ser protegido, **“é protegido, tem guavirova plantada”** (família 15/ filho). O arroio Lajeado Ferreira corta a propriedade, motivo pelo qual essa propriedade passou a fazer parte do RS Rural e do monitoramento da microbacia Arroio Lajeado Ferreira, no ano de 2004. Quando o agricultor comenta esse fato, aproveito e questiono sobre a existência ou não de mata ciliar, de forma preocupada ele diz que **“tem parte que tem parte que não”** (família 15/ filho). Comenta que têm muitos vizinhos que derrubam a mata até à beira do rio, e fala de forma a parecer contrário a esta ação.

O lixo produzido é jogado nas roças com a intenção de que esse resíduo apodreça. **“Coloquemos no meio da roça para apodrecer”** (Família 15/filho), e não enviado para a coleta da prefeitura. A topografia da propriedade é variada apesar desta localizar-se em uma região acidentada. **“Tem de tudo chato, ladeira, de tudo”** (Família 15/filho).



Figura 31-Foto das instalações da propriedade

Fonte: pesquisa de campo-Comunidade Lajeado Ferreira (19/06/09)⁶⁰.

Para finalizar os aspectos ambientais, questiono sobre a legislação ambiental e a atuação dos órgãos de proteção. O agricultor entrevistado rapidamente diz: **“existem, e é bom para preservar as beiras dos rios (...) Tem gringo que derruba até na beirada do rio”** (Família 15/filho). Chama-me a atenção pelo fato dele estar repetindo sua preocupação com a mata, além da expressão “gringo”, no sentido de “pão duro”, ganancioso.

Quanto à sustentabilidade da propriedade, quando o tema é introduzido, o entrevistado imediatamente olha para sua mãe e diz: **“tiremo, né, mãe”** (família 15/filho), no sentido de se tirar o sustento, logo a propriedade seria sustentável. Tento instigá-lo, já que pelo que percebi não gosta muito de papo, sempre usa respostas curtas. Sobre se acredita que a propriedade produzirá no futuro da mesma forma que produz atualmente e o que fazem, que ações realizam para que isso ocorra. **“Acho que vai produzir do mesmo jeito”** (família 15/ filho). Sem muita convicção, o agricultor diz acreditar que com o passar dos anos a propriedade será igual, produzirá da mesma forma. **“Depende do desmatamento”** (família 15/filho). E sobre o que podem e fazem para dar a continuidade, após ressaltar o plantio direto, **“não tem mais o que fazer”** (Família 15/filho).

Nos aspectos sociais, tratando-se de formas de associações e cooperativas, a família é sócia somente da comunidade. Do STR dizem não serem sócios. **“O sindicato só vai roubar dinheiro”** (Família 15/filho). A família diz estar numa fase de alegrias, comentam que estão felizes, que tem casa boa, uma família unida e a presença da neta veio a contribuir para essa felicidade.

São integrados as empresas fumageiras Souza Cruz e Universal e tem dificuldade em explicar a relação, parecendo confuso. **“Tem época que paga bem, época que paga mal”** (Família 15/filho), mas me parece que o problema da integração neste caso é o preço do fumo e o jogo que a empresa faz.

Pergunto sobre as pretensões futuras, se continuar ou sair da agricultura. Instantaneamente o entrevistado responde **“até morre de velho, não gosto de ser mandado”** (Família 15/filho). Isso evidencia o gosto pelo trabalho na “roça” e a certa liberdade que a agricultura permite, além, é claro, de estar contente com o que faz, pois, do contrário estariam buscando formas de sair do rural, da agricultura, enfim do

⁶⁰ Foto das instalações (galpão) da propriedade.

fumo. E sobre o futuro da filha, diz que deixará livre para que decida quando ela crescer. **“Isso é idéia dela, quando crescer”** (Família 15/filho).

Tratando-se de aspectos econômicos, a principal atividade rentável é o fumo, plantam 50 mil pés os quais resultam em aproximadamente 500 arrobas vendidas a uma média de R\$ 85,00 por arroba, que anual, bruto, equivale a R\$ 42.500,00 mil reais. Plantam milho para a subsistência e para tratar os animais e tem a “bodega” como complemento da renda, que segundo Dalva resulta em aproximadamente um salário mínimo mensal, um valor considerável, diga-se de passagem.



Figura 32-Foto da “bodega”- fonte de renda não agrícola

Fonte: pesquisa de campo-Comunidade Lajeado Ferreira (19/06/09) ⁶¹.

A propriedade foi avaliada em aproximadamente R\$ 200.000,00 e dizem possuir mais uns R\$ 50.000,00 em instalações. Pergunto se possuem reserva financeira no banco para possível eventualidade, riem e dizem que caso não tivessem venderiam o carro ou a moto, mas sua mãe diz que não possuem dinheiro no banco e que recorreriam a terceiros. Conta que gastaram muito dinheiro com seu

⁶¹ Foto da “bodega” dos entrevistados, evidenciando uma atividade não-agrícola.

esposo nos últimos anos, este passou por uma série de tratamentos e cirurgia no coração.

Questiono sobre encontrarem-se piores ou melhores economicamente há cinco, dez anos atrás ou agora. **“Dez anos atrás era melhor”** (família 15/entrevistada). A entrevistada completa a idéia dizendo que era mais fácil comprar, se tinha mais lucro na venda dos produtos, ainda reforça **“é claro que estávamos melhores”**. A família utiliza do Pronaf como forma de financiamento, para o cultivo do milho.

Sobre a questão da saúde, sem pensar, talvez por medo de encontrar algo, eles, dizem nunca terem sentido nada, nem terem tido problemas de doenças, intoxicação, nem nada no cultivo do tabaco.

A assistência técnica recebida na propriedade é exclusiva da fumageira. **“Só dos intrutores”** (família 15/filho). Dizem que a Emater não presta assistência, mas que não sentem a necessidade. **“A gente faz análise dos solos, e sabe o que tem que botar”** (família 15/filho). Isso remete ao fato de que a Ater pública prestada pela Emater e talvez a Prefeitura, limita-se, unicamente, aos cuidados com os solos, na verdade nem aos cuidados e sim. Em saber, como este se encontra, via análises.

E, por fim, a questão do tabaco, dos interesses em diversificar a propriedade, e as Políticas da Convenção Quadro e como se vem sem este cultivo. Caso o cultivo de tabaco seja extinto, **“vamos sofrer, a gente sabe lidar com o fumo, a não ser que tenha outra coisa que desse (renda) como o fumo”** (família 15/filho). Em sua fala percebo duas preocupações a primeira o saber-fazer, sabem cultivar o tabaco, e em segundo aparece à rentabilidade, o tabaco para a família é uma atividade que proporciona renda e outra talvez não seja tão gratificante nas condições de espaço geográfico da propriedade, mão de obra e tal.

Além do mais dizem possuir interesses na diversificação da propriedade, mas dizem que, por ser uma pequena área com “pedaços” inclinados acabam limitando-se ao cultivo do tabaco e de milho. **“Tem o interesse, mas não tem espaço”** (família 15/filho). Sem querer ser genérica e superficial, esta propriedade parece-me a propriedade típica do município, fortemente ligada ao cultivo do tabaco, com fatores agroecológicos limitantes. Na verdade pode-se dizer que é uma característica da agricultura familiar. O que não significa que os agricultores sejam desinformados, ou descapitalizados, na verdade são especialistas no cultivo do tabaco, e vivem bem, tem casa boa, carro, condições financeiras razoavelmente

boas, sem poder negar a contribuição econômica da atividade fumícula. Com esta visão finalizo a entrevista, agradeço e dizem-me para voltar a passear novamente. Isso era próximo das 17 horas e havíamos saído de casa por volta das 13 horas.

Sábado (20/06/09), ensolarado com temperatura amena, sem conhecer a região muito menos agricultores que lá residem, desloco-me até a Linha Posse Aruz, uma comunidade que segundo o técnico da prefeitura, como pode ser visto nas falas a seguir é altamente dependente da produção de tabaco.



Figura 33-Foto da Comunidade Posse Aruz

Fonte: pesquisa de campo-vista panorâmica da comunidade Posse Aruz (20/06/09) ⁶².

A comunidade Passe Aruz se localiza a 22 km da sede municipal. A propriedade escolhida para a realização da entrevista é composta por duas famílias. Porém quem me deu maior atenção respondendo alguns dos itens do roteiro foi o genro, casado com a filha do proprietário. Nessa propriedade moram os pais e uma filha casada, seu marido e filho, mas em casas separadas.

A família 16 é composta por ele que possui 31 anos, sua esposa, com 27 anos, que é a filha do proprietário da terra, e o filho do casal de 3 anos. O casal de

⁶² Foto tirada na comunidade Posse Aruz, com o objetivo de manter o leitor situado com o ambiente em estudo.

entrevistados estudou até as séries iniciais (1ª a 4ª série). A propriedade é composta por 8 hectares onde o casal planta 30 mil pés de tabaco, além de alguns produtos para a subsistência.



Figura 34-Foto dos entrevistados

Fonte: pesquisa de campo- Linha Posse Aruz(20/06/09)⁶³.

O agricultor diz cultivar tabaco a quinze, dezesseis anos. **“Plantava com o pai”** (família 16/entrevistado). Conta que exerce a atividade desde solteiro na casa de seus pais que também desenvolvem a mesma atividade. O principal motivo que os levam a desenvolver o cultivo do tabaco é a renda proporcionada pela atividade. **“Porque é o único que dá dinheiro, plantar feijão só dá para comer”** (família 16/entrevistado). Comenta que a propriedade, além de ser pequena tem limitações em função das condições do relevo, acrescentando que o único cultivo que se adapta é o tabaco, em função de não exigir muita área e nem maquinários.

Como de *praxe* e em todas as propriedades que se cultiva tabaco, há a utilização de agrotóxicos. **“Um pouco em tudo”** (família 16/entrevistado), e a utilização é feita em todos os cultivos. **“Vem na capela lá em cima para a gente**

⁶³ Imagem obtida a partir de autorização, após a realização da entrevista, mostrando o agricultor entrevistado juntamente com o seu sogro.

levar” (família 16/entrevistado). A devolução é realizada para a fumageira que passa na sede da comunidade para recolher. O solo é lavrado e em seguida plantam aveia, pelo que entendi não é no sistema plantio direto, mas tem algumas aproximações do cultivo mínimo. O que resulta em erosão. **“Tem pedaço que tem”** (família 16/entrevistado). Falando do relevo da propriedade, o agricultor fala: **“Lavrado a boi”** (família 16/entrevistado), além de dizer quem mais de 50% da área é composta por mata nativa, além das propícias para o plantio serem dobradas e com presença de muitas pedras. A lenha utilizada para a secagem do tabaco é de eucalipto que, em partes é comprada e em partes é oriunda da própria propriedade. **“Eucalipto um pouco nosso um pouco comprado”** (família 16/entrevistado).

A água consumida é oriunda de fonte natural, que se localiza na mata da propriedade. **“A fonte é no mato”** (família 16/entrevistado), segundo o entrevistado é desprotegida e nunca foi realizada análise alguma para saber da sua potabilidade. Na propriedade passa também o Rio Forqueta, um dos mais importantes da região. E, isso, justifica a região por possuir matas. O que também explica o fato de se ver várias espécies de animais não domésticos, que com pouca credibilidade, o entrevistado diz preservar (não matar). Sobre as espécies, **“cansamo de na inverno lidar com os animais e ver seis (veados) juntos (...) Capivara é o bicho do diabo para comer milho”** (família 16/entrevistado). Ele reclama falando que quando vê estes animais atíça os cachorros.

Os adubos utilizados são químicos e oriundos da empresa fumageira integradora. **“Só os que vêm da firma”** (família 16/entrevistado). Sobre a topografia, nem havia necessidade de perguntar, era só olhar para os arredores. **“Dá para dizer que é mais dobrada do que plana”** (família 16/entrevistado). O lixo seco produzido é queimado.

Sobre a legislação ambiental, parecem viver a margem das leis e regras institucionais. Questiono sobre como as vêem, após alguns minutos de silêncio com ar de riso diz: **“a gente não sabe de nada”** (família 16/entrevistado). Não sei se não sabem ou se não quis dizer, por pensar que eu pudesse, de alguma, forma estar ligada a algum órgão punitivo.

Quanto à sustentabilidade da propriedade, o entrevistado e seu sogro pensam e o agricultor fala: **“acho que sim”** (família 16/entrevistado), mas sobre ela ser ou se manter sustentável ao longo do tempo parece ser duvidoso para eles. **“O que a gente vai saber daqui a 10, 15 anos? Vai saber se a gente vai estar vivo!”**

(família 16/entrevistado). Mas me parece que não procuram se guiar ou pensar nas ações atuais, como sendo impactantes para o futuro.

Socialmente, dizem participar da comunidade sendo sócios desta e não participam de nenhuma outra forma de associação, cooperativa, além ou STR. **“Pra nós não tem vantagem, é só pagar e só”** (família 16/entrevistado). O entrevistado deixa claro não ver nem ter “vantagens”, ou melhor, algo de positivo na forma de sindicalismo. Fala que nem na aquisição de sementes de milho a sociedade compensa, pelos preços e pela qualidade das sementes.

A família desenvolve o plantio de tabaco no sistema de integração com as empresas CTA e Aliance One, e parecem estar satisfeitos com esta relação. **“Para a que eu planto (empresa) não tenho do que me queixar, por enquanto”** (família 16/entrevistado), ressaltando que planta para a Aliance One e o sogro para a CTA.

Questiono sobre as projeções futuras, os planos e os interesses, se cogitam a idéia de sair da agricultura, enfim o que pretendem fazer, ou estar fazendo no futuro, daqui a dez, quinze anos. **“Vamos ter que seguir nesta ai (fumo, agricultura) mesmo, outra saída é meio custoso”** (Família 16/entrevistado). O entrevistado fala com um conformismo desconformado, parece até querer algo diferente, mas as condições e o meio se assim estabeleceram e ele aceita. Porém, tratando-se do futuro do filho, diz pretender que ele estude para depois pensar em algo para sua vida. **“Primeiro tem que estudar...”** (família 16/entrevistado).

Economicamente a família desenvolve o cultivo do tabaco, plantando 30 mil pés colhendo 300 arrobas, vendidas a uma média de R\$ 70, 00 por arroba, o que bruto resulta para a família em torno de R\$ 21.000,00 de renda bruta. Comenta que esta é a renda que de ano em ano acaba e começam tudo novamente, pois numa eventualidade teria que pedir dinheiro emprestado, pois não possuem reserva financeira.

Pergunto sobre se estavam melhores ou piores economicamente do que a cinco, dez anos atrás, **“há 8 anos atrás estava melhor”** (família 16/entrevistado), o entrevistado justifica isso falando dos altos preços em que os insumos se encontram atualmente e também relaciona com três anos seguidos de seca. Como forma de financiamento utiliza o Pronaf, para o cultivo do milho. **“Custeio de milho sempre faço”** (família 16/entrevistado).

No quesito saúde, dizem não terem problemas, não sentir efeitos nenhum, muito menos causados pela utilização de agrotóxicos. **“... nós aqui não, cada vez**

melhor, graças a Deus” (família 16/entrevistado). Percebe-se que contam muito mais com a ajuda de Deus do que com os cuidados, as prevenções ou as precauções de si próprios.

E tratando-se de assistência técnica, a propriedade é assistida pelos técnicos das fumageiras **“Só do instrutor”** (família 16/entrevistado), não recebendo Ater pública, nem a Emater nem a Prefeitura fazem-se presentes. **“Aqui para nós não”** (família 16/entrevistado).

Por fim, questiono como se veriam sem o cultivo do tabaco, se a propriedade sofreria caso as medidas da CQCT. No instante o sogro de Família 16/entrevistado que esteve presente durante toda a conversa participa da discussão. **“Que sofreria (propriedade, família), sofreria bastante”** (família 16/entrevistado). O entrevistado agora um pouco mais a vontade fala das dificuldades enfrentadas, de sentir-se abandonado pela Prefeitura, pois, além de se localizarem longe dos centros e de acesso a saúde, à educação, dentre outros, sentem um descaso. A única forma de renda obtida pela família é oriunda da produção de tabaco, este que, além de gerar mais renda que o milho, o feijão é o que a propriedade suporta pelas condições de relevo que ela possui. Ou seja, pouco exigente em terra e capital e apresenta um valor agregado considerável.

Falam que, se existisse investimentos e assistência estariam dispostos a fazer outra coisa, talvez a diversificar, mas comentam a distância e esta sem dúvida é um fator limitante na hora de escoar a produção. **“Tivesse outro ramo dava bem pra mudar”** (família 16/ sogro). Neste instante aproveitam e fazem algumas reclamações o que evidencia o descontentamento em que se encontram, levam uma vida à parte, com poucas relações sociais, distante de vizinhos, escolas, poder público, etc. A produção de tabaco é de certa forma algo positivo, nestas condições.

Após conversarmos alguns instantes sobre o governo municipal e as formas de governos, agora com os entrevistados mais à vontade, pois no início pareciam desconfiados, embora tenha me apresentado dizendo que era estudante e para facilitar dizendo que era neta do Izalto e tal, pois meu avô era muito conhecido na região, agradeço a conversa e as informações prestadas. Dirijo-me para a casa da minha família.

Após um almoço de sábado na casa da mãe, o dever chama e por volta das 15 horas num dia lindo ensolarado e nem tão frio, eu e meu motorista partimos para a comunidade Arroio Bugre. Esta comunidade se localiza a aproximadamente 15 km

da cidade de Arvorezinha no sentido de Fontoura Xavier, região bastante acidentada e segundo o agente da prefeitura altamente dependente do cultivo de tabaco. Isso em partes pode ser justificada pela distância e difícil acesso, bem como pela inclinação do terreno.



Figura 35-Foto da vista a caminho da Linha Arroio Bugre

Fonte: pesquisa de campo (20/06/09) ⁶⁴.

Em função do conhecimento prévio, desloco-me diretamente até a propriedade que pela minha classificação numérica se estabelece como 17 de um “conhecido” meu. Esta família fez parte do meu rol de relacionamentos num passado a cerca de oito anos atrás. Fui muito bem recebida e após algum tempo de conversa falo que além da visita tenho alguns interesses, falo da minha pesquisa, do que venho fazendo e tal. Com ar de satisfação por ter “escolhido” entrevistá-lo, o agricultor comenta estar à disposição para prestar informações, e dessa forma conduzo a conversa para meus interesses de pesquisa.

⁶⁴ Imagem do alto da Comunidade Arroio Bugre. Chame-me a atenção pelo fato dos morros não possuírem mata nativa.

Além do agricultor entrevistado de 55 anos, que se encontra na cadeira de rodas há aproximadamente dez anos, são residentes da propriedade, sua esposa de 53 anos de idade, aposentada no ofício de professora, embora tenha estudado somente até a 5ª série, e as filhas de 17 anos (minha afilhada) estudante do segundo ano do ensino médio e a filha de 14 anos que estuda na 7ª série. Também reside na propriedade um senhor de 56 anos, segundo o entrevistado: **“é um rapaz que trabalha com nós”** (família 17/entrevistado). A família possui mais três filhos todos mais velhos que casaram e mora fora, em cidades pólos onde trabalham.

A propriedade possui 7 alqueires de terras e a família também é proprietária de outra área de 5 alqueires, mas que segundo o entrevistado é tudo de mata. A principal atividade desenvolvida é o cultivo do tabaco, plantando 45 mil pés, também plantam milho e mais alguns produtos para o autoconsumo e dizem possuir uma pequena quantia de erva-mate plantada. Contam com duas aposentadorias e a renda da “bodega” como fonte de renda extra-agrícola.

Pergunto há quantos anos cultivam tabaco e o agricultor entrevistado pensa e diz que há 36 anos e reforça **“que eu planto para mim, antes plantava pra fora, pros outros”** (família 17/entrevistado). Sobre as razões que os levam a desenvolver esta atividade **“o fumo a gente planta porque é uma colheita rápida e dá mais.”** (família 17/entrevistado). Em sua fala retrata que o cultivo se dá pela renda que ele proporciona, dentre as limitações que a propriedade possui e por ser rápida, um cultivo anual com ciclo curto. Mas não vêem o fumo somente como vantajoso, **“mas hoje os insumos estão muito caros”** (família 17/entrevistado).

Durante toda a conversa foi enfatizado a dificuldade que é cultivar fumo, mas que ainda é uma atividade que proporciona bons rendimentos sem muitos investimentos e capital, embora o entrevistado reclame da fumageira da exploração que realiza aos agricultores. **“Quanto mais pobre, mais é explorado”** (família 17/entrevistado).

Na propriedade se usa agrotóxicos no milho, mas, principalmente em maiores quantidades no tabaco. **“Se atracar de enxada não faz nem pra comer”** (família 17/entrevistado). Ela fala isso fazendo um comparativo de tempo, pois se não aplicassem agrotóxicos (herbicidas) demandaria muita mão de obra reduzindo a quantidade de pés plantados, automaticamente reduzindo os lucros. E o destino das embalagens é a devolução. **“Ultimamente ta (está) passando um caminhão, a gente lava e devolve”** (família 17/entrevistado). Fala-se sobre este fato e comentam

o quanto à devolução é positiva, como moram muito próximos a um rio, diz que se não recolhessem as embalagens elas poderiam acabar na água.

Sobre as formas de preparo do solo, diz que este ano não realizou plantio direto. **“Esse ano não fiz plantio direto, tirei o fumo e coloquei o milho”** (família 17/entrevistado). Comenta que embora saiba das vantagens em realizar o sistema de plantio direto não adere por fazer o plantio do milho safrinha e não dá tempo para o plantio do pasto. Mas quando questiono sobre a existência de erosão, pensa, pensa e diz não haver, comenta que a alguns anos atrás plantava em uma área que havia e mudou de área em função disso. **“Estava acabando com a terra”** (família 17/entrevistado).

A lenha utilizada para a cura das folhas de tabaco é em partes comprada. **“Às vezes compra, às vezes tira do mato”** (família 17/entrevistado), neste instante aproveito e questiono sobre a legislação, como a vê e percebe. **“É ruim a gente não é mais dono de que é da gente”** (família 17/entrevistado). Ao mesmo tempo em que vêem a legislação ambiental como algo negativo, percebe-se que eles não a respeitam. O entrevistado comenta que, muitas vezes, eles até gostariam de preservar a mata, cuidar dos recursos naturais, mas que em função das famílias possuírem pouca terra, vem-se obrigados a “desbravar” para tirar o sustento da família.

A água da propriedade situa-se no alto do morro, e em anos em que ocorre seca intensa como neste verão, a água acaba limitada. **“A fonte é no mato, não tem lavoura nenhuma (por perto), foi feita de tijolo e coberta”**. (família 17/entrevistado). Na propriedade há a presença do Arroio Brugre (rio) e sobre a existência de mata ciliar, o entrevistado salienta: **“geralmente na vereda do Bugre não é desmatado, mas as lavouras ficam perto d’água”** (família 17/entrevistado). Sobre a presença de animais silvestres dizem existir o guará. **“Volta e meia bota os cachorros nos matos”**. Isso mostra o quanto foi desmatada a região, pois até alguns anos atrás era repleta de animais, aves os quais não se viam em qualquer região, mas como pode ser visualizada na figura acima, as matas naturais encontram-se demasiadamente prejudicadas.

A adubação dos cultivos é feita por meio de adubos químicos e orgânicos, os químicos oriundos da empresa fumageira e os orgânicos produzidos na própria propriedade. O lixo produzido na propriedade é queimado. O entrevistado com aparência de envergonhado diz **“pra falar a verdade a gente faz a coisa errada,**

volta e meia à gente queima” (família 17/entrevistado), mas no momento uma filha acrescenta dizendo que, se não queimassem o que se faria, só iria acumular. Embora eles mesmos me contaram que existe a coleta, e que esta passa recolhendo de dois em dois meses.

A respeito do terreno, a propriedade é acidentada com partes planas. **“A terra plana é pouca e no mais é dobrada e é sacrificosa para fazer”** (família 17/entrevistado). E para finalizar os aspectos ambientais questiono sobre a sustentabilidade e se acredita que a “terra”, ou seja, a propriedade continuará produzindo ao longo dos anos, se está ainda contará com os recursos naturais existentes atualmente. Após alguns segundos em silêncio, o entrevistado diz que não tem como saber, mas que acredita que a propriedade terá problemas. Usa o exemplo da água e diz nunca ter imaginado sentir a falta dela e neste verão a acabou ficou restrita, justifica a falta da água em função da construção de muitos poços artesianos sendo construídos ultimamente. E sua resposta limita-se a isso, mas deixa a dúvida em ser ou não sustentável.

Nos aspectos sociais, dizem serem sócios somente da comunidade a qual se mistura ao pátio da sua casa (pela proximidade). **“Era sócio do sindicato dos trabalhadores rurais e não paguei mais”** (família 17/entrevistado). A relação com a fumageira e a da necessidade e da garantia de compra, pois comenta do jogo econômico que elas fazem com os agricultores. **“O preço pra falar a verdade não seria ruim, mas elas pagam o que querem”** (família 17/entrevistado). O preço que ele se refere no sentido do valor tabelado pelas classes do tabaco não são ruins, ruim é o fato da empresa rebaixar a classe no momento da venda, pagando menos pelo produto.

A respeito do futuro, **“vou plantar fumo até pagar as minhas contas”** (família 17/entrevistado), mas tratando-se de sair da agricultura diz não pretender, mas que nas condições dele nunca se sabe, fala isso querendo dizer que em função da distância da cidade e de estar na cadeira de rodas, talvez seja necessário que se mude para mais perto dos centros médicos. E o que espera do futuro das filhas é que estudem. **“Gostaria que estudassem, a agricultura está muito ruim ultimamente”** (família 17/entrevistado).

Nos aspectos econômicos, realizam o cultivo do tabaco, plantando 25 mil pés, os quais produzem 200 arrobas vendidas a R\$ 80,00 por arroba, resultando em um montante bruto de R\$ 16.000,00 reais. De renda agrícola a propriedade conta com o

tabaco, mas existe a presença de duas aposentadorias e a renda obtida com uma bodega que a família possui. A propriedade foi avaliada em torno de R\$ 70.000,00 e que eles tem uns R\$ 50.000,00 investidos em benfeitorias, instalações e equipamentos. Dizem que não possuem reserva financeira e que em caso de necessidade teriam que recorrer a terceiros.

Pergunto, como se encontram? Melhor ou pior do que no passado de cinco, de anos atrás. “... **pior, bastante pior (...)** há dez anos atrás, eu fazia muito brique (negócio), tinha dinheiro”. “**Hoje não faço nada em função da cadeira de rodas**” (família 17/entrevistado).



Figura 36 -Foto da família entrevistada

Fonte: pesquisa de campo-Arroio Bugre (20/06/09) ⁶⁵.

No tocante a saúde, pergunto se tem, tiveram algum problema que talvez fosse ou pudesse ser relacionado com o cultivo do fumo, com o uso de agrotóxicos, o entrevistado balança a cabeça, pensa e diz: “**o que que vou dizer?**” (família 17/entrevistado), aparenta não saber, e se não sabe não possui?! Comenta que a filha mais nova tem problemas respiratórios, mas que isso não deve ser do tabaco.

⁶⁵ Imagem que retrata a família entrevistada mais a pesquisadora, após a entrevista em um momento de descontração.

Acrescenta que, quando ele trabalhava com venenos tinha intoxicações com frequência sentia-se mal estar.

A assistência técnica recebida na propriedade é exclusividade do técnico enviado pela fumageira. **“Não, só da fumageira (...) a gente não procurou”** (família 17/entrevistado). Em suas falas evidencia-se que a fumageira é a única que vem prestando assistência, especificamente com o tabaco. Porém com certo conformismo argumenta que isso se dá em função de não buscar ajuda, ou assessoria. Acrescenta que há algum tempo participou de alguns encontros que para discutir a questão da diversificação das propriedades, mas que a discussão girava em torno da construção de aviários, chiqueiros, todos com alto valor de investimento o que desestimulou o entrevistado a participar de novos eventos.

Por fim, antes de agradecer a conversa e o mate, questiono sobre a Convenção Quadro para Controle de tabaco. O agricultor mostra-se muito bem informado e conhecer dos assuntos relativos a isso. Imagino que seja em função de estar em cadeiras de rodas, acabando assistindo bastante televisão, lendo ...”**Acho que se o governo não indenizar quem tem pouca terra terá problemas**”(família 17/entrevistado). Em sua fala o entrevistado evidencia que o governo é que deve resolver o problema e ainda acrescenta uma questão fundiária, ajudar a quem tem pouca terra. Fala do caso dos Estados Unidos e diz que: **“o governo deveria indenizar os plantadores para não plantar mais fumo”** (família 17/entrevistado). Ainda sobre esse assunto pergunto se há o interesse em desenvolver outra atividade ou até substituir o fumo na propriedade. **“Se tivesse incentivo, certamente a gente ia tentar”** (família 17/entrevistado). Mas em uma superficial análise visualiza-se que a propriedade, sofre vários gargalos, situa-se distante da cidade em vias de acesso precárias, são limitantes em terra e capital e ainda em mão de obra. Se não for a produção de tabaco o que se pode pensar para esta propriedade?

11.5 ANEXO E - Lista dos sujeitos participantes da pesquisa citados no texto.

Adailton dos Santos
Adão Florão
Ademir Desemgrini
Adroir dos Santos
Alberi Zanella
Alfeu de Lima
Álvaro Salvatori
Ângelo Viega
Antonio da Silva
Celmar Troian
Claudiomir Desengrini
Cleber Schuster
Daiane dos Santos Zatt
Dalva dos Santos Scheffer
Daniel dos Santos Scheffer
Danilo Scheffer
Derci de Lima
Divanei Mússio
Eliane Gasparim
Eusébio Bombonato
Fernanda Spinelli
Irene Dias Florão
Ivo Tombini
Janete Gasparin Desengrini
Jones Ferri
Jordana Minusculi dos Santos
Jordano Zatt
Josefina Girelli Civa
Liliane da Silva
Marcos Dias Florão
Maria de Lourdez Civa Zanella
Marli Florão da Silva
Micheli Bombonato
Nedi Bombatto
Nilton Pinho de Bem
Osvaldo Civa
Pedro Grapégio
Romário de Lima
Rosecléia Salvatori
Rudimar Pimentel
Wilson Rodrigues da Silva

11.6 ANEXO F- Dados socioeconômico dos entrevistados

Nome	Idade (anos)	Escolaridade do entrevistado	Atividade	Aposentadoria/ pensões	Área(há)	Nº. de membros (família)	Comunidade
Família 01	54	5ª série	Tabaco		9,86	5	P. Queimado
Família 02	33	2º Grau	Tabaco + Aviário		15	3	P. Queimado
Família 03	36	1º Grau	Milho + renda não - agrícola		7,2	2	São José
Família 04	62	analfabeta	Tabaco + subsistência	2 aposentadorias + 1 pensão	4,8	4	Cândido Brum
Família 05	46	5ª série	Tabaco		3,0	1	P. Queimado
Família 06	47	4ª série	Tabaco + erva-mate + videiras + eucaliptos		15	5	Cândido Brum
Família 07	39	7ª série	Tabaco+ leite	1 aposentadoria	9	5	P. Queimado
Família 08	26	2º Grau	Tabaco + erva-mate		6	3	Torres Gonçalves
Família 09	41	5ª Série	Tabaco		3,45	5	Gramado
Família 10	52	-	Tabaco + erva-mate+ queijo		12,5	4	Gramado
Família 11	53	8ª série	Tabaco + aviário + erva-mate + milho + eucalipto		68	5	São Roque
Família 12	42	2º Grau	Tabaco + erva-mate + subsistência		33	5	Segredo
Família 13	53	5ª série	Tabaco + laranja + eucaliptos + pinheiro americano + cana-de-açúcar + subsistência		25	4	Linha Sexta Gruta
Família 14	52	5ª série	Tabaco Burlei		13	5	Linha Sexta S.Pedro
Família 15	28	5ª série	Tabaco + milho + renda não-agrícola (bodega)	1 pensão	9,6	5	Lajeado Ferreira
Família 16	31	4ª série	Tabaco + subsistência		8	3	Posse Aruz
Família 17	55	-	Tabaco + bodega + subsistência		28,8	5	Arroio Bugre
Agente Rural		2º Grau	Articulador MDA				Arvorezinha
Agente Rural		3º Grau	Prefeitura				Arvorezinha
Agente Rural		2º Grau	Emater				Arvorezinha
Agente Rural		3º Grau	Professora				Arvorezinha
Agente Rural		2º Grau	Aposentado/ fumageira				Arvorezinha
Agente Rural		2º Grau	Fumageira				P. Queimado
Agente Rural		3ª Grau	Delegado do MDA				Porto Alegre

Fonte: elaboração própria - Caderno de campo, 2009.

* A idade e a escolaridade são dos entrevistados (o responsável pela maior parte das respostas obtidas durante a conversa).

11.7 ANEXO G- Convenção Quadro: Lei quer garantir cultivo do tabaco